

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**CRISTIANE DE FÁTIMA POLTRONIERI**

**ENVELHECIMENTO E VIVÊNCIAS DE ISOLAMENTO SOCIAL: A REALIDADE  
DE VELHOS(AS) TRABALHADORES(AS) E O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E  
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**

**FRANCA**

**2019**

**CRISTIANE DE FÁTIMA POLTRONIERI**

**ENVELHECIMENTO E VIVÊNCIAS DE ISOLAMENTO SOCIAL: A REALIDADE  
DE VELHOS(AS) TRABALHADORES(AS) E O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E  
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**

**Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-  
requisito para obtenção do Título de Doutora em Serviço Social.  
Área de concentração: Trabalho e Sociedade.**

**Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Nanci Soares**

**FRANCA**

**2019**

P779e Poltronieri, Cristiane de Fátima

ENVELHECIMENTO E VIVÊNCIAS DE ISOLAMENTO SOCIAL: A REALIDADE DE VELHOS(AS) TRABALHADORES(AS) E O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS / Cristiane de Fátima Poltronieri. -- Franca, 2019

202 p.

1. Pessoa idosa. 2. Isolamento social. 3. Proteção social. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Fac Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**CRISTIANE DE FÁTIMA POLTRONIERI**

**ENVELHECIMENTO E VIVÊNCIAS DE ISOLAMENTO SOCIAL: A REALIDADE  
DE VELHOS(AS) TRABALHADORES(AS) E O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E  
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Dra. Nanci Soares, FCHS/Unesp**

**1º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Dra. Marta Regina Farinelli, UFTM**

**2º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Dra. Edna Maria Campanhol, Uni-FACEF**

**3º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Dra. Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni, FCHS/Unesp**

**4º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Dra. Josiani Julião Alves de Oliveira, FCHS/Unesp**

**Franca, 12 de abril de 2019.**

*Aos meus amados pais, Gilberto e Marlei  
Ao meu avô Ricieri (in memoriam), pessoa que fez com que eu tivesse  
um novo olhar e despertasse o interesse à temática do envelhecimento  
humano  
A todas as pessoas idosas que lutam e buscam o seu espaço nesta  
sociedade.*

## AGRADECIMENTOS

*“Tudo posso naquele que me fortalece.”  
(Felipenses, 4:13).*

Agradeço a Deus e Nossa Senhora de Fátima por sempre concederem-me sabedoria para escolher os melhores caminhos, força para nunca desistir, coragem para acreditar, proteção para amparar e fé para continuar.

É muito bom chegar até aqui e perceber que os últimos cinco anos da minha vida foram os mais intensos que já vivi. Por isso agradeço.

Aos meus pais, Gilberto e Marlei, por quem sou, pelo amor incondicional, pelo apoio e por estarem comigo em todas as decisões, trajetórias e sonhos. Meu infinito agradecimento.

Ao meu amigo, companheiro, namorado e cúmplice, Guilherme, pelo carinho, cuidado, incentivo e compreensão. Esteve ao meu lado fortalecendo-me e apreendendo minhas aflições acadêmicas e pessoais de forma serena e carinhosa. Amo-te.

A toda minha família, avós, tios(as), primos(as) que, direta ou indiretamente, contribuíram com amor, carinho e paciência, pois de muitos momentos abdiquei para a elaboração desta pesquisa. Obrigada.

À minha irmã e companheira acadêmica e da vida, Amanda, que sempre se fez presente, mesmo a quilômetros de distância, com suas palavras de conforto e ânimo. Por tudo o que fez, faz e representa em minha vida, meu agradecimento é eterno.

Às minhas companheiras A2, Joice e Denise, que estiveram ao meu lado, nesta trajetória, compartilhando saberes e organizando publicações. Muito obrigada pela parceria e por todos os momentos que passamos juntas.

À minha mãe da academia, Professora Doutora Nanci Soares, que desde o início estendeu sua mão e me abraçou com o compartilhar de seus ensinamentos e experiências. Obrigada pela confiança e por ter dito sim, em ser minha orientadora, desde 2008.

Aos professores e professoras que contribuíram com minha formação e compartilharam seus conhecimentos.

Aos funcionários e funcionárias da UNESP.

À secretária da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI - Campus de Franca), Solange, que tanto me auxiliou.

À Secretaria de Ação Social de Franca por autorizar a realização desta pesquisa. Aos profissionais, às pessoas idosas e às instituições executoras do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que participaram e contribuíram com este estudo. Muito me alegra dizer que esta tese é fruto de um trabalho coletivo, construído com a contribuição direta e indireta de muitas pessoas, às quais serei eternamente grata.

Às minhas companheiras de trabalho do CRAS Lealdade e Amizade, de São José do Rio Preto, que compartilham as angústias, as aflições e o resistir do cotidiano profissional. Obrigada pelas palavras de apoio e incentivo para a efetivação deste estudo.

Aos membros, titulares e suplentes, da Comissão Examinadora de qualificação e da Comissão Examinadora de defesa de tese, respectivamente: Professoras Doutoras: Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni (UNESP – Campus de Franca), Marta Regina Farinelli (UFTM), Josiani Julião Alves de Oliveira (UNESP – Campus de Franca), Edna Maria Campanhol (Uni-FACEF), Victalina Maria Pereira Di Gianni (UNESP – Campus de Franca), Maria Cândida Soares Del-Masso (UNESP - Campus Ipiranga) e Gilsenir Maria Prevelato de Almeida Dátilo (UNESP - Campus Marília); que aceitaram, prontamente, em participarem e contribuir com esta tese, sob a presidência da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Nanci Soares.

Muito me alegra perceber ao fim deste processo de doutoramento que pude me aproximar de pessoas especiais e viver experiências únicas, que me enriqueceram tanto pessoal como profissionalmente.

Gratidão!

*“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho do caminhando, refazendo e retocando o sonho pela qual se pôs a caminhar.”*

*(PAULO FREIRE, 1987, p. 155).*



POLTRONIERI, Cristiane de Fátima. **Envelhecimento e vivências de isolamento social: a realidade de velhos(as) trabalhadores(as) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. 2019.202 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

## RESUMO

A referida pesquisa objetiva analisar as vivências de isolamento social do envelhecer e velhice da classe trabalhadora em relação à desproteção social da sociedade capitalista sob o olhar dos técnicos e usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para Pessoas Idosas. O trabalho busca debater o isolamento social enquanto uma das expressões das refrações da questão social que acompanha o envelhecer e a velhice do(a) trabalhador(a), elucidar a trajetória histórica da proteção social pública da Política de Assistência Social direcionada à pessoa idosa no Brasil, em especial ao SCFV para pessoas idosas, e compreender o olhar dos usuários e técnicos de referência do referido Serviço sobre as vivências de isolamento social dos(as) velhos(as) trabalhadores(as). Compõem o universo da pesquisa os CRAS – Centro, Sul, Norte e Leste – do Município de Franca, tendo como amostra do universo os SCFVs para pessoas idosas dos respectivos territórios, sendo os técnicos de referência, assistentes sociais, e os usuários desse Serviço os sujeitos participantes. O estudo, de caráter exploratório e de abordagem qualitativa e quantitativa, fundamentou-se sob o referencial teórico-metodológico materialista histórico-dialético. O material empírico do trabalho foi apreendido por meio da técnica de entrevista individual semiestruturada realizada com os três técnicos de referência e da técnica de grupo focal realizada com usuários do SCFV para Pessoas Idosas da cidade de Franca (SP), sendo a técnica de análise dos dados qualitativos a análise de conteúdo. Os dados quantitativos, a fim de traçar o perfil das pessoas idosas participantes do SCFV, alcançaram-se através de fontes primárias e dados divulgados pelas instituições executoras do Serviço. Paralelo à pesquisa de campo, sucedeu-se a pesquisa bibliográfica e documental. O estudo obedeceu todo o rigor e princípios éticos em pesquisa. Portanto, a pesquisa almejou debater sobre o isolamento social, conceito instituído em normatizações que norteiam os serviços socioassistenciais e, conseqüentemente, a atuação profissional do Assistente Social, além de contribuir para a discussão da proteção social em relação ao SCFV para pessoas idosas do Município de Franca.

**Palavras-chave:** pessoa idosa. isolamento social. proteção social.

POLTRONIERI, Cristiane de Fátima. **Aging and experiences of social isolation: the reality of old workers and the Service of Coexistence and Strengthening of Bonds.** 2019. 202 f. Thesis (Doctorate in Social Work) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

### **ABSTRACT**

This research aims to analyze the experiences of social isolation of aging and old age of the working class in relation to the social lack of protection of the capitalist society according to technicians and users of the Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para Pessoas Idosas (Service of Coexistence and Strengthening of Bonds for Older People). The paper seeks to discuss social isolation as one of the expressions of the refractions of the social issue that accompanies the aging and old age of the worker, elucidate the historical trajectory of the public social protection of the Social Assistance Policy directed to older people in Brazil, in particular the SCFV for Older People, as well as to understand the view of the users and technicians of the aforementioned service on the experiences of the social isolation of old workers. The universe of the research comprises the CRAS –Downtown, South, North and East – of the Municipality of Franca, having the SCFVs for Older People of each territory as samples of this universe. The research participants are the technicians, social workers, and the users of the Service. This is an exploratory research with a qualitative and quantitative approach and its theoretical-methodological framework was based on the historical-dialectical materialism. The empirical material of the study was obtained by means of a semi-structured individual interview performed with three technicians and through the focus group technique performed with SCFV users for Older People of the city of Franca (SP). The analysis of qualitative data was carried out by means of content analysis. In order to outline the profile of older people participating in the SCFV, qualitative data were collected through primary sources as well as data published by the executing institutions of the Service. Alongside the field research, the bibliographical and documentary research was also carried out. The study adhered to all ethical principles in research. Therefore, the research aimed to discuss social isolation, a concept instituted in norms that guide social services and, consequently, the professional work of the Social Worker, in addition to contributing to the discussion of social protection in relation to the SCFV for Older People of the Municipality of Franca.

**Keywords:** older person. social isolation. social protection.

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1 – Localização do Município de Franca no Estado de São Paulo .....</b>	<b>109</b>
<b>Mapa 2 – Unidades estatais de Franca .....</b>	<b>112</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 – Quadro síntese dos Serviços Socioassistenciais Tipificados .....</b>	<b>84</b>
<b>Quadro 2 – Pessoas idosas em situações de prioridade atendidas pelo SCFV por Estado. ....</b>	<b>90</b>
<b>Quadro 3 – Distribuição de políticas públicas em Franca .....</b>	<b>115</b>
<b>Quadro 4 – Unidade executora do SCFV para Pessoa Idosa por região em Franca .....</b>	<b>118</b>

## LISTA DE SIGLAS

AJA	Projeto de Alfabetização para Jovens e Adultos
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único
CAPs	Caixa de Aposentadorias e Pensões
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CCI	Centro de Convivência do Idoso
Centro POP	Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CMAS	Conselho Municipal da Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
COBAP	Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DRADS	Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LA	Liberdade Assistida
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOS	Lei Orgânica da Saúde
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NIS	Número de Identificação Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAI	Programa de Assistência ao Idoso

PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAPI	Projeto de Apoio à Pessoa Idosa
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNI	Política Nacional do Idoso
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEADS	Secretaria de Desenvolvimento Social
SESC	Serviço Social do Comércio
SISC	Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SP	São Paulo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNATI	Universidade Aberta à Terceira Idade
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 ENVELHECIMENTO HUMANO E ISOLAMENTO SOCIAL DO(A) VELHO(A) TRABALHADOR(A) NA SOCIEDADE DO CAPITAL .....</b>	<b>20</b>
<b>1.1 Mundo do trabalho e questão social .....</b>	<b>21</b>
<b>1.2 Questão social e vulnerabilidade social .....</b>	<b>35</b>
<b>1.3 O isolamento social, o acesso a serviços públicos e a desproteção social.....</b>	<b>41</b>
<b>1.4 O envelhecimento e as velhices da classe trabalhadora .....</b>	<b>51</b>
<b>CAPÍTULO 2 A PROTEÇÃO SOCIAL À VELHICE: DESENHO E TENDÊNCIAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....</b>	<b>59</b>
<b>2.1 A velhice da classe trabalhadora na proteção social brasileira.....</b>	<b>60</b>
<b>2.2 Apontamentos sobre a política de assistência social brasileira no processo de reprodução do sistema do capital.....</b>	<b>74</b>
<b>2.3 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas: normatização e operacionalização no Brasil.....</b>	<b>83</b>
<b>CAPÍTULO 3 O ISOLAMENTO SOCIAL NA TRAJETÓRIA DE VIDA DA PESSOA IDOSA ATENDIDA PELO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS .....</b>	<b>98</b>
<b>3.1 O caminho da pesquisa .....</b>	<b>99</b>
<i>3.1.1 A apreensão da realidade empírica sobre o objeto pesquisado.....</i>	<i>108</i>
<b>3.2 O olhar dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) sobre as políticas sociais.....</b>	<b>123</b>
<b>3.3 O SCFV para Pessoas Idosas em face da vivência do isolamento social: a chegada e a oferta do Serviço .....</b>	<b>147</b>
<b>3.4 A compreensão dos técnicos de referências do SCFV para Pessoas Idosas sobre a vivência do isolamento social.....</b>	<b>158</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>179</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>185</b>

**APÊNDICE(S)**

**APÊNDICE A – Primeira aproximação das pessoas idosas ..... 198**

**APÊNDICE B – Roteiro de entrevista das pessoas idosas ..... 199**

**APÊNDICE C – Roteiro de entrevista da assistente social..... 200**

**ANEXO**

**ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ..... 202**



## **INTRODUÇÃO**

Crescendo numericamente,  
os velhos se tornam objeto de estudo.  
As propostas aparecem  
pela boca da “ciência”, do Estado, dos meios de comunicação...  
Enquanto isso a história não se altera.  
Não mudando a história do trabalhador,  
Não muda a história do menino,  
Não muda a história do velho,  
Não muda a história do homem.  
(HADDAD, 2016, p. 62).

Discorrer sobre o processo de envelhecimento, que se dá ao longo da vida humana, e a velhice, fase demarcada pela construção social, soa como desafio na contemporaneidade, pelo fato de ser um fato heterogêneo, multifacetado e complexo. Sob a sociabilidade do capital, a velhice vem se consolidando como uma conquista da humanidade, contudo, essa fase da vida garante e reflete as expressões do embate entre capital e trabalho, no qual ações e políticas públicas são pensadas e dirigidas a essa população.

Desta maneira, na tentativa de aproximar da dialógica história do homem e da ação da política pública da assistência social, a presente pesquisa tem como objetivo geral: analisar as vivências de isolamento social do envelhecer e velhice da classe trabalhadora em relação à desproteção social da sociedade capitalista, sob o olhar dos técnicos e usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para Pessoas Idosas.

A velhice associada à questão do isolamento social aparece como proposta de enfrentamento “pela boca” do Estado – parafraseando Eneida Gonçalves de Macedo Haddad (2016, p. 62) –, através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para Pessoas Idosas, da proteção social básica das políticas de assistência social, normatizada pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009), e como proposta de discussão e enfrentamento, “pela boca” da ciência, a presente pesquisa.

O Serviço citado traz, em sua normativa, a vivência do isolamento social de pessoas idosas como sendo a vulnerabilidade da “[...] ausência de acesso a serviços e oportunidade de convívio familiar e comunitário [...]” (BRASIL, 2009, p. 12), contudo, no destringir das Orientações Técnicas do referido Serviço (BRASIL, 2012, p. 34) e demais referências, essa vulnerabilidade social recebe enfoque enquanto aspecto relacional. Assim, defende-se a tese de que as vivências de isolamento social devem ser analisadas conforme as determinações sociais da vulnerabilidade material decorrente da lógica capitalista, isto é, como questão de desproteção social que acompanha o árduo processo de envelhecimento da classe trabalhadora, no qual acaba por tender a uma velhice desprotegida e desumana.

O interesse pelo estudo da temática apresentada – o envelhecimento humano, suas vulnerabilidades e proteção social – resulta da trajetória acadêmica da pesquisadora que teve início em 2008. Principiou, após esta data, a busca por aproximações da realidade por leituras e visitas em Centro Dia, Centro de Convivência de Idosos e Instituições de Longa Permanência, o que resultou em pesquisas de iniciação científica e, conseqüentemente, na concessão da bolsa PIBIC/CNPq. A inserção no estágio supervisionado da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI), da UNESP do Campus de Franca, também favoreceu na aproximação da pesquisadora com a realidade vivenciada pelas pessoas idosas, bem como, na expansão do arcabouço teórico, já que neste espaço foi possível organizar oficinas sobre envelhecimento e direitos sociais. Outro aspecto que contribui para a aquisição de novos conhecimentos e informações foi a participação da pesquisadora como membro efetivo do Grupo de Estudos e Pesquisas Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade da UNESP - Campus de Franca.

Como efeito do processo de tomada de conhecimento sobre os aspectos concernentes ao envelhecimento e velhice na sociabilidade capitalista, realizamos como trabalho de conclusão de curso a pesquisa intitulada: *O impacto da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI) no processo de socialização dos idosos unatianos do Campus de Franca/SP* e, mediante os resultados deste trabalho foi possível desenvolver a dissertação denominada: *Rememorando vida: lembranças de velhos trabalhadores*, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e defendida, em setembro de 2014, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Franca (SP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Vale referenciar algumas considerações relativas à pesquisa de mestrado, que teve como universo o Centro de Convivência do Idoso (CCI) “Lions Clube Sobral” do Município de Franca. Foi possível notar, consoante a apreensão dos dados e do perfil das 278 pessoas idosas atendidas em 2014, que estas vivenciavam situações de vulnerabilidades provenientes das contradições e determinações da sociedade capitalista, que durante o processo de envelhecimento e velhice repercutiam em péssimas condições objetivas de vida.

Com a junção das características apreendidas, em contraponto à realidade pela qual passa os municípios brasileiros, desde 2013, com o processo de Reodernamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) (Resolução nº 1, de 21 de fevereiro de 2013), no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), no qual pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal e metas de atendimento ao público

prioritário, sendo a vulnerabilidade do isolamento social um dos critérios prioritários no atendimento à pessoa idosa, é que justifica a presente pesquisa. Outro fator que acrescenta a relevância em realizar o atual estudo, é o ingresso, pela normatização, da temática do isolamento social sem receber aporte teórico e crítico, o que provoca objeção aos profissionais<sup>1</sup> que atuam no Serviço. Sendo assim, analisar a temática em questão, trazendo as representações dos velhos sobre sua vivência de isolamento social e seu enfretamento perante o referido, SCFV para idosos, constitui-se uma atividade acadêmica pertinente ao Doutorado, considerando a profundidade de discussão que se propõe.

O Reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (BRASIL, 2013, p.2), enfatiza que o SCFV tem como objetivo complementar ao trabalho social com famílias. Ações essas desenvolvidas no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), destacando que o Serviço deve ser executado por equipe constituída, ao menos, por técnico de referência (técnico de nível superior do CRAS) e por orientador social (profissional responsável pelo grupo). Acrescenta ainda que a execução do SCFV é de responsabilidade do CRAS, e que caso este não tenha condições de ofertá-lo, a cessão deverá ser realizada em outro espaço público ou entidade privada de assistência social, todavia, é necessário que essa unidade esteja referenciada ao CRAS do território onde o Serviço está localizado.

O Município de Franca foi escolhido como palco da reflexão deste trabalho, pois possui alta taxa de longevidade da população, acima da média nacional, é o único de grande porte que compõe a Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) de Franca e é referência no processo de reordenamento dos serviços socioassistenciais para outros municípios da região.

Logo, compõem o universo desta pesquisa os CRAS dos territórios Centro, Leste, Sul e Norte do Município de Franca/SP<sup>2</sup>, tendo como amostra do universo os Serviços de Convivências e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas referenciados nos respectivos territórios. Salienta-se que as unidades executoras do Serviço citado são da rede privada, sendo elas: Fundação Espírita “Judas Iscariotes”, CCI “Nelson de Paula Silveira” – responsável pela oferta do Serviço na Região Centro; Fundação Espírita “Judas Iscariotes” – incumbido pela oferta do Serviço na Região Leste; Centro de Integração da Terceira Idade

---

<sup>1</sup> Na aproximação da pesquisadora com espaços sócio-ocupacionais e com profissionais que atuam com o SCFV foi possível notar a dificuldade que aqueles enfrentam sobre o entendimento do que é situação de isolamento social de pessoas idosas.

Lions Clube Franca Sobral – unidade executora da Região Norte; e Templo Espírita “Vicente de Paulo”, Centro de Convivência do Idoso “Avelina Maria de Jesus” – responsável pela oferta na Região Sul.

Os sujeitos participantes da pesquisa são os técnicos de referência responsáveis pelo SCFV para Pessoas Idoso, do município de Franca, que são assistentes sociais, e pessoas idosas inseridas no referido Serviço.

O estudo, de caráter exploratório e de abordagem qualitativa e quantitativa, fundamentou-se sob o referencial teórico-metodológico materialista histórico-dialético. O material empírico do trabalho foi apreendido por meio da técnica de entrevista individual semiestruturada realizada com os três técnicos de referência e da técnica de grupo focal realizada com usuários do SCFV para Pessoas Idosas da cidade de Franca (SP), sendo a técnica de análise dos dados qualitativos a análise de conteúdo. Os dados quantitativos, a fim de traçar o perfil das pessoas idosas participantes do SCFV, alcançaram-se através de fontes primárias e dados divulgados pelas instituições executoras do Serviço.

Deste modo, questionou-se: O que é vivência de isolamento social no processo de envelhecimento e velhice do(a) trabalhador(a) em uma perspectiva crítica? Qual a representação das vivências de isolamento social pelos profissionais e pelos(as) idosos(as) que atuam e são atendidos(as), respectivamente, no SCFV para idosos? Como é o enfrentamento dessa vulnerabilidade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos, sendo este um serviço de proteção social do Estado capitalista? É possível atenuar a vivência de isolamento social do(a) velho(a) trabalhador(a) em um Serviço que tem duração de doze meses? O propósito apresentado não seria uma forma de culpabilizar e individualizar a condição de vida do(a) velho(a) trabalhador(a)?

As indagações do tema são de grande relevância, considerando-se a longevidade de pessoas idosas trabalhadoras e, conseqüentemente, o crescente número de velhos, na população mundial e em alguns países capitalistas periféricos, como é o caso brasileiro. Conjuntamente, aumentam-se condições estruturais geradoras de desigualdades sociais, postas pelas determinações capitalistas que reafirmam a produção de riqueza em detrimento da redução de trabalho vivo, colocando a população excedente e, até mesmo, os assalariados, à margem da possibilidade de reprodução da vida, submetendo-os a condições triviais de reprodução social pela assistência social.

Com o contexto apresentado, o estudo teve o propósito de refletir sobre a vulnerabilidade social da vivência de isolamento social, uma das expressões das refrações da questão social, que acompanha a desproteção social do envelhecer e da velhice do(a)

trabalhador(a); discutir sobre a desproteção social à velhice, buscando identificar o desenho e tendências da política de assistência social, na sociedade capitalista, no trato das refrações da questão social; compreender e discutir as trajetórias de vida dos sujeitos sociais em situação de isolamento social e o enfrentamento do SCFV para Idosos diante de tal problemática.

Deste modo, as categorias teórico-científicas de análise que compõem o enfoque da realidade para apreender a particularidade/singularidade do objeto de estudo – o isolamento social do envelhecer e velhice da classe trabalhadora e a proteção social – foram: trabalho, isolamento social e proteção social (MUNHOZ, 2006, p.32).

Na discussão das três categorias em evidência, a pesquisa documental e a bibliográfica têm, como instrumento de apreensão, fontes primárias: regulamentos, leis, decretos, documentos oficiais produzidos e divulgados pelo governo federal, estadual e municipal, bem como os dados do Censo, dentre outros; e fontes secundárias: publicações de artigos, livros, pesquisas e estudos. No que se refere às fontes bibliográficas, reporta-se às contribuições de: Simone de Beauvoir (1990); Eneida G. M. Haddad (1986), Sálvea Campelo e Paiva (2014), Solange Teixeira (2008), Ana Elizabete Mota (2008), Maria Carmelita Yasbek (2009), Potyara Amazoneida Pereira Pereira (2011), Elaine Rossetti Behring e Ivanette Boschetti (2011), Sônia Fleury (1994), Aldaíza Sposati (2009), Marilda Villela Iamamoto (2011), José de Souza Martins (2002), José Paulo Netto e Marcelo Braz (2012), dentre outros.

Assim, para expor o estudo, ora apresentado, no primeiro capítulo, “Envelhecimento humano e isolamento social do(a) velho(a) trabalhador(a) na sociedade do capital: reflexões e aproximações”, inicia-se a reflexão sobre as transformações do mundo do trabalho e a questão social, pontuando que o(a) trabalhador(a) idoso(a) vivencia, durante todo o processo de envelhecimento, a exploração do mundo do trabalho e os reflexos da desigualdade social inerentes à sociedade capitalista. Acredita-se que a problematização posta corrobora na compreensão dos impactos do mundo do trabalho, das péssimas condições de vida, da alienação e da falta ou ausência de acesso aos serviços e direitos sociais que incuti no envelhecer do(a) trabalhador(a). Esta discussão buscará debater sobre a questão social enquanto fator estruturante da vulnerabilidade social e desnudará a vivência do isolamento social implícita na relação entre ausência de acesso a serviços enquanto vulnerabilidade material. Por fim, refletirá sobre o processo de envelhecimento e as velhices da classe trabalhadora de modo a sublinhar a corroboração e impacto da expropriação e exploração da força de trabalho na produção e reprodução social.

O segundo capítulo, “A proteção social à velhice: desenho e tendências da política de assistência social na sociedade capitalista”, versa em torno da trajetória histórica das

políticas sociais de proteção social direcionada à pessoa idosa em nível nacional, bem como buscará identificar o desenho e tendências da política de assistência social, na sociedade capitalista, no trato das refrações da questão social. Tal análise, fundada na perspectiva de totalidade, perpassa pela discussão da relação entre o modelo de proteção social e a dinâmica capitalista. Isto é, do processo histórico de luta e resistência pela garantia dos direitos sociais e as estratégias de desenvolvimento e fortalecimento do modo de produção do capital pelo viés neoliberal, em que faz afirmar uma cultura privacionista no enfrentamento das refrações da questão social. A prevalência dos serviços socioassistenciais na conjuntura das políticas sociais no Brasil, mediada pela criação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para pessoas idosas, imprimirá o direcionamento deste tópico. Desta forma, será elucidada a relação entre o SCFV para pessoas idosas – atual mecanismo de proteção social ao velho no País – e a política de assistência social, dando enfoque ao trato da questão do isolamento social.

Por fim, inicia-se, no terceiro capítulo, “O isolamento social na trajetória de vida da pessoa idosa atendida pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”, com a descrição dos caminhos metodológicos apreendidos na pesquisa. Na sequência, traça o retrato dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) que participam da pesquisa, os quais, com suas narrativas, dão vida às alinhas até então descritas, passo esse fundamental para que o leitor possa compreender as trajetórias e vivências de isolamento social do envelhecer. Paralelo à abordagem qualitativa, busca-se apresentar o panorama quantitativo do perfil das pessoas idosas inseridas no SCFV no Município de Franca. Neste mesmo capítulo, com o reconhecimento das trajetórias de vida, sob o olhar dos sujeitos sociais e dos técnicos de referências, serão identificados os motivos pelos quais as pessoas idosas foram encaminhadas ao SCFV e o enfrentamento deste Serviço em face do isolamento social. De posse destes dados, que possibilita adentrar as vivências das pessoas idosas e a experiência profissional, categorias de análise serão elencadas de modo a alcançar o objetivo deste estudo.

Em suma, enfatiza-se que não se tem a pretensão de esgotar as reflexões teóricas mencionadas nesta pesquisa, pois essas apresentam elementos dinâmicos e complexos e que, portanto, vale de novas investigações e análises. O que se buscou com o debate sobre a vulnerabilidade do isolamento social, o envelhecer do(a) trabalhador(a) e desenho da política social voltado à pessoa idosa foi suscitar indagações, inquietações e, possível, norte para os técnicos envolvidos na organização do SCFV.

Vivenciam-se tempos incertos e o espelho da realidade deste trabalho é farol a guiar novos rumos. Cabe o desafio da reflexão.

## **CAPÍTULO 1**

### **ENVELHECIMENTO HUMANO E ISOLAMENTO SOCIAL DO(A) VELHO(A) TRABALHADOR(A) NA SOCIEDADE DO CAPITAL**



A fim de mapear o objetivo geral da pesquisa, isto é, “Analisar as vivências de isolamento social do envelhecer e velhice da classe trabalhadora em relação à desproteção social da sociedade capitalista sob o olhar dos técnicos e usuários do SCFV”, este capítulo I iniciará com a reflexão sobre as transformações do mundo do trabalho e a questão social, pontuando que o(a) trabalhador(a) idoso(a) vivencia, durante todo o processo de envelhecimento, a exploração do mundo do trabalho e os reflexos da desigualdade social inerentes à sociedade capitalista. Acredita-se que a problematização posta corrobora na compreensão dos impactos do mundo do trabalho, das péssimas condições de vida, da alienação e da falta ou ausência de acesso aos serviços e direitos sociais que incuti no envelhecer do(a) trabalhador(a).

Esta discussão buscará debate sobre a questão social enquanto fator estruturante da vulnerabilidade social e desnudará a vivência do isolamento social implícita na relação entre ausência de acesso a serviços enquanto vulnerabilidade material. Vale destacar que a vulnerabilidade das vivências do isolamento social é entendida como uma das expressões das refrações da questão social, que acompanha o envelhecer e velhice do(a) trabalhador(a).

Por fim, refletirá sobre o processo de envelhecimento e as velhices da classe trabalhadora de modo a sublinhar a corroboração e impacto da expropriação e exploração da força de trabalho na produção e reprodução social.

## **1.1 Mundo do trabalho e questão social**

“A nova realidade não é saturada de possibilidades. Ao contrário. É saturada de carências.” (JOSÉ DE SOUZA MARTINS, 2002).

Partindo do pressuposto da complexidade e prudência da discussão, de modo a atingir sua totalidade, entendem-se ser necessário aludir historicamente, de modo sucinto, como as transformações societárias e o mundo do trabalho, avultados no século XIX, bem como a questão social e seus fenômenos constitutivos.

Teixeira (2008, p. 58) cita, fundamentado no pensamento de Marx, que “[...] o trabalho é insuprimível, condição necessária à existência do ser humano, independentemente do modelo de organização social, não podendo haver reino da liberdade sem o trabalho como fonte de intercâmbio homem/natureza.”

O trabalho é o processo que participa o homem e a natureza, na qual o primeiro põe em movimento sua capacidade teleológica (projeta mentalmente o objeto esperado) e por

meio de sua força física realiza a ação de transformar e modificar a matéria prima em produto útil à vida humana. Desse modo, Marx (1987, p. 202) afirma que “[..] atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve suas potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo de forças naturais.” Para o autor, a essência do homem se encontra no trabalho, e é por meio dele que o ser humano transforma a si mesmo.

Segundo Lessa (2012, p. 25), o trabalho:

[...] é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Nesse preciso sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens. É o trabalho que se efetiva a salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho.

Logo, de acordo com Antunes (2004, p. 11), o trabalho, adstrito à transformação societária, é visto pelos economistas como a fonte de toda a riqueza, porém, trabalho é muito mais que isso, é a condição básica e fundamental de toda a vida humana e, em tal grau, transforma o próprio homem. Essa concepção, de acordo com o autor, funda-se com a evolução humana, pois o trabalho estimulou o desenvolvimento da linguagem, dos sentidos, dentre outras capacidades.

Ao analisar o avanço da sociedade capitalista no que se refere ao modo de organização e produção, Marx faz duas distinções fundamentais: o trabalho concreto (que produz valor de uso) e o trabalho abstrato (que produz valor). Entende-se por trabalho concreto aquele em que o homem idealiza e objetiva o produto para sanar sua necessidade, e por trabalho abstrato a ação que o homem realiza para criar valores e não para satisfazer apenas sua necessidade. De acordo com Antunes (2002, p. 19), essa última forma de trabalho, denominado por Marx de trabalho abstrato, é o traço marcante da sociedade capitalista.

A priori, antes de dar continuidade à discussão da sociedade capitalista, entende-se conveniente destacar algumas considerações da sociedade pré-capitalista. Segundo Netto (2001, p. 46), nas sociedades que precedem à ordem burguesa, de modo de produção feudal<sup>3</sup>, as desigualdades, as privações, dentre outras expressões da questão social, sucederam da escassez que o baixo nível das forças produtivas não podia suprir. Em contrapartida, segundo

---

<sup>3</sup>O modo de produção feudal é marcado por uma economia, basicamente, agrária, não comercial e quase amonetária, no qual o poder e riqueza do senhor feudal eram mensurados pela extensão de terras e pela repartição dessas pelo maior número possível de camponeses. Segundo o costume do feudo, a posse da terra implicava ao servo o dever de cumprir suas obrigações de lealdade e trabalho para com os seus senhores (CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 55).

o autor, na ordem burguesa, a escassez produzida, socialmente, deriva de uma escassez da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. De acordo com Campelo e Paiva (2014, p. 55), apesar de os camponeses levarem uma vida explorada e miserável, eles não eram necessariamente um escravo, pois dispunham de seu pedaço de terra, onde, em conjunto de sua família, cultivaram o alimento e fabricavam os objetos de que careciam<sup>4</sup>.

No que se refere às sociedades pré-capitalistas, Pereira (2010, p. 24) acrescenta que as guerras, desastres naturais e epidemias eram fatores que contribuíam na diminuição da força trabalho e, conseqüentemente, queda na produção. Ao passo que na sociedade capitalista a redução da produção, não resulta da ausência ou insuficiência das condições materiais de produção, mas é estratégia para conter o excesso de mercadorias e incrementar o desemprego. Assim, compreende-se que as expressões da questão social crescem “[...] na razão direta em que aumentam a capacidade social de produzir riquezas.” (NETTO, 2001, p. 42).

A história registra mudanças que repercutiram nas relações sociais, como o fato que teve na Inglaterra no último terço de século XV e início do século XVI, em que consistiu na expropriação das terras dos camponeses, tornando-os trabalhadores(as) assalariados(as). Esse processo se estendeu ao longo do século XVIII e teve o Parlamento como o principal aliado, no qual foi o responsável por reestruturar o Estado em termos liberais, conforme a pretensão da burguesia que se formava (SANTOS, 2012, p. 32). Assim, é notório o que considera Antunes (2002, p.19), o núcleo constitutivo do sistema do capital é formado pelo tripé capital, trabalho e Estado, “[...] o Estado é inconcebível sem o capital, que é o seu real fundamento, e o capital, por sua vez, precisa do Estado como seu complemento necessário.”

Evidencia-se que a limpeza suscitada pelo cerceamento colocou o camponês na condição de dependente, de modo que os(as) trabalhadores(as) agrícolas não encontraram mais espaço na terra que lavravam, nem se quer para sua habitação, acirrando ainda mais a situação de miséria. Marx (1987, p. 829) acresce que a emancipação dos(as) trabalhadores(as) ocorreu compulsoriamente, quando esses foram roubados, expropriados de todos os seus meios de produção e privados das garantias de sobrevivência asseguradas, até então, pelas instituições feudais.

Assim sendo, a mudança do numeroso coletivo de lavradores expropriados em trabalhadores(as) assalariados(as) não foi um processo instantâneo, alguns vivenciavam o

---

<sup>4</sup> No que se refere às relações sociais constituídas pelo trabalho e sua regulação e distribuição dentro da família, adota-se o fragmento apresentado por Campelo e Paiva (2014, p. 56), considerando que “Houve, de fato, na história da humanidade, esse tempo quando a vida e o trabalho acompanhavam a trajetória diária do sol, do ciclo da lua, das estações do ano, do curso de vida humana. O tempo de trabalho estava organizado e dividido em função de uma dinâmica familiar, havendo a medicação por gênero e geração.”

assalariamento, a mendicância, a “vadiagem”, utilizadas, muitas vezes, como forma de resistência. Nas palavras de Marx (1987, p. 848):

[...] os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhe era imposta. A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições que não mais existem.

O anseio pela liberdade – conceito relacionado à doutrina do liberalismo<sup>5</sup> -, sob imposição das forças econômicas, protagonizou revoltas coletivas e estratégias de luta por parte dos camponeses, isso porque o princípio da “mão invisível do mercado” pressupõe dominância econômica e dispensa intervenção estatal. Nesta época, muitas manifestações foram travadas como parte do processo de resistência e luta social contra as novas condições que se estavam gestando. Contudo, para a classe dominante, essas manifestações eram duramente reprimidas, pois a entendiam como desordem e ameaças, assim muitas leis, utilizando de punições, foram promulgadas para coibir e conter aquelas expressões.

Com o forçoso e emergente estilo de vida, por volta do século XIV, metade da população, em algumas regiões da Europa, havia se mudado para as vilas e cidades. Tais mudanças incidiram no modo de produzir os objetos que, até então, eram produzidos e destinados a satisfazer as necessidades domésticas. Em síntese, Marx (1987, p.829) afirma que todas essas transformações serviram de estopim à classe capitalista em formação, com atenção ao deslocamento de grandes massas humanas, expropriada, violentamente, dos seus meios de produção, “[...] lançados ao mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos.” Segundo Netto (2001, p. 43), “Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”

Nesta dinâmica de mudança, surgiram grandes feiras onde passam a realizar transações financeiras e, com o incremento dessas, a negociação em dinheiro veio litigar uma nova personagem, o comerciante. A atividade comercial, em crescimento, pleiteava a liberdade como condição para sua satisfação, o que produziu novos padrões de relações sociais.

[...] as relações que os homens estabelecem entre si como resultado da especialização do trabalho – especialmente a troca – se tornam cada vez mais

---

<sup>5</sup>As novas condições materiais deram origem a novas relações sociais e, em consequência destas, desenvolveu-se uma nova filosofia, o liberalismo. O liberalismo é uma doutrina que está relacionada com o conceito de liberdade, contudo, a liberdade que se buscava não oferta títulos de universalidade, já que, na prática, fica circunscrito a quem possui propriedade privada (LASKI, 1992 apud CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 80).

sofisticadas, até que a invenção do dinheiro e, com ele, da produção de mercadorias e de troca, proporciona uma base para procedimentos anteriormente imagináveis, inclusive a acumulação de capital. (MARX, 1981, p. 17).

Com o desenvolvimento do comércio, a introdução de uma economia monetária e, conseqüente, crescimento das cidades houve a divisão do trabalho entre cidade e campo, pois já não era factível, para os que ocupavam o comércio, produzir o seu próprio alimento (CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 59).

Em síntese, na compreensão de Marx (1987, p. 516), todas essas transformações marcam o desenvolvimento da acumulação primitiva, que servirão para impulsionar a classe capitalista em construção, com realce nos deslocamentos de elevada massa humana, expropriada violentamente de seus meios de sustento, lançando no mercado de trabalho, proletariados destituídos de direitos. Está formado o proletariado a ser absorvido pela crescente indústria, perante a miséria e precárias condições de trabalho que era/é submetido.

Desde então, em meados do século XVIII, as bases de produção mercantil simples foram deslocadas para a produção mercantil capitalista, posto que, para Netto e Braz (2006, p. 83), ainda que ambas sejam pressupostos, a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, na produção mercantil capitalista, o capitalista não exerce atividade laborativa, sua atuação é apenas na compra da força de trabalho que, com os meios de produção que lhe pertencem, produzirá mercadorias.

Netto e Braz (2006, p.82) explicitam que há uma diferença com a hodierna divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, a produção mercantil modificou o processo de circulação – que antes era  $M \rightarrow D \rightarrow M$  (Mercadoria<sup>6</sup> → Dinheiro → Outra Mercadoria) – para  $D \rightarrow M \rightarrow D^+$  (Dinheiro → Mercadoria<sup>7</sup> → Dinheiro acrescido). Nesta última simbologia os autores revelam a posse do dinheiro não mais apenas como o meio de troca, mas como o encetamento e o epílogo acrescido de mais dinheiro, isto é, lucro. Com o desenvolvimento do mercado e, conseguinte, produção em larga escala, o preço foi substituído pelo preço do mercado, metamorfoseando as ideias econômicas.

É notório que com a ascensão do comércio e com o novo estilo de vida urbano, trazido pela sociedade de classes, respaldado pelo ideário do capital, o(a) trabalhador(a)

---

<sup>6</sup> Para Marx (2008, p. 57) “[...] a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia [...]” Destarte, para Marx “[...] não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.”

<sup>7</sup> Segundo Marx (2008, p. 220), o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado, isto é, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção.

passou a ser visto como “livre”<sup>8</sup>, embora não tenha outra opção de se manter se não vender sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário.

A maior expressão do modo de produção capitalista, especificamente, consistiu na introdução da máquina a vapor, base técnica da Primeira Revolução Industrial, que se estendeu até meados do século XIX, tendo como berço a indústria têxtil da Inglaterra. Com essa nova experiência, crianças e mulheres tornaram-se alvos de mão de obra barata, à qual eram submetidas a extensas jornadas de trabalho.

[...] a premissa dos capitalistas era fazer as máquinas funcionarem diuturnamente, impondo uma jornada média de 16 horas aos operários, em diferentes turnos de trabalho. Associava-se a essas condições de trabalho a intensidade e o ritmo cada vez mais ditado pelas máquinas sob rígida supervisão dos capatazes [...]. Muito curta era, em consequência, a vida desses trabalhadores que tinham sua energia vital rapidamente “consumida” pelas fábricas através das extensas jornadas de trabalho. (SANTOS, 2012, p. 37).

Agregada a essa nova relação, saturada de contradições e antagonismos, entre trabalhadores(as) e capitalistas, a incorporação permanente de inovações tecnológicas e tendências que visam o aumento do capital constante – parte do capital convertido nos meios de produção – e diminuição do capital variável – parte do capital convertida na força de trabalho –, levou o século XIX a acentuado processo de pauperização (SANTOS, 2012, p. 26).

Destarte, além de o(a) trabalhador(a) ter uma extensa jornada de trabalho diário (mais-valia absoluta), com a introdução da máquina (mais-valia relativa) o processo de produção passa a ser bem mais intenso. Segundo Maranhão (2008, p. 104) a intensificação do trabalho humano é necessária ao capitalista, pois o(a) trabalhador(a) não tem escolha se não exercer o trabalho desgastante, com movimentos repetitivos e mal pagos, criando um exército industrial de reserva.<sup>9</sup>

Nesta dinâmica, o(a) trabalhador(a), através de sua força de trabalho, torna-se mercadoria ao capital e é explorado(a) para que haja a extração da mais-valia – o trabalho

---

<sup>8</sup>Usa-se a palavra livre entre aspas, pois ao revés do que é propagado na ideologia dominante – todos os homens são livres e iguais – entende-se que o processo de trabalho, na sociedade moderna, é quem domina a liberdade e discrimina a igualdade de todos os homens. Por conseguinte, assenta-se que a racionalidade capitalista legitima a diferença.

<sup>9</sup>Entende-se que a reprodução ampliada (acumulação) é o que suscita a reprodução do exército industrial de reserva. Marx (2008, p. 744) qualifica exército industrial de reserva por superpopulação relativa, no qual categoriza três principais formas de condições concretas: “*Flutuante*, situação em que os trabalhadores da indústria, fábrica e empresas são repelidos ou contratados; *Latente*, composta pelos trabalhadores rurais que são expulsos gradativamente do campo através da expansão do grande capital na agricultura e *Estagnada*, composta pelo exército de trabalhadores com ocupações irregulares e pelo sedimento da *superpopulação relativa* que *vegeta no inferno da indigência*.”

excedente não pago e que reverte em lucro para o dono de produção – e esse mesmo mecanismo de exploração, também expropria o seu tempo de vida. Isto é, com a divisão social do trabalho<sup>10</sup>, o capitalista é o personagem beneficiado enquanto o proletariado, que vende sua força de trabalho, torna-se alienado de sua produção.

Pela via da alienação, o proletário passou a trabalhar como mercadoria para o capitalista, no qual vende sua força de trabalho em troca de um salário que mal satisfaz a produção e reprodução humana. Logo, com a divisão social do trabalho há a cisão da práxis social, a mediação da subjetividade e objetividade, em que o(a) trabalhador(a) não tem controle do que produz e qual o fim da mercadoria produzida, ou seja, o homem se torna alienado e o objeto fabricado é estranho a ele. “Assim, alienado(a) do seu produto, o(a) trabalhador(a) está alienado(a) de si mesmo(a).” (CAMPELO E PAIVA, 2014, p.105).

Compreende-se que as relações sociais de produção, afixadas pela organização do capitalismo, engendram escassezes. Em síntese, com a transformação do mundo do trabalho e, conseqüentemente, com as mudanças societárias, o sentido do trabalho se esvaziou refletindo na perspectiva ontológica do ser.

Ao passo em que se intensificavam as condições de exploração, novas formas de organização, fortalecimento e difusão das lutas operárias foram emergindo, como os sindicatos, manifestações públicas, a imprensa operária e as greves. De acordo com Santos (2012, p. 40), “A organização da classe trabalhadora cresceu com o capitalismo, que produziu a classe, o sentimento de classe e o meio físico de cooperação e comunicação.” Com embargos das derrotas sofridas, os contínuos protestos dos(as) trabalhadores(as) ampliaram sua percepção enquanto classe, as suas reivindicações políticas somaram às econômicas, trançando estratégias de superação da sociedade burguesa.

Sensatamente, sem renunciar aos mecanismos básicos de produção da questão social, considera-se que as determinações existentes nos estágios do capitalismo mundial não são, exatamente, as mesmas que marcam sua gênese. Sequer pode analisá-la apartada das particularidades nacionais gestadas sob influência internacional das relações de produção capitalista. Logo, para uma congruente compreensão da questão social, fundamentada na perspectiva teórico-metodológica aqui adotada, é essencial ter em vista as particularidades de

<sup>10</sup> A divisão social do trabalho, para Lukács (2013, p.163), surge com a própria estruturação social do trabalho, pois perpassa as relações materiais do homem com o meio e com outros homens e, quanto maior for o desenvolvimento das sociedades, mais notório é essa divisão. O autor adverte que é difícil determinar a origem e ordem da divisão social do trabalho, no entanto, considera a separação biológica (idade e sexo) como fator embrionário. Neste contexto é que as comunidades primitivas – tribos, aldeias, família - apresentaram as primeiras formas de divisão sócia do trabalho. Logo, destaca-se que quanto mais complexa a organização social mais visível a divisão, a exemplo do processo de globalização e rearticulação do sistema capitalista na influência da flexibilização e terceirização do trabalho.

cada formação social e constituição do capitalismo. Em poucas palavras, “[...] a caracterização da “questão social”, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais” (NETTO, 2001, p. 48).

Consequentemente, não distante da dinâmica até aqui apresentada, mas em outros moldes, ao que tange à história brasileira, Ianni (1989, p. 145) destaca que a questão social é o elo da problemática nacional desde a abolição da escravatura, século XIX, isto é, quando a emergência do regime de trabalho livre levou trabalhadores(as) a lutarem por melhores condições de vida e labor. Segundo o autor, no escravismo e no sistema feudal existiam distinções entre classes, propriedade privada e exploração do trabalho e, destarte, reproduzia-se a desigualdade. No entanto, a alteridade entre esses modos de produção e o capitalismo é que, neste último, sua existência é socialmente e única produzida.

Santos (2012, p. 59) evidencia que no período monárquico (1822-1889), a numerosa população marginal, livre, mas pobre, fruto de um sistema econômico dominado pela lavoura trabalhada por escravos, não possuía oportunidade de entrosamento no organismo social do país.

Embora, as diversidades e os antagonismos eram enfrentados através de técnicas repressivas, por parte do Estado, caminhos de negociação começaram a se abrirem, tanto que, ao longo das décadas de 1920 e 1930, os governos dominantes começaram a compreender a questão social para além do problema de polícia<sup>11</sup>.

Destaca-se que, em meados dos anos 1930 a 1950, o poder público brasileiro investiu, intensivamente, na ampliação e diversificação da economia com o incentivo financeiro de empresas estatais ou de associação dessas com o capital privado nacional e estrangeiro<sup>12</sup>. Tal aplicação impulsionou rapidamente o crescimento da urbanização, industrialização, exportações de manufatura e de matéria-prima, além de ter acirrado as dificuldades agudas brasileiras, já existentes, como a fome, a desnutrição, a falta de moradia e de mínimas condições de saúde (SANTOS, 2012, p.138).

---

<sup>11</sup> Santos (2012, p. 140) destaca que não se pode levar “ao pé da letra” o fato de que a questão social ter deixado de ser caso de polícia e se tornado caso de política, pois os direitos trabalhistas e a regulação estatal da época não excluiu o recurso da repressão aos trabalhadores(as) brasileiros(as). A repressão destacada pela autora é entendida em dois sentidos: a caracterizada pela violência física e a caracterizada pelo paternalismo e o mandonismo. Realça-se que se fala de aspectos do ano de 1930, entretanto, há a permanência dessas características ainda no ano de 2018, por mais que o sentido e o entendimento da questão social tenham amplificado e direitos sociais conquistados.

<sup>12</sup> O processo de construção e desenvolvimento do capitalismo brasileiro tem sua trajetória evidenciada pela sua inserção contígua nas engrenagens do capitalismo mundial. Assim, Santos (2012, p. 194) destaca que algumas características da formação social no Brasil foram, e continuam a ser, tencionadas por ser um “elo” entre os interesses das classes dominantes e grandes monopólios.



Neste cenário, a discrepância entre os indicadores econômicos sobre os indicadores sociais se aflora. Era flagrante, diante de toda essa conjuntura, a ausência de investimentos em infraestrutura urbana, o desprezo pelas condições de sobrevivência do operariado, eram altos os níveis de morbidade, de mortalidade da população adulta e infantil, de fome, de precária situação de saúde, de habitação e de salários. Nesse amplo quadro das mais significativas expressões da questão social, registram atitudes de resistência, da classe trabalhadora, no esforço de apreender a conviver com a extrema barbarização da vida.

O desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo, da época, no que comporta a migração interna que atravessava as cidades e os campos, atraiu diversos movimentos de trabalhadores(as), alcançando indivíduos, famílias e grupos, tornando o emprego, o desemprego, o subemprego e o pauperismo a realidade cotidiana para muitos(as) trabalhadores(as).

De acordo com Santos (2012, p. 154), o êxodo rural foi um dos determinantes da reprodução dual conhecida no regime de trabalho brasileiro: “[...] a que se expressa entre emprego formal e o informal, com as repercussões que este último traz em termos de precariedade e “desproteção social”<sup>13</sup>.

Segundo Ianni (1989, p. 3):

Aos poucos, a história da sociedade parece movimentada por um vasto contingente de operários agrícolas e urbanos, camponeses, empregados, funcionários. São brancos, mulatos, negros, caboclos, índios, japoneses e outros. Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e os políticos. Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdade e antagonismos de significação estrutural.

Logo, em perspectiva histórica ampla, a dinâmica da sociedade se apresenta como uma extensa manufatura de antagonismos que constitui a questão social. A prosperidade econômica e o enrobustecimento do aparelho estatal estiveram, e permanecem, em descompasso com o desenvolvimento social. As desigualdades sociais não se reduzem, pelo contrário, renovam-se e intensificam-se. A mesma indústria do progresso produz a questão social. De acordo com Marx (1987, p. 476) quanto mais riqueza o trabalho produz tanto mais pobre se torna.

---

<sup>13</sup> Destaca-se que, na atual conjuntura, as incertezas da destituição do mercado de trabalho rebateram nos setores formais, em que os trabalhadores que eram antes considerados protegidos de direitos acabam por estar quase nivelados aos que estão na informalidade.

Segundo Marx (1981, p. 17), à medida que o homem afasta-se, ou melhor, foi levado a se afastar da sua relação primitiva com a natureza, há a:

Separação entre o trabalho livre e as condições objetivas de sua realização – ou seja, separação entre os meios de trabalho e o objeto de trabalho. E, portanto, acima de tudo, separação entre o trabalhador e a terra como seu laboratório natural. Essa separação se completa, finalmente, sob o capitalismo, quando o trabalhador é reduzido à simples força-de-trabalho e, podemos acrescentar, inversamente a propriedade se reduz ao controle dos meios de produção, inteiramente divorciado do trabalho.

Desde então, na produção mercantil capitalista, o objeto produzido não cabe ao produtor direto, mas ao capitalista, ao burguês, ao possuidor dos meios de produção, desaparecendo nessa relação o trabalho concreto daquele que projetava e objetiva o produto idealizado a fim de satisfazer uma necessidade; a necessidade em questão agora é a produção de mais-valia enquanto último e único objetivo da humanidade (NETTO; BRAZ, 2006, p. 47). Esse mecanismo que acomete a capacidade teleológica do homem, coata a vontade do ser humano, submetendo-o a projeções que lhe são desconhecidas.

Nesta perspectiva, o modo de produção utilizado para satisfazer necessidades humanas, para sanar necessidades básicas de sobrevivência, é convertido em satisfazer os desejos do homem capitalista.

Nesta dinâmica, a centralidade do trabalho, anexa a sociabilidade capitalista, segundo Campelo e Paiva (2014, p. 106), é perpetuada por trocas permanentes de produtos do trabalho, ou seja, governada por normas intrínsecas da acumulação capitalista. Com este raciocínio, a autora acrescenta que o trabalho assalariado é um fato e, ao mesmo tempo, a restrição ao trabalho livre que pode satisfazer as necessidades humanas. A propriedade privada é um fato e, ao mesmo tempo, a rejeição da apropriação coletiva da natureza pelo homem.

Logo, a expropriação dos meios de produção do(a) trabalhador(a) acaba por submeter o seu tempo de vida aos preceitos do capital, de modo que a maioria dos que laboram não identifica o tempo de trabalho como tempo de vida, mas como momento de suplício. O tempo converteu-se em dinheiro. Nessa conjuntura, com o desenrolar do comércio e da indústria, segundo Huberman (2010, p.86), “[...] o dinheiro passou a ser mais importante do que os homens, e a terra passou a ser considerada fonte de renda.”

A engrenagem da destrutiva racionalidade capitalista transfigura a relação social, precisa entre homens, em relações entre coisas, fato esse denominado por Marx (1987, p. 94) de fetichismo.

[...] o fetichismo apaga da mercadoria não só a sua história, mas também a memória da sua produção, negando qualquer centelha de vida humana na sua visualização, produz o efeito de insultar o(a) velho(a) em sua própria velhice, arrancando de sua vida as raízes, a história e a memória, transfigurando o homem, como diria Marx, numa mera “carcaça do tempo.” (CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 131).

Neste contexto, o fetiche passa a valorizar o mundo das coisas, dos objetos e dos produtos e desvalorizar o mundo e a história dos homens. Tudo virou mercadoria, inclusive a vida humana.

Na transição dos anos 1960 aos 1970, considerados como anos gloriosos no Brasil, o regime do capital viveu uma crescente conjuntura econômica, no qual caracterizou a sociedade capitalista como sendo aquela afluente e do consumo, desconsiderando, conseqüentemente, as intempéries das periferias. Netto (2001, p. 47) assinala que embora a classe trabalhadora tenha conquistado melhorias no conjunto das condições de vida durante os anos supracitados, a essencial exploradora do capitalismo não se alterou, a intensificação da pauperização era recorrente. Paralelo ao cenário de progresso, o início dos anos 1970 foi marcado pelo esgotamento do crescimento da dinâmica capitalista condicionados pela redução das taxas de lucros e ascensão dos movimentos operários, em que alcançaram significativas vitórias.

Emerge, naquela época, a acumulação flexível, isto é o chamado modo de produção toyotista, no qual se buscou por trabalhadores(as) polivalentes, que trabalhassem em equipe, que produzissem em menos tempo e com qualidade. Com essa perspectiva, pôde-se notar a redução do proletário fabril de trabalho formal com todos os direitos trabalhistas garantidos, em contraponto do trabalho terceirizado e temporário, além de haver um aumento acentuado da exclusão das pessoas de mais idade do mercado de trabalho. No entanto, as metamorfoses advindas daquele meio de produção, impulsionadas pelos avanços tecnológicos, da acumulação produtiva e reestruturação do trabalho, também refletiram no controle e na fragilidade de luta dos movimentos sociais e sindicais trabalhistas, pois os(as) próprios(as) trabalhadores(as) se sentem inseguros de trabalho, de emprego, de renda e até de sobrevivência (ANTUNES, 1999, p. 33).

De acordo com Telles (1996, p. 89), mais do que a oposição entre o trabalho formal ou informal, o que é possível notar, é que o mercado, em si, opera respaldado por “[...] um permanente e contínuo curto-circuito [...]” no vínculo que os(as) trabalhadores(as) são levados a estabelecer no mercado. Assim, com este “[...] buraco negro [...]” que atrai e subtrai a mobilização pelas reivindicações por direito e as práticas de representação.

De acordo com Antunes (1999, p. 33), o capitalista contemporâneo, guiado pelo ideário neoliberal, acentuou a lógica destrutiva, desenhando a crise estrutural na qual o padrão produtivo taylorista e fordista é substituído pela flexibilização do modo de produção toyotista. Trata-se de um agudo enfraquecimento de mobilização e destruição dos direitos sociais, da força de trabalho, criando uma sociedade de descartáveis, tendo como um de seus protagonistas as pessoas idosas. Nesta discussão, Telles (1996, p. 87) acrescenta que:

Fora das arenas organizadas pela economia e da vida social, o destino dessa gente parece, de uma vez por todas, estar na dependência das promessas redentoras de um mercado capaz de absorver os que para tanto tiveram competência e habilidade. Ou então das práticas (renovadas) na filantropia pública e privada para atender aqueles que, deserdados da sorte e incompetentes para exercer suas virtudes empreendedoras do mercado, estão fora do contrato social. (TELLES, 1996, p. 87).

Deste modo, estabeleceu-se dois mundos, de um lado os(as) trabalhadores(as) qualificados(as) e polivalentes e de outro os(as) trabalhadores(as) desqualificados(as). São homens, mulheres, jovens e velhos, que vivenciam aflição do desemprego estrutural e as várias formas de trabalho precário. No entanto, destaca-se que mesmo inseridos no mercado de trabalho, muitos(as) trabalhadores(as) assalariados(as) permanecem e/ou presenciam em condições de vulnerabilidades, pois os direitos trabalhistas se institucionalizaram como peça de um ordenamento jurídico, mas distanciaram da materialização do seu valor, prática e referência normativa (TELLES, 1996, p. 87).

A década de 1980, no Brasil, foi sublinhada pelo desemprego e flexibilidade derivados da reestruturação produtiva, características que já ocorriam em países capitalistas centrais. Tal fato teve fortes impactos sociais, uma vez que repercutiu em precária e baixa remuneração, informalidade e/ou instabilidade, conflitos urbanos e pela reação ofensiva da classe operária lutando por melhorias de trabalho e direitos trabalhistas.

O percurso histórico que acompanha a questão social, típico da sociedade capitalista, compreendeu, na década de 1980, na organização e tencionamento dos(as) trabalhadores(as) contra o Estado, na busca de respostas protetivas e de caráter público. Este desejo e luta repercutiu na reconstrução democrática do Brasil, isto é, na Carta Constitucional de 1988, em que veio promover a garantia dos direitos sociais e a ampliação da proteção social, assim como o respeito pela cidadania.

Ao afiançar os direitos humanos e sociais como responsabilidade pública, a Constituição Federal Brasileira, segundo Sposati (2009, p. 13), operou, ainda que conceitualmente, “[...] fundamentais mudanças, pois acrescentou na agenda dos entes públicos

um conjunto de necessidades até então consideradas de âmbito pessoal ou individual.” A autora destaca que esse caminho suscitou mudanças significativas à sociedade brasileira, pois introduziu a seguridade<sup>14</sup> como um “guarda-chuva” que sustenta três políticas de proteção social: a saúde, a previdência e a assistência social.

No entanto, a problemática da questão social denuncia, na sua trajetória histórica até os dias atuais, a ausência da efetiva garantia constitucional que ameaça a proteção social e os direitos dos(as) trabalhadores(as), instituindo um cenário de vulnerabilidades e desproteções. Tal realidade implica no acirramento de interesses divergentes, no qual refletem nas condições objetivas de vida dos(as) trabalhadores(as).

A questão social, segundo Telles (1996, p. 86), é a chave para entender os males de que padece a sociedade brasileira, imbuída por uma “sociedade organizada” que atesta modernidade e revela a imagem fraturada entre violência, atraso e desproteção.

Evidentemente, há interesses divergentes, os interesses de uma classe se opõem aos interesses de outra classe. A satisfação de uma minoria, possuidora dos meios de produção e de dinheiro, se realiza às custas da negação das necessidades da classe trabalhadora. De acordo com Campelo e Paiva (2014, p. 112):

Evidentemente, os interesses de uma classe estão em oposição aos interesses da outra. A satisfação das necessidades – socialmente produzidas – de uma minoria *proprietária de dinheiro, de meios de produção e de subsistência*, se realiza às custas da negação da satisfação das mínimas necessidades e potencialidades dos(as) *trabalhadores(as) livres* em dois sentidos, primeiro por estes não mais fazerem parte direta dos meios de produção, como fazia os escravos e servos, segundo, por não serem donos dos meios de produção, como o camponês autônomo. (grifo do autor).

De acordo com Marx (1987, p.271) “[...] o capital é trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo e, quanto mais o suga, mais forte se torna.” Diante dessa perversa lógica de dominação e exploração, sob o ponto de vista da sociedade do capital, o valor da força de trabalho exprime, unicamente, um fator ao processo de reprodução capitalista, no entanto, sob o ponto de vista do(a) trabalhador(a) assalariado(a), exprime o seu peculiar processo de produção e sua sobrevivência. Diante desse contraste, realça a pobreza escancarada com o imperativo do consumo do sistema capitalista, o que vem enaltecer as expressões da questão social.

---

<sup>14</sup> Não se pode esquecer-se dos interlocutores, como os sindicatos dos trabalhadores e aposentados, que impulsionaram os caminhos e descaminhos do Estado nos acordos e garantias dos direitos fundamentais conquistados e promulgados na Carta Cidadã. No segundo capítulo deste trabalho novos apontamentos perante as três proteções serão tecidos.

Logo, torna-se evidente que o desenvolvimento do capitalismo produz, compulsoriamente, a questão social, pois esta não é uma sequela efêmera do sistema do capital, mas sua existência e manifestações são inerentes da dinâmica específica do capital. Segundo Netto (2001, p. 45), os diferentes estágios do capitalismo produzem diferentes manifestações da questão social.

A dinâmica societária específica desta ordem não só põe e repõe os coronários da exploração que a constituiu medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação e exploração que é a sua razão de ser. (NETTO, 2001, p. 48).

Entende-se e sustenta-se a tese de Netto (2001, p. 48), na qual afirma que não há nova questão social e, sim, emergências de novas expressões da questão social. Salienta que essas são insuprimíveis sem a supressão da ordem do capital, uma vez que a conjunção da globalização e do neoliberalismo vem demonstrar que o capital não tem nenhum pudor e compromisso social, e o seu esforço em exterminar qualquer direito tem sido coroado com êxito.

Ao problematizar as disparidades sociais, a classe trabalhadora é interpretada por duas perspectivas ambíguas: por um lado é compreendida por seu direito de denunciar as desproteções vivenciadas, o que sinaliza sua politização em relação a suas garantias sociais; por outro padecem por julgamentos moralizantes que indicam serem responsáveis pela sua realidade e resolutividade de suas necessidades. Esmerar-se a essa última perspectiva, Ianni (1989, p. 195) destaca que:

Muito tempo depois, praticamente um século após a Abolição da Escravatura, ainda ressoa no pensamento social brasileiro a suspeita de que a vítima é culpada. Há estudos em que a “miséria”, a “pobreza”, e a “ignorância” parecem estado de natureza, ou da responsabilidade do miserável, pobre, analfabeto. Não há empenho visível em revelar a trama das relações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais. (IANNI, 1989, p. 195).

A construção histórica que permeia a compreensão sobre as desproteções sociais revela a trama da responsabilidade individual firmada em uma visão cristalizada e naturalizada, na qual condena, na sociedade contemporânea, toda a forma de proteção social advinda do Estado, já que o direito social não é considerado uma garantia universal e primordial aos que sobrevivem com a venda de sua força de trabalho.

Logo, segundo Telles (1996, p. 85), a questão social tem como cerne a disjunção, sempre renovada, entre a:

[...] lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação. (TELLES, 1996, p. 85).

Nesta conjuntura, seguindo as considerações da autora, reina a disjunção entre a esperança da existência de um mundo que valha a pena ser vivido, arrolada a reivindicações por direitos e à violação da projeção de futuro para a maioria atingida pela modernidade bárbara, que desestabiliza as formas de vida e faz da vulnerabilidade matriz que tende a cristalizar como único destino possível (TELLES, 1996, p. 85).

Com base no que foi exposto, a centralidade do trabalho torna-se fulcral na sociabilidade humana, entretanto, com os imperativos do sistema do capital, aquela se converte, inexoravelmente, em fragmentação e esvaziamento de sentido, no que acomete, barbaramente, em sua perspectiva ontologia. Sabe-se que quanto mais uma sociedade for desenvolvida, mais divergências e necessidades o capital produzirá, além desse ser enaltecido em oposição à desvalorização da vida. Portanto, visualizando as transformações do mundo do trabalho e as mudanças societárias, faz-se oportuno afirmar que outro mundo é possível e se faz necessário.

## **1.2 Questão social e vulnerabilidade social<sup>15</sup>**

Versar sobre as transformações societárias e do mundo do trabalho, paralelo à emersão e rebatimento da questão social, é revelar a complexidade das expressões de vulnerabilidade social que a sociedade do capital introduz, isto é, na exposição e contingências de tensões (CARVALHO, 1989, p. 10). Assim, parte-se do pressuposto de que a questão social é fator estruturante das expressões da vulnerabilidade social.

A priori, justifica-se que a sociabilidade do capital revela processos de desproteções e consequentes vulnerabilidades sociais, nos quais encontram grande parte dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) e que, ao mesmo tempo, denuncia o desmantelamento,

---

<sup>15</sup> A vulnerabilidade social será discutida como uma circunstância presente na vida dos sujeitos sociais atendidos pela assistência social, na busca de alcançar a leitura da realidade social destes sujeitos.

por parte do Estado, diante do dever de proteger e efetivar os direitos fundamentais e universais.

Constitui um enorme desafio discutir sobre a vulnerabilidade social, uma vez que a temática é relativamente nova, no entanto, compreendê-la é intento para avaliar e entender o alcance das políticas sociais, já que a vulnerabilidade vem sendo pressuposto orientador para a consolidação dessas, em especial à Política de Assistência Social. Segundo Maia (2011 apud SILVA et al., 2012, p. 98), ao longo do século XX a vulnerabilidade social foi apropriada em resoluções, leis e tratativas para designar grupos e indivíduos, jurídica ou politicamente fragilizados, que requerem seus direitos preservados e respeitados.

Ainda que essa temática venha sendo trabalhada ao longo das últimas décadas, cabe salientar que ela consiste em um conceito em construção, tendo em vista sua magnitude, multifacetariedade, multidisciplinaridade e complexidade, já que é constituída por diferentes dimensões e concepções que voltam para o enfoque econômico, de saúde, ambiental, de direitos, dentre tantos outros. (MONTEIRO, 2011, p. 33). Logo, pelo fato da vulnerabilidade não ter uma definição unívoca, Vignoli (2002, p. 95) destaca que há um relativo consenso, em termos genéricos, dentre as dimensões de enfoque supracitadas, que é o resultado da confluência da exposição aos riscos. Neste sentido, buscou sintetizar as contribuições existentes, a partir de revisões bibliográficas.

A emergência da temática da vulnerabilidade social, segundo Monteiro (2011, p. 31), deu-se por volta dos anos de 1990, com a extenuação da análise da redução econômica da pobreza. Tal tendência passou a ser difundida por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), com o propósito de conhecer os setores mais desprovidos da sociedade do que buscar os determinantes que influenciam no processo de empobrecimento.

O conceito de vulnerabilidade [...] tem sido, na opinião de muitos autores, apropriado para descrever melhor as situações observadas em países pobres e em desenvolvimento, como os da América Latina, que não podem ser resumidas nas dicotomias pobres e ricos, incluídos e excluídos. (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2013, p. 18).

Desse modo, nota-se que a compreensão sobre a vulnerabilidade estava pautada em sinalizar os setores mais desprovidos da sociedade e não em entender os determinantes do processo de empobrecimento. Destarte, perpetuou a visão focalizada no individual e não nos fenômenos do contexto social, condição essa para sua presença.



Perante essa conjuntura, entende-se que a compreensão de vulnerabilidade social exprime várias situações de precariedade, no entanto, defende-se que a definição econômica, por ser incompleta, não pode ser única e superior a qualquer outra precariedade, como a fragilização de vínculos (relacionais e de pertencimento), discriminação etária, étnica, gênero, dentre outras. Desta maneira, debruçar sobre vulnerabilidade social implica considerar aspectos objetivos, como restrições de renda<sup>16</sup> e de sobrevivência, mas também sobre aspectos subjetivos, como a desvalorização social, perda da identidade, carência de laços comunitários, sociais e familiares, isto é, sintetizando, “[...] a tônica é dada pelo empobrecimento das relações sociais, econômicas, culturais e das redes de solidariedade.” (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2013, p. 19).

Yazbek (2001, p. 21) enaltece o discurso de que a noção de vulnerabilidade social teve ser adotada para além do viés econômico, ela deve adotar indicadores sociais mais amplos.

Um somatório de situações de precariedade, para além das precárias condições socioeconômicas (como indicadores de renda e escolaridade ruins) [...]. São considerados elementos relevantes no entendimento da privação social aspectos como a composição demográfica das famílias aí residentes, a exposição de riscos variados (como altas incidências de certos agravos à saúde, gravidez precoce, exposição à morte violenta, etc.), precárias condições gerais de vida e de outros indicadores (YAZBEK, 2001, p. 21).

Em suma, entende-se que são dois os aspectos que fundamentam a manifestação da vulnerabilidade social, as condições de vida dos sujeitos sociais e as situações sociais que se encontram.

Logo, Mandola e Hogan (2006, p. 37) citam que, embora a vulnerabilidade social apareça nas Ciências do conhecimento, muitas vezes como uma nova guinada ideológica, ela deve ser cuidadosamente analisada de acordo com a singularidade da tessitura social e geográfica que imprimem na relação de risco, proteção, segurança e insegurança.

A vulnerabilidade é extremamente dinâmica, além de poder apresentar sazonalidades até em pequena escala temporal, isto porque uma avaliação da vulnerabilidade passa pela compreensão do perigo envolvido (eventos que causam dano)<sup>17</sup>, do contexto geográfico e da produção social (as relações sociais, culturais,

<sup>16</sup>Segundo Lúcio Kowarick (2002, p. 21), a vulnerabilidade social está arraigada à conotação de renda, pois reflete às precariedades do trabalho, no qual a perda das “proteções” advindas desse promove um conjunto de inconsistências na vida do(a) trabalhador(a), quer seja na condição direta de acesso direto a renda como no acesso à previdência.

<sup>17</sup> Os danos podem ter origens diversas: eventos naturais, instabilidade política e econômica, condições inatas, aduzidas ou naturais, criações culturais ou da interação entes esses que levam a um maior risco ou menor habilidade de resposta (SILVA, 2015, p. 25).

políticas, econômicas e a situação das instituições), que revelarão os elementos constituintes da capacidade de resposta, absorção e ajustamento que aquela sociedade ou lugar possuem para enfrentar o perigo. Qualquer alteração em um dos termos envolvidos pode aumentar ou diminuir a vulnerabilidade. (MARADOLA; HOGAN, 2006, p. 37).

Assim, parte-se do pressuposto de que a vulnerabilidade social, enquanto um processo dinâmico, é associada a condições de insegurança e riscos ante aos seguintes aspectos: ao desemprego, à pobreza, às condições de trabalho, à falta de proteção social, à oferta e acesso aos serviços públicos e à fragilidade dos vínculos familiares e sociais. Logo, ao debruçar sob o conceito de vulnerabilidade social, faz-se necessário tecer algumas contribuições em torno à noção de risco social, pois, ainda que tênue, apresentam diferenças fundamentais.

De acordo com Silva (2015, p.22), a situação de risco é a probabilidade de sofrer um dano, enquanto que dano seria o resultado negativo de um risco concretizado, geralmente de rupturas, como familiar, violação de direitos e aumento das desigualdades. Em parte que a vulnerabilidade, segundo a autora, é a combinação de ser exposto à ameaça e à materialização do risco, bem como da capacidade de resposta para se defender da situação em que presencia. Por conseguinte, sintetizando, situação de risco foca-se na perspectiva do dano, enquanto que vulnerabilidade social fundamenta-se na intensidade da exposição, da gravidade, da ameaça e dos meios de respostas.

Nessa acepção mais difundida, vulnerabilidade seria a combinação das condições de vida dos sujeitos sociais e as situações sociais que se encontram, bem como a capacidade de resposta<sup>18</sup> ante o resultado social da cicatriz da desigualdade, do desamparo público, da ausência do Estado, que acabam por criar riscos e desarmar defesas.

Nos termos até aqui assentados, destaca-se que a análise da questão social e, conseqüentemente, da vulnerabilidade social não são compreendidos como “problema social” que recai ao sujeito social isoladamente ou a certos grupos sociais a responsabilidade da capacidade de dar respostas ou a culpa pelo conjunto de carências e privações por eles vivido (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2013, p. 21).

Na perspectiva de política pública, o termo vulnerabilidade social além de ser utilizado pela Política Nacional de Assistência Social<sup>19</sup> (PNAS, 2004) para caracterizar os

---

<sup>18</sup> Interessante enaltecer a defesa de Jacouud (2009, p. 35), na qual cita que “O olhar da vulnerabilidade não pode ser só da precariedade, mas também o dimensionamento da capacidade ou, como tenho preferido, da resiliência, isto é, da capacidade de resistência a confrontos e conflito.”

<sup>19</sup> A discussão sobre vulnerabilidade social na política de assistência social constitui campo para prevenção e monitoramento de agravantes. Logo, registra-se que se comunga dessa ação, contudo, parte-se do pressuposto

usuários a serem atendidos pela política de assistência social, ele é também o alicerce da proteção social básica<sup>20</sup>. Assim, segundo a legislação, vulneráveis são:

[...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2004, p. 33).

Assim sendo, entende-se que os vulneráveis são pessoas ou grupos que por condições sociais, de classe, étnicas, culturais, etárias, políticas, econômicas, educacionais e de saúde, distinguem-se por sua situação de vida e sobrevivência. O que implica, aos sujeitos sociais, suscetível restrição à liberdade, redução da autonomia e das capacidades, fragilização dos laços de convivência e tantos outros aspectos que podem aumentar a probabilidade da presença de risco (YAZBEK, 2001, p. 34).

Segundo o entendimento mais amplo das dimensões que perpassam a discussão da vulnerabilidade, a PNAS, segundo a Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (BRASIL, 2013, p. 9), assinala dois grupos que estariam em situação de vulnerabilidade social: aqueles que estão em condições precárias ou privativas de renda e sem acesso aos serviços público, no qual denomina de dimensão material da vulnerabilidade; e aqueles que são desvalorizados ou discriminados negativamente por terem características sociais e culturais diferentes, designando de dimensão relacional da vulnerabilidade.

Considerando os dois aspectos que figuram a vulnerabilidade social, a condição de vida e as situações sociais que se encontram na vida dos sujeitos sociais, Vignoli (2002, p. 95) chama atenção para alguns determinantes que podem levar à dimensão material ou relacional da vulnerabilidade, sendo eles:

- Ciclo da vida (algumas etapas do ciclo de vida são mais vulneráveis);
- Crise econômica e desastres ambientais;
- Incerteza, insegurança e rupturas da complexidade da vida social da modernidade avançada;
- Desproteção em decorrência da erosão do Estado e da família;
- Carência pela desatualização ou imobilidade de capital físico, humano e social, associado à incapacidade de influenciar decisões que distribuem recursos;
- Dinamismo das condições de pobreza (os fatores que determinam uma receita pequena e persistente). (VIGNOLI, 2002, p. 96).

---

que a concretude da vulnerabilidade social advém da estrutura do capital e, essa, é a matriz da ininterrupta barbárie.

<sup>20</sup> Discussão que será explanada no segundo capítulo deste trabalho.

Além dos determinantes citados, Marandola (2002 apud BRASIL, 2013, p.27) acrescenta outros aspectos vinculados à vida urbana e sua disposição socioespacial:

- Capacidade de resposta diante de situações de risco ou constrangimentos gerados pelo local de moradia.
- Segregação socioespacial da população de baixa renda (condições precárias da moradia, em termos de infraestrutura, ambiental e de propriedade). (MARANDOLA, 2002 apud BRASIL, 2013, p. 27).

Compreender a vulnerabilidade social é deslocá-la do individual e levar em consideração os aspectos do contexto social. Assim, aquela passa a ser entendida a partir de múltiplos condicionantes, isto é, “[...] a vulnerabilidade não é uma essência ou algo inerente a algumas pessoas ou grupos, mas diz respeito a determinadas condições e circunstâncias que podem ser minimizadas ou convertidas.” (PAULILO; JEOLAS, 1999, p. 1 apud MONTEIRO, 2011, p. 32).

Assim, apesar de a vulnerabilidade ser vinculada, na sua maioria, à pobreza, ela é ainda uma condição complexa e relevante de desvantagens sociais e demográficas que descreve a modernidade tardia. (BRASIL, 2013, p.28). Mediante essa perspectiva, deve-se considerar, segundo Teixeira (2008, p. 25), o desvendamento das condições estruturais e de classe sob a lógica do capital, as quais engendram manifestações da questão social, ou seja, a regência do trabalho assalariado, aviltante e alienado como fonte de valor e de degradação social, no que diz respeito ao acesso restrito a bens e serviços produzidos socialmente.

Acredita-se, então, que a vulnerabilidade social é expressão da questão social contemporânea, pois envolve além da precariedade de renda, as necessidades insatisfeitas em múltiplos âmbitos (escolaridade, alimentação, saúde, moradia, transporte, dentre outros) relações fragilizadas, nos quais acabam por demandar respostas por parte do Estado. Logo, envolve dupla dimensão, a privação material e a privação de ordem subjetiva.

Percebe-se, com estas considerações, que a importância conceitual da expressão da vulnerabilidade social é tencionada por um longo debate, que ainda está em construção. O que se sabe é que a vulnerabilidade social deve ser permanentemente, pautada na precariedade e resiliência, e que tal demanda não recai apenas à política de assistência social, mas em todas as políticas sociais existentes, como de saúde, educação, habitação, trabalho e renda, dentre outras.

Faz-se prudente destacar que, embora se pactue com a compreensão de que todo o ser social está sujeito a condições de vulnerabilidade social, principalmente os que vivem da

venda da sua força de trabalho, a análise central que digladia o presente estudo é sobre a categoria da pessoa idosa. Assim sendo, segundo Teixeira (2008), o que marca o envelhecimento do(a) trabalhador(a) como expressão da questão social é a vulnerabilidade social em massa dos destituídos de propriedades, principalmente, quando não têm ou perdem o valor de uso para o capital, engendrado por estruturas geradoras de desproteções.

Submetidos a uma ordem que desqualifica a mão de obra em processo de envelhecimento, a vulnerabilidade social, enquanto uma das expressões da questão social, representa a herança histórica da construção societária do capital. Como parte inerente desta história está a desproteção social em que o(a) velho(a) trabalhador(a) está sujeito(a), à medida que vivenciam situações concretas do isolamento social, caracterizadas por restrições e insuficiência de acesso a bens e serviços públicos.

Sendo assim, discutir sobre a desproteção social e a vivência de isolamento social, enquanto insuficiência ou ausência de oferta de ações públicas diante da vulnerabilidade social é o desafio que se segue.

### **1.3 O isolamento social, o acesso a serviços públicos e a desproteção social**

A abordagem da temática do isolamento social é sustentada por diversos estudos das ciências do conhecimento, desenvolvidas sob várias perspectivas e diferentes dimensões. Na psicologia social, por exemplo, alguns autores relacionam o isolamento social com a solidão “Pode haver isolamento social acompanhado do sentimento de solidão; pode haver isolamento social sem o sentimento de solidão; pode haver solidão em situação de isolamento social; pode haver solidão sem situação de isolamento social.” (DANTAS, 1993, p. 10). Já para Stefano Cavalli e Daniela Dus (2015, p. 80), que estudam o percurso da vida, o isolamento social se refere a uma situação objetiva, enquanto a solidão é uma sensação subjetiva “O 'isolamento social refere-se a uma situação objetiva [...] (ficar sozinho) [...]. A solidão é uma sensação de que reflete um estado subjetivo [...] (sentir-se sozinho).”<sup>21</sup>

Para os pesquisadores, da antropologia social e das ciências da saúde, G. Clare Wenger, Davies Richard, Said Shahtahmasebi e Anne Scott (1996, p. 333-345), o isolamento social é uma situação objetiva, no entanto destacam que tal vivência pode acompanhar toda a trajetória de vida, ou seja, o envelhecer, ou ocorrer em uma única fase, como a velhice. Para

---

<sup>21</sup> “L’ isolamento sociale si riferisce a una situazione oggettiva [...] (essere soli) [...]. La solitudine è un sentimento che riflette uno status oggettivo [...] (sentirsi soli).”

isso, os autores destacam a pesquisa realizada no Norte do País de Gales, no qual indicam três fatores críticos para a vivência do isolamento social, sendo eles: o estado civil, tipo de rede de apoio e classe social. Os resultados do estudo apontam que os entrevistados casados são menos prováveis de vivenciarem o isolamento social se comparado aos que nunca foram casados ou estão viúvos, e este último tende a aumentar com a duração da viuvez; a rede de apoio é significativa para os sujeitos sociais, contudo àqueles que possuem fragilidade no contato da rede familiar e comunitária tendem a ter propensão de vivenciar o isolamento social; as pessoas idosas da classe trabalhadora são propensas a serem isoladas, pois reflete menor renda, menor qualidade de vida e acesso aos serviços essenciais de sobrevivência. Por fim, asseguram que o isolamento social é proveniente de fatores que estão, em grande parte, fora do controle do sujeito.

No que se refere à Política de Assistência Social, o tema isolamento social foi acrescido e ganhou destaque com a normatização da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009), quando passou a compor a descrição dos usuários prioritários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para Idosos.

O SCFV citado descreve, em sua normativa, a vivência de isolamento social de pessoas idosas como sendo a vulnerabilidade da “[...] ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário [...]” (BRASIL, 2009, p. 12). Na publicação da Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (BRASIL, 2017, p.45), o isolamento é entendido como “[...] situações de ausência de relacionamentos regulares e cotidianos, redução de capacidades de comunicação.” Nota-se, ao destrinchar as Orientações Técnicas do referido Serviço (BRASIL, 2012) e demais referências normativas, que a vulnerabilidade da vivência do isolamento social recebe enfoque, unicamente, enquanto aspecto relacional e não material.

Assim, com o prisma das normatizações supracitadas e alguns aspectos evidenciados pelos autores acima citados, sob o respaldo da perspectiva crítica da realidade – método de análise deste estudo – compreende-se que a vivência de isolamento social – situação objetiva que acompanha a trajetória de vida da classe trabalhadora<sup>22</sup> – deve ser analisada, pelo SCFV para idosos. Acrescentam-se os determinantes da dimensão material da

---

<sup>22</sup> Estudos evidenciam que na sociabilidade capitalista não há uma classe trabalhadora homogênea, justamente, pelo fato da própria diversidade que advém da heterogênea experiência de dominação que os sujeitos sociais são envolvidos (YASBEK, 2009, p. 76).

vulnerabilidade social<sup>23</sup> decorrente da lógica capitalista, isto é, como questão de desproteção social que acompanha o árduo processo de envelhecimento da classe trabalhadora, no qual acaba por tender a uma velhice desprotegida e desumanizada. De acordo com Haddad (2016, p. 167) “Sem considerar as condições objetivas de vida no interior das sociedades capitalistas, embrenha-se em caminhos repletos de emboscadas.” Logo, a discussão que se segue perpassará pela análise e considerações sobre o isolamento social sob olhar da dimensão da vulnerabilidade material.

Destarte, discutir sobre a vivência do isolamento social é, sem dúvida, um desafio, uma vez que sua essência se revela a partir da organização da sociedade capitalista, na qual se manifesta, durante o processo de envelhecimento do(a) trabalhador(a), por meio das desproteções. Outro aspecto estruturante desse desafio é o escasso debate da temática assentado na perspectiva crítica.

Logo, defende-se o isolamento social como vulnerabilidade social<sup>24</sup>, enquanto uma das expressões da questão social<sup>25</sup>, compreendida como produto da sociedade capitalista, da prevalência do capital sobre o trabalho por meio da exploração da mão de obra e da distribuição desigual da riqueza produzida socialmente, contribuindo para uma sociedade de classe marcada por profundas desigualdades.

Nesta direção, entende-se que a vivência do isolamento social está intrinsecamente vinculada às precariedades da vida social provenientes do desenvolvimento da sociedade burguesa e que, por conseguinte, não conta com a efetiva proteção social pública por parte do Estado.

A defesa que se faz neste estudo em relação à vivência de isolamento social está fundamentada na reflexão de Marx (1987, p. 4):

[...] na “sociedade burguesa”, as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior. Todavia, a época que produz este ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento. O homem é no sentido mais literal, [...], não só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade.

<sup>23</sup> Entende-se por dimensão material da vulnerabilidade social, assunto já exposto no subcapítulo anterior, os sujeitos sociais que estão em condições precárias ou privativas de renda e sem acesso aos serviços público.

<sup>24</sup> A vulnerabilidade será debatida como uma circunstância presente na vida dos sujeitos sociais atendidos pela assistência social, na busca de alcançar a leitura da realidade social destes sujeitos.

<sup>25</sup> Como refere Marilda Villela Iamamoto (2005, p. 27), a questão social diz respeito [...] ao conjunto das expressões de desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade; entretanto, impensável sem a intermediação do Estado.

A análise de Marx é a ratificação de que com o desenvolvimento histórico da organização social capitalista, o(a) trabalhador(a)<sup>26</sup> – separado, isolado dos meios de trabalho e submetido à forma capitalista de propriedade – passou a vivenciar o isolamento social, pois se tornou sujeito dotado de mera capacidade de trabalho, inteiramente necessitado, excluído de toda riqueza produzida socialmente e alijado das condições necessárias à sua realização objetiva na criação dos seus meios de sobrevivência (IAMAMOTO, 2001, p. 16).

Perante a fundamentação desta análise, entende-se que o isolamento social não é um aspecto transitório do capitalismo, mas estrutural do próprio desenvolvimento dessa sociabilidade. Sendo assim, pelo fato da produção de riqueza não seguir um processo de redistribuição<sup>27</sup> que permita a todos o acesso aos bens produzidos, a vulnerabilidade do isolamento social, característica da sociedade capitalista, acomete, sobretudo, a classe trabalhadora<sup>28</sup>, ou seja, àqueles que possuem apenas sua força de trabalho para sustentar suas necessidades. Desde modo, Martins (2002, p. 61) afirma que o(a) trabalhador(a) “[...] é justamente igual ao capitalista, mas não é materialmente igual a ele [...].”

Destarte, discutir a vivência de isolamento social dos(as) trabalhadores(as) idosos(as), arraigada na perspectiva da dimensão material da vulnerabilidade social, é invocar as várias precariedades, a ausência de renda e também outras dimensões fundamentais de sobrevivência que perpassaram o processo de envelhecimento, como exemplo a carência de esperança e a escassez de acesso a bens e serviços de direitos como: moradia, alimentação, trabalho, educação, saúde, lazer, assistência social, previdência, transporte, segurança<sup>29</sup>. Trata-se, portanto, de um isolamento social que é engendrado pelo próprio capitalismo e que dele faz parte.

Logo, segundo Sposati, Falcão e Fleury (1995, p. 18), os sujeitos sociais que possuem níveis precários de sobrevivência são destituídos, também do acesso a serviços e

---

<sup>26</sup> Por não possuir meios de produção para usá-la, o operário vende o único bem de que lhe dispõe, sua força de trabalho, para obter seus meios de vida, aquilo que necessário para sobreviver (MARTINS 2002, p. 64).

<sup>27</sup> Convencionou-se fazer a distinção entre distribuição e redistribuição. A distribuição, segundo Pereira (2011, p. 17), tem como característica não confrontar possuidores e não possuidores de bens e riquezas, pois transfere para os despossuídos recursos de fundo público proveniente de distintas fontes. Já a redistribuição, a autora cita que tem como característica conflitos de interesses, pois implica retirar bens e riqueza de quem possui e transferir para quem não possui. Ressalta-se que a redistribuição aqui citada, não gere apenas sob o aspecto de renda, mas também sob o prisma social, cultural e político.

<sup>28</sup> Entende-se aqui que estar ou não inserido no mercado de trabalho não protege a classe trabalhadora de vivenciar a vulnerabilidade do isolamento social, uma vez inserido, encontra-se vulnerável pelas próprias condições precárias de trabalho, por conta da exploração acirrada da força de trabalho, da insuficiente remuneração e incompatível com suas necessidades.

<sup>29</sup> Os direitos citados compõem o rol de direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição Federativa Brasileira de 1988. A Carta Cidadã subdivide os direitos e garantias em: direitos individuais e coletivos; direitos de nacionalidade; direitos políticos; direitos à participação em partidos políticos e direitos sociais, sendo esse último o âmbito de discussão do estudo.



bens situados pela sociedade, “[...] Não é só a restrita ou até a ausente participação da riqueza, do ponto de vista salarial, a causadora do agravamento da pobreza, mas também o acesso restrito a bens e serviços sociais.” Deste modo, a disparidade de acesso a bens e serviços é, limpidamente, distinta e desproporcional entre as classes, no entanto, é evidente que a classe operária é a que padece pela desproporção do nível de subordinações e dessemelhanças sociais, políticas e econômicas.

A priori, a leitura crítica da conjuntura da sociedade do capital aponta paradoxos e contradições que se expressam na vivência do isolamento social, pela reiteração da desproteção<sup>30</sup> social (SPOSATI, 2013, p. 652). Assim, Lúcio Kowarick (2002, p. 17) nomeia a sociabilidade capitalista como “raquítica”, pois impõe aos sujeitos sociais uma conjuntura de refusão dos direitos, segregação dos sobrantes dos meios de produção e com isso a precarização da vida humana.

Destarte, a fim de vislumbrar a vivência do isolamento social, sob a dimensão da vulnerabilidade material que escolta o processo de envelhecimento da classe trabalhadora, apresentam-se, a seguir, dados da realidade nacional.

De acordo com o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2017, estima-se que 11,5 milhões pessoas não sabem ler e escrever no Brasil, o que leva o País a ocupar a oitava<sup>31</sup> posição entre os dez países que respondem por 72% da população mundial de adultos analfabetos do mundo. Segundo a pesquisa, “[...] a incidência chega a ser quase três vezes maior na faixa etária da população de 60 anos ou mais de idade (IBGE, 2017, on-line).

No que se refere a previdência social<sup>32</sup>, de acordo com a publicação do IBGE (NOVO, 2018, on-line), em 2016 houve o decréscimo de 55,5 milhões de contribuintes. A queda do número de contribuintes, segundo o estudo, foi motivada pela inversão do ciclo econômico, o que resultou, em termos percentuais, em 61,2% de trabalhadores(as) formais e em 38,8% informais. Sob essa realidade, o estudo afirma que cresce a miséria e a fome no Brasil.

---

<sup>30</sup> A desproteção é entendida, neste trabalho, como as formas de agressão à vida em seu aspecto biológico, social e ético. Para tanto, compreende-se que as situações de desproteções são de responsabilidade estatal e devem ser superadas por meio da oferta efetiva de políticas públicas.

<sup>31</sup> Segundo o Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos (EPT) da UNESCO, de 2014, o Brasil fica atrás dos países: Índia, China, Paquistão, Bangladesh, Nigéria, Etiópia e Egito; e à frente dos países: Indonésia e República Dominicana do Congo.

<sup>32</sup> Os dados implicam que a nova configuração de trabalhadores – crescimento dos trabalhadores informais e decréscimo dos trabalhadores com carteira assinada - levam os sujeitos sociais e sua família a níveis altos de desproteção não apenas no que se refere à previdência social, mas em relação aos reflexos à alimentação, à moradia, à saúde e até mesmo à intensificação das condições de exploração do trabalho.

O estudo do IBGE, segundo Novo (2018, on-line) pontuou ainda, seguindo o recorte de pobreza do Programa Bolsa Família e critério de renda do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que em 2016 4,2% da população brasileira estava em condição de extrema pobreza (R\$ 85,00 mensais), enquanto que 6,5% em situação de pobreza (R\$ 170,00 mensais) e 12,1% em condições de renda de um quarto do salário mínimo per capita.

De acordo com Novo (2018, on-line), em relação a análise de saneamento básico, a referida publicação do IBGE apresenta que 37,9% dos domicílios nacionais não possuem acesso aos três serviços de saneamento básico: coleta de lixo, água tratada e acesso à rede de esgoto.

Evidencia-se que as cifras, quando publicizadas, em sua maioria fragmenta o fenômeno que se denomina, aqui, por isolamento social, pois apontam o restrito e precário acesso a bens e serviços ofertados aos sujeitos sociais, no que se refere aos direitos básicos, mas não mostram – e essa é a intenção – a dimensão da vulnerabilidade material como um fenômeno estrutural decorrente de um modo de produção que engendra desproteções. De acordo com Sposati, Falcão e Fleury (1995, p. 116), a intencionalidade das cifras desconexas da reflexão é introjetar, no imaginário coletivo, a naturalização do desamparo público.

A partir deste raciocínio, Yazbek (2009, p. 72) atina que os impactos destrutivos do sistema – o desemprego, a debilidade da saúde, a moradia insalubre e precária, alimentação insuficiente, a fadiga, dentre tantos outros – deixam marcas sobre a população trabalhadora em todas as suas fases de vida. Logo, esses são alguns exemplos, de tantos outros existentes, da desproteção social pública que denunciam os limites das condições de vida do envelhecimento da classe operária.

Com base na análise de Abranches, Wanderley e Coimbra (1987, p. 16), compreende-se que a vivência de isolamento social é a desproteção da destituição dos:

[...] meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso a oportunidades de emprego e consumo; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à vida e ao bem-estar. (ABRANCHES; WANDERLEY; COIMBRA, 1987, p. 16).

Deste modo, considera-se que as destituições das necessidades básicas de sobrevivência humana suscitam o conjunto de desproteções sociais, que se revela como o sinal da escassez de medidas protetivas e amparo estatal.

Entende-se que a vivência do isolamento social, sob a análise da dimensão da vulnerabilidade material, é a realidade de uma imensa parcela da população, em que

experiencia diversidades de desproteções e que, por conseguinte, tenciona carências e necessidades ao acesso de bens e serviços, no qual transforma a vida cotidiana em luta, diária, por sobrevivência (YAZBEK, 2009, p. 81).

Apropria-se da reflexão de Lúcio Kowarick (2002, p. 10) ao compreender que a temática do acesso a bens e serviços está intrinsecamente relacionada com os direitos sociais e as responsabilidades protetivas do Estado. Para o autor:

[...] há muita vulnerabilidade em relação a direitos básicos, na medida em que não só os sistemas públicos de proteção social foram sempre restritos e precários, como também, em anos recentes, houve desmontes de serviços e novas regulamentações que se traduziram em perda de direitos adquiridos. (KOWARICK, 2002, p. 10).

A reflexão do autor alude que a ineficiência das responsabilidades estatais em promover acesso aos direitos compromete a dignidade do cidadão e o expõe a precarização de direitos básicos. Assim, sabe-se que o(a) trabalhador(a), no seu processo de envelhecimento, passa o seu tempo lutando, mesmo que de maneira individual<sup>33</sup>, para sobreviver ante as precárias e escassas proteções de direito, o que coloca sua vida social em constantes incertezas.

É no contexto de desproteção social que a participação do Estado se torna imprescindível para objetivar suas responsabilidades no contexto da promoção e proteção social pública diante dos direitos sociais. Contudo, quando o Estado minimiza sua extensão em face da capacidade de proteção, além dos efeitos econômicos e sociais, sua atitude provoca efeitos severos na vida dos sujeitos sociais. Logo, estratégias transgressoras e reguladoras podem contornar o formato da proteção social, regulando-a não apenas aos interesses da acumulação como a reprodução das desigualdades sociais.

Compreender a vulnerabilidade material do isolamento social em relação a desproteção social, pode ser uma ação audaciosa, pois corre-se o risco de focalizar em um único ciclo de vida, a velhice do(a) trabalhador(a), no entanto, deixa-se claro que aquela está presente ao longo do processo de envelhecimento dessa classe social.

Assim, é fato afirmar que o(a) trabalhador(a), em processo de envelhecimento ou na fase da velhice, não tem outro meio de suprir suas necessidades se não pela via da efetivação dos seus direitos sociais pela proteção social pública, pois se entende que esse sujeito social está mais desprovido de proteção do que aquele que possui condições de

---

<sup>33</sup> Expõe o entendimento de Yazbek (2009, p.18) quando cita que “[...] Quanto mais particularizada for a necessidade a atender (uma deficiência, uma vulnerabilidade), entendida será, sendo comum, como questão a ser resolvida pelo indivíduo.”

“comprar” os meios básicos de proteção pelas vias do mercado privado. De acordo com Martins (2002, p. 130), na incongruência da sociedade capitalista, há sujeitos sociais que possuem “[...] acesso às oportunidades que a sociedade pode oferecer na economia, nas relações sociais, na cultura [...]” e aqueles que se situam “[...] à margem dessa mesma sociedade, submetidos a permanentes insuficiências, carências e privações não só materiais. Aqueles que se defrontam de fato com coisas, espaços e situações que lhes são vedados nas próprias relações cotidianas.”

Destarte, entende-se que o tratar da desproteção social, na sociedade capitalista, transmuta entre renda e consumo, visto que a classe trabalhadora está no meio da tensão entre obter segurança de renda e sobreviver em uma sociedade que grita pela capacidade de consumo por direitos básicos (SPOSATI, 2013, p. 664). Destaca-se que problematizar a desproteção social é considerar a severidade do Estado neoliberal, ao prezar pela contração dos direitos sociais o descaso do campo social em detrimento dos interesses econômicos.

Logo, a busca por justiça social e redistribuição de riqueza, assim como pelo modelo eficaz de proteção social pública associada a princípios de equidade social, demonstra não ser a preocupação ou o objetivo do sistema capitalista, que por outra, não vem ao encontro o enfrentamento das manifestações da questão social que cerceiam o direito de uma vida digna. O anseio da efetivação e expansão dos direitos sociais não condiz com os anseios do desenvolvimento econômico do capital, pelo fato de ser um sistema que se mantém pela produção e reproduz das mutações da realidade social da classe trabalhadora.

Segundo Sposati (2013, p. 661-662), entende-se que a proteção social pública brasileira passa por uma incompletude racional de “desarranjo estratégico”, uma vez que consolida e reitera a omissão do Estado em relação aos direitos. “[...] reconhecer e prover acessos, gerar a articulação e a completude de atenção entre acessos a serviços de diferentes políticas sociais, convívio de atenções organizadas por lógicas que não se conectam em princípios e valores, entre outras tantas questões.”

Segundo Martins (2002, p. 13), o modelo de desenvolvimento econômico que sustenta o mundo contemporâneo conduz, simultaneamente, a extremos de progresso tecnológico e de bem-estar para setores restritos da sociedade e a extremos de privação e consequências sociais gravemente adversas. De acordo com Yazbek (2009, p. 21), experientia-se:

Uma conjuntura econômica dramática, dominada pela distância entre minorias abastadas e massas miseráveis, evidencia que um longo caminho nos separa de uma necessária redistribuição de renda e da constituição de políticas que voltem às

demandas sociais dos grandes contingentes esmagados [...]. (YAZBEK, 2009, p. 21).

Desse modo, o apontamento da autora evidencia a gravidade da conjuntura social, em que mostra a dessemelhança de bens materiais e culturais que figura a reprodução do cotidiano de um grande contingente populacional na sociedade brasileira. Isto equivale a dizer que as relações de desigualdade, relações essas assimétricas, estabelece contrastes entre miséria e abundância.

Destarte, tratar a desproteção social enquanto parte que acresce à discussão da vulnerabilidade social da vivência de isolamento social é sublinhar a prática do Estado capitalista, que é regulado pelo poder da classe dominante, os donos da produção. Assim, o que era para ser uma instituição de interesse coletivo, passa a ser norteador pelos interesses do bloco do poder.

Portanto, enfatiza-se que tratar a vulnerabilidade da vivência do isolamento social dos(as) trabalhadores(as) exige uma leitura complementar entre as mediações da intersecção da realidade histórica, econômica, social, política da vida em sociedade, bem como da correlação de forças sociais.

Com a intenção de amplificar a discussão sobre as incertezas e inseguranças do isolamento social da classe trabalhadora, Abranches, Wanderley e Coimbra (1987, p. 17-18) afirmam que:

Mesmo nas formulações mais liberais, há o reconhecimento de que as necessidades ditas “básicas” não podem se resumir apenas àquelas ligadas à pura sobrevivência física. Deve incluir, necessariamente, a persistência física em condições que as necessidades biológicas sejam satisfeitas em grau adequado à prevenção de seqüelas derivadas a má alimentação, garanta-se a salubridade do meio ambiente, abrigo adequado, ações de saúde preventiva e assistência médica. Mas devem contemplar também, além disso, a satisfação de outras necessidades cultural ou socialmente determinadas, que definem um mínimo de bem-estar e a garantia de meios que permitam alterar as chances de vida futura, a começar pela educação elementar.

Assim, entende-se que o isolamento social, que é uma das expressões da vulnerabilidade social, enquanto uma das manifestações da questão social presente na vida do envelhecer do(a) trabalhador(a), invoca não somente precariedades na ausência/insuficiência de acesso a serviços públicos essenciais para sua sobrevivência, mas também atributos relacionais, de pertencimento. Logo, assimila-se a importância da proteção social pública ante

o isolamento social firmado pela dimensão da vulnerabilidade material e pela dimensão da vulnerabilidade relacional<sup>34</sup>, de modo a se relacionarem em sua complementaridade.

A dimensão da vulnerabilidade relacional<sup>35</sup>, embora não seja o foco desta discussão, é compreendida como a desvalorização ou discriminação dos sujeitos sociais por apresentam díspares características de pertencimento, ciclos de vida, identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual, além de desvantagem resultante de deficiências, nos quais acabam por produzir sofrimento ético/político<sup>36</sup>. Assim, sob o viés do ciclo de vida<sup>37</sup>, faz-se oportuna a consideração sobre a vulnerabilidade relacional.

Sob a perspectiva dos ciclos da vida humana e o olhar do processo histórico, cultural, econômico e político da sociabilidade capitalista, ora apresentado, entende-se que a velhice da classe trabalhadora é conduzida à depreciação. Perante esta perspectiva, Teixeira (2008, p. 24) explicita que a classe trabalhadora presencia a impossibilidade/dificuldade da reprodução social e de uma vida cheia de sentido e valor na ordem do capital. Logo, defende-se que a atual sociabilidade além de conduzir à debilidade material também fragiliza vínculos (família, comunidade, instituição, dentre outras), e que, portanto, produz a vulnerabilidade do isolamento social.

Faz-se oportuno destacar que as condições degradantes que os(as) trabalhadores(as), em seu processo de envelhecimento, presenciam no mundo do trabalho e no restrito acesso a bens e serviços públicos ecoam na possibilidade de enfraquecimento dos vínculos sociais. Exemplo desta reflexão é o receio dos responsáveis familiares em não conseguirem prover a sobrevivência de seus membros, conseqüentemente acabam por se submeter a extensas jornadas de trabalho e múltiplos empregos e que, por falta de tempo, as relações de afeto definham.

Em face do exemplo supracitado, Martins (2002, p. 30) chama atenção para a desresponsabilidade/irracionalidade estatal e a transferência de ação protetiva ao grupo relacional do(a) trabalhador(a), a família, que também é vítima do isolamento social sob o viés da dimensão da vulnerabilidade material. Segundo o autor, essa mesma sociedade, não

---

<sup>34</sup> No decorrer do estudo, algumas reflexões sobre a dimensão da vulnerabilidade relacional serão suscitadas.

<sup>35</sup> O material “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” (2017, p. 41) identifica e caracteriza a vulnerabilidade relacional como sendo: conflitos, abandono, preconceito/ discriminação, apatidão, confinamento, isolamento e violência.

<sup>36</sup> A pesquisadora Bader Burihan Sawaia define sofrimento ético-político como “[...] aquele provocado pelo reconhecimento negativo/desvalorizado que se faz de uma pessoa, ou seja, as diferenças são vividas como desiguais.” (BRASIL, 2017, p. 10).

<sup>37</sup> Os ciclos da vida humana são entendidos como sendo a infância, adolescência, vida adulta e velhice.

nutre a “[...] realidade crua da classe operária nos seus momentos de adversidade e fragilidade [...]].”

Ressalta-se a necessidade de cautela quando se discute a dimensão relacional, pois, segundo Sposati, Falcão e Fleury (1995, p. 3), é justamente a rede de apoio familiar ou comunitária, a protagonista pela estratégia de sobrevivência da sua situação de despossuídos e destituídos. Logo, o Estado responsabiliza a família por proteção pela sua irresponsabilidade.

Entende-se ser útil o caminho percorrido em busca da compreensão do isolamento social apoiado à dimensão da vulnerabilidade material, pois expôs, fundamentalmente, as contradições históricas e políticas do reconhecimento das contradições que rebatem no processo de envelhecimento do(a) trabalhador(a). Portanto, o presente discurso sobre a vulnerabilidade do isolamento social pretende ser horizonte de reflexão para profissionais e pessoas idosas, além de ser um discurso militante em favor das transformações sociais.

Neste contexto, assinala-se a importância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos no fomento de expressões de luta por uma proteção material entre as pessoas idosas, o que invocaria o reavivar do reconhecimento das necessidades básicas ao desenvolvimento humano, isto é, as necessidades expressas nas várias dimensões da vida cotidiana. Tal reflexão se faz necessária, uma vez que Martins (2002, p. 31) refere que o(a) trabalhador(a) ancião(ã), portador de uma possibilidade histórica, é agente potencial de transformação social, pois ele é a personificação da contradição entre o caráter social da produção e a apropriação dos resultados dessa produção.

#### **1.4 O envelhecimento e as velhices da classe trabalhadora**

A fim de dar conta do objetivo deste estudo, – analisar as vivências de isolamento social do envelhecer e velhice da classe trabalhadora em relação à desproteção social da sociedade capitalista – considera-se que os elementos suscitados, até o momento, coadjuva no cenário de discussão sobre a temática do envelhecimento e velhice do(a) trabalhador(a) idoso(a)<sup>38</sup>.

O processo de envelhecimento das populações, nos últimos tempos, via de regra notado em escala mundial, assumiu condição de fenômeno e marco histórico, no qual passou

---

<sup>38</sup> Para efeito de pesquisa científica, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a idade de 60 anos para a pessoa ser considerada idosa nos países em desenvolvimento, e 65 anos para aquelas dos países considerados desenvolvidos. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002, online).

a exigir novas compreensões por parte da sociedade civil e do poder público, no sentido de repensar as velhices, sob o olhar das classes sociais.

Este fenômeno é heterogêneo, complexo, contraditório. Está ocorrendo nos países desenvolvidos como nos periféricos, sendo que, "[...] nos países desenvolvidos se deu gradualmente acompanhando as conquistas da classe trabalhadora, já o processo de envelhecimento populacional vem ocorrendo de forma acelerada nos países em desenvolvimento [...]" (POLTRONIERI; COSTA; COSTA; SOARES, 2015, p. 290). Ainda segundo as autoras "[...] a situação da velhice de frações da classe trabalhadora nessas nações traz as múltiplas expressões do antagonismo entre capital e trabalho, intrínseco ao modo de produção capitalista." (POLTRONIERI; COSTA; COSTA; SOARES, 2015, p. 290).

Ressalta-se que as velhices das populações se consolidam como fenômeno na realidade social de alguns países do mundo<sup>39</sup>, pois se sabe que, na sociedade capitalista e, principalmente, de capitalismo periférico e dependente<sup>40</sup> como o Brasil, o processo de envelhecimento padece por precariedades.

A desigualdade social demarca o processo de envelhecimento de muitos, se não todos, sujeitos sociais da classe operária, no qual protagonizam a situação de não terem oportunidade e acesso para a realização das suas necessidades básicas objetivas e subjetivas (CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 27).

A título de ilustração demográfica, dados da Síntese de Indicativo Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) demonstram que a população brasileira está envelhecendo em ritmo acelerado, já que as projeções indicam um progressivo envelhecimento populacional, pois quando se dispõe a analisar o grupo populacional como um todo, identifica-se que do ano de 2015 a 2070 – considerando que a população esteja em processo de crescimento estável – o grupo idoso será significativo: passando de 14,3% da participação da população idosa brasileiras no ano de 2015 para, aproximadamente, 35,0% em 2070 (IBGE, 2016, p. 13-14). Entretanto, devem-se transcender os dados demográficos para

---

<sup>39</sup> Faz-se importante salientar algumas considerações do relatório da Organização Mundial da Saúde (2003, apud CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 27), no qual demonstra a deterioração das condições de saúde em países da África, onde a queda da expectativa de vida teve uma queda de quase dez anos no Congo, passando de 52 anos em 2001, para 43 anos no ano seguinte. O documento também cita que enquanto uma criança nascida no Japão, em 2003, espera viver, em média, 85 anos, uma criança da Serra Leoa, possivelmente, não viveria além de 36 anos.

<sup>40</sup> Os termos se referem à peculiaridade histórica do modo de produção capitalista na sociedade brasileira, tendo em vista que se caracteriza pela submissão cega aos ditames internacionais e os organismos multilaterais; bem como o trabalho informal e precarizado; a exacerbação da apropriação privada da mais-valia, que resulta em uma alta concentração de renda, e as políticas sociais influenciadas pelo ideário neoliberal que se tornam superfocalizadas, restritivas e residuais, sendo executadas em um *mix* entre a esfera pública e privada, sob o rol do desmonte dos direitos sociais. (TEIXEIRA, 2017, p. 36).



que esse grupo populacional não seja entendido como uma “[...] coisa, descaracterizado, fragmentado, visto independentemente das suas condições objetivas de existência.” (HADDAD, 2016, p.91).

A priori, apresenta-se a premissa de que o envelhecimento, processo biopsicossocial que se dá ao longo da vida, não ocorre de maneira semelhante entre os sujeitos sociais. Ao passo que a velhice, fase da vida demarcada cronologicamente e socialmente, é muito mais que uma determinação biológica, ela é reflexo de condicionantes sociais e culturais que afetaram o sujeito durante todo o ciclo de vida humana (BEAUVOIR, 1990, p. 16).

A partir da consideração supracitada, em que os determinantes biológicos, psicológicos e sociais condicionam a maneira de envelhecer na sociabilidade capitalista, defende-se que há múltiplas velhices. Logo, Beauvoir (1990, p. 15) ressalta as diversas facetas das velhices:

Ela é um fenômeno biológico: o organismo do homem idoso apresenta certas singularidades. A velhice acarreta, ainda, consequências psicológicas: certos comportamentos são considerados, com razão, como características da idade avançada. Como todas as situações humanas ela tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e sua própria história. Por outro lado, o homem não vive nunca em estado natural; na sua velhice, como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade à qual pertence. (BEAUVOIR, 1990, p. 15).

Nas considerações sobre as velhices e, conseguinte, nos processo de envelhecimento humano, torna-se possível constatar que, na ordem do capital, esse fenômeno está longe de ser um dado natural e imutável. Como afirma Campelo e Paiva (2014, p. 142) “[...] o envelhecimento humano não se limita aos aspectos biológicos, sendo também um processo cultural, devendo, portanto, ser apreendido no movimento histórico das relações de produção e reprodução social.”

Desta forma:

A velhice, denominada “terceira idade” nos países desenvolvidos e importada para a periferia, é impossível de se estender a todos os idosos e de caracterizar o envelhecimento vivido por grande parte dos(as) trabalhadores(as) velhos(as), numa sociedade marcada pela concentração de renda, por desigualdades sociais e regionais, pela baixa socialização da renda reprodução social dos trabalhadores executada pelo Estado. (TEIXEIRA, 2008, p. 144).

De acordo com Campelo e Paiva (2014, p. 37), o envelhecimento, condicionado pela inserção nos segmentos e classes sociais, experiencia a necessidade de vender sua força

de trabalho para sobreviver, no qual traduz o sistema que subordina as qualidades e necessidades humanas à tirania do trabalho gerador de mais-valia. Assim, compreende-se que o envelhecimento humano, enquanto processo das relações de produção e reprodução da vida social, impacta na forma como as pessoas irão vivenciar a velhice, a partir da sua inserção nas classes sociais.

De acordo com Beauvoir (1990, p. 17), “[...] tanto ao longo da história como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice [...]”, deste modo, a autora divide o segmento de pessoas idosas em duas categorias – uma extremamente ampla, e a outra reduzida a uma minoria – originada pela objeção entre explorados e exploradores<sup>41</sup>.

Generalizar para a velhice o que pode ser vivido por apenas uma minoria de velhos é avançar o ‘sinal vermelho’ do semáforo da ciência. Não levando em conta as condições objetivas de trabalho na sociedade capitalista, suas representações fazem parte do mundo da pseudoconcreticidade. (HADDAD, 2016, p. 77).

Beauvoir (1990, p. 23) destaca que, se a velhice é uma realidade que está presente na história, não é menos verdade, então, que ela seja vivida de maneira diferente de acordo com as condições materiais de produção e reprodução social. Nessa perspectiva, o homem envelhece sob determinadas condições de vida, advindo do lugar que ocupa na produção e reprodução social.

Do ponto de vista do envelhecimento das frações de classe trabalhadora, categoria dos explorados, esse processo se metamorfoseia em uma expressão latente da questão social, diferenciando velhice de pobres e ricos, pois “[...] é na última idade que se cava mais profundamente o fosso entre esses últimos e a imensa maioria dos homens” (BEAUVOIR, 1990, p. 662). Logo, afirma-se que a dimensão heterogênea do envelhecimento humano se apresenta através do caráter de classes sociais. Classes entendida além do relacionamento entre grupos, mas sua coexistência no interior da estrutura social (YAZBEK, 2009, p. 26).

Magalhães (1989, p. 23), ao analisar a conjuntura brasileira, destaca que a questão social da velhice e do envelhecimento está vinculada ao modelo de produção econômica do País, mostrando o surgimento da velhice precoce, da velhice excluída e do pseudoidoso. A velhice precoce é aquela que envelhece rapidamente devido às condições adversas do trabalho. A velhice excluída é aquela que sobrevive nos meios rurais, suburbanos e urbanos

---

<sup>41</sup> Concorde-se com o pensamento de Mészáros (2002, p. 44) quando afirma que “[...] a posição de classe de quaisquer grupos diferentes de pessoas é definida por sua localização no comando da estrutura de capital e não por características sociológicas secundárias, como o estilo de vida.”

após o êxodo, as imigrações, e de modo geral, após a exaustão de sua capacidade produtiva. O pseudoidoso é aquele indivíduo de 40 anos ou menos que já não encontra oportunidade de trabalho, porque o mercado não cria emprego nas mesmas proporções da demanda.

Segundo Teixeira (2008, p. 23), a “problemática social”<sup>42</sup> da velhice é:

[...] o envelhecimento constitui um problema social, principalmente, para as classes destituídas de propriedade (exceto de sua força de trabalho) e de controle do seu tempo de vida, em função das contradições e determinações da sociedade capitalista que engendram dificuldade, vulnerabilidade social em massa, degradações, desvalorizações e pseudovalorizações, para essa classe social, especialmente com o avanço da idade cronológica, com o desgaste da força de trabalho. (TEXEIRA, 2008, p. 23).

A autora deixa claro que o envelhecimento não se constitui um problema social pelas limitações físicas, biológicas ou fisiológicas do organismo, mas sim pela impossibilidade de reprodução social e de uma vida cheia de sentido e valor, na ordem capitalista, quando cessa o valor de uso para o capital. Logo, a problemática do envelhecimento não é um fenômeno inexorável a todo grupo etário, pois se deve considerar a expropriação e a exploração da força de trabalho na produção e reprodução social.

Nesta perspectiva, o envelhecimento humano deve ser analisado justaposto ao modo como a força de trabalho é expropriada e explorada do(a) trabalhador(a) na ordem do capital. Desse modo, sabe-se que a heterogeneidade da população longeva não se deve apenas pela diferença da composição etária e sim das diferentes trajetórias de vida e, principalmente, da inserção social e econômica. (CAMARANO, 2006, p. 2).

Em uma sociedade marcada pelo conflito entre capital e trabalho, é inviável pensar que o curso de vida dos sujeitos sociais se constrói de maneira homogênea. A exploração da força de trabalho (força motriz do sistema capitalista) reflete na forma precária do processo de envelhecimento das frações de classe trabalhadora. Nessa visão, o envelhecer nessa sociedade carrega:

[...] uma depreciação social que atinge toda a classe trabalhadora alienada e submetida às forças cegas da produção, reduzida a ‘força material de produção’, um objeto, destituído de qualidades e necessidades, principalmente quando envelhecida, exacerbando as experiências negativas com o tempo, pela impossibilidade de controlá-lo, já que é expropriado pelos capitalistas. (TEIXEIRA, 2017, p. 35).

---

<sup>42</sup> A expressão “problemática social” está empregada entre aspas, pois a velhice não constitui um problema social para todos os idosos de uma população. Constitui um problema social para aquela classe destituída de propriedade, exceto da sua força de trabalho.

Esta reflexão se funda no pensamento de Mészáros (2007, p. 25) (grifo do autor), ao referir que “A única modalidade de tempo em que o capital pode se interessar é o tempo de *trabalho explorável*” (grifo do autor). Esse fetichismo<sup>43</sup> da mercadoria incide sobre as frações de classe trabalhadora envelhecidas na forma de ocultação de sua história.

Ser e estar velho(a) para a sociabilidade do capital desencadeia, pelo menos em tese, uma lógica da não produção e, em um movimento contraditório, desenvolve-se uma lacuna que torna o sujeito envelhecido mais suscetível à exploração, em suas variadas facetas: na “volta” ao mercado, como força de trabalho esporádica, na execução dos serviços de ordem doméstica, na esfera da reprodução das forças de trabalho, no fetichismo e reificação dos(as) velhos(as) trabalhadores(as), na individualização e culpabilização dos indivíduos pela sua condição social na velhice.

Assim, nota-se que a ordem da reprodução do sistema do capital, nega a trama da tragédia vivenciada pelo envelhecimento e velhices do(a) trabalhador(a) como resultado do modo de apropriação e exploração da força de trabalho, o que acaba por produzir no discurso burguês a culpabilização do(a) velho(a) pela sua “má sorte” (CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 133).

Ademais na ordem do capital:

[...] Esse sistema produtor de mercadorias instaura uma relação desumanizada, coisificada, que reduz a força de trabalho à coisa, a “condição material de produção” submetida ao imperativo da produção de riquezas para fins de valorização do capital, engendrando não apenas desvalorização das qualidades e necessidades humana, mas também uma sociabilidade que gera pobreza, populações excedentes e os “inúteis” para o capital, pela falta de valor de uso, de rentabilidade, principalmente, quando a força de trabalho está desgastada e envelhecida. (TEXEIRA, 2008, p.57).

De acordo com Teixeira (2008, p. 24), o tempo de vida do(a) trabalhador(a) é transformado, principalmente para os que envelhecem na periferia da sociabilidade capitalista, em tempo de labor para a valorização do capital e desvalorização das necessidades humanas de sobrevivência.

Destarte, indaga-se o que é ser velho(a) em uma sociedade capitalista? E a resposta é: SOBREVIVER. Interessante destacar, que “o sobreviver” depende do meio externo (recursos, bens materiais), ou seja, pessoas que pertencem a determinadas classes sociais mostram condições mais ou menos favoráveis para garantir uma boa sobrevivência.

---

<sup>43</sup>Entendemos que “[...] o conceito de ‘fetichismo’ pretende justamente explicar como todo esse sistema se torna independente do controle humano, enquanto nos tornamos cada vez mais dependentes dele.” (GRESPLAN, 2015, p. 149).

Esse fato demonstra que, ser idoso(a) na sociedade capitalista, depende dos recursos externos disponíveis para enfrentar as dificuldades apresentadas pela idade. (HABIB, 2001, p.53)

Assim, Bosi (1995, p. 18) indagou: Como deveria ser uma sociedade para que, na velhice, o homem permaneça um homem? E a resposta dada foi, “Seria preciso que eles sempre tivessem sido tratados como homem.”

Logo, afirma-se que o resultado das condições objetivas de vida da classe trabalhadora é o que compõe a tragédia do envelhecimento (CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 52). Deste modo, a velhice, enquanto categoria teórica, circunscrita na visão da Teoria Crítica, deve ser considerada a partir dos fatores de classes, raça, etnia e gênero, tendo em vista entender que são determinantes que refletem no modo de vida da população que envelhece. Em síntese, sabe-se que o envelhecimento é um processo heterogêneo, desigual, permeado por variadas condicionantes.

Contudo, apresentaremos a colocação de Braga (2005, p. 99), a fim de traduzir as aflições e esperanças para com a categoria da pessoa idosa: “Não há mais espaço para omissão, nem como deixar de entender que aquele homem que envelhece continua existindo e manifestando os mesmos sentimentos e as mesmas reivindicações de quando era jovem.”

Em síntese, após as reflexões a acerca do envelhecimento humano e isolamento social do(a) velho(a) trabalhador(a) na sociedade do capital, pode-se inferir que se entende o processo de envelhecimento como sendo “[...] uma construção social, dotado de um caráter multidimensional e heterogêneo [...]” ao passo que a velhice, “[...] como a fase do processo de envelhecimento, determinada pelos aspectos biológicos, psicológicas, sociais e culturais – está intrinsecamente ligada ao componente da classe social, gênero e etnia.” (SOARES; POLTRONIERI; COSTA, 2014, p. 134). Nesta perspectiva, compreende-se que o envelhecimento do(a) trabalhador(a) se torna uma das expressões da questão social, pela vulnerabilidade em massa do(a) trabalhador(a), devido as péssimas condições de vida e trabalho, destarte, não se pode homogeneizar a velhice, pois não são todas as classes sociais que o envelhecimento suscita “[...] efeitos imediatos de isolamento, de exclusão das relações sociais, do espaço público, do mundo produtivo, político, artístico, dentre outras expressões fenomênicas dos processos produtores de desigualdades sociais.” (TEIXEIRA, 2009, p. 64).

Portanto, a problematização do objeto de estudo, neste capítulo, permitiu concluir que a vulnerabilidade do isolamento social do(a) trabalhador(a) idoso(a) é uma das expressões da questão social. Assim, atribui-se à centralidade da relação capital/trabalho como o desvendar das condições materiais (estruturais e de classe), sob a lógica capital, que engendra desigualdades sociais, pobreza, desemprego, populações excedentes, desvalorização social e

outras manifestações da questão social, que requerem respostas estatais (TEIXEIRA, 2009, p. 65), assunto do próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 2**

### **A PROTEÇÃO SOCIAL À VELHICE: DESENHO E TENDÊNCIAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA**

No capítulo que segue, o debate versará em torno da trajetória histórica das políticas sociais de proteção social direcionada à pessoa idosa a nível nacional, bem como buscará identificar o desenho e tendências da política de assistência social, na sociedade capitalista, no trato das refrações da questão social. Tal análise, fundada na perspectiva de totalidade, perpassará pela discussão da relação entre o modelo de proteção social e a dinâmica capitalista. Isto é, do processo histórico de luta e resistência pela garantia dos direitos sociais e as estratégias de desenvolvimento e fortalecimento do modo de produção do capital pelo viés neoliberal, em que faz afirmar uma cultura privacionista no enfrentamento das refrações da questão social.

A prevalência dos serviços socioassistenciais na conjuntura das políticas sociais no Brasil, mediada pela criação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para pessoas idosas, imprimirá o direcionamento deste tópico. Desta forma, será elucidada a relação entre o SCFV para pessoas idosas – atual mecanismo de proteção social ao(à) velho(a) no País – e a política de assistência social, dando enfoque ao trato da questão do isolamento social, nosso objeto de estudo, ou seja, o isolamento social do envelhecer e velhice da classe trabalhadora e a proteção social.

## **2.1 A velhice da classe trabalhadora na proteção social brasileira**

“Sonhar é necessário para mudar; a positividade da subalternidade inconformada é possibilidade de mobilização para alterar a condição histórica subalterna.”  
(YAZBEK, 2009, p. 9).

A análise das políticas sociais direcionadas à velhice da classe trabalhadora, como resposta às refrações da questão social, será dimensionada através de períodos históricos em que a proteção social pública foi emergente, consolidada, expandida e reestruturada. Examinar a experiência de proteção social à velhice significa atender-se para dois aspectos: a atenção do Estado perante as demandas sociais da pessoa idosa e as organizações de lutas e mobilizações sociais.

Logo, tentando a expropriação do movimento real, o alfa, da discussão que segue, não poderia ser a própria política ou ações em programas sociais, posto que são respostas imediatas a uma necessidade social, mas sim, o caminho histórico da velhice na agenda da proteção social brasileira e suas determinações fundamentais na ordem do capital que, pelas reivindicações e organizações, coagiram por respostas do Estado e da sociedade. Respostas essas que, através das políticas sociais, compõem um arcabouço de interesses



contraditórios, acolhido pelo Estado capitalista, ou transferidos para a sociedade civil, para condicionar a hegemonia das classes dominantes.

Assim, Teixeira (2009, p. 70) ressalta que os formatos de proteção social concebidos nas sociedades capitalistas em resposta às vulnerabilidades sociais dos(as) velhos(as) trabalhadores(as), vão da fase liberal, na qual a proteção social era de responsabilidade da sociedade civil, ao intergerenciamento estatal e a atual fase, com as novas determinações e modos do liberalismo. Deste modo, entende-se que “[...] Esse Estado (em suas diferentes formas) trata, de maneira distinta, as demandas sociais originadas pela classe trabalhadora, o que configurou padrões diferenciados de políticas sociais.” (TEIXEIRA, 2008, p. 123).

Faz-se necessário acrescentar que, de acordo com Teixeira (2008, p. 94), “[...] a efetivação do intervencionismo estatal é mediatizada pela correlação de forças entre as classes [...]” Logo, as considerações que se seguem evidenciam que a relação entre classes sociais e o Estado alteram-se conforme as conjunturas sociais, o que acaba por influenciar as políticas sociais e impactá-las na proteção social à pessoa idosa no Brasil.

O ponto de partida em direção à construção de um serviço de proteção social para os(as) trabalhadores(as) brasileiros(as), inserindo as pessoas idosas ex-trabalhadoras, deu-se em 1923 com a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), mais conhecida como Lei Eloi Chaves (Decreto nº 4.682, de 24/01/1923), que previa aposentadoria por invalidez, velhice ou tempo de serviço, pensão por morte para os dependentes, assistência médica curativa, fornecimento de medicamentos e auxílio funeral. Contudo, apenas os(as) trabalhadores(as) vinculados(as) a empresas tinham tal benefício previdenciário e os restantes, a grande maioria, ficavam excluídos (PRADO, 2012, p. 71).

Portanto, antes de 1930, observa-se que o governo mostrava mudança no trato da questão social. Teixeira (2008, p. 155) afirma que tal alteração foi, “[...] influenciado pelas pressões dos movimentos classistas e pelas experiências de outros países, que já adotavam políticas de seguro social.”

Em 1930, impulsionados pelo declínio do modelo econômico causado pela crise internacional de 1929, os sindicatos e os movimentos operários pauperizados pressionaram o Estado para que algumas reivindicações dos(as) trabalhadores(as) fossem aceitas e fossem estendidas à participação estatal. Desta forma, para conter o avanço dos movimentos sociais de trabalhadores(as), o Estado passou a cuidar da questão social, criando uma legislação trabalhista e previdenciária, bem como o Ministério do Trabalho (1930) e, posteriormente, aprovando a Consolidação das Leis Trabalhistas (1943). A partir do ano de 1933, as CAPs

foram substituídas paulatinamente pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), reunindo agora os(as) trabalhadores(as) por categoria e não mais por empresas. Ao derradeiro do governo Vargas boa parte dos empregados urbanos estavam cobertos por um sistema de proteção, com exceção dos(as) trabalhadores(as) rurais (PRADO, 2012, p. 72).

É importante ressaltar que a regulamentação e o financiamento das CAPs e da Lei Eloy Chaves, por parte do Estado, como salienta Teixeira (2008, p. 155) “[...] não alterou seu perfil liberal, [...] na intervenção sobre as refrações da questão social, porque ele participava da regulação da relação capital/trabalho, mas não assumia a tarefa de desencadear um sistema nacional de proteção social.”

Perante este contexto, Teixeira (2008, p. 156) evidencia que o envelhecimento, deste período histórico, década de 1930, auferiu visibilidade social apenas aos(às) trabalhadores(as) inseridos(as) no mercado de trabalho formal. Destarte, os integrantes da informalidade e/ou trabalhadores(as) rurais continuaram “invisíveis” para o capital e desprotegidos.

A época em questão é caracterizada pelo aumento da população urbana, proveniente da crise da produção das lavouras de café. Logo, uma parte significativa dessa população não conseguiu inserir-se no mercado de trabalho, ocasionando o aprofundamento das expressões da questão social, cujo equacionamento ganha dimensão política após lutas operárias e mecanismos de organização<sup>44</sup>. Desta forma, é visível que as questões relacionadas à velhice da classe trabalhadora emergiram à cena pública, a priori, mediante as lutas operárias, não como lutas específicas para esse segmento, mas como luta por melhores condições de vida e de trabalho (TEIXEIRA, 2008, p. 153).

De acordo com Teixeira (2008, p. 95):

É, portanto, a partir das lutas operárias e seus mecanismos de organizações, que o envelhecimento do trabalhador ganha visibilidade política e rompe com a sua dimensão privada, sob a responsabilidade da família, da vizinhança, das instituições filantrópicas, para assumir a dimensão de problema social, de caráter estrutural e sujeito a respostas do âmbito estatal.

Nesta perspectiva, Teixeira (2008, p. 154), acrescenta que o envelhecimento humano emergiu na agenda social através das reivindicações operárias em busca de proteção social à família dos(as) trabalhadores(as), isto é, na luta pela garantia de subsistência coletiva

---

<sup>44</sup>Segundo Teixeira (2008, p. 124), grande parte dos movimentos sociais da época reproduzia sem criticidade o discurso da solidariedade entre classes, da ajuda social e do voluntariado, levando a assumir funções do Estado na implementação das políticas, o que contrariava e anulava a perspectiva dos direitos sociais.

do grupo familiar operário. Compreende-se então que as lutas sociais são, ao longo do percurso histórico por direitos da pessoa idosa, mecanismos de problematização das necessidades sociais não atendidas diante do processo de envelhecimento humano.

Diante dessa conjuntura e da pressão popular, alguns autores, como Vieira (1983), Pereira (2002) e Faleiros (2000), consideram o período, a partir do ano de 1930, como o marco inicial da política social no Brasil, uma vez que o Estado passou a exercer, mesmo de maneira hesitante, a função reguladora da área social – repressivamente controlava a questão social emergente –, e não apenas transferir às atenções e demandas ao mercado.

Com o advento da Constituição de 1934, as expressões da questão social começaram a ser admitidas pelo Estado através do amparo à maternidade, à infância e aos desvalidos. A velhice foi considerada pela primeira vez em uma Carta Magna, dentro da “Ordem Econômica e Social”, dispondo sobre a previdência e proibição de discriminação salarial pela questão de idade (PINHEIRO, 2006).

A assistência médica e sanitária do trabalhador e à gestante, assegurando a esta descanso, antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidente de trabalho ou de morte. (CF, 1934, art. 21, § 1º, letra h).

Irrefutável a maneira encontrada pelo Estado “getulista” em dominar as categorias de trabalhadores(as) com a incorporação de algumas das reivindicações através das políticas assistenciais, estabelecendo, segundo Prado (2012, p. 73), um processo de falsificação e burocratização, em um explícito interesse de atender os objetivos da classe dominante e desmobilizar a luta de classes.

No contexto sociopolítico e econômico que se instaurou no Brasil a partir de 1964, com o período tecnocrático militar, as expressões da questão social passaram a ser tratadas sob um modelo de repressão, com o objetivo de aumentar o poder Estatal sobre a sociedade e reduzir as tensões sociais.

[...] a política social desde 1964 reduziu-se a uma série de decisões setoriais na educação, na saúde pública, na habitação popular, na previdência social e na assistência social, servindo geralmente para desmobilizar as massas carentes da sociedade. Ela ofereceu serviços, sem antes perguntar quais eram as necessidades reais. Duvida-se de que isso se chame de política social [...]. (VIEIRA, 1983, p. 232).

Este período, de acordo com Prado (2012, p. 75), explicitou no País as tendências de “[...] menosprezo pelas massas, valorização do capital estrangeiro e a concepção de política social como uma decorrência do desenvolvimento econômico.” Mediante essa perspectiva, a era do autoritarismo militar foi marcada pela limitação de direitos civis, políticos e expansão dos direitos sociais, sem antes entender quais eram as necessidades reais da população, inclusive a da pessoa idosa.

Em 1966 com a criação do Instituto de Previdência Social (INPS) as IAPs foram finalmente unificadas. Segundo Prado (2012, p. 77), o Instituto criado tornou-se o responsável não só pelos benefícios, mas também pela assistência médica de uma população urbana em ritmo acentuado de crescimento motivado pelo processo de industrialização. Ainda de acordo com a autora, a reorganização da previdência, no regime militar, retirou dos(as) trabalhadores(as) aposentados(as) a fonte de articulação e de poder dos sindicalistas, sendo excluídos do cenário político nacional. O movimento dos(as) trabalhadores(as) aposentados(as) ficou fragilizado por décadas, restaurando-se apenas nas décadas de 1980/1990, no processo da Constituinte (SIMÕES, 1998 apud PRADO, 2012, p. 77).

A década de 1970 foi marcada pela Renda Mínima Vitalícia (RMV) - Lei nº. 6.179, de 11 de dezembro de 1974 – em que estabeleceu a aquisição de benefício, de caráter universal, para as pessoas idosas com mais de 70 anos, sem a necessidade de comprovação de vínculo empregatício. Com essa Lei, finalmente os longevos que não efetuaram pagamento de benefícios ao Estado são contemplados ao direito, não mais apenas na condição de ex-trabalhador(a).

As principais condições de elegibilidade para o usufruto desse benefício eram: não receber nenhum outro benefício; ter contribuído por pelo menos 12 meses ou, alternativamente, ter trabalhado por cinco anos em atividade na época não coberta pela previdência e não auferir renda superior ao valor do benefício. O valor do benefício, que correspondia à irrisória quantia de meio salário mínimo, estava muito longe de prover a subsistência dos idosos, além do mais, atingia pouco. (PRADO, 2012, p. 78).

Ainda segundo a mesma autora, o valor do benefício, que equivalia a quantia de meio salário mínimo era irrisório, ficava muito longe de prover a subsistência da pessoa idosa, além do que eram poucos os(as) idosos(as) beneficiários(as), já que a expectativa de vida da década de 1970 era de aproximadamente 57 anos.

Ainda no período do autoritarismo militar, de acordo com Camarano E Pasinato (2004, p. 261), foi criado o Programa de Assistência do Idoso (PAI) que atendia os aposentados e pensionistas em algumas de suas necessidades biopsicossociais, sendo a Legião

Brasileira de Assistência (LBA)<sup>45</sup> a responsável pelo seu desenvolvimento, bem como pelo repasse de recursos para as instituições de longa permanência. Nota-se que esse programa, como muitos outros introduzidos naquele período, possuía a direção ideológica de minimizar as tensões sociais por meio do assistencialismo.

Salienta-se que nessa época com a ampla influência da sociedade civil organizada, no que se refere à defesa dos direitos da pessoa idosa, houve a criação da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, em 1961, e o trabalho desempenhado pelo Serviço Social do Comércio (SESC)<sup>46</sup> a partir de 1963 (PRADO, 2012, p. 78).

De acordo com Teixeira (2009, p.71), o SESC é um dos programas de iniciativa da filantropia empresarial, pioneiros no Brasil, que oferta serviços culturais, de convivência, lazer, dentre outras atividades, a pessoas idosas não institucionalizadas. Como parte do modelo de fazer política social na contemporaneidade. A autora faz uma análise crítica no que se refere à parceria da simbiose entre o público e o privado na transmutação de problemas sociais em problemas individuais, peculiar do discurso do saber envelhecer com qualidade de vida.

A partir do estudo exploratório, direcionado pelo Ministério da Previdência Social, em 1973, em que foi diagnosticado o aumento da população idosa no Brasil, medidas de política social foram requeridas. Para tanto, foram criadas leis, regulamentos, o Programa de Assistência ao Idoso (PAI), o Projeto de Apoio à Pessoa Idosa (Papi), além da intensificação das ações desenvolvidas pela organização privada como a ofertada pelo SESC (TEIXERA 2008, p. 165).

No ano de 1976, mudanças de atitudes voltadas à pessoa idosa tornaram-se evidentes após a execução de três seminários regionais (em São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza) e um Seminário Nacional “Estratégias de Política Social para o Idoso no Brasil”, com a presença de renomados gerontólogos, sob a égide do recém-criado Ministério da Previdência e Assistência Social. Os seminários objetivaram identificar a condição de vida das pessoas idosas brasileiras, o apoio assistencial existente para abarcar suas necessidades, às situações de marginalização, preconceito e pobreza que as pessoas idosas vivenciavam. Com

---

<sup>45</sup>Segundo Teixeira (2008, p. 160) a LBA será a primeira instituição de assistência social, “[...] reconhecida como órgão de colaboração como Estado, em 1942. Esse organismo, que assegurava estatutariamente sua presidência às primeiras-damas da República, representa a simbiose entre a iniciativa privada e pública.”

<sup>46</sup>O trabalho social com idosos do SESC inicia-se na década de 1960, com a finalidade de contribuir com a melhoria do bem-estar social dos comerciários aposentados e suas famílias (TEIXEIRA, 2008, p. 215).

a conclusão dos referidos seminários, propostas<sup>47</sup> foram sintetizadas no documento, “Diretrizes para uma política social para a terceira idade.”

Em âmbito internacional, em 1982, em Viena, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), aconteceu a primeira “Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento” (AME), cujo desfecho ficou conhecido como o “Plano de Ação Mundial sobre o Envelhecimento (Pame), no qual países desenvolvidos e alguns países periféricos acordaram a executar e implementar políticas de atenção à pessoa idosa. Desta forma, Camarano e Pasinato (2004, p. 254) cita que o Brasil foi um dos seguidores do Plano, pois logo após a Assembleia citada, teve-se a criação da Comissão Nacional da Pessoa Idosa, Decreto nº 86.880, de 1982.

Ressalta-se que a partir da década de 1990<sup>48</sup>, após orientações internacionais, os governos periféricos, como o Brasil, têm se empenhado em adequar seus países às demandas da ordem internacional, na sintonia das metas neoliberais, com a perspectiva da globalização comercial, econômica e financeira. A adesão dessas orientações exógenas provocou sequelas execráveis no Brasil, como os cortes de gastos públicos, privatização, focalização, descentralização.

A influência das agências internacional, segundo Teixeira (2008, p. 183), está relacionada aos dados demográficos – crescimento da expectativa de vida e da longevidade nos países em desenvolvimento – e aos riscos para os sistemas: previdenciário, médico e social; caso não haja investimento em envelhecimento saudável, ativo e produtivo. Pontua-se o não aceite por esta perspectiva, pois implicou na responsabilização da pessoa idosa por sua condição de vida, na incumbência de proteção social por parte da sociedade e da família e na redução dos custos do Estado perante as demandas da pessoa idosa. Logo, postas pela ideologia neoliberal, estas tendências foram difundidas e permanecem presentes às políticas sociais da nova ordem do capital.

---

<sup>47</sup> As principais propostas foram: implementação de mobilização comunitária para a manutenção da pessoa idosa na família; revisão de critérios para subvenção em entidades e abrigos para idosos; criação de serviços médicos especializados e em domicílio para longevos; preparação para aposentadoria; formação de recursos humanos para o atendimento de idosos; produção de informações e análise da realidade das pessoas idosas através do Serviço de Processamento de Dados da Previdência e Assistência Social (Dataprev) em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outras (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 261).

<sup>48</sup> Salienta-se a influência das recomendações do Consenso de Washington - realizado em 1989, com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial - nas reformas econômicas dos países latino-americanos, em que propagou a criação de programas de ajuste fiscal, o fortalecimento das políticas macroeconômicas, a redução dos gastos públicos, a realocação de recursos para o aumento do superávit na balança comercial e as reformas para o aumento da eficácia do sistema econômico (PRADO, 2012, p. 92).

Oportuno destacar que, após longo período de crises políticas do regime ditatorial militar, o Brasil, na década de 1980, transitava pela redemocratização do país e efervescência dos movimentos sociais. Nesta conjuntura, o período foi protagonista de embates políticos pela via da organização dos aposentados<sup>49</sup> e pensionistas na interlocução de direitos previdenciários às pessoas idosas. Através de uma organização que mobilizou todo o território nacional, mensagens, de todos os setores da sociedade civil, em favor das causas do segmento idoso chegaram à Constituinte de 1988 e que, em 1991-1992, teve-se como desfecho a reposição das perdas no montante das aposentadorias e pensões. Segundo Pires (1994 apud PRADO, 2012, p. 84), esta interpresa foi um pelejo assinalado com sangue, suor e lágrimas de pessoas idosas que enfrentaram longas viagens, sem alojamento e com precária alimentação e higiene.

É nesse cenário que emergem os movimentos sociais dos idosos, ou outros em prol desse segmento, e as reivindicações por políticas sociais. As décadas de 1980 e 1990 são marcadas pela emersão do envelhecimento na agenda social como um problema social e político relevante. Essa transformação da velhice em tema privilegiado deve-se tanto à revolução demográfica mundial, com o aparecimento do fenômeno da longevidade, também em países em desenvolvimento, como o Brasil, quanto à força dos grupos de pressão como movimento de aposentados e pensionistas, as diversas organizações da sociedade civil, organismos internacionais, responsáveis pela vocalização do envelhecimento, sob a influência da Gerontologia Internacional, principalmente norte-americana, cuja orientação influenciará o modo de interpretar a problemática do envelhecimento e as políticas sociais. (TEIXEIRA, 2008, 171).

Faz-se necessário evocar que grande parte das conquistas advindas da Constituição Federal de 1988, à pessoa idosa, foi resultado do reflexo das discussões e debates das organizações de aposentados e pensionistas. A luta resultou na incorporação da temática do envelhecimento humano no texto da Carta Cidadã, em avanços em políticas sociais para o segmento idoso e a legitimação da democracia e participação da sociedade civil, como um todo, nas decisões políticas, em que auferiu nova dimensão e novos personagens no cenário participativo, como: conselhos de direitos, fóruns, dentre outras formas de controle social. “[...] Sem dúvida, as lutas sociais impuseram respeitabilidade e reconhecimento social aos(as) trabalhadores(as) idosos(as). (TEIXEIRA, 2008, p.174).

De acordo com Faleiros (2012, p. 51), foi no contexto de transição democrática, da ditadura de 1964 para a democracia, que se consolidou legalmente, na Constituição de 1988, a mudança de paradigmas de direitos para a pessoa humana, em especial, à pessoa

---

<sup>49</sup>Destaca-se que os trabalhadores idosos fundaram, em 1960, a União dos Aposentados e Pensionistas, cuja unificação e criação de federação, em 1985, resultou na Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

idosa. A ruptura com o autoritarismo, fundamento da ditadura, e as conquistas advindas da participação popular, reconhece na liberdade, no respeito, na igualdade e na dignidade os valores centrais para democracia.

Destaca-se que as lutas sociais conquistaram elementos importantes no processo de difusão da Constituição Federal de 1988, dentre eles, os direitos sociais materializados em políticas públicas de seguridade social através do tripé: previdência, assistência e saúde. O texto Constitucional trouxe, em seu conteúdo, um novo conceito de Políticas Sociais, o que significou um grande avanço e conquista aos direitos sociais. Constituiu-se a Seguridade Social, que “[...] compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (art.194) (BRASIL, 1988, on-line).

A Saúde passa a ser entendida como “um direito de todos e dever do Estado [...]” (art. 196) (BRASIL, 1988, on-line), sendo vista como direito universal e não mais como bem-estar. A Previdência Social vem a ser destinada aos(às) trabalhadores(as) que a ela contribuem, constituindo o seguro social na “[...] cobertura de doenças, invalidez, morte e idade avançada [...]” (art. 201), dentre outros direitos (BRASIL, 1988, on-line). Em relação a Assistência Social, essa “será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social [...]” (art. 203) (BRASIL, 1988, on-line) e passa a ter como objetivos “[...] a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice [...]”, além da “[...] garantia de um salário mínimo de benefício mensal aos portadores de deficiência e ao(à) idoso(a) que comprovem não possuir meios de prover a sua própria manutenção ou de tê-la provido por sua família, conforme dispuser a lei.” (BRASIL, 1988, on-line).

Além da participação social, do caráter democrático e da seguridade social, em relação aos(às) trabalhadores(as) idosos(as) e à população idosa em geral, a Constituição ampliou e consolidou direitos como: a irredutibilidade do valor e garantia do reajuste dos benefícios pelo salário mínimo, descentralização da gestão administrativa, diminuição da idade para aposentadoria por velhice – trabalhador(a) rural, 60 anos para homem e 55 anos para mulher; trabalhador(a) urbano, 65 anos para homem e 60 anos para mulher - e reajuste da pensão vitalícia para o valor de um salário mínimo (TEIXEIRA, 2008, 191).

Com a finalidade de regulamentar os princípios constitucionais concernente à assistência social às categorias vulnerabilizadas da sociedade, em dezembro de 1993, foi instituída a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) - Lei nº 8.742/1993. Essa Lei estabeleceu, dentre outros, programas e projetos voltados à proteção e atenção à pessoa idosa, além de regulamentar a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) às pessoas



maiores de 70<sup>50</sup> anos de idade com necessidade comprovada, ou seja, a equivalência a uma renda *per capita* inferior a ¼ do salário mínimo (BRASIL, 1993, on-line). Notável a contribuição que o BPC exerce da realidade de muitas famílias, contudo, é notório que aqueles que se encontram vulneráveis encontram tantas necessidades básicas não atendidas que um salário mínimo não é o suficiente por garantir uma vida digna.

Os anos de 1990 foram marcados pela sanção da primeira política de âmbito nacional destinada à pessoa idosa, denominada a Política Nacional do Idoso (PNI) - Lei nº 8.842/94, e o Decreto nº 1.948/96, que regulamentou essa Lei. Para Prado (2012, p. 86), alguns fatores de denúncia e divulgação de imagens sobre o quadro dramático do envelhecimento populacional foram relevantes para que houvesse regulamentação da referida Lei, como por exemplo, a repercussão internacional da tragédia da Clínica Santa Genoveva, no Rio de Janeiro, que originou a morte de cem pessoas idosas vítimas de abandono, descaso e negligência. Segundo o autor, embora houvesse reivindicação para a promulgação da PNI há anos, ela somente se materializou diante da visibilidade negativa das questões ligadas à pessoa idosa e do envelhecimento que estavam repercutindo na mídia nacional e internacional.

A PNI explicita a atuação do governo, indica ações específicas das áreas envolvidas com a finalidade de criar condições que promovam a autonomia, a integração e a participação dos longevos na sociedade, considerando pessoa idosa aquela com a idade igual ou superior a 60 anos de idade. Essa política tem por objetivo garantir a efetivação de direitos nas políticas de saúde, cultura, lazer, habitação, entre outras (BRASIL, 1994, on-line).

Em relação à PNI, Teixeira (2018, p. 266) afirma que “A PNI toma o idoso como grupo etário, homogêneo, e mascara não apenas as desigualdades sociais, mas também a tragédia do envelhecimento para os trabalhadores.” Nessa perspectiva, entende-se que a setorialização da política com a delimitação dos grupos de designação da proteção social por critérios de renda, raça, etário, gênero, dentre outros, são, concomitantemente, ampliação de cobertura protetiva, mas também formas que mascaram a origem das desigualdades sociais e a formação das classes sociais.

Destarte, considera-se que a PNI é uma legislação moderna que reforça a proteção social no Brasil, no entanto, com nítido caráter legalista que não se expressa em ações efetivas, visto que a lei supracitada transfere encargos e co-responsabilidades à sociedade civil na gestão das políticas sociais.

---

<sup>50</sup> A idade mínima para o recebimento do BPC passou a ser de 67 anos em 1988 e, em 2004, com o Estatuto do Idoso, passou para 65 anos (BRASIL, 1993, on-line).

Perante a transição epidemiológica e demográfica, considerando as necessidades de atenção especial à saúde da pessoa idosa, em 1999 foi instituída, pelo Ministério da Saúde, a Política Nacional de Saúde do Idoso – Portaria nº 1.395, de 09/12/1999. O propósito de tal política é a promoção do envelhecimento saudável, manutenção e melhora da capacidade funcional da pessoa idosa, prevenção, recuperação e reabilitação, de modo a garantir-lhes permanência no meio em que vivem (BRASIL, 1999, on-line). Em uma visão ampla, a proposta de viabilização dessa Política encontra grandes entraves, pois se entende a complexidade de um programa de saúde suprir as necessidades de uma realidade marcada pela desigualdade social. Deste modo, a condição de vida da grande parte da população brasileira, marcada pela pobreza, discriminação, isolamento social, dentre tantas outras expressões da questão social, reflete, diretamente, na crescente demanda por saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

[...] o SUS tem limitações para responder esta importante demanda, o que faz que muitos idosos fiquem sem assistência, em atendimentos precários ou aguardando atendimento nas já famosas “listas de espera”. A questão central resume-se na dificuldade de o Poder Público equacionar a problemática da capacidade assistencial do setor de Saúde para atender o contingente populacional socialmente mais desfavorecido. (LIMA; SANGALETI, 2010, p. 30).

Assim, sabe-se que apesar da política pública brasileira ser universal essa possui limitações, pois o desafio consiste em “[...] oferecer ações diversificadas capazes de atender tanto o idoso saudável como o dependente, e também os que se encontram em fase terminal de doenças, em especial aqueles que dependem exclusivamente da cobertura do SUS.” (LIMA; SANGALETI, 2010, p.30). Outro aspecto importe e desafiador é a articulação entre as políticas públicas, para “[...] oferecer atenção integral e assistência integrada e se contribuem para promover a equidade, ou seja, o atendimento a diferentes necessidades de saúde (regionais ou locais) com ações pautadas no princípio da justiça social.” (LIMA; SANGALETI, 2010, p.30).

Em âmbito mundial, as discussões sobre envelhecimento foram realizadas em 2002, em Madrid (Espanha) na II Assembleia Mundial de Envelhecimento provido pela ONU, em que resultou no Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, composto por três princípios básicos: participação ativa da pessoa idosa na sociedade; fomento da saúde e do bem-estar na velhice; e a promoção do envelhecimento saudável. O referido Plano é um material de orientação aos governos – com foco nos países em desenvolvimento – na

implementação de políticas públicas e de proteção aos(as) idosos(as). Faz-se necessário citar que foi a primeira Assembleia a contar com a participação da sociedade civil.

Diante deste cenário, estes organismos internacionais influenciaram nas políticas no Brasil. Entretanto, não é possível esquecer que essas conquistas são frutos das lutas dos(as) trabalhadores(as) para reivindicar seus direitos sociais que emergem de embates políticos das organizações sociais do segmento idoso por reivindicações que problematizam suas demandas. Assim, em 1º de outubro de 2003, foi sancionado Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741 – que tem o propósito de assegurar os direitos sociais às pessoas idosas. Composto por 118 artigos, o referido Estatuto versa sobre variadas áreas dos direitos fundamentais e da necessidade de proteção do segmento idoso. Institui as penalidades quando a pessoa idosa é vítima de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão, além de prever a prioridade de atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e o acesso a medicamentos às pessoas a partir de sessenta anos. Está previsto também o direito ao transporte gratuito a partir dos sessenta e cinco anos, e desconto de pelo menos 50% em atividades de lazer, cultural e esportiva. Com essa Lei, o Ministério Público foi autorizado a atuar de forma rápida em favor da efetivação dos direitos dos longevos (BRASIL, 2003, on-line).

Conquanto os direitos da pessoa idosa tenham avançados a partir da Constituição Federal de 1988, da PNI e do Estatuto do Idoso, o Estado delegou, em todas essas legislações referenciadas, a co-responsabilidade e parceira da família e sociedade civil no trato e enfrentamento às expressões da questão social. Nessa perspectiva, por exemplo, o primeiro princípio que orienta a PNI define: “I- a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao(à) idoso(a) todos os direitos de cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida”; o segundo também afirma essa responsabilidade social: “II- o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos” (BRASIL, 1994, on-line).

Entende-se que a família é uma parceira legal da proteção e garantia dos direitos da pessoa idosa, no entanto, deve ser ponderada, pois encontra grandes dificuldades no cumprimento desse dever em decorrência da vivência da multiplicidade das expressões da questão social, deste modo, o apoio Estatal é imprescindível diante deste panorama social. Já a outra parceira, a sociedade civil, responde a aquele chamado em via dupla: por um lado, assume a responsabilidade governamental e, de outro lado, privatizam o atendimento às

necessidades sociais, interessadas na possibilidade de obter lucro (educação, lazer, saúde, previdência, dentre outras) (PRADO, 2012, p.83).

O papel dos apoiadores informais (das redes familiares e comunitárias) é reconhecido e incentivado cada vez mais no âmbito das políticas públicas, numa conjuntura de avanço neoliberal [...] Entretanto, a valorização das redes de solidariedade familiares e comunitárias é pura retórica, à medida quem tem significado deixar a família à sua própria sorte, obrigando-a a buscar os serviços no mercado ou perecer na pobreza, para os incapazes de pagar pelos serviços [...]. (TEIXEIRA, 2008, p. 269).

As formas de respostas contemporâneas à problemática social do envelhecimento dos(as) trabalhadores(as), segundo Teixeira (2008, p.197), são parte das estratégias de redução do Estado como gestor da proteção social e do desmonte dos direitos sociais conquistados, sob a retórica da ampliação da sociedade civil e da solidariedade.

Assim, durante a nova estrutura de relações, é notório o impasse imposto: por um lado, tem-se a pressão da sociedade civil organizada, com espaços de reivindicações garantidos em lei, em busca de respostas às suas necessidades, e por outro, um Estado regulado sob diretrizes da política neoliberal, minimizando ações garantidoras de direito.

[...] assim, o modelo é um Estado que reduz suas intervenções no campo social e que apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e seletivos caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais [...]. (YASBEK, 2001, p. 37).

Mediante esse panorama, a política social no Brasil se dá, segundo Yasbek (2001, p. 37), de forma ambígua e marcada pelo interesse econômico, sem ter o reconhecimento de direito. Logo, as políticas sociais, provenientes deste modelo de Estado, não são direcionadas para a universalidade, mas sim para o desmonte de proteção social e na oscilação das garantias conquistadas pela classe trabalhadora. Com este viés, as expressões da questão social são tratadas como fenômenos inatos, cuja atuação estatal não é aconselhável, propagando a solução para a filantropia e mercantilização dos serviços sociais.

No decorrer do percurso histórico dissertado, percebe-se a extensão de direitos garantidos na esfera da assistência social, do trabalho, da saúde e da previdência social voltado à pessoa idosa, todavia, como cita Bobbio (1992, p. 60) “[...] uma coisa é falar de direitos novos e cada vez mais extensos, e justificá-los com argumentos convincentes; outra coisa é garantir-lhes uma proteção efetiva [...] de boas intenções o inferno está cheio.”

De um ponto de vista formal, entende-se que os direitos não significam apenas garantias (TELLES, 1996, p. 92). Na perspectiva das políticas sociais e, portanto, direitos direcionados à população idosa, Teixeira (2009, p. 76) destaca:

Essas políticas são resultantes dos equilíbrios instáveis entre forças sociais, expressam lutas sociais, contradições, administração de conflitos, dentro da ordem, que têm se revertido, para além do atendimento de necessidades sociais transformadas em demandas, em instrumentos de tutelas, de combate social do tempo de vida, da consciência, da organização e de manifestações das classes subalternas, de controle da pobreza, de segmentações da classe trabalhadora e de quebra da solidariedade intraclasse. (TEIXEIRA, 2009, p. 76).

Evidencia-se aqui que é incontestável a contribuição nas políticas públicas existentes, no Brasil, à pessoa idosa, no entanto, como afirma Neri (2006 apud PEREIRA, 2009, p. 11) não é fácil envelhecer em uma sociedade complexa, pois estas são marcadas pela desigualdade social, pela falta de investimentos públicos e pela tentativa de controle da classe trabalhadora.

Em síntese, entende-se que o aumento da expectativa de vida da população, em âmbito mundial e nacional, é proveniente do sucesso das políticas públicas das diversas áreas, que propiciaram melhores condições de vida, em especial à saúde. Contudo, o maior desafio é encontrar formas de solenizar a prolongação da vida de forma a não fazer desse fenômeno um “problema social” e sim uma conquista com garantias e direitos efetivos.

Nesta perspectiva, a proteção à velhice e ao envelhecimento do(a) trabalhador(a) requer, como destaca Teixeira (2009, p.76), uma transformação radical, porém, é impossível atingir esse fim por meio de supostas reformas ou de políticas sociais, sem transmutar a sociabilidade do capital.

Após as reflexões sobre a trajetória histórica das políticas sociais de proteção social direcionada à pessoa idosa, a nível nacional, faz-se necessário refletir sobre a política de assistência social brasileira, mostrando que a sua trajetória histórica está marcada pela exacerbação dos contrastes entre riqueza e pobreza, bem como o caráter regulador de intervenção estatal para com as expressões da questão social vivenciada pelos(as) trabalhadores(as). Portanto, no próximo item, a discussão deter-se-á sobre a proteção social básica e especial, analisando os programas sociais propostos para o enfrentamento da vulnerabilidade social, em especial o isolamento social, problematizando assim nosso objeto de estudo.

## 2.2 Apontamentos sobre a política de assistência social brasileira no processo de reprodução do sistema do capital

“[...] o rosto da miséria e as estratégias de resistência e sobrevivência dos segmentos pobres majoritários em nosso Brasil, é a barbárie.” (SPOSATI, 1995, p. 2).

A proposta de debater, sucintamente, a política de assistência social brasileira exige ter presente uma leitura crítica, pois se entende ser um ambiente marcado por paradoxos e contradições entre as relações das classes sociais perante as desigualdades sociais, resultante da tensão entre capital e trabalho.

Assim, defende-se que foi (e ainda é) sob o movimento contraditório das relações entre classes sociais e da condição de mediador do Estado que a política de assistência social se materializa, tanto juridicamente quanto um sistema participativo. A trajetória histórica, ora discutida, apresenta os ganhos possíveis no campo da política social na sociedade capitalista, bem como as determinações históricas que endossaram a contenção da população à ótica das delimitações do processo de acumulação do capital (COUTO, 2015, p. 666).

Sabe-se que a assistência social no Brasil tem operado, a partir de seu processo histórico, na perspectiva da acomodação das relações entre Estado e sociedade civil, desde então, cabe observar a política de assistência social no contexto das prioridades governamentais voltada para a sua pouca efetividade motivada pela subordinação aos interesses econômicos.

A Assistência Social no Brasil, até 1930, esteve anexa ao paternalismo individual e institucional. Após este período, quando houve no país a introdução das primeiras formas de legislação social sistemática, o Estado passou a reconhecer a questão social, mesmo com a intenção de integrar a massa em apoio ao governo. Assim, entende-se que este campo de proteção social deve ser analisado sob o olhar do seu percurso histórico, no qual se revela um caminho trilhado:

Apoiado por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, que configurou um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura política brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como *não política*, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p. 55) (grifo do autor).

Sob a caracterização do assistencialismo, destituído de valores reafirmadores de direitos, é que se conferiu a assistência social na sociedade brasileira. Cabe destacar que as políticas sociais no Brasil advieram para o enfrentamento da questão social e se desenvolveram sob o caráter regulador de intervenção estatal com as seguintes características: “[...] políticas casuísticas, inoperantes, fragmentadas, superpostas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos.” (YAZBEK, 2009, p. 47).

Faz-se necessário apontar o processo de rearticulação da sociedade brasileira, nos anos de 1960, a partir da instauração da ditadura militar em que determinou um novo quadro de força política perante as reivindicações por melhores condições de vida da população. Durante o período militar, as políticas sociais passaram a ser utilizadas como estratégia de neutralizar a oposição, regular o conflito social, despolitizar a organização dos(as) trabalhadores(as) e conseguir apoio ao regime (LAJÚS, 2009, p. 167).

Produto de uma longa trajetória histórica, marcada pela exacerbação dos contrastes entre riqueza e pobreza, bem como do caráter regulador de intervenção estatal para com as expressões da questão social vivenciadas pelos(as) trabalhadores(as), a política social da assistência social<sup>51</sup>, constituída a partir das organizações populares, foi (e é) a direção estratégica na garantia da extensão dos direitos sociais, mesmo representando espaço de menor relevância na administração pública. Ela é o setor que introduz no Estado o reconhecimento, ainda que eventual, das necessidades sociais da população espoliada (SPOSATI, 1995, p. 29).

Considera-se, então, que as políticas sociais<sup>52</sup>, entre elas a política de assistência social, estão relacionadas aos questionamentos das condições em que vivem os sujeitos sociais – sobretudo quando organizados coletivamente – e que, muitas vezes, recorrem aos serviços públicos, como alternativa para sobrevivência.

A discussão da assistência social, enquanto política social pública, inicia-se com a promulgação da Constituição Federal de 1988<sup>53</sup>, pois a partir dessa normativa o tripé constitutivo da Seguridade Social<sup>54</sup> – saúde, previdência e assistência social – é afiançado

---

<sup>51</sup> Necessário registrar que a assistência social no Brasil se deu sob o viés caritativo de solidariedade religiosa, sendo dirigida aos pobres, doentes e incapazes de se manterem. A benemerência colocou a ação do Estado em segundo plano, o que tardou a inclusão da Assistência Social enquanto política pública de direito social.

<sup>52</sup> A partir do momento que se tem a clareza da contradição e dos limites na sociabilidade do capital, a política social, segundo Behring e Boschetti (2011, p. 195), pode assumir um caráter de ampliação da concretização de direitos dos trabalhadores, quanto exercer a função de acumulação do capital e a manutenção do status vigente.

<sup>53</sup> Foi nos anos 1980 que o eixo das concepções assistenciais, apartado da tradição assistencialista, foi deslocado para a esfera do direito e foi se relacionar a demais políticas sociais (MOTA, 2010, p. 10).

<sup>54</sup> Sublinha-se que os direitos da seguridade social inserem-se no campo dos chamados direitos sociais, assim descritos pela art. 6º da Constituição Federal. Os direitos sociais, na forma dessa normativa, são: a educação, a

como direito universal, homogeneizante e irredutível em seus benefícios sociais, abrangendo todos os cidadãos brasileiros<sup>55</sup>, inclusive a população rural e urbana. No entanto, destaca-se que cada um daqueles direitos possui características e demandas específicas: a saúde é direito de todos (Art.196); a previdência social atende aos que contribuírem (Art. 201); a assistência social é prestada aos que necessitarem (Art. 203) (BRASIL, 1988, on-line). Logo, diferente das políticas de saúde e da previdência social, de caráter universal e contributivo, concomitantemente, a assistência social dispõe do critério particular do valor da necessidade para definir sua demanda.

Sob forte apoio popular, a promulgação da nova Constituição brasileira de 1988 introduziu significativos avanços na área social. No que diz respeito à política social pública da Assistência Social, essa é referendada diretamente na Constituição Federal de 1988, no Título VIII, Capítulo II, Seção IV, nos artigos 203 e 204, que dizem respeito, respectivamente, sobre a forma e objetivo que deverá ser prestada tal política social e a fonte de recurso que custearão as ações a serem implantadas e as diretrizes a serem asseguradas. Logo, o fato de alçar a Assistência Social à condição de política pública, direito do cidadão e dever do Estado, implica na mudança da concepção da Assistência Social, deslocando-a do campo da benemerência, do assistencialismo e do dever moral para o dos direitos sociais.

[...] a assistência social brasileira deixou de ser, em tese, uma alternativa de direito, ou dever moral, para transformar-se em direito ativo ou positivo, da mesma forma que os demandantes dessa assistência deixaram de ser meros clientes de uma atenção assistencial espontânea – pública e privada - para transformar-se em sujeitos detentores do direito à proteção sistemática devida pelo Estado. (PEREIRA, 1996, p. 99-100).

A Constituição Federal foi o divisor de águas para a Assistência Social, pois essa deixou o nível do assistencialismo para se ingressar no campo da política social, tornando-se a zona de salvaguarda de direitos e interesses dos segmentos exauridos da sociedade. Nesta perspectiva, pelo fato da Carta Cidadã ser um marco por trazer a questão da Assistência Social para o campo do direito social e responsabilidade para a esfera estatal, é que suscita a oportunidade de expor algumas considerações.

---

saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

<sup>55</sup> Concorde-se com a afirmativa de Sposati (1995, p. 2) quando menciona que “O discurso de cidadania não assegura que todos os “brasileiros e brasileiras” assim sejam reconhecidos [...]”, isto porque nos países capitalistas de Terceiro Mundo, como é o caso do Brasil, há a castração da cidadania provenientes dos padrões desiguais de reprodução social, consagrando, o que a autora Sonia Fleury Teixeira denomina de, uma cidadania invertida onde o Estado não é o pilar fundamental da seguridade social aos isolados e despossuídos, mas sim, a Sociedade Providência – a rede de solidariedade social da sociedade civil.



Para Yazbek (2009, p. 66), em tal momento histórico iniciou-se o processo de visibilidade da política pública como direito dos que dela necessitarem, embora incutida dentro de uma concepção restritiva. A autora chama a atenção para as ambigüidades que circunscreveram a emergência da Seguridade Social brasileira, em que emergiram, no país, a contraditória dinâmica e o impacto das políticas econômicas de cunho neoliberais, desencadearam processos desarticulados de retração e de desmontagem dos direitos e investimento público no campo social.

Importante destacar, segundo Mota (2010, p. 28), que no caso brasileiro, apenas em 1988 que se instituíram as bases formais e legais do que poderia ser um Estado de Bem-Estar, no entanto, as condições que se deu a integração do país à ordem mundial econômica, subordinaram-no aos imperativos e práticas neoliberais, marcados pela retração das políticas públicas de proteção social, regressão no exercício de direitos e universalização da seguridade social.

Na contínua defesa e busca por normatizações, em 7 de dezembro de 1993 foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 742/93 – que regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, reiterando o discurso da Assistência Social como política pública universal, de responsabilidade estatal, de gestão participativa e de descentralização político-administrativa. Reafirmando a política pública de assistência social, implantada pela Carta Cidadã. A LOAS, em seu artigo 1º, define-a como direito do cidadão e dever do Estado, sendo uma política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais mediante a integração do conjunto de ações de iniciativa pública e da sociedade com a finalidade de atender e garantir as necessidades básicas<sup>56</sup> da população (BRASIL, 1993, on-line).

Ressalta-se que na Constituição brasileira de 1988 e na Lei que regulamenta a Política Pública de Assistência Social, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), os objetivos da assistência social atribuem o direito à proteção da família, da maternidade, da infância, da velhice e das pessoas com deficiência<sup>57</sup> (BRASIL, 1988, on-line). Nesta concepção, os demandatários da assistência social são associados à incapacidade de serem assalariados ou necessitarem de atenção por conta de situações de fragilidades, natural ou

---

<sup>56</sup> De acordo com a visão e defesa marxista, as necessidades sociais, segundo Pereira (2011, p. 60), é ter acesso a recursos necessários para obter um nível de vida decente. Sobre o assunto de mínimos sociais e necessidades básicas, sugere-se a leitura da obra, “Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais”, de Potyara Amazoneida Pereira Pereira.

<sup>57</sup> Nota-se que no texto da lei, os necessitados por proteção social contemplam todas as fases humanas de desenvolvimento, com destaque a associação da fragilidade física e econômica, em que cabe ao Estado o amparo a tais cidadãos. De acordo com Sposati (1995, p. 13), “[...] os serviços de assistência social não têm o caráter de excepcionalidade, mas dizem respeito à quase maioria da população.”

acidental. No entanto, a pensar nos dispostos legais e a atual conjuntura econômica e social do Brasil, compreende-se que grande parcela dos brasileiros demandam proteção social.

Neste processo de formação dos demandatários da assistência social e aplicação estatal, Sposati (1995, p. 10-11) assinala que se forma um espaço de produção paralela de atenção, de modo a preservar o aviltamento das condições dos serviços sociais às precárias condições da vida da população isolada. Para tanto, a autora afirma que a assistência social tem demonstrado, de forma discriminada, sua ação na reprodução social de parcelas populacionais que são pouco visíveis para o capital pelo fato de não estarem inseridas, formalmente, no mercado de trabalho.

Perante essa condição e patamar de análise, Couto (2015, p. 666) afirma que é possível notar o quanto o campo da política de assistência social está eivado de condições para realizar o desafio de proteger o(a) trabalhador(a) das condições adversas impostas pela conjuntura econômica presente ou de reafirmar a face conservadora da política social, que, destituída de condições, executa o simples e complexo trabalho de manter as condições para a exploração do trabalho e dos(as) trabalhadores(as).

Sob o olhar da assistência social, enquanto política social pública, incutida pela sociedade capitalista, Sposati (1995, p.13) indica que sua demanda não se compõe de necessidades especiais, mas de situações específicas e estruturais que assola grande parte da população trabalhadora. Portanto, de acordo com a autora, “os serviços de assistência social não têm o caráter de excepcionalidades, mas dizem respeito à quase maioria da população.” (SPOSATI, 1995, p. 13). Sendo assim, Yazbek (2009, p. 66) acrescenta que os demandatários da política de assistência social são trabalhadores(as) explorados, carentes e despossuídos de ações das demais políticas sociais e sem possibilidade de satisfazerem suas necessidades básicas, dado seu baixo poder aquisitivo.

Deste modo, Mota (2010, p. 154) aponta que:

A parcela da população que não tiver suas necessidades atendidas nas vitrines do mercado, mediante aos seus salários, tornar-se-á público alvo da Assistência Social. Isso denota a relação existente entre a assistência social, o trabalho e a intervenção do Estado na reprodução material e social da força de trabalho.

Nesta discussão, Couto (2015, p. 668) acrescenta que a assistência social deve ser referida em contraponto ao trabalho, pois ao transformar o trabalho em mercadoria e superexplorá-lo, formas de opressão e acumulação foram instituídas, no qual exige da classe trabalhadora buscar proteção contra os efeitos da superexploração. Logo, na realidade da

sociedade capitalista, a autora considera que a contraposição entre assistência social e trabalho é parte do engodo que sombreia o(a) trabalhador(a) formal e informal, que necessita ser protegido também pela política de assistência social.

Em suma, de acordo com Mota (2010, p. 16), a conjuntura que se formou no Brasil a partir da década de 1990 – após a institucionalização da Assistência Social como política pública e a consideração dos serviços e benefícios<sup>58</sup> como direitos – foi marcada pela crise econômica e política que alcançou as sociedades periféricas e que não encontrou, na Assistência Social, o lastro de proteção necessária para atender as demandas que estavam por vir: desemprego e demais situações que extrapolariam as finalidades da política de assistência social.

De acordo com Lajús, (2009, p. 170), é inegável o avanço tanto legal quanto político para a Assistência Social com a LOAS, pois significou um novo caráter que desune do assistencialismo, clientelismo, avançando na universalização da cidadania social sob a perspectiva da garantia dos direitos e serviços com qualidade ante a responsabilidade do Estado e participação da população no controle social.

Com a intenção de concretizar os objetivos, princípios e diretrizes da LOAS, foi aprovada, em 2004, pelo Conselho Nacional de Assistência Social através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social, a Resolução nº 145/2004 que trata da implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)<sup>59</sup>. Conforme Behring e Boschetti (2011, p. 86), a PNAS estabeleceu-se como forma de concretizar o conteúdo da LOAS com a perspectiva de constituir um Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

A construção coletiva do redesenho da política de direito da assistência social, pautada na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, estabeleceu-se em 2005 a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS – constituindo, assim, o sistema único de gestão descentralizado e participativo que regula e organiza, em todo o território nacional, as ações socioassistenciais, tendo como eixos estruturais: a matriz familiar; a descentralização político-administrativa e territorialização; novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil; controle social; política de recursos humanos; informações, monitoramento e avaliação.

---

<sup>58</sup> Com efeito, a normativa da Carta Cidadã e a LOAS definem a efetividade da Assistência Social por meio de benefícios e serviços assistenciais<sup>58</sup>, na formulação de políticas e no controle das ações, em todos os níveis, a ser implementados através de programas e projetos (SIMÕES, 2009, p. 181).

<sup>59</sup> Faz-se necessário pontuar que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi construída a partir de amplas discussões realizadas em todos os estados brasileiros por meio de fóruns e conferências de assistência social.

De acordo com Couto (2015, p.671), ao passo que a divisão de proteções sociais, a indicação da família como protagonista do trabalho social e a importância do território para se pensar a organização do trabalho socioassistencial, apontam para o rompimento da forma tradicional de constituição do trabalho assistencial, essas definições têm protagonizado o retorno de ideias moralistas de atender à população.

[...] o fato de a política como regramento jurídico ter sido construído fora do debate de classe social carrega para todas as suas especificidades as possibilidades de tratar as categorias como medida justificativa para atendimentos desvinculados da luta por melhores condições de vida da população que a ela recorre. (COUTO, 2015, p. 671).

Destarte, pelo fato de não discutir as condições de vida das famílias da classe trabalhadora, a família, enquanto categoria central do SUAS, tem sido levada a assumir a condição de responsável pela proteção de seus membros. Nesta perspectiva, Lajús (2009, p. 174) afirma que “[...] são poucas as garantias de sustentabilidade pelo Estado para que as famílias possam prevenir, proteger, promover e incluir seus membros.”

Nesta mesma análise, o território pode ser transfigurado em gueto, no qual as precárias condições de sobrevivência são imputadas à falta de capacidade da comunidade de resolver seus problemas (COUTO, 2015, p. 671). Assim, com debate prudente, entende-se a categoria família qualificada enquanto conjunto integrante da classe trabalhadora e o território como espaço de pulsação das rugosidades da realidade (KOGA, 2013, p. 33).

No que tange à relação entre Estado e sociedade civil como um dos eixos estruturantes do SUAS, Mota (2010, p. 164) descreve que é notória a ideia da formação de uma rede socioassistencial constituída sob a necessidade prático-operativa de estabelecer parcerias com instituições da sociedade civil como forma de garantir o funcionamento dos serviços públicos com o apoio e disposição dos serviços privados.

Ainda no que se refere ao SUAS, na busca de afiançar as seguranças de: acolhida; renda; convívio ou vivência familiar, comunitário e social; desenvolvimento da autonomia; e apoio e auxílio; o novo modelo de gestão organiza-se por modalidades de proteção social, a básica e a especial, esta última subdividida em média e alta complexidade. De acordo com Simões, correspondem ao nível de complexidade os programas, projetos, benefícios e serviços<sup>60</sup>, atendendo ao diagnóstico de apuração das prioridades de proteção.

Neste sentido, tendo em vista a função da assistência social na garantia da proteção social básica e especial, é fundamental definir, sucintamente, o que se entende pelas

---

<sup>60</sup> Destaca-se que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoa idosa, assunto apresentado no próximo subitem, é tipificado como Serviço da Proteção Social Básica.

ações básicas e especiais da proteção. Cabe pontuar que a proteção social básica<sup>61</sup>, de caráter essencialmente preventivo, incide sobre famílias, seus membros e sujeitos sociais, cujos direitos não foram violados, embora estejam em situação de vulnerabilidade social. A proteção social básica tem como porta de entrada do SUAS os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Segundo Boschetti (2005, p. 13), um desafio do SUAS na implementação desta proteção social é a articulação com a proteção social garantida pela saúde, previdência e demais políticas públicas, de modo a precisar ações preventivas.

No tocante sobre as duas modalidades da proteção social especial, entende-se: média complexidade<sup>62</sup>, quando os direitos foram violados, mas os vínculos familiares ainda permanecem mantidos; alta complexidade<sup>63</sup>, quando, além da violação de direito, os referidos vínculos foram rompidos, exigindo a retirada do usuário da vida familiar. A Proteção Social Especial tem como unidade executora do SUAS os Centros de Referências Especializadas de Assistência Social (CREAS).

A elucidação dos campos da proteção social (básica e especial) que compõe a assistência social e as demais políticas sociais é fundamental por dois motivos, segundo Boschetti (2005, p. 13): primeiro porque o sentido de proteção extrapola a possibilidade de uma única política social e sim do conjunto articulado de outras políticas públicas, no qual possam responder na integralidade as complexas necessidades; segundo, intrínseca a políticas de assistência social, o tipo de ação socioassistencial a ser executada pelo Município e pelos Estados é o que estabelece o montante de recurso que será repassado para o Fundo de Assistência Social pelo Governo Federal, já que cada piso definido pela NOB-SUAS é determinado pelo tipo de proteção social.

De acordo com Pereira (2010, p. 123), a política de assistência social foi hiperdimensionada com as mudanças operadas com a criação do SUAS, à medida que foi transformada no principal mecanismo da seguridade social e passou a assumir, para uma

---

<sup>61</sup> Os serviços socioassistenciais que compõem a Proteção Social Básica são: Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Suporte Domiciliar. (BRASIL, 2009, p. 10).

<sup>62</sup> Os serviços socioassistenciais que compõem a Proteção Social Especial de Média Complexidade são: Serviço de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias (PAEFI), Serviço Especializado de Abordagem Social em Espaços Públicos, Serviço de Proteção Social aos (à) Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e/ou de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), Serviço Especializado de Atenção às Pessoas em Situação de Rua, Serviço de Apoio ao Processo de Habilitação e Reabilitação (BRASIL, 2009, p. 10).

<sup>63</sup> Os serviços socioassistenciais que compõem a Proteção Social Especial de Alta Complexidade são: Serviço de Acolhimento, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (BRASIL, 2009, p. 10).

significativa parcela da população, a ser a política de proteção social e não parte da política de proteção social.

Destarte, segundo Lajús (2009, p. 170), o SUAS é, atualmente, uma realidade do ponto de vista legal e sua introdução vem ocorrendo nas diferentes instâncias governamentais, no entanto, as realidades políticas, econômicas, sociais e culturais brasileira firmam em um importante desafio para sua consolidação.

O panorama apresentado remete a contribuição da construção, a árduos embates e contradições, da política social de assistência social, com caráter redistributivo, universal, intencionadas pelo estabelecimento de igualdade de condições, embora se saiba que essas não são capazes de acabar com as desigualdades sociais, dada sua incapacidade de agir na estrutura da produção e reprodução do capital, visto que sua expansão se inscreve sob a orbe das transformações econômicas, políticas e sociais em curso (MOTA, 2010, p. 157).

Consonante com Behring e Boschetti (2011, p. 193), as políticas sociais, guiadas pela óptica da materialização dos direitos legalmente reconhecidos e legitimamente assegurados, instituíram o princípio da desmercadorização dos programas, projetos e serviços, ainda que as relações sociais e econômicas não tenham sido transformadas no sentido de extinguir a sociedade de classes, logo, “[...] estamos longe desse Estado democrático de direitos e das políticas sociais a ele correspondentes.”

Nota-se que, mesmo após quase três décadas da constituição da Assistência Social como política social integrante da Seguridade Social, a batalha por sua efetivação é permanente, pois ainda está presente a disjunção: de um lado está o cidadão, sem seus direitos e tendo sua assistência em forma de caridade, e do outro, o poder público como benfeitor, que restringe os gastos com a proteção social e faz uso delas como plataforma política. Assim, defende-se que é necessário esgueirar do pragmatismo, da empiria que tem alimentado as análises apressadas no campo da assistência social. Fugir das armadilhas que apontam esse campo como do adestramento da população usuária, construindo modelos ideais de famílias, de serviços, de territórios, sem considerar as condições de vida, de luta e de resistência dessa população. É preciso garantir um serviço de qualidade, conectado com as necessidades sociais da população. E ao realizá-lo reafirmar a condição de classe, que se expressa também na pobreza imposta à classe trabalhadora, com a destituição do direito de usufruir da riqueza socialmente produzida.

Neste sentido, não se pode deixar de ter uma perspectiva de totalidade, cuja intenção é reconhecer os limites e condicionalidades impostas pela estrutura econômica e pela conjuntura política. De outro modo, não se pode render ao conformismo e ao desencanto,

provocado pelos obstáculos, e correr o risco de abandonar a historicidade e de não ver no processo histórico a possibilidade de resistência e mudança.

Portanto, incumbe esclarecer que qualquer que seja a política social o nó central da sociedade, a exploração, não será possível de se resolver. No entanto, cabe reafirmar que, no campo das políticas sociais, dentre elas a assistência social, é possível empreender lutas para garantir a reprodução material da classe que vive do trabalho. Em outras palavras, constitui-se campo de luta e resistência, visto na contemporaneidade o disputado capital por retirar direitos que foram duramente conquistados pelos(as) trabalhadores(as).

### **2.3 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas: normatização e operacionalização no Brasil**

Debater o envelhecimento humano e a velhice consoante Política de Assistência Social é buscar entender o processo dialético presente nesta relação. A organização da oferta, pela assistência social, de programas e serviços socioassistenciais voltados à pessoa idosa, a fim de articular ações na prevenção de situações de risco social, requerer uma análise que ultrapasse a fragmentação das práticas e que considere a realidade de vivência dos usuários.

A priori, realça-se que o arcabouço legal da política de assistência social, desenvolvido a partir da Constituição Federal de 1988, afirma o esforço das instituições por uma rede de proteção e promoção social. De modo a seguir o indicativo legal, destacam-se como ganhos da política de assistência social: a regulamentação da LOAS (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993), que dispõe sobre a organização da assistência social; a aprovação da PNAS (Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004), que estabeleceu as diretrizes para a operacionalização e efetivação da assistência social como direito de cidadania; a normatização do SUAS (Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012), que dispõe sobre a gestão pública da política de assistência social em todo o território nacional; e, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009), que busca a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial.

A aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social consiste em um documento que estabelece as nomenclaturas de forma padronizadas e regulamenta os serviços prestados pela Assistência Social, de modo a reorganizar as condições de atendimento e de oferta à população da mesma forma por todo o país. Deste

modo, esses serviços passaram a possuir o público a ser atendido, a compor ações continuadas, serem preconizados em unidades de referência com período de funcionamento, abrangência, dentre outros direcionamentos (BRASIL, 2009, p.19).

A Tipificação Nacional organiza os Serviços Socioassistenciais por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com a disposição na tabela abaixo:

**Quadro 1 - Quadro síntese dos Serviços Socioassistenciais Tipificados**

<b>PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</b>		1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) <sup>64</sup> ; 3. Serviço de Proteção Social Básica do Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.
<b>PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL</b>	<b>Média Complexidade</b>	1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI); 2. Serviço Especializado em Abordagem Social; 3. Serviço de proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC); 4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; 5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
	<b>Alta Complexidade</b>	6. Serviço de Acolhimento Institucional; 7. Serviço de Acolhimento em República; 8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; 9. Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Fonte: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p.8).

Diante da organização dos Serviços Socioassistenciais apresentados, Sposati (1995, p.10) afirma que o campo da assistência social se transmutou em difusor de serviços sociais, sustentado por programas ou atividades de caráter promocional e/ou preventivo, no qual passou a partilhar, de forma estratégica, serviços a determinados segmentos

<sup>64</sup> Segundo dados do IBGE (2014-2015), no Brasil há o predomínio absoluto da execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em todo o território em relação aos demais serviços vinculados à Proteção Social Básica. Este Serviço Socioassistencial, de acordo com o estudo, se mantém em todos os portes de município, alcançando maior percentual naqueles de 5.001 a 10.000 habitantes (78,0%) e menor percentual em municípios com 20.001 a 50.000 habitantes (73,9%). Em termos regionais, este Serviço atinge proporção mais acentuada no Nordeste (77,5%), sendo o menor percentual na região Sul (74,7%). No tange o SCFV para Pessoas Idosas, esse é o menor referenciado no Brasil, embora presente em mais da metade das entidades (55,4%).



populacionais caracterizados em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, dentre eles o segmento idoso.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, vinculado à proteção social básica, é definido pela Tipificação como sendo:

Serviço realizado em grupos, organizados a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautando na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. Deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros. (BRASIL, 2009, p.14).

Assim, destaca-se que o SCFV é direcionado a grupos etários e organizados a partir de percursos com o objetivo de prevenir a violação dos direitos humanos com base na convivência e fortalecimento de vínculos. O referido Serviço é organizado, de forma contínua, integrado e complementar às ações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)<sup>65</sup>, desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), no qual é direcionado a grupos etários, sendo: para crianças até 6 anos, para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, para a faixa etária de 18 a 59 anos<sup>66</sup>, e para idosos(as). Logo, a explanação que se segue dar-se-á ao redor do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para pessoas idosas.

Desta maneira, o fato do SCFV para pessoas idosas ser um Serviço da proteção social básica, esse possui o caráter eminentemente preventivo e se fundamenta no desenvolvimento de potencialidades de seus usuários, fortalecendo-os enquanto sujeito de direitos. Para tanto, o Serviço supracitado deve ser capaz, segundo as Orientações Técnicas, de afiançar: a segurança de acolhida; a segurança de desenvolvimento da autonomia

---

<sup>65</sup> O PAIF consiste no trabalho social, de caráter continuado, com famílias, com o objetivo de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo situações de rupturas de vínculos e contribuindo na melhoria de sua qualidade de vida. Para mais informações sobre o PAIF, ler a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº109/2009).

<sup>66</sup> O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos direcionado para a faixa etária de 18 a 59 anos foi instituído apenas em 2014, após a publicação da Resolução CNAS nº13, de 13 de maio de 2014.

individual, familiar e social; e, a segurança do convívio ou vivência familiar, comunitária e social<sup>67</sup> (BRASIL, 2012, p. 18).

No que se refere ao objetivo, especificamente do SCFV para pessoa idosa, a Tipificação descreve o seguinte:

Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir. (BRASIL, 2009, p.17).

Para alcançar o objetivo apresentado, a fim de atingir o impacto social esperado – Melhoria da condição de sociabilidade de idosos(as) e redução/prevenção de situações de isolamento social e de institucionalização – alguns objetivos específicos foram traçados pela referida normativa, sendo eles: contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo; assegurar encontros intergeracionais de modo a promover a convivência familiar e comunitária; vislumbrar projetos de vida perante a capacidade de motivação e potencialidades; propiciar a valorização das experiências que estimulem a autonomia e protagonismo social (BRASIL, 2009, p. 17).

Observa-se que os objetivos referendados ao SCFV para Pessoa Idosa versam abordagens individuais, nas quais não considera o contexto social, histórico, cultural e econômico em que os(as) velhos(as) estão inseridos na contemporaneidade, muito menos a conjuntura que embalou o seu processo de envelhecimento.

Ressalta-se que antes da “gênese” do SCFV, com a publicação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais em 2009, o que se dispunha para a população idosa era o Centro de Convivência para Idosos (CCI)<sup>68</sup>, cuja essência era o fortalecimento da convivência e sociabilidade, característica essa apoiada pela óptica do capital.

O CCI, serviço socioassistencial promovido pela PNAS, foi precursor no trabalho social com pessoas idosas na assistência social, porém se configurou de forma variada, com público diverso e metodologia heterogênea, o que, conseqüentemente, impediu um direcionamento comum em âmbito nacional. Logo, pelas dificuldades de monitoramento e

---

<sup>67</sup> Sugere-se consultar a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2005) para obter maiores informações sobre as seguranças citadas.

<sup>68</sup> Destaca-se que após a publicação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, alguns CCIs do Brasil cadastraram como entidades que desenvolvem o SCFV para idosos no âmbito da assistência social.

avaliação do referido serviço, imprecisões na relação público-privada na assistência social, pouca compreensão do constructo proteção social e inadequado do quadro de recursos humanos, o CCI foi considerado com pouca eficiência e eficácia na política de assistência social, vendo a Tipificação como uma estratégia de se pensar uma nova proposta de organização dos Serviços Socioassistenciais.

Assinala-se que a definição do SCFV direcionado à pessoa idosa trazida pela Tipificação articula com algumas normativas como a NOB-RH/SUAS (Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006), quando descreve a questão dos recursos humanos necessários para a execução das ações; ao Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003), quando ressalta a importância da convivência social e participação<sup>69</sup>; a própria LOAS ao trabalhar na procura pela efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esta apropriação demonstra o aperfeiçoamento do Serviço Socioassistencial social rumo a sua efetividade.

Faz-se necessário destacar que mesmo após a publicação da descrição do SCFV para idosos pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, muitas dúvidas e incertezas fizeram-se presentes, o que impulsionou a publicação das “Orientações Técnicas do SCFV para idosos” (BRASIL, 2012), da “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” (BRASIL, 2013) e das “Perguntas Frequentes sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (BRASIL, 2017)”. No entanto, foi com a publicação do Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Resolução nº1, de 21 de fevereiro de 2013) que se elucidou os critérios de partilha do financiamento federal, metas de atendimento do público prioritário, dentre outras contribuições.

A problemática que advém com a nova proposta do SCFV voltada ao segmento idoso recai sobre o público a ser atendido, já que até então não se tinha um perfil de usuário. Assim sendo, considera-se como usuário para inclusão no SCFV, pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade social, como:

- Idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada;
- Idosos de Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Idosos com vivência de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço. (BRASIL, 2009, p. 16).

---

<sup>69</sup> Segundo a publicação “Perguntas Frequentes sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”, o referido Serviço formado por três eixos norteadores: a convivência social, o direito de ser e a participação (BRASIL, 2017, p. 15).

A Tipificação elenca os sujeitos que devem ser alcançados, especialmente, pelo SCFV, contudo o Reordenamento<sup>70</sup> estabelece as situações prioritárias para inclusão das pessoas idosas no citado Serviço:

- I- Em situação de isolamento social;  
[...]
- II- Vivência de violência e, ou negligência;  
[...]
- V- Em situação de acolhimento;  
[...]
- VIII- Situação de abuso e/ou exploração sexual;  
[...]
- XI – Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência. (BRASIL, 2013, p. 2).

É importante frisar que o público prioritário<sup>71</sup> para o atendimento no SCFV não é idêntico ao público especificado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, mas possui algumas correlações. Para tanto, deve-se ter a seguinte compreensão: entre todos os usuários que podem ser atendidos pelo SCFV – pessoas idosas que vivenciam as mais diversas situações de vulnerabilidades – há os que vivenciam situações acentuadas, elencadas na publicação do Reordenamento dos SCFV (Resolução CNAS nº 01/2013), que são os usuários prioritários, mas não os exclusivos. Avulta-se que a forma de acesso do usuário ao Serviço se dá por meio de procura espontânea, busca-ativa, encaminhamento socioassistencial e/ou das demais políticas, sendo que a inserção deverá ser realizada por meio de encaminhamento do CRAS para que se garanta o referenciamento da pessoa idosa e se sua família (BRASIL, 2012, p. 43).

De acordo com as informações do Sistema de Informações ao Cidadão (SIC) do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) – dados relativos à extração do Sistema de Informações dos Serviços de Convivência (SISC) em 17/10/2018– o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a Pessoa Idosa está presente em todos os Estados brasileiros e em 4.971 municípios. Nesses são referenciados 392.603 (trezentos e noventa e dois mil seiscentos e três) usuários ativos<sup>72</sup>, sendo que deste total 165.172 (cento e sessenta e

---

<sup>70</sup> Com o Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, em 2013, instituiu-se o Sistema de Informações dos Serviços de Convivência (SISC) para a inserção de informações referentes aos usuários e ao SCFV para pessoas idosas.

<sup>71</sup> De acordo com o Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, para a identificação do usuário participante do Serviço que esteja em situação prioritária será utilizado o Número de Identificação Social (NIS) do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) (BRASIL, 2013, p. 3).

<sup>72</sup> Frisa-se que no ano de 2017 o SCFV para pessoa idosa era ofertado em 4.017 (quatrocentos e dezessete) municípios e atendia 336.688 (trezentos e trinta e seis mil e seiscentos e oitenta e oito) pessoas idosas, logo, fica

cinco mil e cento e setenta e dois) são usuários em situação prioritária e 230.852 (duzentos e trinta mil oitocentos e cinquenta e dois) são pessoas idosas que não estão em situação prioritária. Dentre o quantitativo dos usuários prioritários participantes do SCFV para pessoas idosas no Brasil, os dados do SISC, referência 17/10/2018, apresentam:

Em situação de isolamento: 94.702  
Vivência de violência e/ou negligência: 32.394  
Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos: 3.952  
Em situação de acolhimento: 19.348  
Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência: 14.776  
Não está em situação prioritária: 230.852  
Total de usuários ativos: 392.603

Logo, segue tabela com dados quantitativos de pessoas idosas participantes do SCFV por situação prioritária e não prioritária por estado:

**Quadro 2 – Pessoas idosas em situação de prioridade atendidas pelo SCFV por Estado**

UF	Em situação de isolamento	Trabalho infantil	Vivência de violência/negligência	Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 anos	Em situação de acolhimento	Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto	Egressos de medidas socioeducativas	Situação de abuso e/ou Exploração sexual	Em medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA	Crianças e adolescentes em Situação de rua	Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência	Não está em situação prioritária	Total de usuários em situação prioritária	Total de usuários ativos
AC	91	0	39	23	19	0	0	0	0	0	40	946	212	1158
AL	1193	0	551	40	334	0	0	0	0	0	162	3432	2210	5642
AM	589	0	836	54	176	0	0	0	0	0	531	3593	2131	5724
AP	114	0	21	20	113	0	0	0	0	0	12	209	268	477
BA	5432	0	2315	477	1931	0	0	0	0	0	1024	19083	10998	30081
CE	2743	0	3461	57	410	0	0	0	0	0	912	15000	7431	22431
DF	216	0	20	10	3	0	0	0	0	0	38	532	276	808
ES	1048	0	297	25	290	0	0	0	0	0	170	5084	1783	6867
GO	4418	0	1024	36	1643	0	0	0	0	0	725	10118	7609	17727
MA	4367	0	2379	35	431	0	0	0	0	0	456	10083	7605	17688
MG	10072	0	2510	1318	4349	0	0	0	0	0	1878	27685	19442	47127
MS	1102	0	563	22	160	0	0	0	0	0	268	5789	2076	7865
MT	2407	0	982	141	530	0	0	0	0	0	816	7758	4682	12440
PA	4106	0	1621	451	759	0	0	0	0	0	519	6973	7328	14301
PB	1816	0	2127	29	765	0	0	0	0	0	391	6546	5083	11639
PE	4154	0	1722	80	1500	0	0	0	0	0	224	8037	7585	15622
PI	4185	0	2081	90	1037	0	0	0	0	0	617	7011	7934	14945
PR	1773	0	1773	549	629	0	0	0	0	0	727	14775	9700	24475
RJ	3834	0	1736	39	565	0	0	0	0	0	398	7637	6457	14094
RN	2547	0	1843	101	737	0	0	0	0	0	1105	7611	6217	13828
RO	428	0	62	93	243	0	0	0	0	0	54	3012	835	3847
RR	708	0	8	0	78	0	0	0	0	0	52	414	834	1248
RS	8932	0	1113	18	703	0	0	0	0	0	1181	17276	11622	28898
SC	3186	0	791	11	116	0	0	0	0	0	433	4506	4432	8938
SE	658	0	295	81	125	0	0	0	0	0	221	4609	1361	5970
SP	18349	0	1542	118	1564	0	0	0	0	0	1296	27880	22568	50448
TO	1752	0	682	34	138	0	0	0	0	0	526	5258	3057	8315

Fonte: Serviço de Informações ao Cidadão – SIC. Ouvidoria Social do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Informações enviadas no dia 29/10/2018.

Interessante notar que o número mais expressivo de participação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoa Idosa no Brasil é de idosos(as) que não estão em situação de prioritários. Embora entenda que o direcionamento do Serviço tenha caráter preventivo e de proteção, faz-se oportuno pontuar que este grupo de não prioritários são considerados como sujeitos que não possuem vulnerabilidades sociais, dentre eles a vulnerabilidade da situação de isolamento social – a vulnerabilidade com maior índice para inserção de pessoas idosas no referido Serviço. Entretanto, neste aspecto há de se atentar para a análise dos profissionais, pois se subentende que o olhar técnico está voltado para a vertente relacional e não material, já que vivemos em uma sociedade capitalista e o público de atendimento da política de assistência social é, majoritariamente, da classe trabalhadora.

Em síntese, as normatizações citam que é livre a participação dos usuários, desde que atendam aos critérios definidos. Ou seja, não há obrigatoriedade para que as pessoas idosas participem do grupo ofertado por aquele Serviço, mas ao aceitar essa participação suscita um compromisso com o grupo (BRASIL, 2012, p.54).

Destarte, embora a nova caracterização do público atendido pelo SCFV para pessoas idosas deixa implícito que há uma abertura na participação das pessoas idosas que não se “enquadram” às situações de vulnerabilidades elencadas, nota-se que as normatizações citadas conduziram a uma austeridade de acesso, já que o público prioritário é estabelecido enquanto meta de atendimento e de financiamento público. Essa colocação está disposta no Art. 3º, § 3º da Resolução CNAS nº 01/2013, que descreve “[...] Estabelece-se como meta de atendimento de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, do público prioritário”.

Logo, no que se refere ao cofinanciamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a Resolução do Reordenamento dos Serviços Socioassistenciais define que o repasse orçamentário dar-se-á pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) por meio do Piso Básico Variável (PBV)<sup>73</sup>. De acordo com essa normativa, o PBV será dividido em dois componentes (permanente: componente I<sup>74</sup>; e variável: componente II<sup>75</sup>)

---

<sup>73</sup> Acentua-se que o cofinanciamento da Proteção Social Básica, que são repassados trimestralmente, tem por componentes o Piso Básico Fixo e o Piso básico Variável. O Piso Básico Fixo corresponde ao acompanhamento e atendimento à família e seus membros no desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) ofertado pelo CRAS. Já o Piso Básico Variável destina-se ao cofinanciamento dos serviços complementares ao PAIF ou de outros serviços, do atendimento as demandas específicas no território, das prioridades e metas pactuadas nacionalmente e de serviços executados pela equipe volante vinculada ao CRAS (Resolução CNAS Nº33/2012).

<sup>74</sup> A parcela do PBV que compreende o componente I, valor permanente, é destinada a manutenção da capacidade de atendimento do SCFV. A Resolução CNAS nº 1/2013 afirma que nenhum Município e o Distrito Federal receberam, como componente I, valor inferior a R\$4.500,00.

e calculado com base na capacidade<sup>76</sup> de atendimento do Município e do Distrito Federal, sendo que a capacidade mínima estabelecida é de 180 usuários. Para tanto, para que ocorresse o repasse de recurso do cofinanciamento federal do SCFV, a partir de julho de 2013, os Municípios e o Distrito Federal<sup>77</sup> manifestaram aceite formal através do Termo de Aceite e Compromisso.

A implantação do SCFV para pessoas idosas deve ser precedida de estudo e sistematização das informações da realidade territorial pela vigilância socioassistencial, de modo a ter conhecimento do território, das necessidades da população e da oferta dos serviços já prestados pela rede socioassistencial; além de conhecer as condições materiais disponíveis, tais como o espaço físico<sup>78</sup> – com acessibilidade – e recursos humanos suficientes e capacitados para o desenvolvimento e manutenção do Serviço. Faz-se necessário o mapeamento da vulnerabilidade social do território para que o Serviço seja ofertado em localidades próximas aos usuários, em localidades de abrangência do CRAS ou na própria unidade socioassistencial do CRAS.

O CRAS, enquanto unidade socioassistencial de proteção social básica no território, é o responsável central pela coordenação e referenciamento do SCFV para idosos. De acordo com as Orientações Técnicas do Serviço supracitado, a execução do SCFV é de responsabilidade do CRAS e, caso não tenha condições de ofertá-lo, a cessão deverá ser realizada em outro espaço público ou entidade privada de assistência social conveniada com o

---

<sup>75</sup> A parcela do PBV que compreende o componente II, valor variável, é destinada a indução do atendimento e à inclusão do público prioritário. De acordo com a Resolução CNAS nº 1/2013, a valor do componente II será apurado trimestralmente, levando em consideração o número de usuários atendidos e percentual de alcance da meta de inclusão do público prioritário – a meta de inclusão do público prioritário estabelecido pela resolução é, no mínimo, de 50% da capacidade de atendimento – no entanto, caso não atinja a meta, o componente II será calculado de forma proporcional ao percentual atingido, sendo que nenhum município receberá valor inferior ao valor de 10% da meta de inclusão do público prioritário. Para mais informações, vide a Resolução CNAS nº 1/2013.

<sup>76</sup> A capacidade de atendimento do SCFV do Município e do Distrito Federal será calculada baseada nas informações do Cadastro Único sobre o quantitativo de pessoas da faixa etária de 0 a 17 anos e maiores de 60 anos, de famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo. Para mais informações, vide a Resolução CNAS nº 1/2013.

<sup>77</sup> De acordo com o Art. 19. da normativa do Reordenamento dos Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 1/2013, os Municípios que realizarem o aceite formal do Termo de Aceite e Compromisso receberam apoio técnico e acompanhamento do Estado enquanto que o Distrito Federal receberá aporte do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).

<sup>78</sup> O espaço físico em que o Serviço será executado deve ser compatível com a quantidade de usuários participantes, além de apresentar infraestrutura adequada, tais como: iluminação, ventilação, limpeza, acessibilidades, conservação, imobiliários, entre outros. Para maiores informações ler “Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas” (BRASIL, 2012).



setor público<sup>79</sup>, desde que essa entidade seja referenciada ao CRAS do território onde o Serviço está localizado. Nesta perspectiva, constata-se a assunção das responsabilidades sociais para a sociedade civil como forma de lidar com as mazelas sociais e a tendência de fazer política social na contemporaneidade. Segundo Teixeira (2008, p. 35), a atual “[...] simbiose entre “público” e o “privado” se expressam nas retóricas de ampliação da esfera pública para a sociedade civil, para o privado, através da participação ativa de suas organizações, que mascara a cultura privacionista.”

Para a execução do SCFV para Pessoas Idosas, segundo as Orientações Técnicas do referido Serviço (BRASIL, 2012, p.45), é necessário que a equipe seja constituída, ao menos, por Técnico de Referência<sup>80</sup> – profissional de referência do Serviço no CRAS com nível superior, e Orientador Social<sup>81</sup> – profissional responsável pela execução do grupo com, no mínimo, nível médio, podendo agregar à equipe de referência, Técnico de nível médio para exercer a função de Facilitador de Oficinas<sup>82</sup>. Logo, defende-se que os profissionais que compõe a equipe do SCFV para pessoas idosas devem, primeiramente, identificar-se com as questões da população anciã para, subsequentemente, serem capacitados em conteúdos especificados no SUAS, ao processo de envelhecimento e velhice, às legislações direcionadas à pessoa idosa, e em termos e convicções em que se estrutura o Serviço é baseado.

Como proposta de metodologia do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoa Idosa, visando alcançar o seu objetivo, as Orientações Técnicas propõe o desenvolvimento de três eixos estruturantes, sendo eles:

- 1) Convivência Social e Intergeracionalidade;
- 2) Envelhecimento Ativo e Saudável; e
- 3) Autonomia e Protagonismo. (BRASIL, 2012, p. 56).

No que se refere ao primeiro eixo, o documento supracitado visa ao desenvolvimento de sociabilidades e vivências coletivas, voltando-se para a convivência intergeracional, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a prevenção de riscos sociais como a segregação e o isolamento social. Destaca ainda que “Esse eixo tem

---

<sup>79</sup> As Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas idosas (BRASIL, 2012, p. 47) versa as condições necessárias que devem constar no Termo de Convênio para garantir o referenciamento ao CRAS das entidades privadas de assistência social conveniadas com o setor público.

<sup>80</sup> A publicação das Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas idosas (BRASIL, 2012, p. 45) estabelece 11 (onze) competências do Técnico de Referência.

<sup>81</sup> A publicação das Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas idosas (BRASIL, 2012, p. 46) estabelece 08 (oito) competências do Orientador Social.

<sup>82</sup> A publicação das Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas idosas (BRASIL, 2012, p. 46) estabelece 05 (cinco) competências do Facilitador de Oficinas.

importância central para o serviço, pois serve de base para todas as atividades a serem desenvolvidas.” (BRASIL, 2012, p. 57).

O segundo eixo aduz o lema da conferência internacional na temática do envelhecimento humano, como a II Conferência Mundial do Envelhecimento – realizada em 2002 em Madri – que originou o Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (ONU, 2002); e, em pactos nacionais assumidos, como o Compromisso Nacional pelo Envelhecimento Ativo e Saudável (Decreto nº 8.114, de 30 de setembro de 2013), traduzindo o esforço da constituição de redes de proteção com a participação de governos, sociedade, família e usuários. De acordo com a normatização, “Este eixo [...] é estruturado de modo a propiciar entre os participantes uma vivência da velhice de maneira integrada, ativa e saudável com a orientação sobre a prática de autocuidado.” (BRASIL, 2012, p. 58).

O terceiro e último eixo, autonomia e protagonismo, objetiva fortalecer o processo de autonomia, a independência e o protagonismo social da pessoa idosa, de modo a proporcionar a realização de ações que “[...] potencializem a capacidade pessoal de produção, de escolha e decisão valorizando experiências de independência, fortalecendo a autoestima, a identidade, o sentimento de liberdade e a sensação de domínio e controle sobre a própria vida.” (BRASIL, 2012, p. 58).

Nas descrições dos três eixos estruturantes do SCFV para a pessoa idosa, destaca-se o ponto de vista da velhice particular, isto é, aquela em que o sujeito social tem a responsabilidade de atingir, por conta própria, as condições idealizadas da vida saudável e ativa. Assim, torna-se evidente a desconsideração das situações concretas e objetivas que perpassam o processo de envelhecimento do(a) velho(a) trabalhador(a) e que acabam por interferir na oportunidade de se atingir a velhice digna desejada. Desta forma, segundo Teixeira (2008, p. 34), as imagens da velhice bem-sucedida, saudável e ativa difundida nas políticas camuflam o envelhecimento do(a) trabalhador(a) e sua velhice doentia e desprotegida, “[...] tratando, como de responsabilidade dos indivíduos, um problema que é social por meio da difusão de uma cultura autopreservacionista que pretensamente seria capaz de evitar os efeitos do envelhecimento.”

Paralelo aos três eixos indicados, as Orientações Técnicas do SCFV para pessoas idosas acrescenta seis temas transversais para serem trabalhados com os grupos, sendo eles: envelhecimento e direitos humanos e socioassistenciais; envelhecimento ativo saudável; memória, arte e cultura; pessoa idosa, família e gênero; envelhecimento e participação social; envelhecimento e temas da atualidade (BRASIL, 2012, p. 58-61). Salienta ainda que, para o desenvolvimento do Serviço e aplicabilidade das indicações dos temas com qualidade, faz-se

necessário o planejamento, sistematização e avaliação das atividades em conjunto com todos os profissionais envolvidos.

Alicerçado sobre os três eixos estruturantes, anteriormente citados, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais define que o SCFV para pessoa idosa deve ser organizado a partir de percursos de modo a “[...] garantir aquisições progressivas [...]” aos usuários participantes, para tanto dispõe da proposta de organização em cinco percursos, como (BRASIL, 2009, p. 9):

Percurso I: *O grupo criou vida!*

Propósito do percurso: Constituir o grupo.

Percurso II: *O grupo se viu!*

Propósito do percurso: Refletir sobre ser pessoa idosa, envelhecimento e relação familiar.

Percurso III: *O grupo olhou o mundo!*

Propósito do percurso: Refletir sobre a comunidade e a contribuição social da pessoa idosa.

Percurso IV: *O grupo reinventou sua casa!*

Propósito do percurso: Exercitar capacidades criativas, participação social e construção de projetos pessoais e coletivos.

Percurso V: *E o grupo voou...*

Propósito do percurso: Encerrar o grupo e criar possibilidades de encontro entre os participantes. (BRASIL, 2012, p. 67-68).

A execução dos cinco percursos possui o desenho de duração regular de um ano, o que se entende ter, cada percurso<sup>83</sup>, aproximadamente, duração de dois meses. A normatização exprime a perspectiva de o Serviço expressar o movimento próximo a de uma espiral, dispondo em três etapas: o início do Serviço com o Percurso I; o desenvolvimento do Serviço com o Percurso II, III e IV, que objetiva abordar os temas transversais; e a conclusão do Serviço com o Percurso V, que possui a projeção de encerrar o grupo e conceber outras possibilidades de convívio e de projetos pessoais (BRASIL, 2012, p. 68).

---

<sup>83</sup> As Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoa Idosa descreve as atividades propostas para os encontros de cada percurso. Assim, no I percurso, tem-se em cada encontro: Definindo regras e acordos; Conhecendo as expectativas do grupo; Explorando as expectativas do grupo; Planejando as atividades. Os encontros do percurso II são: Como ser pessoa idosa hoje?; Envelheço com quem?; Os direitos e deveres do cidadão idoso; Uma vida ativa e saudável. No percurso III, propõem-se os encontros: Faço parte do envelhecimento populacional?; O que isso quer dizer?; O lugar onde moro; A contribuição das pessoas idosas na construção da comunidade; O trabalho da pessoa idosa; Vida e memória; Memória e diversidade cultural; Pessoa idosa é cultura; As possibilidades da geração atual das pessoas idosas. Os encontros do percurso IV são: A pessoa idosa e as instâncias de participação e controle social; Respeito e valorização da pessoa idosa: prevenção à violência; A luta por outros direitos; Participação da pessoa idosa na comunidade; A contribuição da pessoa idosa na família; Olhando para o futuro: o que gostaria de criar/ser?. Por fim, o percurso V possui a sugestão dos encontros: Como continuarei com o grupo? O que aprendi no grupo? O que levarei comigo? O que o SCFV tem para dizer à pessoa idosa? (BRASIL, 2012, p. 69-124).

Perante a organização e estruturação do SCFV para pessoa idosa apresentados, faz-se oportuno refletir se os sujeitos a quem o Serviço é designado conseguem superar suas vulnerabilidades sociais entre a duração do período de doze meses. No que se refere a situação de vulnerabilidade social do isolamento social, objetivo desta pesquisa, pode-se afirmar que é ineficaz a superação em seu aspecto relacional, tampouco a suplantação do aspecto material<sup>84</sup>.

Para compreender a finalidade proposta pelo SCFV para pessoas idosas, as Orientações Técnicas determinam ainda o traçado metodológico em: encontros regulares do grupo – um encontro por semana de até duas horas; Encontros mensais ou ao final de cada percurso – pode envolver a participação de familiares, da comunidade e de outros grupos; atividades de convívio de livre participação – realizada uma vez por semana; oficinas – ação para o desenvolvimento de temas transversais (BRASIL, 2012, p. 62).

Por fim, chegando ao término do último percurso<sup>85</sup>, a normatização prevê que os participantes devem ser esclarecidos sobre a possibilidade de saída do grupo, em razão da finalização do ciclo e do alcance dos objetivos do Serviço. O chamado desligamento deve ser realizado pela equipe do SCFV a partir de uma avaliação individual, considerando a necessidade apresentada de forma singular pelos usuários, “[...] sua opinião sobre o desligamento e conclusão do ciclo, bem como a disponibilidades de recurso para a oferta do Serviço.” (BRASIL, 2012, p. 125). Destaca-se que a saída da pessoa idosa do Serviço, ao término do último percurso, não é obrigatória. No entanto, deve-se trabalhar no sentido de que os usuários poderão continuar a participar das atividades de convívio de livre participação ofertadas – como atividades culturais, de lazer, esportivas, dentre outras – e que, portanto, permanecerão mantendo contato entre si, estimulando a participação na vida comunitária. Defende-se o cuidado da equipe técnica no processo de desligamento da pessoa idosa do SCFV de modo a não arriscar os ganhos obtidos ou até mesmo intensificar as vulnerabilidades sociais apresentadas.

Considera-se que a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais representa a transformação sócio-histórica dos serviços socioassistenciais, logo, entende-se que as normatizações e direcionamentos de organização do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoa idosa retratam o novo olhar de proteção e garantia de

---

<sup>84</sup> Análise que será abordada no próximo capítulo.

<sup>85</sup> As Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoa Idosa expõe ainda que o traçado metodológico pode ser ampliado pela equipe técnica por meio da criação de novos ciclos, percursos, novas temáticas ou até da dilatação da duração dos percursos (BRASIL, 2012, p. 125).

direitos ao velho(a), no entanto, ficam claras as orientações baseadas no discurso de um envelhecimento, distante da realidade das condições de vida da velhice da classe trabalhadora.

### **CAPÍTULO 3**

## **O ISOLAMENTO SOCIAL NA TRAJETÓRIA DE VIDA DA PESSOA IDOSA ATENDIDA PELO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**

Este capítulo, para apreender a particularidade/singularidade do objeto de estudo, ou seja, “o isolamento social do envelhecer e velhice da classe trabalhadora e a proteção social”, inicia-se com a descrição dos caminhos metodológicos apreendidos na pesquisa. Na sequência, traçará o retrato dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) que participaram da pesquisa, os quais, com suas narrativas, darão vida às linhas até então descritas, passo esse fundamental para que o leitor possa compreender as trajetórias e vivências de isolamento social do envelhecer. Paralelo à abordagem qualitativa, buscar-se-á apresentar o panorama quantitativo do perfil das pessoas idosas inseridas no SCFV no Município de Franca.

Com o reconhecimento das trajetórias de vida, sob o olhar das pessoas idosas participantes e dos técnicos de referências, serão identificados os motivos pelos quais as pessoas idosas foram encaminhadas ao SCFV e o enfrentamento deste Serviço em face do isolamento social. De posse destes dados, que possibilitarão adentrar as vivências das pessoas idosas e a experiência profissional, as categorias de análise serão elencadas de modo a alcançar o objetivo deste estudo.

### **3.1 O caminho da pesquisa**

[...] quanto mais emoção colocarmos nas nossas pesquisas, mais vida elas terão. Não podemos pensar que, para mantermos a objetividade, devemos ocultar a emoção. Não existe vida sem emoção. O sujeito não pode ser oculto, nem o pesquisador, nem o pesquisado, ambos são saturados de história, são plenos de possibilidades! (MARTIMELLI, 1999, p. 26).

Sustenta-se, neste estudo, a tese de que as vivências de isolamento social devem ser analisadas conforme os determinantes da vulnerabilidade material decorrente da lógica capitalista, isto é, como questão de desproteção social que acompanha o árduo processo de envelhecimento da classe trabalhadora, no qual acaba por tender a uma velhice desprotegida e desumanizada. Constata-se, porém, que a investigação e o desvelamento das vivências do isolamento social dos sujeitos sociais participantes do SCFV e referenciados ao CRAS ainda são um desafio para a efetivação dos ditames da Política de Assistência Social, particularmente no que concerne ao reconhecimento das situações de vulnerabilidade material. Assim, pelo motivo da realidade social ser consequência da intersecção de várias expressões da questão social, o caminho metodológico e de estudo tornaram-se cautelosos e custosos.

Entende-se que a metodologia de uma pesquisa é o caminho do pensamento, no qual perpassa por concepções teóricas de abordagens, técnicas de apreensão da realidade e

pela criatividade do pesquisador, vinculada à reflexão e ação. Para tanto, entende-se que “[...] a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).” (MINAYO, 2012, p. 14), logo, a metodologia abrangerá concepções teóricas sobre a realidade empírica.

Deste modo, para alcançar o objetivo deste estudo – analisar as vivências de isolamento social do envelhecer e velhice da classe trabalhadora em relação à desproteção social da sociedade capitalista sob o olhar dos técnicos e usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para Pessoas Idosas – de forma a suscitar reflexões críticas sobre a realidade social, faz-se necessário o diálogo com a teoria e a indagação da metodologia e o método de investigação (BAPTISTA, 1999, 35).

Por conseguinte, a pesquisa fundamenta-se sob o método teórico-metodológico do materialismo histórico dialético, de abordagem da realidade, proposto por Karl Marx. Segundo Triviños (2011, p. 51), o método do materialismo histórico dialético “[...] é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social entre os homens, no desenvolvimento da humanidade.” Melhor dizendo “É toda a atividade material, orientada a transformar a natureza e a vida social.” (TRIVIÑOS, 2011, p. 64).

Inserir a discussão sobre a problemática do envelhecimento na perspectiva da totalidade<sup>86</sup> social é romper com as concepções que legitimam a segregação e a estigmatização da velhice. Logo, a realidade que se apresenta de forma imediata e caótica, deve ser compreendida na sua essência e não na sua aparência, pois segundo Kosik (1986, p. 16), a realidade, em sua totalidade concreta, só é alcançada quando compreendida para além de sua aparência.

Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível. (KOSIK, 1986, p. 16).

A realidade, apresentada na sua imediaticidade e de forma caótica, deve ser compreendida mediante sua dialética, isto é, através da investigação das contradições

---

<sup>86</sup> Ressalta-se que a dimensão de totalidade social é radicalmente oposta ao sentido de “globalidade” ou de “todo”, posto pelo pensamento positivista. Totalidade, no sentido marxiano, diz respeito a complexos, isto é, a realidade social, em sua totalidade concreta, é composta por totalidades de menores complexidades. O caráter de totalidade do ser social não é “um todo”, que integra funcionalmente, mas um sistema concreto de relações entre totalidades que se estruturam segundo o seu grau de complexidade (NETTO, 1994, p. 37).



presentes no movimento da sociedade capitalista impulsionadas pelos aspectos culturais, econômicos, sociais, políticos, dentre outros. Assim, é fundamental ter a ciência de que, sem contradição, a realidade, em sua totalidade concreta, é vazia e inerte. (KOSIK, 1986, p. 60). Desse modo, de acordo com Celso Frederico (1997, p. 181 apud CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 32) “[...] falar em totalidade é falar também na razão apaixonada e o seu empenho de conhecer até o fim os fenômenos sociais [...].”

Diante do exposto, a pesquisa, de caráter exploratório, valer-se-á da apreensão bibliográfica, documental e de campo, com posterior análise do material empírico. Para tanto, apropriou-se, como instrumento de apreensão bibliográfica e documental, de fontes primárias, como: regulamentos, leis, decretos, documentos oficiais produzidos e divulgados pelo Governo Federal e Estadual, bem como dos dados do Censo, dentre outros; e fontes secundárias: publicações de artigos, livros, pesquisas e estudos. No que se refere às fontes bibliográficas, reportou-se às contribuições de: Nanci Soares (2014), Sálvea Campelo e Paiva (2014), Solange Maria Teixeira (2008), Maria Carmelita Yasbek (2009), Potyara Amazoneida Pereira (2011), José de Souza Martins (2002), dentre outros.

O desvelamento das situações de isolamento social do envelhecer e velhice da classe trabalhadora, em relação à desproteção social da sociedade capitalista, é exposta como o objetivo de uma pesquisa social, haja vista que possibilita a aproximação e compreensão da realidade da vida cotidiana. Neste ponto de vista, Maria Cecília Minayo (2012, p. 16) assenta que “[...] toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida.” Por conseguinte, este estudo perpassa por questões norteadoras, como: O que é vivência de isolamento social no processo de envelhecimento e velhice do(a) trabalhador(a) em uma perspectiva crítica? Qual a representação das vivências de isolamento social pelos profissionais e pelas pessoas idosas que atuam e são atendidos, respectivamente, no SCFV para pessoas idosas? Como é o enfrentamento desta vulnerabilidade social no SCFV para pessoas idosas, sendo esse um Serviço de Proteção Social Básica concebido por um Estado capitalista?

Considerando as indagações expostas e a necessidade de respondê-las, compõe-se o universo da pesquisa os CRAS do Centro, Leste, Sul e Norte do Município de Franca/SP<sup>87</sup>, tendo como amostra do universo os Serviços de Convivências e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas referenciados nos respectivos territórios. Salienta-se que as unidades

---

<sup>87</sup> Faz-se oportuno destacar que o Município de Franca possui cinco CRAS – Centro, Sul, Norte, Leste e Oeste – contudo, apenas em quatro deles – Centro, Sul, Norte e Leste – ofertam o SCFV para Pessoas Idosas através do referenciamento de unidade executora via rede privada.

executoras do Serviço citado são da rede privada, sendo elas: Fundação Espírita “Judas Iscariotes”, CCI “Nelson de Paula Silveira”- responsável pela oferta do Serviço na Região Centro; Fundação Espírita “Judas Iscariotes” – incumbido pela oferta do Serviço na Região Leste; Centro de Integração da Terceira Idade Lions Clube Franca Sobral - unidade executora da Região Norte; e Templo Espírita “Vicente de Paulo”, Centro de Convivência do Idoso “Avelina Maria de Jesus”- responsável pela oferta na Região Sul.

A anteposição do universo se deu, justamente, pelo fato de ser o CRAS a porta de entrada do SUAS e ter a função de gerir, referenciar<sup>88</sup> e/ou ofertar os Serviços da proteção social básica, entre eles o SCFV para pessoas idosas, em sua área de abrangência territorial. Logo, o lócus da pesquisa se justifica pela alta taxa de envelhecimento da população do Município de Franca<sup>89</sup>, acima da média nacional, e pelo fato da amostra do universo, o SCFV para Pessoas Idosas, ter sido reordenado e seguir as orientações da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009, p. 14).

Sendo assim, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas comporá o debate do estudo que segue, devido sua importância na oferta de proteção social diante das vulnerabilidades sociais, cujas primícias se dão pelas situações de violação de direitos pela ausência de proteção pública em face à garantia de direitos sociais.

A priori, para a execução da pesquisa de campo, requereu-se autorização, no mês de outubro de 2017, à Divisão de Proteção Social Básica da Secretaria de Ação Social da Prefeitura de Franca. Após a anuência, iniciou-se a aproximação com os técnicos de referências do SCFV para Pessoas Idosas dos CRAS Centro, Leste, Norte e Sul e com os orientadores sociais das instituições executoras do Serviço nas respectivas regiões para apresentar a proposta do estudo e alçar o interesse na participação da pesquisa.

Como devolutiva da participação da pesquisa, constatou-se a obtenção da manifestação de interesse das quatro unidades executoras do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas e de três técnicos de referências dos quatro convidados. Portanto, os sujeitos participantes da pesquisa são: três técnicos de referência<sup>90</sup> e as pessoas idosas que integram o referido Serviço.

---

<sup>88</sup> De acordo com o material “Perguntas frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)”, referenciar ao CRAS quer dizer receber orientações emanadas do poder público, alinhadas aos preceitos do SUAS, de modo a estabelecer compromissos, participar das definições de fluxos e procedimentos (BRASIL, 2016, p. 22).

<sup>89</sup> No próximo subcapítulo, apresentar-se-ão os dados do crescimento da população idosa no Município de Franca.

<sup>90</sup> Importante frisar que não houve critério de seleção para os técnicos de referências, visto que todos foram convidados.

No que tange à realização da pesquisa com as pessoas idosas, foi fundamental a articulação realizada com os educadores sociais de cada unidade executora do SCFVI, pois foram esses que as sensibilizaram a serem sujeitos participantes do estudo e indicaram dia e horário para que a pesquisa de campo fosse executada. Para auxiliar a interlocução entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, foi elaborado um convite<sup>91</sup> que explicitou, de modo breve e simples, o estudo e a importância da vivência de cada pessoa idosa para contribuição à pesquisa.

Com a finalidade de desvendar os fatos sociais vivenciados pelas pessoas idosas participantes do SCFV ao longo da sua trajetória de vida, na qual os conduziu ao atendimento direito da Proteção Social Básica pelo Serviço supracitado, ressalta-se que os critérios<sup>92</sup> de seleção dos sujeitos da pesquisa foram: estar referenciado ao SCFV para Pessoas Idosas; participar do SCFV para Pessoas Idosas; aceitar participar da pesquisa voluntariamente; estar presente no dia da aplicação da técnica do grupo focal; estar ciente sobre o objetivo da pesquisa e assinar o Termo Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A seleção dos participantes, segundo Gatti (2012, p.7), devem possuir características em comum que qualifiquem para a discussão da questão que é o foco do trabalho. Desta maneira, os participantes “[...] devem ter alguma vivência com o tema a ser discutido, de tal modo que sua participação possa trazer elementos ancorados em suas experiências cotidianas.”

Destarte, com o propósito de dimensionar os retratos da realidade e buscar o real em movimento, de modo a permitir o reconhecimento dos significados que não estão aparentes e ter a preocupação de desvelar realidades que não podem ser quantificadas, a pesquisa se baseia na abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2012, p. 21), essa abordagem “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social [...]” Logo, destaca-se que todos os fenômenos são importantes na abordagem quantitativa, já que, por trás da oralidade aparente, existe a essência do silêncio, dos gestos, das entonações e das emoções, e deve ser interpretada. Esse processo é vital e,

---

<sup>91</sup> Cópia do convite (Apêndice A).

<sup>92</sup> A priori, havia se pensado em realizar a pesquisa apenas com sujeitos sociais vinculados ao SCFV para Pessoas Idosas em situação de isolamento social, no entanto, observou-se no decorrer na pesquisa que: 1- o foco em uma única vulnerabilidade social reafirmaria o isolamento social dos demais integrantes do Serviço, uma vez que se busca a compreensão da situação de isolamento social em sua totalidade; 2- Os facilitadores dos grupos relataram o desejo dos demais membros do grupo em participar da pesquisa e a dificuldade que teriam em separá-los, tendo em vista a integração do grupo; 3- A discrepância entre o número de pessoas idosas inseridas em cada SCFVI pela situação do isolamento social.

para tanto, buscou-se descobrir o significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais.

Considera-se que a abordagem qualitativa não é excludente, ou seja, ela não implica a descaracterização ou exclusão de outra abordagem, daí a importância de ampliar as possibilidades operacionais. Portanto, apropriou-se também da abordagem quantitativa para demonstrar, de forma numérica, o perfil das pessoas idosas participantes do SCFV no Município de Franca. Acredita-se que:

[...] a pesquisa qualitativa tem como pressupostos de ordem epistemológica outros paradigmas, que não os da pesquisa quantitativa. Os fenômenos são compreendidos dentro de uma perspectiva histórica e holística – componentes de uma dada situação estão inter-relacionados e influenciados reciprocamente, e se procura compreender essas inter-relações em um determinado contexto. (BAPTISTA, 1999, p. 35).

Desta maneira, segundo Minayo (2012, p. 22), os conjuntos de dados quantitativos e qualitativos não se opõem como se fossem incompatíveis; ao contrário, se complementam e se articulam, já que as realidades interagem dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. Entende-se ser significativo recorrer à quantificação para melhor conhecer as realidades, pois ambas são igualmente eficazes no aproveitamento e conhecimento do tema em estudo.

No presente estudo, a abordagem quantitativa se deu com a apropriação do perfil das pessoas idosas participantes no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas<sup>93</sup> - quantidade, vinculação por vulnerabilidade, idade, moradia, ocupação, dentre outros - divulgada em cada unidade executora do Serviço e que, posteriormente, foi tabulada.

Por conseguinte, as junções das abordagens permitem compreender realidades a partir das interpretações do próprio sujeito participante da pesquisa, o que necessariamente exige o uso de técnicas que possibilitam o mergulho no mundo dos significados e o alcance do objetivo proposto, como por exemplo, o grupo focal, apreendido neste estudo.

Logo, como técnica de pesquisa qualitativa para apreensão dos dados empíricos das pessoas idosas participantes da pesquisa, utilizou-se do grupo focal, uma vez que entende propiciar a ampliação dos debates das principais categorias teórico-científicas de análise que compõem o enfoque da realidade da particularidade/singularidade do objeto de estudo – o

---

<sup>93</sup> As informações publicizadas sobre o perfil dos sujeitos participantes do SCFV para Pessoa Idosa de cada unidade executora referem-se ao ano de 2018, embora, entende-se que há uma constância de entrada e saída de participantes a todo o tempo.

isolamento social do envelhecer e velhice da classe trabalhadora e a proteção social – são: trabalho, isolamento social e proteção social (MUNHOZ, 2006, p. 32).

O grupo focal é compreendido como uma técnica de pesquisa qualitativa que viabiliza a obtenção de dados a partir da reunião de um grupo de pessoas que conhecem e vivenciam, de alguma forma, temas que lhes são comuns e circunscrevem a dinâmica da vida social. Assim sendo, o grupo focal tem como objetivo:

[...] captar, a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações, de um modo que não seria possível com outros métodos, como, por exemplo, a observação, a entrevista ou questionário. O grupo focal permite emergir uma multiplicidade de pontos de vida e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de se manifestar. (GATTI, 2012, p. 9).

Compreende-se que o trabalho com grupo focal permite aproximar do processo de construção da realidade, isto é, das práticas cotidianas, das ações e reações a fatos e ventos, dos comportamentos e atitudes. Logo, a definição do grupo focal foi orientada por ser a técnica que corresponde ao estudo e a relevância dos dados que com ela se pode obter para o problema de pesquisa.

Na condução do grupo focal, segundo Gatti (2012, p. 9), é necessário que se tenha um facilitador ou moderador para que possa contribuir com a fluidez da discussão, de modo que crie condições para que os participantes<sup>94</sup> se “[...] situe, explicita pontos de vista, análise, infira, faça críticas, abra perspectivas diante da problemática para o qual foi convidado a conversar coletivamente.” Assim sendo, o facilitador do trabalho foi a própria pesquisadora.

Entre os meses de junho, julho e agosto de 2018<sup>95</sup>, foram realizados quatro grupos focais<sup>96</sup>, sendo um grupo em cada unidade executora do SCFV para Pessoas Idosas, contando com a participação de: Região Sul: 32 participantes; Região Leste: 7 participantes; Região Centro: 10 participantes; Região Norte: 26 participantes. Destaca-se que embora não haja consenso quanto ao número de participantes para um grupo focal, há autores que indicam entre seis a quinze pessoas e outros que apontam entre seis a doze (KIND, 2004, p. 128).

---

<sup>94</sup> Gatti (2012, p. 13) destaca que não há necessidade de preparação prévia dos participantes do grupo focal quanto aos assuntos, pois o que se pretende é apreender os aspectos relevantes, social ou individualmente, ou fazer emergir questões inéditas sobre as questões em pauta.

<sup>95</sup> A pesquisa de campo com os participantes idosos aconteceu no dia: 26/06/2018 (SCFVI Região Norte) no período da manhã; 31/07/2018 (SCFV Região Centro) período da manhã; 31/07/2018 (SCFVI Região Leste) período vespertino; 1º/08/2018 (SCFVI Região Sul) período vespertino. Destaca-se que os participantes foram dispostos em cadeiras arrumadas em forma circular, sendo gravada a sessão. Cada grupo focal teve duração média de 40 a 60 minutos.

<sup>96</sup> Roteiro de entrevistas com os usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas (Apêndice B).

Salienta-se, no entanto, considerando o quantitativo dos sujeitos da pesquisa, que não se pode delimitar e prever o quantitativo presente no momento da aplicação do grupo focal, já que o convite se estendeu a todos os participantes do Serviço, após alguns educadores sociais levantarem a dificuldade em balizar a participação das pessoas idosas. Conquanto, pode-se afirmar que o número de participantes não prejudicou a aplicação e desenvolvimento do grupo focal, uma vez que todos tiveram a oportunidade de trocar ideias e elaborações, contribuindo com o aprofundamento do tratamento do tema. Logo, vale ressaltar que o importante “[...] não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa” (MARTINELLI, 1999, p. 24).

Durante e ao término de cada grupo focal, de acordo com Gatti (2012, p. 27), anotações escritas que subsidiaram as análises foram realizadas, visando não perder informações importantes.

Para a apreensão do material empírico dos três técnicos de referências do SCFV para Pessoas Idosas dos CRAS Centro, Leste, Norte e Sul, a fim de pensar a contribuição e organização do referido Serviço em cada território, utilizou-se a técnica da entrevista individual semiestruturada<sup>97</sup>. A técnica da entrevista semiestruturada, de acordo com Triviños (2011, p. 147) é:

[...] aquela que parte de certos conhecimentos básicos apoiados em teorias e hipóteses, que interessa à pesquisa, e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta forma, o informante seguindo espontaneamente alinhava de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar do conteúdo de pesquisa.

Deste modo, a entrevista semiestruturada é uma organização que combina perguntas abertas e fechadas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão, esse procedimento busca obter informações pela fala dos autores sociais que vivenciam uma determinada realidade não sendo, entretanto, uma conversa despreocupada e neutra. (MINAYO, 2012, p. 64).

Acentua-se que, com o auxílio do gravador, as entrevistas com os técnicos de referências foram realizadas nos meses de junho e julho de 2018, nos Centros de Referência de Assistência Social das regiões Norte, Centro e Leste do Município de Franca. Destarte, ainda que a entrevista seja reconhecida como uma forma de discurso, não se deve esquecer

---

<sup>97</sup> Roteiro de entrevista com os técnicos de referência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas (Apêndice C).

que ela é também um testemunho. Ao término das gravações dos testemunhos dos sujeitos da pesquisa, foram realizadas as transcrições completas das falas para análise.

Para a análise do material empírico, empregou-se a técnica de *análise de conteúdo*, que, de acordo com Bardin (2000, p. 28), “[...] aparece como um conjunto de técnicas de análises das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens.” Assim, a análise está subdividida nas categorias elencadas a partir dos depoimentos das pessoas idosas, quais sejam: manifestações da questão social e situações de vulnerabilidades sociais - onde serão apresentados o olhar dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) e reflexões sobre o acesso ao trabalho, à aposentadoria, à saúde, à assistência social, à moradia e à educação - e à proteção social do SCFV para Pessoas Idosas; enquanto que as categorias expressas das falas dos técnicos de referências são: a visão sobre o SCFV, análise para a inserção no Serviço e organização, características dos participantes, o entendimento sobre o isolamento social e o processo de envelhecimento e velhice. Obviamente que elencar as categorias é importante, mas reconhece-se que nem sempre é possível condensar todo o processo em uma representação, embora incorporada à realidade, enquanto concreto, pensado, dinâmico e dialético.

Para tanto, como indica Minayo (2012, p. 75), a análise das entrevistas compreendeu três fases: a da organização e estruturação dos dados, que se constituiu na transcrição dos dados e na leitura das entrevistas; a da classificação dos dados, que se fundamentou em diversas leituras em torno das falas a fim de encontrar a coerência interna e as ideias centrais; e, por fim, a da interpretação dos dados à luz do quadro teórico e empírico de estudo.

Nesta perspectiva, acredita-se que a técnica de análise de conteúdo permite descobrir o que está por detrás dos conteúdos manifestos, indo para além da aparência do que foi comunicado. Assim, as falas foram decompostas e analisadas em partes, distribuídas em categorias, de modo que possam descrevê-las e fazer inferência dos resultados da categorização, bem como interpretar esses resultados com o auxílio da fundamentação teórica adotada, o referencial teórico-metodológico do materialismo histórico dialético (MINAYO, 2012, p. 84-85).

Sublinha-se que o rigor da pesquisa está inerente desde o início do desenvolvimento do estudo. A pesquisa foi encaminhada ao Conselho de Ética da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP (Franca) – pela Plataforma Brasil, obtendo parecer aprovado, sob o número 2.675.301, em 25 de maio de 2018.

Assim sendo, para garantir o sigilo dos participantes envolvidos na pesquisa, nomes fictícios foram atribuídos aos técnicos de referência e os grupos focais foram denominados como: Grupo focal A, Grupo focal B, Grupo focal C e Grupo focal D. Por conseguinte, o estudo obedeceu aos princípios éticos em pesquisa, mantendo o anonimato dos participantes, a confidencialidade das informações. Além de incluir a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de todos os sujeitos envolvidos na pesquisa, como prevê a Resolução nº 466/12, das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde, e Resolução nº 510/16, dos Procedimentos Metodológicos Característicos das Áreas de Ciências Humanas e Sociais. Preocupou-se ainda em atender os preceitos éticos que regem o Código de Ética do Assistente Social.

Portanto, com a defesa da tese, os sujeitos entrevistados serão convidados para a apresentação do material obtido, além de ser entregue uma cópia para a Secretaria de Ação Social do Município de Franca e às instituições executoras do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos. De forma a divulgar os resultados da pesquisa, artigos serão elaborados para serem divulgados e publicados em eventos e em revistas científicas, respectivamente.

[...] não estamos no mundo para olhá-lo ou para suportá-lo; nosso destino não é o da servidão, há uma ação que pode apoiar-se sobre o que existe para fazer existir o que queremos ser (CASTORIADIS, 1991, p.71 apud MARTINELLI, 1999, p.27).

### *3.1.1 A apreensão da realidade empírica sobre o objeto pesquisado*

A proteção social básica da Política de Assistência Social propõe uma organização dos serviços ofertados aos sujeitos sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir risco social e possibilitar o desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A proteção social básica tem como porta de entrada o SUAS e os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que se trata de unidades públicas municipais, localizadas em territórios com maiores índices de vulnerabilidades e riscos sociais, destinando à prestação de serviços socioassistenciais de proteção social básica às famílias e sujeitos sociais, e à articulação desses serviços de abrangência territorial com a rede intersetorial com a intenção de potencializar a proteção social.

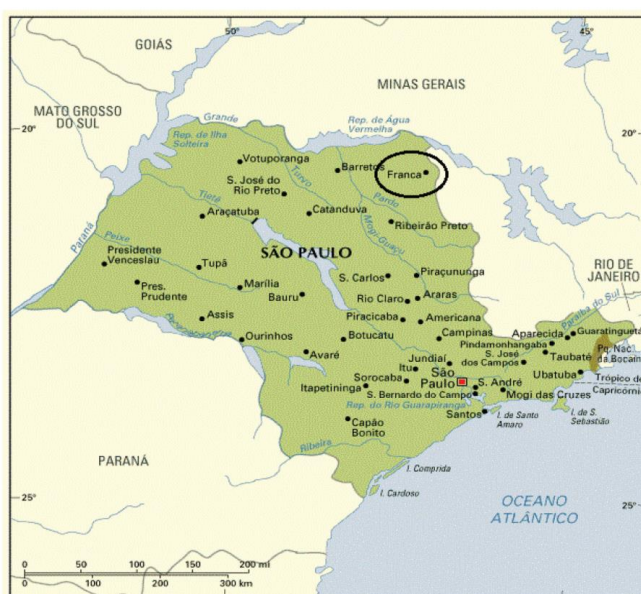
O Município de Franca foi escolhido como palco da reflexão deste trabalho, pelo fato de ser o único de grande porte que compõe a Diretoria Regional de Assistencial e



Desenvolvimento Social (DRADS)<sup>98</sup> de Franca<sup>99</sup> e por ser referência no processo de reordenamento dos serviços socioassistenciais para outros municípios da região.<sup>100</sup>

Franca está localizada no nordeste do Estado de São Paulo e, conforme projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo de 2010, a população do Município era de 318.640<sup>101</sup> habitantes, sendo a 74ª maior cidade brasileira, de acordo com informações do Plano Municipal de Assistência Social de Franca (2018-2021) (FRANCA, 2018, p. 16).

### Mapa 1 – Localização do Município de Franca no Estado de São Paulo



Fonte: Ogawa Butoh Center, 2014.

<sup>98</sup>DRADS é o órgão descentralizado que representa a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEADS) nas 26 regiões do Estado de São Paulo, sendo elas: Drads: Alta Noroeste em Araçatuba; Drads: Alta Paulista em Dracena; Drads: Alta Sorocabana em Presidente Prudente; Drads: Araraquara; Drads: Avaré; Drads: Baixada Santista em Santos; Drads: Barretos; Drads: Bauru; Drads: Botucatu; Drads: Campinas; Drads: Capital em São Paulo; Drads: Fernandópolis; Drads: Franca; Drads: Grande São Paulo ABC em Santo André; Drads: Grande São Paulo Leste em Mogi das Cruzes; Drads: Grande Norte São Paulo em Guarulhos; Drads: Grande São Paulo Oeste em Osasco; Drads: Itapeva; Drads: Marília; Drads: Mogiana em São João da Boa Vista; Drads: Piracicaba; Drads: Ribeirão Preto; Drads: São José do Rio Preto; Drads: Sorocaba; Drads: Vale do Paraíba em São José dos Campos; Drads: Vale do Ribeira em Registro;

A DRADS, dentre outras atribuições, tem a função de orientar e assistir municípios e entidades sociais na execução e acompanhamento de programas e serviços de assistência social, além de monitorar e controlar os convênios firmados com estes órgãos.

<sup>99</sup> Em especial, os Municípios que compõe a DRADS de Franca são: Aramina, Batatais, Buritizal, Cristais Paulista, Franca, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, Sales Oliveira, São Joaquim da Barra e São José da Bela Vista.

<sup>100</sup> Em anexo, relatório descritivo da rede socioassistencial dos municípios que compõe a DRADS de Franca na organização do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas. Relatório esdesdisponibilizado pela referida Diretoria Regional de Assistência Social e Desenvolvimento Social.

<sup>101</sup> Em relação ao número de habitantes, Franca é considerada, pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Município de grande porte.

Segundo informações contidas no Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) de Franca, de 2018-2021, o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM), em 2010, era de 0.780<sup>102</sup>, o que situou o Município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Considerando as três dimensões de mensuração do IDH a partir do censo de 2010, notaram-se os seguintes índices: longevidade, com índice de 0,842, seguida da educação, com índice de 0,753, e de renda, com índice de 0,749. Importante ter cautela com os números citados, pois se deve considerar a discrepância das condições de vida e das desigualdades sociais da população em cada contexto (FRANCA, 2018, p. 30).

Para além dos dados estatísticos, também se faz necessário apresentar os dados do Cadastro Único, oportunizando sistematizar e identificar nos territórios as conjunções e disjunções entre as demandas identificadas e a organização da proteção social em Franca. Para tanto, de acordo com o Plano Municipal de Assistência Social, período 2018-2021, em janeiro de 2018 havia 19.034 famílias cadastradas, – com perfil de cadastramento de até três salários mínimos ou ½ salários mínimos *per capita* – sendo 18.865 na área urbana e 169 na área rural. Os dados reafirmam a tendência observada nacionalmente, cuja grande maioria da população se concentra na zona urbana, motivado pelo êxodo rural (FRANCA, 2018, p. 17).

Do contingente de famílias inscritas naquele cadastramento, - 19.034 famílias cadastradas - pode-se observar o retrato da população usuária da Política de Assistência Social de Franca, sendo: a composição por cor/raça familiar autodeclarada é de 31.165 branca, seguida de 18.578 pardas, 5.087 preta, 297 amarela e 41 indígenas; o número de pessoas com deficiência inscritas é de 4.519 pessoas – dessa quantia 51% está na faixa etária de 18 a 59 anos e 30% na faixa etária de 60 anos ou mais, sendo a deficiência física e mental a de maior incidência; 2.521 pessoas, maiores de 18 anos, inseridas no CadÚnico, declararam não saber ler e escrever; 90% das famílias cadastradas pagam aluguel; o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família alcança 6.852 famílias, com benefício mensal médio de R\$ 166,00 (cento e sessenta e seis reais) (FRANCA, 2018, p. 17).<sup>103</sup>

Pertinente acentuar que Franca sofre interferências de várias precariedades postas pela estrutura econômica e das desigualdades sociais que estão enraizadas no Brasil. Pelo fato de ser polo calçadista, essa realidade traça a história do município e a vida de seus moradores,

---

<sup>102</sup> O Plano Municipal de Assistência Social de Franca, de 2018-2021, explana que o IDH do Município (0,780) situa na média do Estado de São Paulo (índice de 0,783) e acima do índice nacional (0,720). Dados obtidos a partir do censo de 2010 (FRANCA, 2018, p. 24).

<sup>103</sup> Os dados apresentados estão publicados no Plano Municipal de Assistência Social, 2018-2021, e tem como base o período de janeiro de 2018.

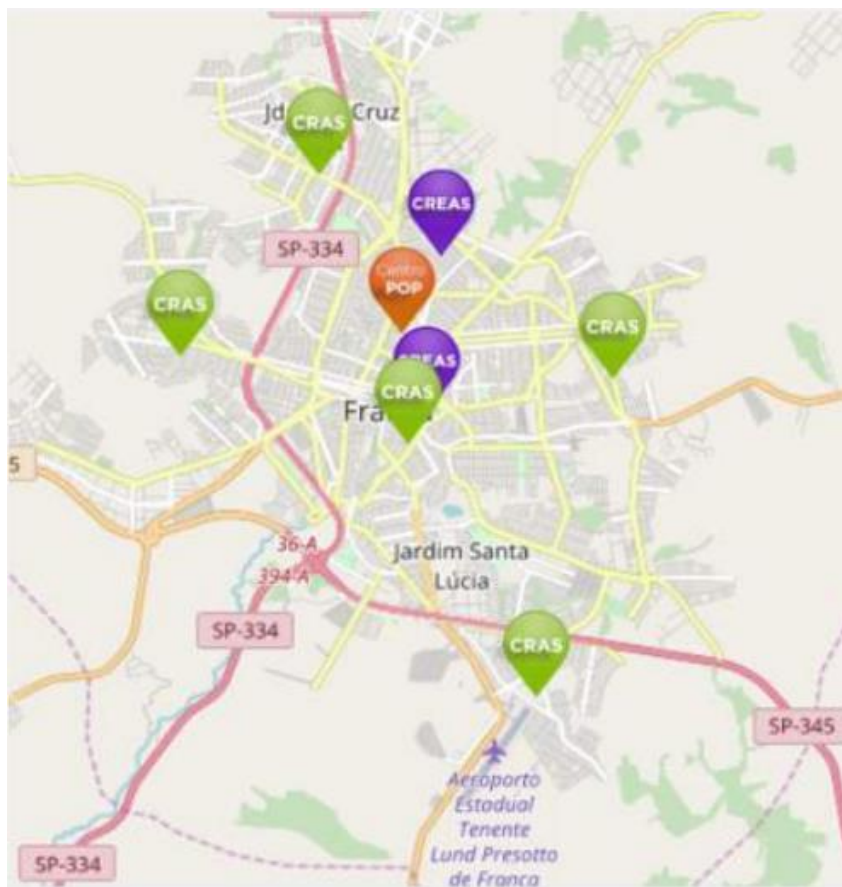
especialmente a pessoa idosa, já que se trata de uma cidade voltada à confecção de produtos em linha de montagem e que exige trabalhadores(as) jovens e sadios.

No tocante a população idosa de Franca, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, sinaliza que o Município possuía 36.221 habitantes com 60 anos ou mais. Quanto à percentagem de pessoas idosas de Franca, dados do IBGE apontaram “[...] que no período de 2000 a 2010 o crescimento médio foi de 4,1% ano. Em 2000, este grupo representava 8,4%, em 2010, 11,4% e em 2013 foram registrados 12,5%.” (FRANCA, 2015, p. 26). Tais dados sinalizam que o Município está em ritmo crescente em relação ao envelhecimento populacional, ficando acima do nível brasileiro de envelhecimento no mesmo período, 7.36%. Acentua-se ainda que em Franca, segundo o Plano Municipal da Assistência Social (2018), soma-se 7.328 pessoas idosas com renda per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.

O cenário do envelhecimento populacional de Franca deve ser visto não como um problema, mas como uma expressão do impacto positivo de diversas áreas, isto é, ganhos que possibilitaram qualidade de vida aos francanos. Essa mudança impacta nas políticas sociais públicas, principalmente àquelas que são voltadas diretamente à pessoa idosa, como os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Diante do contexto apresentado, a gestão da assistência social tem papel primordial nas respostas de enfrentamento às demandas do envelhecimento. No que respeita à organização da Política de Assistência Social, o Município possui cinco Unidades Estatais de Proteção Social Básica, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), situados nas regiões Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro. No nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade, há três unidades: dois Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS) – um situado na região Central, que referencia a população dos territórios das regiões Sul, Leste e Centro; e outro na região Norte, que atende a população das regiões Oeste e Norte -, e uma unidade do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) (FRANCA, 2018, p. 51).

## Mapa 2 – Unidades estatais de Franca



Fonte: Plano Municipal de Assistente Social de Franca (PMAS, 2018, p.51).

Faz-se oportuno apresentar de forma sucinta as características dos territórios de atuação da Política de Assistência Social, objetivando apresentar as principais vulnerabilidades sociais dos territórios nas quais se encontram o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoa Idosa, observando as informações do Plano Municipal de Assistência Social de 2018-2021.

A Região Norte corresponde à região mais populosa do Município, pois é composta por 44 bairros que abrangem um terço da população francana, ou seja, aproximadamente, 110 mil habitantes, acomodados em cerca de 27.500 domicílios. Por meio das demandas que chegam à rede socioassistencial, o território é caracterizado por consideráveis índices de violência, tráfico de drogas, além de fatores como: conflitos familiares, negligência, alto índice de evasão escolar entre adolescentes, elevadas taxas de desempregos, dentre outros. A demanda de atendimento no CRAS é alta, possuindo, nos últimos cinco anos, 3.988 prontuários ativos, e média mensal de atendimento de 650 pessoas (FRANCA, 2018, p. 51).

No que se refere à Região Sul, essa é a segunda região no que tange à extensão e população, é composta por 48 bairros que, por sua vez, abrigam 20.727 domicílios. O território é caracterizado por sua diversidade socioeconômica, concentração de situações de trabalho infantil, violência doméstica e tráfico de drogas. A região apresenta, segundo o Plano Municipal de Assistência Social, uma rede de fortes vínculos comunitários e referências positivas como rappers e grafiteiros que desenvolvem e mobilizam a população local para a superação das dificuldades vividas, já que “A população residente em bairros componentes do intitulado ‘complexo aeroporto’ sofrem com estereótipos e preconceitos que se materializam na dificuldade de conseguirem emprego, acesso a alguns serviços e outros.” A média de atendimento mensal do CRAS Sul, referência do território, nos últimos seis meses do ano de 2017, foi de, aproximadamente, 328 pessoas, possuindo 3.221 prontuários cadastrados nos últimos cinco anos (FRANCA, 2018, p. 52).

Quanto a Região Leste, essa tem em seu território de abrangência 44 bairros, havendo, aproximadamente, 21.402 domicílios. A região apresenta características específicas como, território de grande extensão geográfica, grande número de indústrias do setor calçadista/componentes e vestuário, além de ser uma área com considerável número de atendimento à população rural se comparado a outros territórios. De acordo com o PMAS 2018-2021, destaca-se dentre as principais vulnerabilidades do território a vivência de insegurança alimentar, alto índice de tráfico e uso de drogas, inserção informal e esporádica no mercado de trabalho, grande índice de assassinatos, criminalidade e violência doméstica contra a mulher, casos de feminicídios e crescente evasão escolar entre adolescentes. Em 2018, o CRAS Leste detinha 2.988 cadastros.<sup>104</sup> O referido Plano não citou a média de atendimento mensal (FRANCA, 2018, p. 52).

Em relação à Região Oeste<sup>105</sup>, essa é composta por 60 bairros, o que estima o quantitativo de 18.000 domicílios. No território, segundo o PMAS de 2018-2021, as vulnerabilidades sociais que o caracteriza são: violência, tráfico e uso de substâncias psicoativas, insuficiência de oferta de Políticas de saúde, educação e segurança, ausência de atividades para adolescentes, e crescente índice de evasão escolar. Cabe destacar que há 4.900 pessoas cadastradas no CRAS Oeste (FRANCA, 2018, p. 53).

---

<sup>104</sup>O Plano Municipal de Assistência Social de Franca, período 2018 – 2021, não citou a média de atendimento mensal do CRAS Leste. Enfatiza-se que as informações têm como referência os dados dos últimos cinco anos.

<sup>105</sup> A Região Oeste foi a única, no PMAS 2018-2021, que destacou a insuficiência de políticas sociais públicas no território. Nesta perspectiva, faz-se necessário indagar: Será que nas demais regiões do Município as políticas sociais públicas são suficientes e que não precisam ser ampliadas?

No que tange à Região Centro, essa é formada por 86 bairros que, por sua vez, constitui 42.869 domicílios. O território é economicamente privilegiado e possui concentração de serviços públicos, comércio e instituições que atendem toda a cidade. De acordo com o PMAS de 2018-2021, pelo fato de ser uma área em que surgiram os primeiros bairros, há grande número de famílias de baixa renda residindo próximo a famílias de grande poder aquisitivo, o que resulta em uma classe social mista. Observou-se que as famílias atendidas pelo CRAS Centro têm a característica de serem, em sua maioria, chefiadas por mulheres, haver grande número de pessoas idosas, sendo esses cuidadores de crianças como feitiço de trabalho informal na estratégia de sobrevivência. Outro aspecto do território tem sido o aumento no índice de gravidez na adolescência, evasão escolar e dependência química. O CRAS Centro, atualmente, possui 3.500 famílias cadastradas (FRANCA, 2018, 54).

Em seguida, em conformidade com as informações do PMAS 2018-2021, apresenta-se, de modo sucinto, a distribuição e organização da rede socioassistencial, rede intersetorial e rede de apoio distribuída nos territórios de Franca, possibilitado compreender a oferta de serviços públicos.

Quadro 3 – Distribuição de políticas públicas em Franca

REDE SOCIOASSISTENCIAL POR TERRITÓRIO					
	Região Norte	Região Sul	Região Leste	Região Oeste	Região Centro
CRAS	1	1	1	1	1
CREAS	1	-	-	-	1
Centro POP	-	-	-	-	1
Secretaria de Ação Social, Unidade do Cadastro Único e Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	-	-	-	-	1
SCFV para crianças e adolescentes	3	3	1	3	3
SCFV para adulto e pessoas idosas	1	1	1	<sup>106</sup>	1
Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	-	-	-	-	1
Serviço de PSB no Domicílio para PCDs e Pessoas Idosas	1	1	1	1	1
Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias – Unidade Referenciada	4	-	-	-	-
Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias – Centro Dia da PCD	1	-	1	-	1
Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas famílias – Centro Dia da Pessoa Idosa	-	-	1	1	1
Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e suas Famílias	1	-	-	-	-
Serviço de PSE de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência – Residência Inclusiva	2	-	-	-	-
Casa-lar do Serviço de PSE de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.	-	1	-	1	8

<sup>106</sup> Como meta do PMAS 2018-2021 está a implementação do SCFV para Pessoas Idosas na região Oeste, atingindo 100% da oferta do Serviço nos territórios da cidade de Franca.

	Região Norte	Região Sul	Região Leste	Região Oeste	Região Centro
Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos	-	-	1	-	5
Serviço de PSE de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes na modalidade abrigo	-	-	-	1	-
Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência	-	-	1	-	-
Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Trânsito	-	-	1	-	-
<b>REDE INTERSETORIAL POR TERRITÓRIO</b>					
Conselho Tutelar	1	-	-	-	1
Unidades Básicas de Saúde	4	3	3	2	3
Programas de Saúde da Família	2	-	1	1	-
Pronto Socorro Municipal	1	1	-	-	2
Pronto Socorro Infantil	1	-	-	-	-
Unidade de Pronto Atendimento (24h)	-	-	-	1	-
Hospital	-	-	1	1	3
Unidades de especialização	-	-	-	-	9
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	-	-	-	1	-
Escolas Estaduais	12	7	9	10	19
Escolas Municipais	16	7	15	20	15
Fundação Educacional	-	-	-	1	-
Creches	16	13	15	10	11
Fundação Educacional	-	-	-	1	-
Universidade Pública <sup>107</sup>	-	-	-	-	1
Universidade Particular	-	1	-	-	2
<b>REDE DE APOIO POR TERRITÓRIO</b>					
Centro de Convivência do Idoso (CCI)	1	1	1	1	1
Centros Comunitários	04	6	4	9	2

Fonte: (PMAS de Franca, 2018-2021) – Elaboração Própria, 2019.

Paralelo à questão da distribuição das políticas públicas, faz-se oportuno destacar o aspecto da mobilidade da população entre os territórios em que os atendimentos são realizados no Município. Este fato é um dificultador para acessar os direitos sociais à

<sup>107</sup> Faz-se oportuno destacar que a única Universidade Pública do Município, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), não é mencionada no Plano Municipal de Assistência Social de Franca (2018-2021), sendo incluída para esta apresentação.



população que possui algum tipo de deficiência física, pessoas idosas entre 60 e 65 anos, as quais não são abrangidas pela lei da gratuidade no transporte coletivo, e famílias cujo orçamento não permite o custeio da tarifa (FRANCA, 2018, p. 35).

Não se trata aqui de considerar o território como um espaço, exclusivamente físico ou administrativo, como cita Dirce Koga (2013, p. 37), mas enquanto cotidiano de vivência, pois nele “[...] expressa, ao mesmo tempo, produção e reprodução das relações econômicas, políticas e culturais, presentes na sociedade que ele abriga.” Logo, deve-se ter clareza de que a vivência possui peculiaridades, singularidades e dinâmicas próprias associadas pelos diferentes autores sociais, cuja configuração excede os limites institucionalizados erigido pelas políticas sociais públicas que podem negar os direitos de cidadania.

Entende-se que o modo de estruturação e atuação das políticas sociais brasileiras tem sido marcado por uma perspectiva segmentadora da realidade social, pois as necessidades e as demandas da sociedade são compartimentadas e selecionadas em públicos-alvo, seja pelas características etárias, pelas condições de renda ou pela vulnerabilidade e risco pessoal e social. No caso de algumas políticas, como a da assistência social, essa segmentação ainda tem prevalecido, apesar de a Política Nacional de Assistência Social (2004) ter previsto a dimensão territorial como um de seus pilares de atuação, o que deflagrou as bases do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Apesar dos avanços significativos e reconhecidos nos textos legais da política de assistência social, ainda se nota a permanência do legado da perspectiva homogeneizadora, que olha de forma exclusivamente segmentada as demandas e ofertas da política pública, desconectadas dos territórios onde ocorrem.

Superar a perspectiva homogeneizadora dos segmentos constitui uma tarefa complexa em um campo de disputa política, pois, cotidianamente, são colocados, lado a lado, os paradigmas do direito e do favor, porque a proteção social, na sociedade brasileira, permanece como uma responsabilidade privada, circunscrita à esfera familiar e não pública.

No que se refere à organização territorial da amostra do universo deste estudo, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a Pessoa Idosa em Franca, faz oportuno enfatizar que é materializado através de ações operacionalizadas pela “rede própria”, o CRAS, e “rede privada”, por meio de entidades sem fins lucrativos conveniadas à Secretaria de Ação Social<sup>108</sup>. Assim, sendo, a unidade executora do SCFV para Pessoa Idosa no Município são:

---

<sup>108</sup> Dentre os 23 municípios que compõem a DRADS de Franca, apenas a cidade de Franca que possui, como unidade executora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoa Idosa, rede privada.

**Quadro 4 – Unidade executora do SCFV para Pessoa Idosa por região em Franca**

<b>CRAS de referência</b>	<b>Unidade executora</b>
CRAS Centro	Fundação Espírita “Judas Iscariotes” CCI “Nelson de Paula Silveira”
CRAS Leste	Fundação Espírita “Judas Iscariotes” CCI “Rodolfo Ribeiro Vilas Boas”
CRAS Norte	Centro de Integração da Terceira Idade Lions Clube Franca Sobral
CRAS Sul	Templo Espírita “Vicente de Paulo” - Centro de Convivência do Idoso “Avelina Maria de Jesus”

Fonte: Elaboração Própria, 2019.

Com a realidade exposta, impulsionada pela demanda da população e pelas exigências normativas, nota-se o despontar de entidades privadas sem fins lucrativos que se agregam à Política de Assistência Social, objetivando atender os interesses e objetivos das pessoas idosas em contraponto à leviandade estatal, exercendo, o que Teixeira (2008, p. 119) denomina, de “participação solidária”.

Nesta perspectiva, gradativamente, e por mecanismos diversos, instaura-se uma “nova cultura” de fazer política social, aquela em que o Estado normatiza, subvenciona, estimula como um regulador externo, e a sociedade organizada realiza. (TEIXEIRA, 2018, p. 119).

Nesta lógica, entende-se que a reatualização do ideário liberal, em que desqualifica o Estado como espaço de ação pública direta e garantidor de direitos sociais reforçam a cultura privacionista no trato da questão social, constitui a cultura do consenso no fazer política social. Em face deste ideário as práticas são fomentadas a partir da rearticulação entre o “público” e “privado” e as refrações da questão social são remetidas ao campo ético, da moral, da benemerência, da filantropia, e não a um campo político de responsabilidade de Estado. Destarte, de acordo com Campelo e Paiva (2014, p. 133) “[...] resta, assim, o apoio da família [...] e o recurso à filantropia, enquanto amparo a velhice dos ‘condenados da terra.’”

Embora as tendências no desenho das políticas sociais sejam funcionais às estratégias neoliberais de instituir um Estado Mínimo para o enfrentamento das questões sociais vivenciadas no envelhecer do(a) trabalhador(a), não se pode fechar os olhos para as ações positivas que executam quando trabalham assuntos como as conquistas dos direitos, a importância do controle social, dentre outras temática que possibilitam a reflexão e o ampliar de conhecimento, além de contribuir e muito para um envelhecimento ativo.

Nesta perspectiva, pontua-se que as tendências de “descentralização” e participação popular que abarca o desenho da política social direcionada à pessoa idosa são contraditórias, expressam mecanismo de possibilidades e, ao mesmo tempo, de transferências de responsabilidades, dispondo de um novo modo de trato das expressões da questão social.

Perante a conjuntura de organização do SCFV para Pessoa Idosa no Município de Franca, faz-se oportuno e necessário apresentar o perfil, por território, dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) participantes<sup>109</sup>.

O SCFV para Pessoa Idosa ofertado na Região Centro, pela Fundação Espírita “Judas Iscariotes” - CCI “Nelson de Paula Silveira”<sup>110</sup>, atendia 54 pessoas no segundo semestre de 2018, desse número, 42 eram do sexo feminino e 12 do sexo masculino, sendo a faixa etária acima de 71 anos a predominante (29 pessoas), seguida da de 61 a 70 anos (18 pessoas)<sup>111</sup>. Em relação ao total dos(as) idosos(as) participantes, 15 são classificados como público prioritário do Serviço, sendo: 5 em situação de isolamento social, 7 em situação de acolhimento institucional, 2 pessoas com deficiência, 1 com vivência de violência. Quanto às características dos sujeitos sociais em situação de isolamento social, esses têm o seguinte perfil: 3 pessoas do sexo masculino e 2 do sexo feminino, com idade entre 68 a 79 anos; 4 aposentados, 1 beneficiário BPC; 4 possuem o ensino médio, 1 o ensino fundamental; e uma pessoa reside sozinha.

No tocante da Região Leste, a Fundação Espírita “Judas Iscariotes”- CCI “Rodolfo Ribeiro Vilas Boas”<sup>112</sup>, atendeu 38 pessoas idosas no último semestre de 2018, desse contingente, 29 eram mulheres e 9 homens, com idade entre 43 a 83 anos<sup>113</sup>. No que se refere ao público prioritário, a unidade executora informou que possuíam, no mesmo período, 18 pessoas, sendo 12 em situação de isolamento social e 6 em situação de negligência e/ou vivência de violência.

---

<sup>109</sup> Os dados a serem apresentados, no que se refere ao perfil das pessoas idosos participantes do SCFV, foram divulgados pelas unidades executoras do referido Serviço, tendo como referência o período do último semestre de 2018. Algumas unidades expressaram que não têm acesso a todas as informações dos usuários, como: escolaridade, renda, membros famílias que habitam, dentre outros.

<sup>110</sup> A instituição executora da Região Centro organiza o SCFV para Pessoas Idosas em dois grupos, sendo um grupo nas terças-feiras pela manhã (8h) e as quintas-feiras no período da tarde (14h), sendo que atividades de convívio acontecem às: segunda-feira (8h) e quarta-feira (14h).

<sup>111</sup> Neste território, o Serviço também é direcionado para adultos a partir de 30 anos. Com esta faixa etária, são atendidas 7 pessoas.

<sup>112</sup> A instituição executora da Região Leste organiza o SCFV para Pessoas Idosas em dois grupos, sendo um grupo nas segundas-feiras pela manhã (8h) e as quartas-feiras pela manhã (8h), sendo que atividades de convívio acontecem às: terça-feira (13h30min) e quinta-feira (13h30min).

<sup>113</sup> Neste território, o Serviço também é direcionado a adultos.

Em relação à Região Norte, no último semestre de 2018, o Centro de Integração da Terceira Idade Lions Clube Franca Sobral<sup>114</sup> atendeu 70 idosos(as), sendo 12 homens e 58 mulheres; com faixa etária majoritária de 60 a 79 anos (56 pessoas); estado civil viúvo (35 pessoas), divorciado (14 pessoas), casado (13 pessoas), solteiro (6 pessoas) e separado (1 pessoa)<sup>115</sup>; que residem, em sua maioria, em casa própria (45 pessoas), alugada (11 pessoas), cedida (9 pessoas), financiada (5 pessoas); acompanhadas de filhos/cônjuges/netos/genro/mãe/irmão (37 pessoas), sozinhas (29 pessoas) e em residência inclusiva<sup>116</sup> (4 pessoas) . No que compete à renda, 5 pessoas sobrevivem com menos de um salário mínimo, são beneficiárias do Programa Federal de Transferência de Renda Bolsa Família e exerce trabalho informal como faxineira, enquanto que 41 pessoas possuem um salário mínimo, 13 pessoas até dois salários mínimos, 2 pessoas com mais de dois salários e 9 não informaram, posto que o recurso advém da aposentadoria (25 pessoas), pensão (14 pessoas), do Benefício de Prestação Continuada (10 pessoas) e do acúmulo da pensão e aposentadoria (9 pessoas). Em referência ao público prioritário do SCFV, a unidade executora relata que possuíam 35 pessoas em situação de isolamento social, 5 pessoas em situação de violência psicológica/patrimonial, 3 pessoas com deficiência, 1 pessoa em situação de negligência, totalizando 44 casos, sendo que o restante, 26 pessoas, eram participantes referenciados pela assistência social<sup>117</sup>.

No que concerne ao SCFV para Pessoa Idosa da Região Sul, a unidade executora Templo Espírita “Vicente de Paulo” - Centro de Convivência do Idoso “Avelina Maria de Jesus”<sup>118</sup> divulgou que contavam, no último semestre de 2018, 51 pessoas participantes, sendo 10 homens e 41 mulheres, na faixa etária, preponderante, de 60 anos (30 pessoas), seguida da de 70 anos ou mais (16 pessoas), com estado civil casado (17 pessoas), viúvo (16 pessoas), solteiro e separado (12 pessoas) e amasiado e divorciado (3 pessoas). Quanto à

<sup>114</sup> A instituição executora da Região Norte organiza o SCFV para Pessoas Idosas em três grupos, sendo um grupo nas segundas-feiras pela manhã (8h), um grupo nas segundas-feiras à tarde (13h) e as terças-feiras pela manhã (8h), sendo que atividades de convívio acontecem às: quarta-feira (8h e 13h) e quinta-feira (8h).

<sup>115</sup> Destaca-se que não houve a divulgação do estado civil de um dos usuários participantes, obtendo assim a diferença numérica de uma pessoa.

<sup>116</sup> A Residência Inclusiva é uma unidade que oferta Serviço de Acolhimento Institucional, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS, direcionado a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência e que não dispõem da retaguarda de familiares e condições de autossustentabilidade. Para maiores, ler “Orientações sobre o Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com deficiência em Residências Inclusivas: perguntas e respostas” (BRASIL, 2014).

<sup>117</sup> Faz-se oportuno destacar que todos os participantes do SCFV para idosos são públicos da assistência social, no enquanto há quem não contempla as vulnerabilidades do público prioritário mas possuem outras vulnerabilidade, como a ausência de renda.

<sup>118</sup> A instituição executora da Região Sul organiza o SCFV para Pessoas Idosas em dois grupos, sendo um grupo às segundas-feiras no período da tarde (13h) e às terças-feiras pela manhã (9h), sendo que as atividades de convívio acontecem às: segundas-feiras (8h30min), terça-feira (13h), quarta-feira (13h), quinta-feira (7h30min) e sexta-feira (7h30min).

educação, 29 pessoas cursaram o ensino fundamental (incompleto), 10 pessoas frequentaram o Projeto de Alfabetização para Jovens e Adultos (AJA), 7 pessoas não tem escolaridade e, apenas 3 pessoas possuem o ensino médio completo. Em relação à habitação, 42 pessoas possuem casa própria, 6 pessoas alugam e 3 pessoas têm imóvel financiado, dos quais 17 pessoas residem sozinhas e 34 pessoas habitam na companhia de cônjuge/filho/netos/nora/irmãos. Com referência à renda, 21 pessoas são aposentadas, 15 pessoas não possuem renda (são beneficiárias de Programas de Transferência de Renda), 7 pessoas são pensionistas, 7 pessoas são beneficiários BPC e 1 pessoa recebe auxílio doença. No que diz respeito ao público prioritário do SCFV para Pessoas Idosas, a unidade executora informou que possuíam 22 pessoas em situação de isolamento social e 4 pessoas em vivência de violência psicológica, negligência, enquanto que 25 pessoas estavam inseridas como público referenciado pela assistência.

Perante o breve perfil propagado, faz-se necessário enfatizar o acesso de 213 pessoas idosas francanas à Política de Assistência Social, no segundo semestre de 2018, através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, contudo, se pensar no quantitativo de pessoas idosas que o Município concentrava no último Censo de 2010, apenas 0,58% desta população é contemplada pelo Serviço.

Acrescenta ainda que, no plano de Assistência Social de 2018-2021, o SCFV para Pessoa Idosa não apresenta projeção de expansão significativa, somente explana a meta atual para o atendimento de público prioritário (50 pessoas por unidade executora) e a meta anual desse mesmo público: 2018 – 200 pessoas; 2019 – 200 pessoas; 2020 – 250 pessoas; 2021 – 300. Destaca-se aqui, a necessidade de refletir sobre a importância do Serviço citado na complementação do trabalho desenvolvido com as famílias em cada território e na contribuição para a promoção do acesso às demais políticas públicas, dentre outros ganhos, para que novos núcleos possam ser implantados.

Outro aspecto observado no Município, que não é diferente em outros territórios nacionais e internacionais, é o expressivo número de pessoas idosas no sexo feminino (79,8%) em relação ao sexo masculino, o que é denominado de feminização da velhice. Projeções apontam que, em 2010, existiam oito homens com idade entre 60 a 69 anos para cada dez mulheres da mesma idade, enquanto que para os que possuíam mais de 80 anos, a relação era de seis para dez (SEADE, 2010, on-line).

Salgado (2002, p. 8) relata que, em média, as mulheres vivem sete a oito anos a mais que os homens, deixando evidente a predominância das mulheres. Para dar visibilidade

ao fenômeno da feminização da velhice, Campelo e Paiva (2014, p. 197-198) cita que no Brasil:

[...] em 1980, havia 98,7 homens para cada cem mulheres, proporção que caiu para 97% em 2000 e será de 95% em 2050. Em números absolutos, o excedente feminino, que era de 2,5 milhões em 2000, chegará a seis milhões em 2050. Já a diferença entre a esperança de vida de homens e mulheres atingiu 7,6 anos em 2000 – sendo a masculina de 66,71 anos e a feminina de 74,29 anos. (IBGE, 2004, apud, CAMPELO E PAIVA, 2014, p.197-198).

A conjuntura dessa disparidade etária tem influência em alguns fatores, como: consequência da redução da taxa de natalidade, que segundo o IBGE (2010), a média de filhos no país é de 1,86 e o aumento da expectativa de vida que passou para 78,3 anos para as mulheres e 74,1 para os homens; melhor percepção da doença e aceitação aos cuidados para com sua saúde, fazendo uso constante ou pelo menos maior que os homens dos serviços de saúde; maior participação em atividades e ações comunitárias; menor exposição a riscos, trabalhos perigosos e insalubres, ditos de domínio masculino; diferença no consumo de tabaco e álcool e a conquista de novos papéis sociais e lugares na sociedade.

Pela razão da unidade executora não possuir todas as informações, no que se refere ao perfil dos usuários participantes<sup>119</sup>, a análise que se propõe torna-se comprometida. Contudo, pode-se observar com os dados divulgados de que a maior parte das pessoas idosas é aposentada e possui casa própria, entretanto, não se pode perder de vista a condição dos velhos que declaram não possuir renda, recorrendo ao trabalho informal e/ou a Programas de Transferência de Renda, além daqueles que moram em casas cedidas e/ou alugadas. Outro fator que merece destaque é o expressivo número dos sujeitos sociais, membros do Serviço da Região Sul, que não concluíram o ensino fundamental, o que demonstra o não acesso ao direito à educação, assunto que será debatido em breve.

Nota-se que, em relação ao público prioritário do SCFV para Pessoas Idosas, Franca possuía um quantitativo de 103 pessoas, do total de 213 participantes, sendo que 74 sujeitos sociais estavam inseridos no Serviço pelo critério da vulnerabilidade social da vivência de isolamento social, número que representa 71,8% dos integrantes. É necessário considerar a singularidade de cada território em que o Serviço é ofertado e a forma em que a avaliação de vulnerabilidade é realizada, assunto que será debatido a seguir, pois se observou

---

<sup>119</sup> Embora fossem solicitadas as informações de sexo, faixa etária, renda, escolaridade, moradia e demais informações complementares, as unidades executoras divulgaram o perfil que traçaram das pessoas idosas inseridas no SCFV, já que não há um padrão. Fato esse que justifica a disparidade de informações.

que em algumas regiões como a Norte, Sul e Leste a vivência de isolamento social era predominante, se comparada à região Centro.

No que tange ao aspecto da vulnerabilidade da vivência de isolamento das pessoas idosas inseridas no SCFV, pode-se apreender diante das informações divulgadas pelas unidades executoras das Regiões Norte e Sul<sup>120</sup> as seguintes características em comum: são mulheres, estão na faixa etária dos 60 a 70 anos, são viúvas, residem sozinhas<sup>121</sup> e possuem casa própria. Entretanto, na outra face do perfil, tem-se: a não conclusão do ensino fundamental, pessoas idosas sem renda e que se mantêm com a inserção no trabalho informal e com benefícios sociais, além de alugarem imóveis para residir.

Logo, perante a análise do perfil das pessoas idosas de Franca que acessam a proteção social básica através do SCFV, a tese que sustenta este trabalho se confirma quando a vulnerabilidade da vivência de isolamento social é tendenciada para o aspecto relacional. Isto é, o maior número de inserção de usuários está voltado para o objetivo de oportunizar a convivência familiar e comunitária, e não ao aspecto material, no sentido de vislumbrar a vivência de isolamento social enquanto, também, a ausência de acesso a serviços. Para melhor compreender tal afirmação, apresenta-se a análise do olhar dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) perante a sua vivência de isolamento social, na qual a desproteção social se fez marca e acompanhou o seu envelhecer, mesmo não sendo notada.

### **3.2 O olhar dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) sobre as políticas sociais**

Nesta categoria de análise, apresenta-se o olhar dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) sob as vivências e situações de vulnerabilidade social que vivenciaram durante processo de envelhecimento e na velhice, como a precarização das relações de trabalho, desigualdade social, o não acesso a políticas e serviços públicos, entre outras manifestações da questão social, para, posteriormente, entender sobre a condição de isolamento social.

Como prelúdio, fundamenta-se, a presente discussão, a reflexão de Teixeira (2009, p. 62), pois se entende que “[...] as condições materiais de produção e reprodução social sob a lógica do capital, da produção para valorização do capital e não de satisfação das necessidades humanas e sociais, são geradoras de desigualdades sociais, pobreza,

---

<sup>120</sup> Pelo fato de as unidades executoras das Regiões Norte e Sul apresentarem dados detalhados do público inserido nos respectivos Serviços, é que se puderam traçar algumas características em comum.

<sup>121</sup> Destaca-se que o fato de residirem sós não significa que não recebam cuidados de terceiros.

desemprego, população excedente [...]” Ainda segundo autora, “[...] essas desigualdades sociais são reproduzidas e ampliadas no envelhecimento do(a) trabalhador(a), geralmente, para os trabalhadores pobres, cuja trajetória foi marcada por piores condições de vida e de trabalho, [...]”

Para tanto, de acordo com Lourenço (2011, p. 194), homens e mulheres são divididos conforme a estratificação social ou o lugar que ocupam na divisão social do trabalho. Logo, ser pessoa idosa é ser vista, a priori, sob a ótica da classe trabalhadora, pois a construção do(a) trabalhador(a) depende das relações sociais e de trabalho estabelecidas.

Para Marx (2006, p. 386) o trabalho explicita o potencial para o desenvolvimento do ser, contudo, no sistema capitalista, esse potencial poder ser prejudicado. É através do trabalho que o homem se relaciona com a natureza e, usufruindo de sua força, realiza-se e se desenvolve enquanto ser social.

Logo, para ilustrar o traçar do conjunto das desproteções que acompanha o processo de envelhecimento do(a) trabalhador(a), na sociedade capitalista, faz-se necessário discutir sobre o mundo do trabalho, no qual a vida humana é submetida às necessidades da acumulação e reprodução ampliada do capital.

Eu trabalhei na roça desde criança. Eu carpi de enxadinha tudo que a terra produzia e depois eu trabalhei de doméstica, de cozinheira, de firma de componente para calçado. Eu já fiz de tudo, só não tenho dinheiro. (GRUPO FOCAL A).

Desde os meus 11 anos fui doméstica e trabalhei como faxineira na fábrica. (GRUPO FOCAL B).

Eu comecei a trabalhar com 8 anos na roça, eu comecei levando comida para o meu pai que tocava roça, plantava arroz, algodão e milho, e eu montava a cavalo e minha mãe colocava aquela baciona na frente do arreio e eu levada para a roça e fechava as vacas e depois comecei a puxar carpideira, aí depois de uns 2 anos eu comecei a trabalhar na enxada mesmo [...]fui trabalhar em fábrica de calçado, fui cortador e depois fui vender sapato [...]. (GRUPO FOCAL C).

Observa-se na maior parte dos depoimentos que o trabalho se fez presente desde muito cedo na vida de muitos sujeitos sociais, a meninice e a juventude foram marcadas pela percepção da dureza do labor, logo “Pode-se afirmar que o homem, no mundo capitalista, está representado pelo trabalho, recebendo, desse modo, a preparação para este precocemente.” (COSTA, 2007, p. 60).

A representação do mundo do trabalho, na sociedade capitalista, é tão influente na vida do sujeito social que esse acaba por burlar normatizações para se inserir nesse meio, prematuramente. Essa foi uma das características abordadas pelo Grupo Focal C:



[...] aumentar minha idade no batistério, eu tinha 16 anos e eu aumentei para 18 anos, para trabalhar. (GRUPO FOCAL C).

O relato evidencia que o trabalho, nos moldes da sociedade do capital, é amplificado de condições de dependência e subordinação, no qual os sujeitos sociais criam estratégias para estar inserido no meio, antes do tempo, para poder prover a sobrevivência. Neste cenário, entende-se que os(as) trabalhadores(as) estão submersos(as) nas relações de trabalho estranhado e, tal condição, impõe sérios limites à consciência da classe crítica, pois a vida humana foi consumida por uma vida de trabalho, no qual limita o processo de desenvolvimento do ser social e o tempo de vida.

De acordo com Lourenço (2011, p. 174), o homem tornou-se revolucionário pelo trabalho, pois a partir dele, o modo de vida foi alterado e organizado, ferramentas, proteção para o corpo, abrigo contra as intempéries, dentre outras criações foram constituídas. De nômade fixou-se em local onde pudesse colher da terra seu alimento, criar os animais, abatê-los e domesticá-los, bem como se organizar em grupos. No entanto, apropriou-se da perspicácia e força para dominar, além da natureza e animais, outros homens. Arquetizou máquinas para intensificar a produção e controlá-la, como também estabeleceu um sistema mundial de troca de mercadoria e de condições políticas. O homem livre passou a vender sua força de trabalho em troca de um salário e a fazer parte de um sistema em que põe os homens a serviço do capital, assim, toda a sociedade foi dividida em apenas duas classes: burguesia e proletariado. Logo, “O homem, então, tornou-se refém do seu trabalho e do sistema que ele mesmo criou.”

Destarte, de acordo com Iamamoto e Carvalho (1995, p. 16):

À medida que a satisfação das necessidades sociais se torna mediatizada pelo mercado, isto é, pela produção, troca e consumo de mercadorias, tem-se uma crescente divisão do trabalho social, a qual pode ser considerada nas suas formas gerais (no mercado mundial, por grupo de países, no interior de um país, entre agricultura e indústria, cidade e campo, etc.), passando pelas formas singulares e particulares dentro dos ramos de produção, até a divisão do trabalho no interior da oficina.

Ao se referir à lida imanente da divisão social do trabalho que acompanhou a trajetória histórica dos sujeitos participantes dos grupos focal, ficou evidente a predominância de que o cenário rural e o industrial, do setor calçadista, acortinou muitas realidades.

Até 1988 eu trabalhei na lavoura, depois eu mudei pra cá e fui trabalhar no calçado. (GRUPO FOCAL A).

Toda vida trabalhei no calçado, tudo que eu tenho, até o ar que respiro, é do calçado. (GRUPO FOCAL C).

Eu trabalhei com sapato. 40 anos na área do sapato. (GRUPO FOCAL D).

Em síntese, podemos inferir que os resultados das discussões dos depoimentos dos participantes mostram, em sua maioria, que no quesito trabalho, começaram a trabalhar muito cedo, ainda na infância, na zona rural. Na mocidade mudaram para a cidade de Franca (SP), trabalhando nas fábricas de calçados. É importante salientar que Franca é uma cidade industrial, possui várias indústrias de calçados masculinos e femininos.

Os depoimentos apontam que quando jovens foram trabalhar nas fábricas de calçados, não possuíam qualificação, com poucas perspectivas de conseguir um cargo mais bem remunerado. Segundo Lara e Canoas (2007, p. 146) com o crescente desemprego, “[...] as empresas começam a selecionar mais ‘rigorosamente’ os(as) trabalhadores(as) e almejam por aqueles com características renovadas e que estão sujeitos a receber baixos salários, pois muitos casos são jovens em busca do primeiro emprego.”

Observou-se entre os participantes o predomínio de pessoas idosas que dedicaram sua vida à indústria calçadista, que expressam com prazer sua trajetória no chão da fábrica. Logo, no que se refere ao setor calçadista, Lara e Canoas (2007, p. 148) descrevem que a produção calçadista de Franca é caracterizada pelo uso intensivo da força de trabalho vivo, de tecnologias no processo de produção e um heterogêneo parque produtivo – produção de calçados e artigos em couro e a prestação de serviços como é o caso das bancas de pesponto – constituído de pequenas e médias empresas.

Os(as) trabalhadores(as) do ramo calçadistas de Franca (SP), segundo Lara e Canoas (2007, p. 148), “[...] nessas condições, exercem atividades no trabalho terceirizado, nas chamadas bancas de pesponto, executando trabalhos sem carteira assinada ou qualquer outra proteção social, caracterizando a precarização do trabalho.” O que vem mostrar que sujeitos da pesquisa vivenciaram no processo de envelhecimento situação de vulnerabilidade social, ou seja, a precarização das relações de trabalho, uma das manifestações da questão social.

Lourenço (2011, p. 178) enfatiza ainda que o setor calçadista de Franca tem, ao longo dos tempos, simplificado o processo de trabalho em ações parcelares, monótonas e repetitivas, além de ter transferido para as residência dos(as) trabalhadores(as) as atividades de alto teor manual, fato que tende a ser marcado pelo trabalho estranhado e alienado. A partir

da descentralização do processo de trabalho, reafirmou o trabalho temporário, subcontratação, domiciliar autônomo entre outros, sem garantias trabalhistas, como foi relatado nos grupos.

Faz-se importante destacar que o momento histórico presenciado pelos sujeitos da pesquisa é reflexo da vivência dos anos de 1970 e 1980, onde se contatou profundas transformações do mundo do trabalho, com intensas modificações no processo de labor e de produção capitalista. Assim, segundo Antunes (1997, p. 71), esse cenário fez com que a classe que vive do trabalho presenciasse a mais aguda transformação que afetou a sua forma de ser.

Outro aspecto propagado pelos grupos focais diz respeito ao envolvimento e a subordinação da dinâmica do trabalho inculcido pelo determinante cético da condição econômica, no qual reafirmam a permanência da luta diária pela sobrevivência, resistência e transformação, mesmo após de uma vida inteira dedicada ao labor.

Eu trabalho à noite na cozinha. (GRUPO FOCAL A).

Eu ainda continuo trabalhando, eu sou cuidadora de idosos. (GRUPO FOCAL A).

Eu perdi a minha mãe, minha mãe ficou sete anos na cama. Aí comecei a olhar os meus netos. (GRUPO FOCAL A).

[...] agora sou cuidadora lá em casa, cuido da minha mãe e cuido dos netinhos. (GRUPO FOCAL B).

Embora grande parte dos(as) idosos(as) participantes do SCFV sejam aposentados ou pensionistas, notou-se nos grupos que há membros que retornaram ou permaneceram no mercado de trabalho em decorrência da insuficiência de renda da aposentadoria e/ou da ausência dessa. Segundo Costa (2007, p. 112), a decisão de muitas pessoas idosas retornarem ou permanecerem vinculadas em alguma atividade laborativa é impulsionada pela garantia da sobrevivência, pelo limitar do consumo e pela diminuição do padrão de vida.

Esta é uma característica típica da realidade brasileira, segundo Teixeira (2009, p. 69), “[...] a permanência dos idosos no sistema produtivo. Quase 50% dentre os idosos e um terço entre as idosas ainda trabalham, em piores condições, sem carteira profissional, mesmo quando inseridos no mercado formal.” É importante salientar que “[...] esses idosos situam-se no setor informal ou de subsistência, como autônomos, em atividades agropecuárias e comércio, realidade comum aos mais pobres. Essas fontes de renda, ainda que mínimas, permite-lhes manter e chefiar suas famílias.” (TEXEIRA, 2009, p. 70).

A perversidade do sistema, de acordo com Lourenço (2011, p. 188), é que a sociedade capitalista elabora a consciência de sossego, autonomia, liberdade e algum conforto com a vinda da aposentadoria, no entanto, não publiciza que a classe trabalhadora ganha mal e

que, conseguintemente, rebate em precárias moradias, nas condições de envelhecimento humano, contribuindo para o seu isolamento social.

Outro aspecto aludido nos grupos foi em relação ao trabalho de cuidador exercido por uma pessoa idosa a outra idosa da família e/ou dos netos, no entanto, o que se observa é que o valor agregado nesta vinculação é o afetivo das relações e não o valor econômico. Faz-se oportuno destacar tal visão por duas razões: a primeira, pelo fato de entender a ação de cuidar e/ou a de doméstica<sup>122</sup> como uma atividade laborativa, embora não haja retorno financeiro; a segunda, em razão de se manter a representação identitária de trabalhador(a) como fator de fortalecimento próprio e da relação familiares. Para essa segunda visão, Coutrim (2010, p. 134), descreve que, na sociedade capitalista, a atividade do trabalho é um poderoso fator identitário, o qual assume significativa importância no fortalecimento da autoestima; assim, quando o sujeito social se separa da vida produtiva pela aposentadoria ou pelo desemprego, há a desorganização de seu poder pessoal.

É importante frisar que as questões postas pelos participantes da pesquisa é parte da realidade comum do envelhecimento da classe trabalhadora, especialmente, aqueles que passam a vida se dedicando ao labor para que na velhice possam usufruir dos frutos do seu trabalho. No entanto, como validado, os planos após anos de submissão vê-se ruir com as insuficientes condições financeiras.

De acordo com Antunes (2003, p. 215), homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, porque são despossuídos dos meios de produção, não têm outra opção de sobrevivência senão vender sua força de trabalho sob a forma do assalariamento. Entretanto, o(a) trabalhador(a), ao vender sua mercadoria, a força de trabalho, contribuiu para que os chamados patrões acumulassem riquezas e não percebeu o alto grau de exploração a que foi exposto.

[...] nas relações entre capital e trabalho, vemos que os donos do capital se enriquecem, ao passo que os trabalhadores dificilmente saem de sua condição: simples trabalhadores. Por que isso? Aí está, então, a segunda relação que se chama exploração, isto é, os donos do capital tiram, expropriam, exploram o trabalho dos que trabalham. (GUARESCHI, 1989, p. 18 apud COSTA, 2007, p. 126).

Entende-se que o trabalho na sociedade capitalista é vivenciado de forma degradante, o que deveria ser a forma humana de realização torna-se apenas o meio de sobrevivência para muitas pessoas idosas e suas famílias, pois, durante todo o seu processo de

---

<sup>122</sup> Ficou evidente nos quatro grupos de que o trabalho doméstico, aquele exercido no lar, não é reconhecido como trabalho, mas como uma mera ação de cuidado e obrigação.

envelhecimento, foi-lhe capitada a oportunidade de melhores condições econômicas e de vida, no qual rebate na possibilidade de desfrutar da velhice, ainda que cerceada de direitos.

Logo, compreende-se que o sistema capitalista de produção expressa a maneira histórica dos homens produzirem as condições materiais de existência humana e as relações sociais. Nesse processo, reproduzem-se, concomitantemente, as ideias e representações que expressam essa relação. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 30).

O trabalho que durante anos afetou, cotidianamente, o desenvolvimento do envelhecer não pode ser visto simplesmente pela personalidade do homem individual, uma vez que é antes parte de um processo, já que um grande contingente de pessoas sofre com o aviltamento individual e do ser coletivo, enquanto classe trabalhadora.

Entende-se que o estado de aviltamento que o(a) trabalhador(a) é submetido(a) ao longo da vida, deve-se pela não posse dos meios de produção, pelo distanciamento do uso das objetivações do conhecimento e dos seus respectivos produtos. Deste modo, a maior parte dos(as) trabalhadores(as) acaba por conviver em situação de isolamento social, pois as poucas possibilidades para o seu desenvolvimento e de acesso aos direitos sociais desmembram em desproteções sociais oriundas das ruins condições de trabalho, de salário e da não oferta e/ou efetividade de ações públicas.

Tratar sobre o acesso aos serviços, segundo Silvia e Ferreira (2011, p. 120), é remeter a materialidade que a história é capaz de revelar, considerando o tempo, contexto histórico, as ações mútuas entre os homens e o desenvolvimento econômico e social na cultura humana. Desse modo, esses componentes acabam por provocar “[...] a dominação do homem sobre os outros homens, a alienação e as desigualdades sociais.” Para as autoras:

No cenário contemporâneo, a conotação de serviços está atrelada diretamente ligada ao modo de produção capitalista, em que estes se inscrevem sob a responsabilidade do Estado. Assim, o conceito de serviços refere-se às ações sociais destinadas a população atrelada à gestão das políticas públicas que tem o cerne no mercado como seu principal regulador. (SILVA; FERREIRA, 2011, p. 121).

Portanto, deve-se evocar que os serviços possuem como base histórica o desenvolvimento do sistema capitalista industrial e a expansão urbana na formação de novas classes sociais emergentes, em que o Estado exerce o poder ao representar o poder da burguesia e a implantar as políticas sociais como estratégia de enfrentamento das múltiplas refrações da questão social. Neste sentido, o Estado é orientado, em suas políticas públicas, a criar as condições necessárias para a manutenção do fortalecimento de sua estrutura político-econômico (SILVA; FERREIRA, 2011, p. 122).

Para tanto, a partir das falas dos participantes da pesquisa, é notório a vivência da ausência e/ou restrito acesso aos serviços e às políticas sociais publicadas da seguridade social – previdência social, assistência social e saúde – acrescida das políticas de educação e moradia. Destarte, os depoimentos afirmam a presença da desproteção social e, conseqüentemente, da situação de isolamento social que acompanha o processo de envelhecimento do(a) trabalhador(a).

No que se refere a da Previdência Social, política social contributiva, os entrevistados a entendem como o acesso à aposentadoria – direito denominado de “proteção à velhice”, inscrita na Constituição Federativa do Brasil, para aqueles que contribuíram. Assim, notou-se que a maior parte dos depoentes é aposentada pelo fato de que estavam inseridos no mercado formal e tiveram seus direitos trabalhistas reconhecidos, no entanto, para outros, essa realidade é distante.

O fato de estar no mercado informal, de ser obrigada a se submeter ao trabalho sem o reconhecimento dos direitos trabalhista e não ter condições de contribuir com a previdência social, rebate na não cobertura do seguro social quando na velhice.

Eu não tive essa realidade. Eu trabalhei muito, mas sem registro, por isso eu não consegui me aposentar. Hoje eu tenho a pensão do meu marido. (GRUPO FOCAL A).

Eu nunca trabalhei com carteira assinada. Quando eu trabalhava de doméstica mesmo, eu não tinha carteira. (GRUPO FOCAL B).

Eu era registrada, mas aí depois parou de pagar. Eu trabalhei 35 anos sem registro. (GRUPO FOCAL B).

Eu tive carteira de trabalho registrada uns 14 anos, aí depois que eu fui viajar a situação era mais difícil e não pagava porque eu trabalhava por conta. (GRUPO FOCAL C).

Trabalhei muito em roça, do lar, fiz bastante coisa, trabalhei de empregada. Não tive carteira assinada. (GRUPO FOCAL C).

Eu fui subchefe da cooperativa de café com carteira e trabalhei 9 anos como secretária doméstica sem carteira. (GRUPO FOCAL D).

Observou-se que a discussão sobre aposentadoria suscitou gestos e feições de preocupação, pois se entende que, na velhice do(a) trabalhador(a), o rebatimento do trabalho não protegido resulta na vivência do descanso. Isto é, da própria miséria e da intensificação do isolamento social, percebida pelo não acesso a um mínimo salário que garanta sua sobrevivência e na irrealização das promessas do capitalista manipulatório (LOURENÇO, 2011, p. 194).

Durante os depoimentos, notou-se que os entrevistados oscilaram entre o entendimento da vivência de exploração do trabalho e do acesso à aposentadoria, em que afirmam a aceitação pela condição em que se encontram e o desencanto da falta de saída: “[...] é assim mesmo.” Logo, demonstram a restrita visão das manobras do capital e seus fetiches e a conformação de dependentes de poucos recursos. Destarte, conclui-se que as dificuldades postas pela magra ou inexistente aposentadoria evidenciam a incapacidade deste sistema em oferecer uma vida plena e cheia de sentido ao(à) velho(a) trabalhador(a).

Historicamente, a Previdência Social brasileira é uma das conquistas da luta de classes presente no modo de produção capitalista. Todavia, de acordo com Behring (2008, apud LOURENÇO, 2011, p. 191), essa política social pública vem sendo sucateada desde o governo Collor de Melo, quando foi divulgada a crise decorrente da existência do déficit previdenciário. A partir de então, as iniciativas das reformas previdenciárias são direcionadas ao suposto impacto do envelhecimento humano – discurso demográfico – e implantadas medidas que acirrarão, cada vez mais, as condições dos aposentados da previdência pública, enquanto dissemina a previdência privada para os que possuem poder aquisitivo e conseguem pagar. Deve-se enaltecer que a previdência privada não é uma conquista dos(as) trabalhadores(as) na luta contra as diversidades do trabalho, mas é o próprio movimento do capital na forma financeirizada.

Perante este contexto, é preciso apreender e interferir nos processos de trabalho que são nefastos aos(às) trabalhadores(as) e, principalmente, conter a desregulação dos direitos do trabalho que acometem o(a) trabalhador(a) e ecoa na proteção daquele que envelhece, já que, segundo Imamoto (2011, p. 144), tais alterações refletem na política pública de direito, trazendo como consequência o acirramento da questão social sob novas roupagens.

Isto significa que o capitalismo avançado, nesses tempos de envelhecimento acelerado, forçou o Estado a se recolher e reduzir suas políticas de proteção social de caráter universal. Focalizaram-se os recursos e direcionaram-se ações apenas à camada mais necessitada da população, os vulnerabilizados por não corresponderem às expectativas da produção de bens e serviços e não provocam qualquer impulso que fizesse a roda do dinheiro girar. Nesta camada se encontram os idosos. Se suas vidas foram produtivas ou não, o momento histórico, a série de conjunturas sociais e de suas trajetórias particulares os tornam ‘sobreviventes’, como se costuma a eles referir. (BERTANI; SOARES, 2011, p. 100).

Pode-se entender que os sobreviventes, citados pelas autoras, são os(as) trabalhadores(as) envelhecidos(as) que, após uma vida produtiva, possuem uma renda ínfima com a aposentadoria, quando a tem, como único recurso financeiro, o Benefício de Prestação

Continuada (BPC<sup>123</sup>) ou benefícios de Programa de Transferência de Renda<sup>124</sup>, como bem demonstrou os dados quantitativos.

É importante realçar que a alternativa de desenvolvimento adotada pelo poder econômico, como apresentada neste trabalho, gerou, para a absoluta maioria da população brasileira, – tanto trabalhadores(as) (assegurados(as) pela previdência social ou não) como os que encontram afastados do sistema de produção – um quadro de degradação das condições de vida, em que recorrem, como única saída, segundo Yazbek (2009, p. 30), aos programas de assistência social.

Em relação à Política de Assistência Social – promulgada pela Constituição Federal de 1988 e regida pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8742/93) –, grande parte dos depoentes citam que não conhecem e que nunca a acessaram ao longo da vida. Contudo, quando questionados se já foram aos equipamentos socioassistenciais (CRAS e/ou CREAS) recordam que já acessam a assistência social para obter informações sobre Programas de Transferência de Renda, BPC, cursos, aquisição de conversor digital e o referenciamento no SCFV.

Eu conhecia porque eu fazia cursos lá. (GRUPO FOCAL A).

Fomos atendidas só agora, para poder entrar agora. (GRUPO FOCAL B).

Eu já fui atendida para pegar o desconto e o aparelho da TV. (GRUPO FOCAL B).

Eu conhecia pela renda mínima. (GRUPO FOCAL C).

Eu conhecia por conta do cadastro único. (GRUPO FOCAL D).

As políticas de transferência de renda demonstram serem as principais demandas pela busca da Política de Assistência Social pelos sujeitos sociais. Assim, entende-se que a procura financeira, mesmo que ocorra em bases mínimas, confere apoio a esses cidadãos e contribui, de certo modo, para a superação de vulnerabilidade econômica. De acordo com Borges (2012, p. 106), a Assistência Social se efetiva como Política Pública em um campo novo e desafiante: “[...] o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade do Estado com os brasileiros que dela necessitam.”

<sup>123</sup> O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em que é realizado o repasse de um salário mínimo mensal para as pessoas com deficiência e/ou pessoa idosa acima de 65 anos, com renda familiar inferior a um quarto do salário mínimo mensal.

<sup>124</sup> Programas de Transferência de Renda são programas que beneficiam indivíduos ou famílias em situações de pobreza ou extrema pobreza através de transferência monetária mensal. Atualmente, os Programas de Transferência de Renda do Estado de São Paulo são: Bolsa Família, Renda Cidadão e Ação Jovem.



Atina-se ainda que, embora haja o desconhecimento da assistência social, enquanto política pública não contributiva e que integra o tripé da seguridade social, o SCFV para pessoa idosa foi um forte divisor de águas para que essa população se aproximasse da política.

Logo, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Lei nº 12.435/2011) abarca a prestação de serviços, programas, projetos e benefícios, com a finalidade de suprir as necessidades básicas, especialmente da população em situação de vulnerabilidade e de risco pessoal e social, por meio da oferta de uma rede de proteção social que abrange serviços públicos estatais e entidades da sociedade civil organizada. Para tanto, instituíram o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) como equipamentos públicos responsáveis pelo atendimento a famílias. Na legislação, fica definida a primazia e a responsabilidade do Estado no atendimento às famílias, à pessoa idosa, às pessoas com deficiência, à juventude e a todos os sujeitos sociais em situação de vulnerabilidade e risco social.

Sendo assim, de acordo com Borges (2012, p.111), qualquer cidadão em processo de envelhecimento está incluído nos critérios legais como destinatário da assistência social, com direitos a ações de prevenção de situações de risco que contribuam com o desenvolvimento de potencialidades e, conseqüente, melhoria na qualidade de vida.

Outro ponto evidente na fala dos entrevistados foi a luta pela conquista do direito à moradia, no qual frisam que após anos de trabalho, uma vida inteira de labor, no esforço diário, em horário extenso e na lida de funções diversas, a moradia foi alcançada, mesmo sendo precária, muitas vezes.

Passei até fome para construir minha casa. Eu vendia até puxa puxa. (GRUPO FOCAL C).

Eu trabalhava de segunda a sábado e, às vezes, fazia até cerão para ajudar. (GRUPO FOCAL C).

Casa autoconstruída à custa de sacrifícios, privações, jornadas extensas e ininterruptas de trabalho, essas são as realidades daqueles que vislumbraram o alcance da casa própria. As falas expõem a representação de que a moradia é compatível com a dignidade do trabalho honesto.

De acordo com Yazbek (2009, p. 132), a moradia é uma das expressões observáveis da exclusão social, pois há de se considera que “[...] a dominação econômica e

política realiza-se em múltiplas esferas do cotidiano e nesse sentido a forma de morar não é algo que se possa compreender fora dessa trama.”

Assim sendo, mesmo na batalha ininterrupta pela conquista da moradia, essa não se fez realidade na vida de vários(as) trabalhadores(as). Evidencia-se que essa não conquista não se deve a incapacidade individual, mas a não oportunidade atribuída por um sistema econômico e social, o sistema capitalista. Desta maneira, para se ter um teto, observou-se que os sujeitos sociais tiveram que se organizar como podem.

A minha casa é cedida pela minha mãe. (GRUPO FOCAL A).

A minha também é cedida. Eu moro no fundo da casa do meu filho. (GRUPO FOCAL A).

Observa-se que na organização pela moradia, a família se torna a aliada no apoio e na proteção. Destarte, defende-se, como afirma Gandini, Barione e Souza (2012, p.192), que o direito fundamental à moradia é o direito indiscutível de todos os cidadãos, seja lá qual for a idade, pois, entende-se que é o direito imprescindível ao próprio conceito de dignidade humana. Para tanto, moradia digna é compreendida como aquela que “[...] abarca aspecto social e afetivo, ou seja, o(a) idoso(a), para morar bem e de forma digna, deve receber assistência social e afetiva que garanta a plenitude de exercício dos demais direitos fundamentais.”

Fundamental citar que ao lado das condições de moradia, observou-se que muitos dos depoentes têm a desejar sobre a distribuição espacial de equipamentos e serviços de saúde, transporte, educação e outros aspectos básicos. Logo, associado às condições de moradia, às condições sociais e ambientais territoriais, resultantes da efetivação das políticas sociais públicas, constitui importantes diretrizes na efetivação da qualidade de vida da população (SILVA; FERREIRA, 2011, p. 130).

Outro aspecto indicado nos depoimentos como uma forte demanda foi o acesso à Política de Saúde, em que a necessidade apresentada vai ao encontro da compra de medicamentos e da demora na realização de exames e de atendimento médico em especialidades. Esta dura realidade vivenciada pelos que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS) também foi expressa por aqueles que presenciam os descasos da terceirização por esse direito, os planos de saúde<sup>125</sup>:

---

<sup>125</sup> Frisa-se que a inexistência ou a ineficácia de políticas sociais públicas, que reconheçam direitos básicos, ocasiona incertezas e faz com que a única “garantia” seja ter “dinheiro no bolso” e contratar serviços privados. Entretanto, nota-se que essa contratação também constitui de inseguranças (YAZBEK, 2009, p. 18).

Até no convênio hoje está muito complicado. Muita demora. (GRUPO FOCAL B).

Hoje ainda está muito difícil ainda. Você vai com a receita e não tem remédio, às vezes de semana sem tomar o remédio. Está difícil, mas mais fácil do que antes. Tem que esperar. (GRUPO FOCAL C).

Eu sempre acesso o SUS e nunca tive problema. (GRUPO FOCAL B).

Hoje o acesso está bom. Nós vamos fazer o que, vai ficar velho mesmo. (GRUPO FOCAL D).

Os depoentes expressam, segundo Silva e Ferreira (2011, p.126), a vivência do acesso aos serviços de saúde em relação a vários componentes, dentre eles os aspectos físicos e financeiros, como quanto o próprio serviço prestado, a facilidade em ser atendido, em realizar o diagnóstico e o tratamento, a localização do serviço junto a residência dos usuários, os gastos para a locomoção, até o serviço e o fornecimento de medicamentos.

De acordo com as autoras são muitos os dilemas existentes em relação à saúde, principalmente quando se trata da saúde da pessoa idosa, pois eclode excessiva burocratização, complexidade de acesso, indiferença entre profissional e usuário e, precipuamente, falta de comunicação com linguagem simples e acessível à população (SILVA; FERREIRA, 2011, p. 126).

É significativo destacar que os participantes, em suas falas, possuem certa compreensão da saúde enquanto política pública de direito e, mesmo com as dificuldades de acesso do trabalho multiprofissional da saúde nos dias atuais, conseguem pontuar as melhorias que experienciaram com a conquista do Sistema Único de Saúde (SUS). Descrevem, com facilidade, a ausência de acesso desse direito quando jovens, além das estratégias utilizadas pelas famílias na promoção da saúde quando necessitavam, sendo a medicina caseira uma delas.

Na minha época não tinha. Tinha um posto de saúde, mas ninguém tinha informação de que ali tinha um médico para atender as pessoas carentes. Se você perguntar ninguém sabia. (GRUPO FOCAL C).

Não, morava na roça e não tinha e às vezes nem conhecia o médico. (GRUPO FOCAL D).

Minha mãe era neta de índio, então ela cuidava de nós só com remédio caseiro. (GRUPO FOCAL A).

Médico nada, a gente ia ao farmacêutico, quando tinha, aí minha mãe fazia uns negócios com erva e colocava umas faixas e melhorava. (GRUPO FOCAL A).

A falta de informação, a distância e as poucas e inexistentes unidades de atendimento foram os fatores destacados para a permanência e cuidado da saúde nos próprios lares, quando ainda eram crianças e jovens. Todavia, destaca-se uma característica que é predominante, até os dias atuais, a dificuldade do acesso ao atendimento básico em saúde por aqueles que vivem em áreas rurais e nas periferias de grandes centros urbanos.

A Lei Orgânica da Saúde (LOS) – Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – explicita, no seu artigo 2º o preceito constitucional: “É dever do Estado garantir a saúde” (BRASIL, 1990, on-line), o qual consiste na formulação e execução das políticas econômicas e sociais, que visam à redução de riscos de doenças e outros agravos, instituindo condições que assegurem os princípios da universalidade e igualdade para a promoção, proteção e recuperação da saúde.

Todavia, lamentavelmente, há de se considerar que:

Embora o SUS seja uma das políticas sociais mais avançadas, apresenta evidentes dificuldades em cumprir seus princípios norteadores, bem como o enfrentamento das questões sociais, devido à sua complexidade e ao contínuo desmantelamento do que é público. Isto porque, a condição do sistema tem apoiado e investido cada vez mais a política neoliberal, onde prevê que cada indivíduo vele por si mesmo ao invés do estado de direito. (SILVA; SARRETA; BERTANI, 2007, p. 92).

Como as demais políticas sociais, o SUS vem sofrendo os impactos da política neoliberal e sinaliza a desconstrução da saúde como direito público, universal e gratuito, fato que pode ser constatado na privatização dos serviços. Entende-se que a consolidação da saúde, como direito, significa uma conquista de cidadania para a sociedade brasileira e um avanço como política pública para a proteção social (RAVAGNANI; SILVA; SARRETA, 2011, p. 164).

De acordo com Minayo (2000), pensar em saúde é considerar os campos híbridos resultantes dos elementos da natureza biológico-social mediado por condições mentais, ambientais e culturais. Deste modo, compreende-se, de acordo com Ravagnani, Silva e Sarreta (2011, p. 164), que a questão do acesso aos serviços de saúde, deve considerar alguns pontos, como: “[...] obstáculos econômicos, culturais, geográficos e funcionais, que dificultam ou afastam a população mais necessitada dos serviços e ações de saúde.”

Nesta perspectiva, as dificuldades de acesso à saúde, na realidade de Franca, não se restringem apenas ao alcance do trabalho multiprofissional da saúde, mas na acessibilidade. Na opinião dos entrevistados, o deslocamento por meio do transporte coletivo é o grande dificultador do acesso aos serviços de saúde e de outros serviços, pois destacam a necessidade

de tomar mais de um ônibus para chegar ao destino, a limitação de locomoção para adentrar ao coletivo e o tratamento de desrespeito.

É uma falta de respeito no ônibus. Às vezes o ponto é longe e tem que pegar mais de dois ônibus para chegar na consulta. O idoso tem dificuldade de entrar no ônibus e ninguém ajuda ou dá o lugar para sentar. Eu já caí no ônibus. A gente usa o ônibus para ir no médico e passa por tudo isso. (GRUPO FOCAL C).

Na visão dos entrevistados, há transporte para qualquer lugar no Município, no entanto as dificuldades centralizam-se no custo, no longo período de espera, na necessidade de troca de ônibus e no tratamento dispensado à pessoa idosa, em que o desrespeito se faz presente em vários casos. No trato dessas questões, segundo Liporoni e Silveira (2001, p. 73), é fundamental pensar na adequação e organização da oferta de transporte na cidade de Franca, além de efetivar campanhas para a tomada de consciência, junto à população, no sentido de respeito à pessoa idosa e os seus direitos conquistados.

O desrespeito no transporte coletivo foi apontado por todos os grupos entrevistados como uma situação difícil enfrentada no cotidiano. Acredita-se que tal circunstância tem raízes na cultura do capital, pois há marcas de desumanização do homem e distanciamento do ser social, em que se faz presente na vivência da pessoa idosa, pessoa com deficiência, negros e outros (SILVA; FERREIRA, 2011, p. 132).

Assim sendo, concorda-se com o entendimento de Revagnani, Silva e Sarreta (2011, p. 165) quando citam que a pessoa idosa sente na pele o estigma da idade, pois vive em uma sociedade que prestigia a juventude. Neste cenário, o(a) velho(a) trabalhador(a), muitas vezes, tem “[...] sua auto-estima rebaixada, pois já estão fora do mercado do trabalho, não apresentam mais o vigor de outrora, em geral apresentam problemas de saúde, todos estes fatores podem contribuir para que eles se sintam desvalorizados [...].”

Acentua-se que no Município de Franca<sup>126</sup> a população idosa, entre 60 e 65 anos, não é abrangida pela lei da gratuidade no transporte coletivo, recaindo às famílias o custeio para tal, sendo uma das tarifas mais altas do país (FRANCA, 2018, p. 35).

A segurança foi outro tema recorrente nos grupos entrevistados, como uma situação grave que se tem enfrentado no dia a dia. Notou-se que a violência em suas múltiplas formas se fez presente no envelhecer do(a) trabalhador(a), sendo que a violência urbana foi

---

<sup>126</sup> Em Franca a gratuidade no transporte público é cumprida para pessoas idosas acima de 65 anos, conforme previsto no artigo 39 do Estatuto do Idoso (Lei Federal 10.741/2003) (FRANCA, 2018, p. 35).

citada por vários sujeitos como um fator que impede o acesso ao direito à educação, pois os expõe em situação de risco, conforme o relato que segue:

A gente não tem supletivo aqui no bairro e eu quero voltar a estudar, mas só tem escola em outro bairro e as aulas são só à noite. À noite é perigoso e eu tenho medo. Eu animo para voltar a estudar, mas quando penso em voltar sozinha à noite da escola eu desisto. A gente escuta tanta maldade por aí. (GRUPO FOCAL C).

Ao encontro das queixas em relação ao transporte coletivo e à segurança, a Política de Envelhecimento Ativo (WHO, 2005, p. 27) pontuam que a oferta de serviços de transporte público, acessíveis e baratos, destinados às áreas urbanas e rurais para pessoas idosas, bem como o sentimento de segurança, podem contribuir para a integração social e comunitária, além de promover o direito de cidadania.

O direito à educação surge na fala dos entrevistados como sinônimo de conhecimento, como uma oportunidade a qual se tem mais facilidade de acesso nos dias atuais, do que quando em idade escolar.

Eu parei no quinto ano, mas retomei os estudos agora, há 4 anos, e agora pretendo fazer faculdade, mas vou esperar. Eu retomei os estudos depois dos 60. Eu morava na roça com meus pais e quando fomos para a cidade eu fui trabalhar de doméstica e meu pai logo faleceu e todo mundo teve que trabalhar. (GRUPO FOCAL C).

Estudei até a terceira série, mas eu quero voltar a estudar. A gente com escola vai ter mais entendimento, vai falar eu quero isso e isso, vai ter clareza. Se a gente tiver um professor e uma sala de aula aí é melhor, né?!Então a gente vai evoluindo, no que precisa, igual quando a gente conversa com um advogado não sabe o que é, aí a gente volta para trás e volta sem saber. (GRUPO FOCAL C).

Eu não estudei nenhum ano, agora que estou tentando e comecei o AJA. (GRUPO FOCAL D).

Eu estou fazendo um mês, agora, do primeiro ano. (GRUPO FOCAL D).

Notou-se que em dois, dos quatro grupos focais que foram realizados, a retomada dos estudos é uma característica marcante na velhice. A reaproximação do ensino é trazida como a oportunidade para a escrita, leitura e compreensão das questões que vivenciam, de modo a possibilitar a melhoria na socialização nos espaços que adentram. As falas expressam, ainda, a ausência da oferta e do acesso à educação no território que reside, sendo uma bandeira de luta coletiva. Logo, observa-se que “[...] à medida que as pessoas aumentam seu grau de escolaridade, adquirem maior conhecimento, e se tornam mais críticas em relação aos direitos que possuem.” (SILVIA; FERREIRA, 2011, p. 133).

Dessa maneira, nas falas, a educação possui caráter de transformação, ultrapassando a mera concepção de transmissão de informação. Destarte, de acordo com Oliveira e Fanan (2011, p. 91), a pessoa idosa tem condições, através do processo educativo, “[...] de se socializar, além de inseri-se num contexto social maior, ampliando suas relações pessoais, conhecendo novas realidades, desmistificando medos e percebendo todo o espaço que pode conhecer e vivenciar.”

Para tanto, pontua-se que Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003, on-line) traz, em seu capítulo V, o direito à educação, cultura, esporte e lazer, em seu artigo 21 diz que o Poder Público criará oportunidades de acesso à educação, com currículos, metodologias e materiais didáticos adequados. Todavia, o que ocorre é a existência de programas de alfabetização para jovens e adultos e não, especificamente, para a população idosa, com interesses distintos dos adultos que, normalmente, procuram na educação a melhoria de sua situação socioeconômica. Deste modo, observa-se que na legislação educacional não se considera as necessidades educacionais específicas da pessoa idosa (OLIVEIRA; FANAN, 2011, p. 91).

A barreira posta ao acesso à educacional e o não alcance à leitura e à escrita foram unânimes entre os entrevistados. À época em que eram crianças e adolescentes o acesso à educação era restrito a uma elite, sendo que as unidades de ensino eram distantes e escassas, haja vista que a maior parte da população residia na zona rural, além do que os sujeitos sociais integravam, ainda muito jovens, a força de trabalho de suas famílias.

Na minha época, a mulher não podia estudar, a mulher só tinha que cuidar da casa, dos filhos e do marido, só os homens que podiam. (GRUPO FOCAL A).

Na época a gente tinha que trabalhar e não é como agora que tem que estudar. (GRUPO FOCAL B).

Eu parei de estudar porque eu morava em Claraval na época e lá não tinha como estudar mais, aí fiquei dois anos em um colégio interno e fiz até a 2º colegial. Não passei e não tinha condições mais de ir e aí os padres falaram que não dava mais e era pago e, na época, era muito caro. Aí tive que voltar para trabalhar. (GRUPO FOCAL C).

Eu não pude estudar mais porque meu pai faleceu e eu precisei trabalhar na roça e não teve jeito de estudar. (GRUPO FOCAL D).

Nota-se com os depoimentos a não obrigatoriedade de as famílias manterem os filhos na escola e fora do trabalho infantil como é atualmente. A escolarização não integrava a lista de prioridades para a formação do(a) trabalhador(a) rural ou urbano, uma vez que o mercado era menos exigente. As mulheres não eram incentivadas ao estudo, mas

predeterminadas para o casamento e a vida doméstica (SANTOS; LOPES; NERI, 2007, p. 78).

Em contraponto às dificuldades e impedimentos que vivenciaram e que impossibilitaram o não acesso à educação, as pessoas idosas destacaram a projeção da escolarização e formação dos filhos como estratégia de realização pessoal.

O meu desejo era fazer o magistério, aí lutando formei minha filha. (GRUPO FOCAL D).

Partindo do pressuposto de que o processo de envelhecimento e a velhice não se constituem apenas por aspectos de acesso a serviços – aspecto material do isolamento social –, como explicitado até aqui, mas da junção de complexa gama de fatores, é que se faz necessário apresentar o olhar dos entrevistados sobre a possibilidade de convivência familiar e comunitária que estabeleceram em seu envelhecer – aspecto relacional do isolamento social.

No que se refere à convivência familiar e comunitária durante o percurso de vida, pôde-se notar que há vivências que foram expressas por falas que carregam sentimentos de leveza e de construções afetivas, outras de sentimento de abandono e de conflitos.

A maior parte dos depoentes sinaliza que sempre tiveram a possibilidade de construir boas convivências e essas se intensificaram com a maturidade, com o desacelerar da vida, com a viuvez e com a chegada dos netos.

Sempre tive boa convivência, mas pra mim está melhor agora porque eu me divirto muito mais. Eu estou mais livre, eu fiz amizade. Antes eu era casada e hoje sou viúva e faço o que eu quero.  
Eu converso com meus netos, a gente briga, mas eu consigo conversar. (GRUPO FOCAL C).

A liberdade expressa na fala remete ao desenlace da relação conjugal e consequente oportunidade da ampliação da convivência comunitária, além do tempo livre para o convívio com os netos. No que se refere à relação entre gerações, segundo Alves (2007, p. 126), as pessoas idosas, no papel de avós, surgem como personagens importantes mesmo com todas as tensões, conflitos de geração e diferenças de opinião.

No fortalecimento da convivência familiar e comunitária, o acesso à tecnologia se tornou, para as pessoas idosas, o meio de aproximação e estreitamento das relações sociais, bem como da conectividade com as informações do mundo.



Hoje com o celular mudou tudo. Hoje eu falo longe. Eu vejo palestra, receita. (GRUPO FOCAL C).

Com o mundo nas mãos, os participantes sinalizam que o celular possibilita se aventurarem por meio da comunicação sem fronteiras, de ver e aprender o que bem quiserem. Outra contribuição que a tecnologia proporciona, segundo os depoentes, é aproximação e integração entre as gerações, pois são os netos e os filhos que auxiliam nas dúvidas de seus aparelhos móveis.

Em relação à construção das relações sociais, há de se considerar que, durante o processo de envelhecimento, a vida laboral cingiu profundas interferências. Logo, a vida corrida e a falta de tempo em decorrência do trabalho refletem na maneira como as relações sociais foram construídas.

Quando eu casei e tive os filhos foi uma maravilha, mas eu não ficava muito em casa, eu viajava muito. Eu ficava de 40 a 60 dias fora de casa, aí voltava e ficava 15 dias em casa e já saía de novo. Então, eu não tive muita convivência com meus filhos. Quem teve mais convivência foi a esposa. (GRUPO FOCAL C).

Constata-se nas falas que o afincamento por garantir a sobrevivência da família, fez com que ficassem meses afastados do lar e da convivência familiar, não presenciando o crescimento e desenvolvimento dos filhos. A falta de tempo e a não presença diária no convívio familiar esbarra a uma vida restrita ao trabalho, resulta em momentos suprimidos (TEIXEIRA, 2008, p. 82).

A fala da adaptação à nova vivência das alterações nas relações familiares pode estar associada a rupturas, principalmente com a das atividades laborais, na qual acaba, muitas vezes, alterando o estilo de vida e estabelecendo dependências, tanto financeira quanto de apoio familiar, como apresenta a fala que segue:

A minha família era mais unida quando eu trabalhava, quando eu ganhava dinheiro e era jovem e todo mundo me procurava. Agora fiquei velha todo mundo tira o time de campo. (GRUPO FOCAL A).

Observou-se, novamente, que a estigmatização da idade é um fator que acaba por interferir na convivência social, além de ser a causa primordial para os conflitos intergeracionais. Logo, a associação do ser velho(a) e a consequente ruptura com o mundo do trabalho são correlacionados, na sociedade do capital, a diminuição e deterioração da qualidade das relações interpessoais no interior da família, uma vez que se subentende que será necessário o cuidado e o apoio financeiro. Segundo Teixeira (2008, p. 135), quando o

homem perde o valor para o capital, enquanto força de trabalho, a velhice se torna fadada “[...] à pobreza e à dependência dos recursos da família e da sociedade, como está sujeita uma desvalorização social, que reflete a desvalorização da vida humana fora dos circuitos produtivos.”

Santos, Lopes e Neri (2007, p. 69) acrescentam que:

[...] uma das definições mais clássicas existentes em gerontologia social, os preconceitos em relação aos idosos são baseados na idade, mas funcionam como qualquer outro tipo de intolerância, a exemplo da racial e da sexual, dando origem à discriminação refletida na restrição de oportunidades e no tratamento desigual. A principal motivação para a discriminação dos idosos é a econômica: por não serem capazes de garantir os mesmos direitos aos idosos e aos seus membros produtivos, as sociedades atribuem às primeiras características indesejáveis [...]. Não o fazem em relação às crianças e aos jovens, embora também sejam improdutivos, porque na infância e na adolescência existe um potencial de desenvolvimento desconhecido nos idosos.

Percebe-se, neste contexto, que a velhice é vista pela sociedade como doença, dependência, ou algo negativo e não como uma conquista e uma fase a ser vivida intensamente com seus membros. Contudo, pôde-se observar que os atributos negativos revelam o preconceito social que induzem muitas pessoas no tocante à velhice, mas que os próprios entrevistados não demonstraram ter.

Nesta perspectiva, os depoimentos também trazem a desvalorização da pessoa idosa pela família, de modo a sinalizar que são esquecidas e abandonadas por aqueles que tanto amam.

Os meus filhos demoram para ir em casa, aí a gente sente falta, começa a sentir que eles estão distanciando da gente, aí a gente vai ficando triste e fica olhando as horas no fim de semana e aí eu fico pensando que daqui a pouco algum deles vai chegar e aí dá a hora de eu ir dormir e nada, aí eu já vou ficando triste. Eu tenho três filhos casados. Aí vai levando a vida assim, aí tem vez que eles aparecem. (GRUPO FOCAL D).

Eu acho que ficou abalada a convivência porque eles vão esquecendo da gente. A gente procura por eles, mas eles não querem saber da gente. (GRUPO FOCAL A).

Sabe-se que as relações familiares, no que tange ao cuidado mútuo de seus integrantes, têm em sua dinâmica um rol de atribuições que exige tempo, disposição e afetividade. Assim, o absentismo desses elementos pode colaborar para a fragilização dos vínculos e comprometer o convívio entre os membros, o que levam a vivenciarem o isolamento no seu aspecto relacional.

No que tange a apropriação do olhar dos sujeitos participantes da pesquisa sobre o isolamento social configura-se, unicamente, como aspecto relacional, não o atribuindo como a desproteção vivenciada no decorrer no envelhecer na ausência e no limitar do acesso a políticas sociais públicas para a efetivação dos direitos sociais. Assim, descrevem o isolamento social como sendo: desprezo, tristeza, solidão, depressão, angústia, sofrimento, rejeição.

Eu acho que o isolamento nem sempre é porque a pessoa é isolada, a pessoa se isola, uma porque às vezes é sozinha, ou pelas atitudes dela e as pessoas não querem ficar com ela porque é uma pessoa amarga ou difícil, grossa. Isso leva a pessoas ao isolamento. No geral, eu acho que a pessoa é que se isola. (GRUPO FOCAL B).

Às vezes a pessoa está no meio de todo mundo e fica isolada. (GRUPO FOCAL B).

Eu acho que quando a gente cria os filhos e eles criam azas e eles voam, a gente vai ficando isolado. Então a gente tem que procurar um outro caminho porque os filhos vão cuidar da vida deles, eles não podem cuidar da gente. Eles procuram a gente quando precisam. Me separei, as amizades foram todas aí eu tive que procurar um lugar para mim. (GRUPO FOCAL C).

As falas reportam a compreensão do isolamento social como sinônimo de solidão, de estarem sozinhos e de fragilidade das relações sociais, como uma situação dinâmica e que conseguem ter, às vezes, certo controle. A síndrome do ninho vazio, caracterizada pelo sofrimento dos pais quando os filhos saem de casa, foi um ponto destacado para representar o isolamento social. Logo, entende-se que os depoentes têm a compreensão do isolamento social enquanto aspecto relacional e subjetivo.

Perante esta compreensão acrescenta-se o entendimento de que cada sujeito social é uma construção social e se cunha a partir do lugar social que ocupa. Isto significa, segundo a autora, que o pensamento de cada indivíduo se constrói a partir de circunstâncias objetivamente constituídas, da representação subjetiva, da expressão de um sentido e de uma ordem social (YAZBEK, 2009, p.86).

Questionados se vivenciaram ou vivenciam o isolamento social no processo de envelhecimento e/ou na velhice, 25 pessoas idosas, dos quatro grupos focais, manifestaram que sim.

Eu passo porque as pessoas não se lembram da gente. As pessoas falam que te ama que gosta de você, mas eles (família, amigos) te esquecem e te abandonam [...]. Quando você mora sozinho, você não pode ficar sem dinheiro. Eu quebrei esse braço e ficou engessado, aí para eu trabalhar eu trabalhava só com esse, mas ninguém se ofereceu a fazer nada para mim. Aí você fala, você é isolado ou precisa ter dinheiro? (GRUPO FOCAL A).

Às vezes sim. No começo, as visitas vão, mas depois não vão mais e aí a gente só fica dentro de casa. Aí fica difícil. (GRUPO FOCAL B).

O que eu percebo que às vezes no sábado e no domingo não tem lugar para a gente ir, mas durante a semana nada segura a gente. (GRUPO FOCAL C).

Eu já, tem dias que eu não tenho vontade de ficar no meio do povo. Então é uma coisa muito triste. Eu estou tomando calmante, estou passando com psicóloga e eu não desejo nem para um cachorro. (GRUPO FOCAL D).

O não ser lembrado, a vontade de não levantar da cama, o não ter para onde ir aos fins de semana, são as experiências declaradas pelos participantes da pesquisa como a vivência do isolamento social. Nota-se que essa vivência aparece na fala como a realidade que carregam na velhice, pois antes dessa fase as relações eram fortalecidas.

Pontua-se ainda que é compreensível o olhar dos entrevistados em relação a vivência isolamento, pois é a expressão direta das relações sociais e do censo comum propagados pela sociedade do capital, no qual atribui o isolamento social como característica individual. O que se tem, de acordo com Yazbek (2009, p. 75), é a formação de classe sem identidade de classe, cuja evidência é a sua diversidade e experiência heterogênea de dominação contida no processo do capital.

Considera-se uma das falas mais pertinente do estudo, quando dois dos entrevistados lançaram o seguinte apontamento:

[...] você é isolado ou precisa ter dinheiro? (GRUPO FOCAL A).

[...] nós pobres não temos condições de comer bem e ir ao médico, então vai indo. (GRUPO FOCAL B).

Entende-se com as narrativas a indignação da desumanização da vida humana em detrimento da rentabilidade econômica e das míseras condições de sobrevivência sem o acesso às políticas sociais dignas. Para Beauvoir (1990, apud TEIXEIRA, 2008, p. 73) “[...] exacerbam-se as necessidades, pela impossibilidade de satisfazê-las, o(a) trabalhador(a) sente que a vida lhe foi suprimida, que não tem mais lugar no mundo.”

Compreende-se, portanto, que o posicionamento despertado por dois participantes tencionam sobre a materialidade do isolamento social enquanto vulnerabilidade. Sabe-se, assim, que penetrar, no universo do isolamento social e das representações da classe trabalhadora não é uma questão simples. Logo, supõe o contrário, uma custosa trajetória em que vão sendo constatas múltiplas faces de uma vulnerabilidade material que se busca compreender na teia constitutiva das relações sociais que caracterizam a sociedade do capital.

Defende-se, então, que o isolamento social deve ser considerado para além do plano subjetivo, isto é, deve-se considerar o plano objetivo, material, em que o desenho político e econômico do sistema capitalista incorpora carências de possibilidades de acesso, de esperança e, principalmente, da carência e interação dos direitos. Vale dizer que os sujeitos sociais, desprovidos de capital, não detêm igualmente condições sociais e culturais, o que acaba por serem excluídos da riqueza socialmente produzida.

Embora as narrativas sejam marcadas por diversidades e tragam perspectivas individuais. Compreende-se, através da trajetória histórica de cada entrevistado, a seriedade da ausência e/ou insuficiente acesso a serviços que fez e faz parte da reprodução do cotidiano dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) na sociedade brasileira, mais especificamente na população francana.

A diversidade de experiências vividas, as visões de mundo, a trajetória dos indivíduos pertencentes às classes subalternas, situando-se no plano da construção de uma história dos dominados, revelam, pela mediação do recurso ao assistencial, alguns significados da dominação e da resistência pelos que a vivem. (YAZBEK, 2009, p. 36).

Há de se considerar que as realidades apreendidas, neste estudo, são uma amostra da desigualdade social, do trabalho, das condições de vida, de envelhecimento e a de atendimento às necessidades desse segmento, uma vez que as diferenças territoriais – tanto a nível municipal quanto a nível estadual, nacional e internacional – são divergentes e condicionam a características diversas, tendo como exemplo a heterogeneidade da velhice.

Em síntese, a partir dos espaços que os sujeitos sociais ocupam durante o seu processo de envelhecer, entende-se a construção social de velhices, isto é, mesmo com a mesma faixa etária e integrante da mesma classe social cada velhice se apresenta com necessidades e características divergentes. Nessa perspectiva, enaltece, que os sujeitos sociais envelhecem sob determinadas condições de vida, fruto do lugar que ocupa nas relações de produção e reprodução, logo, “[...] o envelhecimento sofrerá determinações econômicas, sociais, culturais, étnicas, sexuais diferenciando-se no tempo e no espaço, interditando tratamentos universalizantes e a-históricos.” (TEIXEIRA, 2008, p. 81).

Perante a realidade compartilhada pelas idosas participantes do SCFV em relação ao isolamento social, na perspectiva da vulnerabilidade material, e sob a firmação do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003, on-line), no seu artigo 8º, “O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social”, indaga-se: o envelhecer do(a)

trabalhador(a) foi firmado por proteção social de modo que ele não vivenciou e/ou vivencia o isolamento social?

É certo que a resposta para essa pergunta é não. Embora se constatasse que os próprios membros dos grupos não se tenham atentado para a representação da vivência do isolamento social enquanto vertente de desproteção social, enquanto vulnerabilidade que acompanhou a trajetória do envelhecer. Por essa constatação, considerações em relação ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas são necessárias, todavia é assunto para o próximo subcapítulo.

Pôde-se notar no decorrer na pesquisa, como cita Pereira (2011, p. 68), que as necessidades humanas básicas<sup>127</sup>, apesar de serem comuns a todos os sujeitos sociais, não implicam a uniformidade de sua satisfação, visto que a não-satisfação no acesso aos serviços e políticas sociais públicas durante o envelhecer do(a) trabalhador(a) provocou sofrimento e prejuízos materiais ou psicológicas para alguns, enquanto para outros não o consideram como prejuízo. Ademais, de acordo com a autora “[...] tais sofrimentos afetam especialmente o portador da preferência, produzindo impactos diferenciados em cada indivíduo que a apresenta [...].”

Perante a fundamentação desta análise, entende-se que o isolamento social não é um aspecto transitório do capitalismo, mas estrutural do próprio desenvolvimento dessa sociabilidade. Assim, de acordo com YAZBEK (2009, p. 18):

Ter garantida a provisão de uma necessidade social pelo Estado – saúde, educação, atenção a vulnerabilidade etc. – está longe de ser expectativa da sociedade brasileira. [...] Quanto mais particularizada for a necessidade a atender (uma deficiência, uma vulnerabilidade), mais entendida será, sendo comum, como questão a ser resolvida pelo indivíduo.

Portanto, o conjunto das informações revelou que os sujeitos sociais participantes, via de regra, não receberam proteção no seu envelhecer, pois não foi possibilitado o acesso aos serviços e políticas sociais públicas fundamentais. Realidade esta que permeou o

---

<sup>127</sup> Para a autora, as necessidades básicas objetivas e universais são a saúde física e a autonomia. A saúde física é entendida pela autora como a necessidade natural, pois reconhece que é o plano das satisfações de necessidade físicas e biológicas, visceralmente, ligadas à práxis humana. A autonomia, para autora, não é sinônimo de ser livre para agir como bem entender, mas é ser capaz de eleger objetivos e crenças, valorá-los e sentir-se responsável por suas decisões, contudo, para atingi-la é necessário a compreensão - que a pessoa tem de si mesma e da sua cultura - a capacidade psicológica - capacidade de formular opções para si mesma - e oportunidades objetivas - que permite atuar e atingir suas escolhas. A autora sinaliza que na ausência dessas dimensões sérios prejuízos ocorrerão à vida material dos homens e à atuação destes como sujeitos caso estas necessidades não forem satisfeitas. Para a autora, necessidades intermediárias poderão contribuir para a melhoria da saúde física e da autonomia, sendo elas: alimentação, habitação adequada, ambiente de trabalho, cuidados de saúde, segurança física, segurança econômica, educação (PEREIRA, 2011, p. 76).

envelhecer dos participantes da pesquisa, independente dos critérios de vulnerabilidades sociais descritas pelo serviço, e que permanece a se confirmar.

Assim, ficou evidente que o embate dos direitos e sua efetivação, via políticas sociais, que acompanhou o envelhecer, não atingiu a expectativa na sua integralidade, pois sofreu o rebatimento da centralidade do desfinanciamento com o corte de gastos, o enfraquecimento e a não efetivação dos espaços públicos, a desconfiguração dos direitos constitucionalmente garantidos e a desresponsabilidade estatal.

Em suma, enfatiza-se que os sujeitos sociais participantes da pesquisa apresentam características que representam não só sua singularidade, como também o coletivo em que estão inseridos, no que concerne a vivência da pobreza, do árduo trabalho exercido desde a infância e adolescência, da violação de direitos, da constante luta pela sobrevivência e de demais aspectos da vida. Para tanto, afirma-se que a sociedade do capital não oferece sobrevivência à obra do envelhecer do(a) trabalhador(a), pois o isenta de necessidades, de oferta, de acesso e efetivação de direitos sociais estabelecidos pelas políticas públicas, no qual os condicionam a vivenciarem isolados das garantias fundamentais de subsistência. Logo, “[...] essa sociedade não é apenas culpada, mas criminosa. Abrigada por trás do mito da expansão e da abundância, trata os velhos como párias.” (BEOUVOIR, 1990, p. 8).

### **3.3 O SCFV para Pessoas Idosas em face da vivência do isolamento social: a chegada e a oferta do Serviço**

Ao refletir sobre as desproteções reveladas pelas entrevistas, faz-se oportuno destacar o atendimento das pessoas idosas no SCFV, a correspondência entre as ações ofertadas por este serviço socioassistencial e as realidades trazidas pelos sujeitos sociais destinatários desse serviço.

É fato afirmar que ficaram latentes, no conteúdo originado da pesquisa empírica, as desproteções as vulnerabilidades, violações de direitos e, conseqüente, isolamento social que fizeram parte do envelhecer e velhice dos sujeitos sociais entrevistados.

Para apreender informações quanto ao atendimento, foram indagados sobre a motivação que os levaram a estarem no SCFV para Pessoas Idosas, considerando a importância de se avaliar quais os aspectos que impulsionaram o referenciando e permanência no serviço citado. Após esta etapa, buscou-se conhecer o olhar dos participantes em relação às ações ofertadas no SCFV, a fim de avaliar sua correspondência com as situações de

vulnerabilidades sociais e de que forma impactam nas inseguranças apresentadas. Por fim, questionou-se a contribuição do SCFV para Pessoas Idosas.

De acordo com as narrativas, o CRAS foi a unidade socioassistencial a referenciar<sup>128</sup> as pessoas idosas no SCFV, no entanto, a maioria cita que foram redirecionados para o referenciamento no CRAS pelo Centro de Convivência do Idoso que participaram e/ou que participam, enquanto que algumas pessoas relataram que foram encaminhadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), pela saúde e pela comunidade.

Eu entrei aqui através do CRAS, o CRAS que me indicou para eu vir. (GRUPO FOCAL A).

Quem me trouxe pra cá foi uma moça da assistência social do CREAS que começou a fazer visita na minha casa. Fizeram uma denúncia, que eu nem sei quem foi, pra eles que meus netos me abandonavam muito e eu nem enxergava. [...] Aí me mandaram para o CRAS para fazer a ficha, aí fiz minha ficha aqui e fiz no CRAS. (GRUPO FOCAL A).

Eu já fazia as atividades do CCI, aí a professora Sílvia me fez o convite e eu estou aqui até hoje. (GRUPO FOCAL B).

Foi o doutor que falou para eu vir. (GRUPO FOCAL B).

Uma vizinha falou para eu vir e eu vim conhecer e eu gostei e fiquei. (GRUPO FOCAL D).

Observa-se com as narrativas a contribuição da rede socioassistencial e da rede intersetorial na orientação e direcionamento da pessoa idosa no sentido de buscarem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas. Fato esse que se percebe a divulgação do Serviço, por uma ampla rede – considerando o direcionamento da saúde e da comunidade –, como uma importante ferramenta que vem surtindo ganhos na sociedade, mesmo sendo um serviço socioassistencial recente. Assim, é possível afirmar que o SCFV para pessoas idosas é uma estratégia no atendimento e/ou acompanhamento de famílias e sujeitos sociais, no qual complementa o trabalho social com famílias, assunto que será abordado no próximo subcapítulo.

---

<sup>128</sup> O referenciamento no CRAS é a construção do prontuário social da família, de modo que essa tenha Cadastro Único – onde será atribuído o Número de Identificação Social (NIS) de cada membro familiar - e, após avaliação técnica, em conjunto à pessoa idosa, se houver critério para vinculação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas, os dados no participante serão informados no Sistema de Informações dos Serviços de Convivência (SISC). Destaca-se que cada espaço sócio-ocupacional possui sua organização e fluxo, a forma descrita não se faz uma regra.



Logo, de acordo com as normatizações, são encaminhados ao CRAS para referenciamento no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoa Idosa nas formas de acesso: “[...] por procura espontânea; por busca ativa; por encaminhamento da rede socioassistencial e por encaminhamento das demais políticas públicas.” (BRASIL, 2009, p. 19). O CRAS, enquanto equipamento da proteção social básica, tem como uma das suas funções a oferta de Serviços que “[...] visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.” (BRASIL, 1993, on-line).

Como já citado por grande parte dos sujeitos da pesquisa, o acesso à Política de Assistência Social se apresenta pela necessidade de referenciamento da pessoa idosa no CRAS, tendo em vista que este fluxo passou a ser obrigatório a partir da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistencial (Resolução CNAS nº109/2009), pois até então o que estava organizado era apenas os Centros de Convivência do Idoso (CCI) <sup>129</sup>.

O Centro de Convivência do Idoso é apresentado pelas narrativas, quase em sua totalidade, como parte integrante da história das pessoas idosas entrevistadas. Notou-se, pelas falas, que o momento de transição entre CCI e SCFV, por volta dos anos de 2013, ocasionou implicações no atendimento às pessoas idosas em Franca, rebatendo no pertencimento dos(as) idosos(as) nos grupos existentes.

Necessário frisar que o CCI foi incorporado às políticas sociais a partir do Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, que regulamentou a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, e ficou estabelecido no Art. 4º como modalidade não asilar, “I- Centro de Convivência: local destinado à permanência diurna do(a) idoso(a), onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania.” (BRASIL, 1996, on-line).

Em relação à política de assistência social, o CCI é considerado pela PNAS – Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 – como um serviço de proteção social básica (BRASIL, 2005, p. 36). Pelo fato da relevância de tal serviço, esse acabou incorporando a oferta de uma política pública. Todavia, por ser um serviço anterior à regulamentação da própria política de assistência social e não possuir uma organização de público e informações concretas e sistematizadas é que, em 2009, com a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais – Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009 – ocorre a padronização

---

<sup>129</sup> Os grupos de pessoas idosas, como os CCIs, tiveram origem, aproximadamente, na década de 1980 e 1990, fato que se notou a extrapolação do envelhecimento a esfera privada (TEIXEIRA, 2008, p. 222).

dos serviços, passando o CCI para SCFV para Pessoas Idosas, no qual suas ações são distintas.

Logo, após a Tipificação, o CCI passou a ser previsto, baseado no Estatuto do Idoso (Lei nº10. 741, de 1º de outubro de 2003), como atividade de lazer, esporte e cultura. Sendo assim, atualmente, de acordo com as informações do PMAS 2018-2021 (FRANCA, 2018), no município de Franca, existem cinco Centros de Convivência do Idoso<sup>130</sup> distribuídos nas cinco regiões e ofertados por entidades não governamentais de atendimento à pessoa idosa. Há de se atentar que as mesmas entidades que ofertam o CCI também são as instituições executoras no SCFV<sup>131</sup> para Pessoas Idosas e que ambos ocorrem no mesmo espaço, o que acaba por gerar confusão nas pessoas idosas participantes na compreensão do objetivo de cada grupo de ação.

Mediante essa realidade – ser a mesma entidade e fazer o uso do mesmo espaço – , nota-se a ausência de clareza, por grande parte dos entrevistados, em associar o SCFV para Pessoas Idosas ao CCI.

Estou no CCI desde 2009. (GRUPO FOCAL A).

Então quando surgiu o CCI eu estou aqui até hoje. (GRUPO FOCAL C).

Chama a atenção que tal fato valida o desconhecimento do que é o SCFV, pelos próprios participantes, demonstrando-o como um apêndice do CCI, além de corroborar na não identificação com o Serviço. Outro aspecto notado que contribuiu para esse obscurantismo foi a transmutação de grande parte das pessoas idosas que participaram no CCI para o SCFV para Pessoas Idosas, visto que muitos declaram estar naquele espaço há anos.

Observa-se, portanto, que a compreensão distorcida sobre o SCFV contribui com o desconhecimento do critério utilizado, pelo técnico de referência, para a inserção da pessoa idosa no Serviço.

Eu acho que o CRAS me buscou lá na minha casa por questão de violência doméstica. (GRUPO FOCAL C).

[...] Eu não sei, acho que por problemas familiares aí o CRAS encaminhou. (GRUPO FOCAL C).

<sup>130</sup> Destaca-se que o único critério para a inserção do sujeito social no CCI é ter a idade mínima de 60 anos, sendo que as inscrições e organização das atividades ficam a cargo da entidade.

<sup>131</sup> Chama-se a atenção para a não oferta do SCFV para Pessoas Idosas na região Oeste, possuindo apenas o CCI.

As falas remetem à falta de clareza, o porquê foram vinculadas ao Serviço. Nesta incerteza recai a preocupação de que as pessoas idosas, inseridas como público prioritário<sup>132</sup> do SCFV, não têm conhecimento, ou não foram esclarecidas, sobre os reais motivos dessa medida e de sua “classificação”. É importante reconhecer que, ao encaminhar a pessoa idosa ao Serviço e, quando essa é acolhida pela instituição executora, faz-se necessário o esclarecimento sobre o objetivo, a avaliação de qual público prioritário é pertencente e as ações que serão executadas no SCFV, de modo a ofertar respostas mais próximas das reais necessidades da pessoa idosas.

Considera-se o acesso ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas todo o percurso de chegada da família ou sujeito social, com intrínseca relação com suas provisões protetivas. Desta forma, o simples direcionamento e oferta de acesso ao Serviço não é suficiente, pois deve incorporar todos os meios para que este acesso seja incorporado além ter todas as informações esclarecidas.

No que pese ao questionamento sobre o que motivaram estarem vinculadas nesse Serviço, as respostas foram variadas.

Depois que eu parei de trabalhar eu fiquei muito fechada. Aí meus meninos falou, mãe se a senhora não fizer alguma coisa a senhora vai ficar pior. Aí comecei a tomar remédio para depressão. Aqui foi uma benção, graças a Deus. (GRUPO FOCAL A).

Eu perdi a minha mãe, minha mãe ficou sete anos na cama. Aí comecei a olhar os meus netos e agora eles estão na escola no período integral e fiquei sozinha. Aí eu vim pra cá fazer atividades porque eu sempre gostei. Agora chegou a minha vez. Meu filho falou quando minha mãe morreu, mamãe agora que a vovó morreu vai procurar alguma coisa pra senhora fazer, a senhora não pode ficar aqui parada só chorando. Aí estou aqui. (GRUPO FOCAL A).

Eu trabalhava e fui demitida e meu marido trabalha e eu não tenho com quem conversar em casa. Eu precisava conversar se não eu ia entrar em depressão. Eu vi que eu precisava de ajuda. Aí corri e fui atrás. (GRUPO FOCAL B).

Eu estava no fundo do poço aí cortaram minha pensão, hoje eu tomo remédio controlado, passo pela médica. (GRUPO FOCAL B).

A viuvez. Perdi meu esposo e veio uma senhora e falou, vamos lá no CCI e foi muito bom porque me tirou um pouco da solidão porque depressão, graças a Deus, eu não tive, e estou até hoje, gosto muito daqui. (GRUPO FOCAL C).

A gente para de trabalhar e não tem o que fazer e aqui a gente continua aprendendo sempre, o convívio de amizade, as festas, muitas coisas que participa e surte grande efeito na vida da gente. (GRUPO FOCAL D).

---

<sup>132</sup> O público prioritário é estabelecido, pelo Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013), como sendo pessoas idosas em situação de: isolamento social; Vivência de violência e, ou negligência; Em situação de acolhimento; Situação de abuso e/ou exploração sexual; Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência (BRASIL, 2013, p. 2).

Eu vim para cá porque eu estava me sentindo muito sozinha e depois que eu vim para cá, nestes dois anos, me fizeram muito bem. (GRUPO FOCAL D).

Minha filha, eu não queria vir. Ela insistiu muito e eu vim porque eu estava muito deprimida com a perda do meu benefício. Praticamente ela me obrigou, eu não queria. No primeiro dia eu não gostei, aquela menina, aquele barulho aí eu cheguei em casa e falei que não ia voltar mais, aí ela falou a senhora vai, aí eu vim e gostei e hoje eu amo. (GRUPO FOCAL D).

A perda do trabalho ou a saída do mercado de trabalho é vista como um dos principais indicativos de vinculação da pessoa idosa no SCFV. Fica visível nas falas o sentimento de vazio instalado com a aposentadoria e o não alcance desse direito. Tal fato ocorre, pois, no momento de reificação em que estão submetidos, o prestígio ocupado no trabalho e por ele internalizado foi suplantado. Para Beauvoir (1990, 317), neste momento se exacerbam necessidades, pela impossibilidade de satisfazê-las e o(a) trabalhador(a) sente que a vida lhe foi suprimida, que não tem mais lugar no mundo, seu tempo continua vazio e sem sentido.

Segundo Simone de Beauvoir (1990, p. 301):

Quando envelhecidos, os explorados se veem condenados, senão à miséria, pelo menos a uma pobreza extrema, a moradias incômodas, à solidão e, conseqüentemente, a um sentimento de decadência e a uma angústia generalizadas. [...]  
Mesmo quando se conserva saudável e lúcido o aposentado não está livre de um terrível flagelo: o tédio. [...] Ao aposentado, causa desespero a falta de sentido de sua vida, mas isto se explica pelo fato de ter sido sempre roubado o sentido de existência. [...] Ao livrar-se dos constrangimentos de sua profissão, só se vê um deserto a seu redor [...].

Compreende-se que pelo fato de a sociedade condenar o(a) trabalhador(a) à degradação ao passo que submete o seu tempo de vida em tempo de trabalho, esse se sente perdido, sem rumo e sem perspectiva de futuro quando, enfim, está “liberto” da ditadura do trabalho (TEIXEIRA, 2008, p.74).

É notório frisar que a saída do mercado de trabalho não inaugura a idade do lazer, como é propagado pela sociedade capitalista, pois há a diversidade de situações vividas pelas pessoas idosas na sociedade de classes. Logo, a experiência da vinculação ao SCFV não se abre a todos, na medida em que, pelas condições concretas de sobrevivência, muitos trabalham até o fim da vida, assim, a participação está vinculada a proventos recebidos, a condições físicas e psicológicas, a relações familiares, dentre outras. Desta maneira, pode-se afirmar que o SCFV está longe de atingir as pessoas idosas que vivenciam as cruéis desigualdades e vulnerabilidades sociais.

A supressão da perda de benefícios previdenciários foi outro fator apontado para a procura e inserção das pessoas idosas no SCFV. Com o discurso de vilão da previdência social, o envelhecimento populacional tem sido o tema mais debatido, pejorativamente, nos últimos anos, no interior dos governos. Aufere-se que com as intensas revisões dos benefícios previdenciário e a possível aprovação da reforma da Previdência, nos próximos meses, muitas famílias e pessoas idosas terão o seu direito previdenciário restringido ou suprimido, o que virá afetar ainda mais as condições de desigualdade social e de isolamento social. A ameaça é gritante!

Para Haddad (2016, p. 45), os argumentos defendidos pelos tecnocratas neoliberais, buscam convencer a população, insistentemente, que a reforma da previdência é uma medida preventiva e urgente, com isso, afirmam e reafirmam que o aumento da população idosa e da longevidade impedirá que o Estado, no futuro próximo, conserve o seu compromisso com os beneficiários. Todavia, pesquisadores, segundo a autora, têm esclarecido que a justificativa para a reforma é fundamentado em argumentos falsos.

A família, outro fator mobilizante para a busca do SCFV, é compreendida, neste estudo, como uma relação social historicamente determinada, assumindo, na sociedade, formas e funções diversas. Assim sendo, o grupo família, construído socialmente, é, para muitos(as) idosos(as), segundo os relatos, a base do afeto, da proteção e do cuidado, de modo que quando parte algum ente querido, como pai, mãe, filho, esposo, esposa e irmão, aquele grupo oscila tanto para a união quanto para o afastamento.

O não ter com quem conversar ou a depressão, a que se refere as pessoas idosas, também foram os motivadores para estarem no Serviço. Sob este ponto de vista, evidencia-se que a saúde é reflexo das determinações das condições de vida, de trabalho, de renda, e do déficit acumulado durante toda uma vida, a partir de deficiências nutricionais, de um trabalho desgastante, dentre outras privações.

Aponta-se que o uso de medicamentos aparece como pano de fundo na historicidade das pessoas idosas participantes como o propósito de acalantar esta nova fase da vida em que está condicionada a perdas e ganhos de papéis sociais e à perda de entes queridos. Infelizmente a medicação é a ferramenta usada para a minimização, se é que é efetivo, aos infortúnios econômicos e às desigualdades sociais vivenciadas.

Em conformidade com os motivos que levaram as pessoas idosas a procurar ou serem direcionadas ao SCFV, considerando que não houve unanimidade no querer, a princípio, estarem vinculados no Serviço supracitado, pôde-se notar que este ganha proporções gigantescas nas representações da vida de quem participa.

A gente considera uma família. Aqui é uma troca de experiência, a gente conhece o problema do outro e a gente dá força. (GRUPO FOCAL B).

Aqui a gente se fortalece para enfrentar o dia a dia. (GRUPO FOCAL B).

Um grande passo. (GRUPO FOCAL C).

Paralelo às narrativas, algumas palavras e expressões foram ditas de modo a ser sinônimo da representação do Serviço, tais como: vida, força, felicidade, tudo de bom, benção de Deus, amizade, paz, alegria, amor, reencontro, gratidão, acolhimento, carinho, uma nova vida, amizade, esclarecimento, convivência, diversão, companheirismo, bom, ótimo, excelente, sensacional, ponto de apoio, dentre outros.

Dentre todos os adjetivos e sinônimos citados, o que chamou atenção é a predominância da palavra vida no sentido de existência e de novo pulsar. Pelas narrativas, a oportunidade de fazerem parte do SCFV e saberem que esse oportuniza o compartilhar das aflições, perdas e ganhos, possibilita a concepção de união e de família.

Os motivos de satisfação com os atendimentos recebidos referem-se, sobretudo, à qualidade da interação entre a equipe do Serviço e usuários. A maneira como a atenção dos profissionais é dispensada no relacionamento com as pessoas idosas que compõem o SCFV demonstrou ser de suma importância, pois incide, diretamente, na avaliação de qualidade deste Serviço. Notou-se, assim, nos depoimentos, que a relação de acolhimento, escuta e cuidado por parte dos profissionais contribui de forma positiva na vinculação da pessoa idosa na participação do referido Serviço.

Sublinha-se que grande parte dos depoentes, além de remeter o SCFV como espaço de convivência e vínculos, que vai ao encontro do escopo do referente Serviço, o lazer é visto também como adjunto desse.

[...] a gente continua aprendendo sempre, o convívio de amizade, as festas, muitas coisas que participa e surte grande efeito na vida. (GRUPO FOCAL D).

Todavia, teve-se ter cautela de que o SCFV é sim ensejo de convivência, fortalecimento de vínculos comunitários, reflexões e conhecimentos, mas não é, exclusivamente, o acesso ao lazer, como delegam os participantes, pois, se fosse esses deveriam ser direcionados ao CCI<sup>133</sup>. Em outras palavras, defende-se que o SCFV é o ensejo

---

<sup>133</sup> O trabalho com pessoas idosas, desenvolvido no CCI, segundo Teixeira (2008, p. 218), emerge da compreensão como tempo de lazer na ocupação do tempo livre, em oferecer “[...] oportunidades de desenvolvimento da personalidade, de novas sociabilidades, de valorização social do idoso. A sociabilidade [...]”

para aquisições, o que o difere das atividades desenvolvidas para pessoas idosas em outras instâncias.

A carência por lazer foi uma demanda marcante pela classe que vive do trabalho. Os entrevistados, das quatro regiões do Município, ressaltam a falta de atividades de lazer, principalmente, aos fins de semana, e a má divulgação e acessibilidades das ações, quando há, para parcela da população idosa. Perante esta solicitação, observou-se que os participantes estão se organizando para levar tal reivindicação ao órgão de representação, o Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Franca, tendo o apoio e respaldo de orientações da equipe que envolve o SCFV.

Assim, a aplicabilidade do referido Serviço é uma ferramenta impulsionadora na difusão das reflexões da questão social, que remete o envelhecimento do(a) trabalhador(a), na cena pública sujeito às políticas públicas, atuando na contramão da cultura privacionista (TEIXEIRA, 2008, p. 221).

Logo, práticas de enfrentamento e busca de superação da subalternidade e direitos são observados como vertente do SCFV para Pessoas Idosas entrevistadas.

Você tem que ir atrás. É uma luta. Às vezes é até necessário entrar na justiça. (GRUPO FOCAL B).

A gente agita quando fala que o CCI vai fechar. Aí nós vamos a prefeitura, nós vamos em qualquer lugar. (GRUPO FOCAL B).

A gente vem aqui na educadora e ela orienta. (GRUPO FOCAL C).

A gente vai na defensoria. (GRUPO FOCAL C).

Cabe ressaltar que o aspecto da informação e dos direitos foi um dos pontos destacados, positivamente, pelas pessoas idosas entrevistadas, como conhecimento apreendido através do SCFV. Desta forma, entende-se que o Serviço exerce um importante papel quando traz para a discussão, com os participantes, as condições de acesso, informação dos órgãos de defesa a serem acionados e a importância da mobilização coletiva. Nota-se, novamente, a falta de clareza, de uma das falas, quando expressa a revolta da possibilidade do término do CCI, confundindo-o com o SCFV.

Destarte, os participantes do estudo destacam, também, na diversidade de suas expressões, o inconformismo com atitudes preconceituosas e restrições impostas à idade, bem

---

tem como referência o espaço de reprodução social, do consumo [...]” Assim, a autora cita que as atividades são voltadas ao lazer, como práticas artísticas, intelectuais, esportivas, recreativas ou de educação.

como o quadro de avanços no que diz respeito aos seus direitos, no qual evidenciam a contribuição das ações desenvolvidas no SCFV e que possibilitaram a ampliação da compreensão dessas questões.

Há de se considerar que, por intermédio das mobilizações e pressão popular, o Estado configura-se o responsável na instituição de políticas sociais, como também em terreno fértil para essas assumam o papel de atenuar as desigualdades sociais em relação à apropriação da riqueza social entre as classes sociais e os possíveis conflitos sociais provenientes das precárias condições de vida em que se encontram as classes subalternas (YAZBEK, 2009, p. 52).

Acredita-se, neste contexto, que o jogo das forças sociais, nas lutas por direitos universais, as contradições da sociedade civil se tornam agenda política, na medida em que as forças mobilizadoras da mudança se organizam e protestam, reivindicam, pressionam e posicionam (FALEIROS, 2007, p. 166).

Logo, deve-se pontuar a tendência do desenho das políticas sociais em viabilizar incipientes e parciais práticas de proteção social pública e reforçam o caráter assistencial e compensatório do combate às vulnerabilidades sociais que são, em sua maioria, de caráter estrutural, nas intervenções do Estado. Partindo-se do entendimento de que o SCFV para Pessoa Idosa é disposto na Política de Assistência Social, direcionada a quem dela necessitar, não seria contraditório estabelecer o critério de isolamento social – tratado aqui, fundamentalmente, como vulnerabilidade material – como pressuposto para a participação, quando se entende que durante o envelhecer do(a) trabalhador(a) seus direitos mínimos foram negados?

Para Koga (2013, p. 34), a assistência social apresenta-se como um campo minado no processo de efetivação da própria política pública. Nesse contexto, a autora afirma que se, até o início do século XXI, a assistência social ainda carecia regulamentações, apesar da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social de 1993, atualmente, ocorre uma proliferação de normatizações com o objetivo de estabelecer diretrizes nacionais para a gestão e organização da pública da política. Nesta perspectiva, tem-se como exemplo o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas, tipificado nacionalmente, em que se corre o risco de afastar da finalidade da política, que é o próprio cidadão, dado os critérios de público e de organização.

A proposta da política ao tipificar o Serviço é apontada como capaz de colocar fim às vulnerabilidades dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) – entre eles a vulnerabilidade do isolamento social – com os objetivos de contribuir para o envelhecimento ativo, com



encontros intergeracionais, desenvolver potencialidades e valorizar experiências (BRASIL, 2009, p. 17). Contudo, de acordo com Haddad (2016, p. 44), com esses princípios doutrinários se escondem as relações sociais mediadas pelo discurso do individualismo e pelo mercado. Destarte, segundo a autora, faz-se necessário criticar as normas que ocultam a realidade vivida por homens e mulheres no interior da sociedade, ocultando, enquanto prática de dominação, que a “[...] velhice é produto da existência objetiva dos homens.” (HADDAD, 2016, p. 63).

[...] a solução da velhice trágica é ocultar a realidade histórico-social; é tomar como verdadeira “a ideia” de que a pedagogia da velhice encerra em si mesma uma saída para a “questão da velhice”, possibilitando aos homens condições para viverem, por meio do processo de ressocialização, da inculcação das normas geriátricas relativas à aprendizagem da arte de saber envelhecer, uma experiência diferente daquela que é socialmente produzida. (HADDAD, 2016, p. 86).

Neste contexto em que os ideais dominantes são divulgados na perspectiva da arte de envelhecer como experiência e questão individual, a pessoa idosa é marcada à semelhança de coisa, fragmentada, vista independentemente das condições objetivas que se encontra.

Destaca-se que a normatização do SCFV para pessoas idosas recebe influencia dos princípios doutrinários da ideologia dominante, haja vista a proposta da materialização dos eixos constituintes: – I) convivência social e intergeracionalidade; II) envelhecimento ativo e saudável e III) autonomia e protagonismo – e a estruturação dos percursos – o grupo criou vida!; o grupo se viu!; o grupo olhou o mundo! O grupo reinventou sua casa! E o grupo voou... –, no qual desconsidera as condições objetivas de vida da grande parcela da população idosa, ocultam o social histórico, enquanto social fundado na divisão e na luta de classes, e a questão da desigualdade social atrelada à heterogeneidade da velhice.

Respalhando-se na análise de Haddad (2016, p. 148), pode-se sinalizar que os objetivos<sup>134</sup> do SCFV para pessoas idosas assentam-se em três paradoxos. O primeiro paradoxo é a incompatibilidade entre a demanda social do(a) idoso(a) e a solução indicada pelas normatizações, pois se compreende que a tragédia da velhice não se resolve em nossa sociedade, considerando a extensão da trama da vida no interior do modo de produção capitalista. O segundo paradoxo é a demanda social tendo a educação como meio, já que o

---

<sup>134</sup> Os objetivos específicos do SCFV para pessoas idosas são: “[...] contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo; assegurar espaço de encontro para os idosos e encontros intergeracionais de modo a promover a sua convivência familiar e comunitária; detectar necessidades e motivações e desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida; propiciar vivências que valorizam as experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos usuários.” (BRASIL, 2009, p.17).

trabalho educativo descrito na regulamentação desconsidera, por querer ocultar, as relações sociais enquanto relações historicamente determinadas pelo modo de produção. O terceiro paradoxo é parear a demanda social à marginalização social, ao considerar a vida pós-trabalho como tempo livre e não considerar a desigualdade social a partir das condições objetivas de existência, enquanto oprimido e explorado.

Embora se tenha críticas sobre a regulação do SCFV para pessoas idosas, não se pode fechar os olhos para a contribuição que este Serviço tem provocado na velhice de muitos(as) trabalhadores(as).

Porque eu tinha que lembrar que eu existo, que eu existo. A vida era um pouco apagada, aí a gente vai esquecendo que existe, aí ganha uma família grande assim. (GRUPO FOCAL B).

Portanto, compreende-se que o SCFV para pessoas idosas, criado e fundamentado pela ordem ideológica dominante, é sim um serviço com vícios estruturantes, contudo, o que o diferencia na prática é a maneira e estratégias de aplicá-lo em cada unidade executora. Ainda que faltem muitas escadas a subirem, a execução do Serviço, pelos educadores sociais e técnicos de referências, estimula o legado da existência, do eu vivo, da união e, principalmente da resistência.

Em suma, ficou claro, em cada narrativa, que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas pode ser o propulsor na superação da vivência do isolamento social. Todavia, na sua aplicabilidade, não se segue à risca o direcionamento da sua normatização e se coloca para análise a trama do envelhecer da vida que perpassa as relações com as estruturas de produção e reprodução social sob a lógica do capital<sup>135</sup>, base material da degradação social da força de trabalho e da sua desvalorização.

### **3.4 A compreensão dos técnicos de referências<sup>136</sup> do SCFV para Pessoas Idosas sobre a vivência do isolamento social**

<sup>135</sup> Importante destacar que os reflexos das narrativas dos participantes da pesquisa provem do trabalho das educadoras sociais – exigido com no mínimo ensino médio - que executam o SCFV em cada instituição executora, sendo que possuem formação em serviço social. Assim, percebe-se que a visão crítica das profissionais, advindas da formação, é compartilhada às pessoas idosas participantes.

<sup>136</sup> Frisa-se que as Orientações Técnicas do referido Serviço (BRASIL, 2012, p.45) estabelecem que os técnicos de referências sejam profissionais de nível superior que compõem a equipe do CRAS. Embora não haja a exigência para uma formação específica, na realidade de Franca, os técnicos de referências do SCFV para Pessoas Idosas são assistentes sociais.

A participação dos técnicos de referências<sup>137</sup>, profissionais do CRAS, nesta pesquisa foi de extrema relevância, uma vez que trouxeram informações pertinentes sobre a organização do SCFV, o público prioritário, a definição da vulnerabilidade do isolamento social, bem como as características das pessoas idosas participantes e a ação protetiva do referido serviço.

Os técnicos de referências, mencionados no subcapítulo 2.3 deste trabalho, são profissionais que integram a equipe do CRAS com formação em qualquer nível superior, sendo que, na realidade de Franca, os três técnicos de referência, participantes da pesquisa, possuem formação em Serviço Social. Esses profissionais são a personificação da materialização das responsabilidades e garantias do Estado, em que tentam, diante da conjuntura complexa, efetivar direitos e, especificamente, no que refere ao SCFV para Pessoas Idosas, conhecer e avaliar as situações de vulnerabilidade social e de risco da família e do sujeito social idoso e o direcionar para integrar ao Serviço (BRASIL, 2012, p, 39). Para Yazbek (2009, p. 33), esta relação mediadora transita entre dois mundos complementares: “[...] o universo dos dominantes e dos dominados, numa posição muitas vezes ambígua na medida em que se situa num campo de interesses contrapostos.”

Assim, compreender a relação entre o profissional e a família/sujeito social atendido no CRAS, como unidade socioassistencial de encaminhamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas, é adentrar ao universo no qual estão implícitas as principais mediações da proteção social básica ofertada.

Desta maneira, na entrevista individual semiestruturada com os técnicos de referências, a primeira questão levantada foi sobre a visão que possuem sobre o SCFV para Pessoas Idosas, uma vez que são os responsáveis diretos pelo acompanhamento da execução do Serviço, especialmente na participação sistemática das atividades de planejamento e assessoria ao educador social, bem como na aplicação do princípio da matricialidade sociofamiliar que orienta as ações de proteção social básica da assistência social. Desse modo, o olhar dos técnicos a respeito do Serviço supracitado é:

Ele é um serviço da proteção social básica. Aqui no nosso município e na região que estamos atendendo, aliás em todo o município, o Serviço é ofertado em parceria com entidades. Eu vejo ali um lugar muito feliz, toda a vez que eu vou até lá eu vejo aqueles idosos saindo e entrando felizes. Toda a vez que eu visito o local eu percebo a alegria, é um grupo animado e como a gente encaminha um público com vulnerabilidade, fico satisfeita de ver que eles estão gostando. Alí é um lugar especial, eu vejo que é preciso até ampliar. [...]Eu acho que ele é bem preventivo.

---

<sup>137</sup> Sublinha-se, novamente, que participaram da pesquisa três dos quatro técnicos de referências do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas existentes em Franca.

[...] ficam mais participativos, mais conscientizados. Eu não vejo outra palavra, eu vejo um lugar feliz, um lugar que eu gosto muito. Acho que tem feito muito bem para os nossos idosos. (TERESA).

Ele é um dos Serviços da proteção social básica da área da assistência social que faz parte do PAIF, que é o Programa que o CRAS desenvolve. Então, vem complementar o trabalho social que é feito com as famílias. Nós identificamos um idoso que precisa deste Serviço e a gente insere o Serviço de Convivência, mas dando um foco na família como um todo. (DOLORES).

Eu vejo como uma das ações importantes para assistência social que realmente vem complementar o trabalho do PAIF. Eu penso que o Serviço de Convivência devemos refletir sobre as aquisições que ele pode possibilitar com a participação, eu acho que isso é muito importante, porque é que vai diferenciar o Serviço de Convivência como um Serviço da Assistência Social e de outras atividades para idosos, como o próprio CCI que funciona no mesmo prédio. Então, é preciso ter clareza sobre o que o SCFV vai trazer para podermos avaliar se há resultados, e principalmente, para a pessoa idosa compreender o porquê que ela está entrando no Serviço. Eu tenho pensado nisso porque me preocupa muito no momento de inserção no serviço porque é muito difícil você esclarecer para a pessoa idosa o que é este Serviço da Assistência Social e seu objetivo [...]. Então eu vejo que ele tem um papel fundamental para o desenvolvimento das questões do preconceito das pessoas idosas, o que é envelhecer hoje, as relações familiares, porque a gente vê que, normalmente, as pessoas idosas têm as relações familiares com muito conflito intergeracional. Eu vejo que este serviço vem para fortalecer e enfrentar essas situações. (ROSANA).

Nas narrativas, fica evidente a compreensão unânime do SCFV para Pessoas Idosas como um Serviço, da proteção social básica, que complementa o trabalho social desenvolvido com famílias<sup>138</sup> no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). A título de informação, o PAIF, de caráter continuado, objetiva fortalecer a função protetiva e de vínculos das famílias; prevenir rupturas de vínculos; promover o acesso a direitos; contribuir com a melhoria da qualidade de vida; e, prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias, sendo que a sua oferta deve ser, necessariamente, no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (BRASIL, 2009, p. 10). Neste sentido, compreende-se que “[...] a assistência é possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas dos subalternos e espaço de ampliação de seu protagonismo como sujeito.” (YAZBEK, 2009, p. 67).

Sob o olhar dos técnicos de referência, o SCFV para Pessoa Idosa é identificado como um Serviço preventivo, que deve ser ampliado, pois é um “lugar feliz e que faz bem”, bem como uma ferramenta fundamental que pode possibilitar aquisições e aguçar discussões sobre o preconceito, as relações familiares e o envelhecer hoje. Com esta visão, defende-se o

---

<sup>138</sup> O trabalho social com famílias compreende, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009), como ação de entender as origens, acepções atribuídas e as possibilidades de enfrentamento das situações de vulnerabilidade experienciada por toda a família, contribuindo para sua proteção integral, materializando a matricialidade sociofamiliar no âmbito do SUAS.

SCFV como o recurso que pode oportunizar aquisições de conhecimento sobre a realidade e a conjuntura da sociedade capitalista, bem como o seu rebatimento no envelhecer e velhice, de modo a propiciar informações sobre direitos e incentivar o fortalecimento das relações comunitárias e familiares, para tanto, deve-se utilizar de espaço adequado. A aquisição, referenciada nesta compreensão, remete o desejo de tomar posse de informações e revigorar saberes, de modo que permita o aperfeiçoamento das reflexões sobre as reais condições de vivências e suas habilitações, fato esse que diferencia o Serviço de outras atividades para pessoa idosa.

O depoimento da participante Rosana coloca que o SCFV “[...] tem um papel fundamental para o desenvolvimento das questões do preconceito das pessoas idosas, o que é envelhecer hoje, as relações familiares, porque a gente vê que, normalmente, as pessoas idosas têm as relações familiares com muito conflito intergeracional [...]”, e afirma ainda “Eu vejo que este serviço vem para fortalecer e enfrentar essas situações.”. Mediante essa perspectiva, Poltronieri, Costa, Costa e Soares (2015, p. 303) entendem a intergeracionalidade, como instrumento de valorização das experiências das pessoas idosas

[...] beneficia ambas as partes, tanto as crianças e os jovens, quanto a pessoa idosa, visto que permite a troca de experiências, o estabelecimento de vínculos afetivos, o reconhecimento das peculiaridades e possibilidades do outro como sujeito, além de possibilitar a quebra de estereótipos. (POLTRONIERI, COSTA, COSTA, SOARES, 2015, p. 303).

Ainda segundo as autoras, a intergeracionalidade deve ser compreendida como “[...] um processo de construção cultural, mas também como um instrumento de valorização das pessoas idosas [...].” (POLTRONIERI, COSTA, COSTA, SOARES, 2015, p. 291).

Observou-se a preocupação da técnica de referência Rosana ao destacar a dificuldade de estabelecer junto à pessoa idosa a aquisição que almeja, pois é intrincado explicar sobre o que é o Serviço, de modo a demonstrar a diferenciação deste com as demais atividades voltadas ao idoso, e o porquê e a importância da participação. Assim, fica evidente o cuidado do profissional em apresentar o Serviço à pessoa idosa e, juntos, analisarem as vulnerabilidades que este apresenta no seu envelhecer para que sejam trabalhadas no Serviço de forma que o aceite à participação possa surtir ganhos.

O processo de aproximação entre pessoa idosa e profissional é cheio de desafios, pois requer o olhar atento do técnico diante da demanda trazida pelo sujeito social e a construção, conjunta, de estratégias. Para tanto, indagou-se como a equipe realiza a análise para a inserção do usuário no Serviço e sua organização.

A maioria é demanda espontânea que chega, mas temos casos encaminhados pelo CREAS, o próprio idoso, às vezes, participa do CCI, e da mesma instituição em que funciona o Serviço, a equipe identifica e nos encaminha para a gente fazer o encaminhamento. O protocolo é que eles passam por nosso atendimento da assistência social, que é com a técnica de referência, tendo vaga – geralmente tem porque nós trabalhamos com um número um pouquinho maior para dar os 50 dia, porque tem alguns idosos que estão afastados por problemas de saúde, então estamos com uma margem de 15 idosos a mais. Então, sempre tem vaga, tem sido tranquilo. Nós temos uma lista de espera e eu vou entrando em contato quando surge a vaga. [...] nós fazemos a ficha social, aqueles que não têm fazemos o documento de inserção e encaminhamos e informamos ao Serviço que a pessoa vai estar procurando, faz um encaminhamentozinho, que a pessoa leva em mãos, mas depois nós fazemos um documento especificando a situação, o motivo do encaminhamento. Um participante teve inserção infrutífera, é raro, mas tem. Geralmente, quando é feito o desligamento, às vezes quando o próprio idoso afasta do Serviço. Nós temos alguns casos notamos que já tiveram superação da dificuldade inicial. Então eu sei que, logo logo, nós vamos ter que mexer com esses para poder inserir em outras atividades da comunidade e liberar vagas para idosos que estão em situação prioritária, que estão precisando, [...], até com dó de desligar, então protelando e o próprio idoso gosta muito. Então às vezes eu espero ter vaga no próprio CCI, para ele poder se inserir lá dentro do CCI. Às vezes quando ele perde o interesse, aí a visita para ver o porquê ele se afastou, se for uma perda de interesse, às vezes por conta da própria superação, ou a condição de saúde se agravou. Mas o desligamento tem sido por demanda espontânea mesmo. (TERESA).

Aqui, a acolhida são vários profissionais que fazem, então se o profissional identificou ou se o idoso manifestou vontade em participar, é preenchido um questionário e aí passa para mim e vou avaliar a questão da vaga, da documentação, o prontuário social que nós temos que fazer, a entrevista, ou se é encaminhado por outro órgão eu vou e faço a visita na casa, surgem muitos casos no Serviço de Convivência. Como é o procedimento, a pessoa vai até um dia para participar e conhecer, mas as meninas passam o nome, o telefone aqui para o CRAS e eu faço o atendimento para a pessoa, até porque tem que ter o cadastro único e nós temos que ver toda a documentação e agendar. Quando é o CREAS eu não faço o atendimento novamente, eles ligam para saber da vaga e encaminham, só me passam a ficha e os dados, mas eu nem conheço o idoso. Tudo vem para o técnico de referência. Frente à demanda que nós temos e não damos conta nunca, a demanda do CRAS quintuplicou. Eu digo que seria ideal se eu só pudesse ficar como técnica de referência [...]. Eu tenho uma demanda levantada em outros bairros que não consegue vir para cá, às vezes, pela dificuldade de locomoção, de ônibus, não tem quem traz. Então falar que está sobrando vaga, não está, se virmos essas outras regiões que não conseguem acessar por não termos núcleos descentralizados. Então é uma dificuldade sim, porque às vezes tem casos gravíssimos que necessitaria e não tem acesso. [...] tinha idosa que falava que se a desligasse, ela iria morrer. Então eu falei, espera aí, ao invés de contribuir está sendo um fator de risco o Serviço de Convivência. Aí o primeiro passo foi fazer avaliação individual com cada idoso com questionário – o que você aprendeu? qual a dificuldade tem hoje? que apoio que você acha que ainda precisa? como é a relação com sua família? tem acesso a outros serviços? está inserido em outros grupos? qual a sua opinião sobre o desligamento? o que você acha que poderia ser feito? Dentro disso, a gente levantou a dificuldade dos pontos que ainda precisavam ser trabalhados, porque já haviam sido trabalhados os percursos previstos duas vezes com o mesmo grupo, só que não trabalhou o desligamento. Eu junto com a equipe, a educadora e facilitadora do Serviço de Convivência, levantamos as vulnerabilidades que eles trouxeram e apontaram que ainda precisam ser trabalhadas e aí propusemos o planejamento de mais 6 meses com eles. Nós fizemos grupos para planejar junto com eles para trabalharmos mais 6 meses. E aí passado este período, nós fizemos esta avaliação com a equipe do Serviço e alguns idosos superaram. Nós trabalhamos, principalmente, o último

percurso, que é a questão da autonomia e da participação social, que era um Serviço por tempo determinado. Então, trabalhamos muito o ponto final para aquele grupo e que não precisaria ser um ponto final na convivência e que eles tinham condição de continuar por conta própria. Nós tentamos como prioridade inserir todos, de acordo com o interesse, no CCI, para não voltar à situação da estaca zero. Então, nós tentamos garantir que eles estivessem inseridos nos espaços. E trabalhou bem forte no sentido do grupo continuar por conta própria se reunindo, claro que com nossa acessoria, no início, se precisasse. É claro que após o desligamento, nós fizemos reunião com eles para que se organizassem, e está funcionando. (DOLORES).

Lá no CRAS nós temos: técnica de referência do Serviço de Convivência de criança e adolescente e de idoso. Então, quando a equipe percebe que tem uma pessoa com perfil para o Serviço, encaminha para a técnica de referência que vai fazer essa conversa com a família ou com a própria pessoa para pensar na inserção. Então a decisão é conjunta com o técnico de referência com a pessoa ou com a família. Não sou eu quem decide, se você vai ou se você não vai, é decidido junto com a pessoa, explicar o que é o Serviço, tentar identificar e, às vezes, é muito difícil, em um único atendimento, fazer essa avaliação, mas nós não temos condições de fazer vários atendimentos para se chegar nisso. [...] Aí, qual a impotência deste atendimento? Quais as principais vulnerabilidades? Qual o potencial que ele vê além das vulnerabilidades? Eu tenho tudo isso de dificuldade, mas o que eu tenho meu para enfrentar? O que é o Serviço? Então, no atendimento é identificar o que está difícil, qual é o ponto forte e esclarecer o que é o Serviço. É muito difícil, no começo, eu usava um jeito de fazer essa conversa e hoje eu estou com uma metodologia um pouco diferente que está me ajudando. Então eu fiz umas tarjetas com algumas aquisições que o Serviço deve possibilitar, consegui colocar umas palavras um pouco mais simples com letras bem grandes, então eu vou colocando uma a uma e vamos conversando sobre, e, normalmente, ele vai contando a sua história de vida a partir daquilo, e isso está dando mais certo e eu percebo que flui melhor, a pessoa consegue perceber melhor o que é o Serviço, consegue entender melhor o que ela está fazendo aqui e decidir se ela quer ou não. Tem pessoas que nós esclarecemos tudo isso e fala: eu não quero, não é para mim; outras vezes, eu consigo com que a pessoa venha experimentar um encontro. Mas é isso, o técnico de referência junto com a pessoa. O desligamento é um pouco mais complicado, tem os percursos. E o desligamento tem que ser da mesma forma que da inserção, vamos decidir juntos porque se não vai parecer uma questão de alta médica. O serviço aqui não tem lista de espera. Então, nós não temos problemas de vaga, pelo contrário, nós temos dificuldade de cumprir a meta, 50. Eu acho que o não cumprimento da meta é por conta da metodologia do CRAS mesmo. Eu percebo que quando eu consigo fazer os atendimentos, eu consigo fazer as inserções, tanto que quando nós focamos em montar um grupo, ele foi montando, mas isso leva um tempo. Para você fazer a inserção tranquila, deste jeito consciente leva um tempo, você tem agendar atendimento individual e tem todo um processo. Eu não sou apenas técnica de referência do Serviço, eu faço as ações do PAIF, então não dá para se dedicar para o Serviço e nem para as famílias do Serviço. (ROSANA).

O relato dos técnicos de referência confirma os depoimentos das pessoas idosas quando disseram que buscaram o Serviço por conta própria ou foram encaminhadas pela rede socioassistencial ou intersetorial. Assim, notou-se que o fluxo do atendimento e direcionamento do(a) ancião(ã) é o mesmo nas três regiões: quando a equipe do CRAS identifica algum usuário como público prioritário, esse é informado à técnica de referência do SCFV, que, em seguida, realiza atendimento(s) individual ou grupal no CRAS ou em visita domiciliar, de modo a conhecer as vulnerabilidades da família e do sujeito social, apresenta o Serviço e, se houver interesse na participação, informa os documentos necessários para a

organização do prontuário social e a inclusão ou atualização do Cadastro Único, bem como o encaminhamento à instituição executora. Nesta vinculação, percebe-se nas falas de Teresa e Dolores que o CREAS tem sido parceiro na identificação e direcionamento das pessoas idosas ao SCFV.

Faz-se oportuno destacar a fala de Rosana, ao passo que frisa que a avaliação da vinculação é construída, conjuntamente, com a pessoa idosa ou com a família, a partir de reflexões sobre as vulnerabilidades, potencialidades, ganhos almejados e o objetivo do Serviço. A preocupação de acolher e ter uma escuta qualificada, de modo que a pessoa idosa resgata sua história de vida e traga aspectos importantes a serem trabalhados no SCFV exige sensibilidade do profissional, bem como estratégias de atuação: fala simples, que possibilita compreensão, método que apresenta o Serviço de forma clara e que vá ao encontro da realidade da pessoa idosa.

Desta forma, observou-se que não há um protocolo comum a ser seguido pelos técnicos de referência, contudo, faz-se necessário pensar a vinculação e a organização do Serviço com as pessoas idosas, pois se deve considerar a sua demanda, a partir da sua realidade.

Perante o desafio de organizar e pensar o SCFV, bem como avaliar as vulnerabilidades da pessoa idosa para que seja vinculada como público prioritário, exige do profissional do Serviço Social<sup>139</sup> o desafio de ser propositivo e não um mero executor, como cita Iamamoto (2005):

Um dos maiores desafios tem sido que a Assistência Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executor. (IAMAMOTO, 2005, p. 20).

Para tanto, Fávero (2011, p. 31) acrescenta que a imersão de um cotidiano tenso e complexo torna permanente o desafio dos profissionais no que se refere ao exercício da liberdade e da criatividade. Logo, torna-se permanente o desafio em fazer com que se mantenha direcionado para a garantia de direitos humanos e sociais, para a efetiva proteção às pessoas idosas, e não para o disciplinamento e regulação social, de cunho moralizador.

Em relação às vagas, todas as profissionais relatam que há, pois trabalham com uma margem superior ao exigido e, quando necessário, organizam uma lista de espera. No

---

<sup>139</sup> Citou-se o profissional do Serviço Social, pois os técnicos de referências dos SCFV para Pessoas Idosas entrevistados são assistentes sociais, no entanto, a normatização não exige essa formação, apenas cita que o técnico deve ter ensino superior.



entanto, a técnica Dolores faz uma análise prudente quando cita que há vagas, visto que o Serviço, pelo fato de não ter núcleos descentralizados, não atinge pessoas idosas de bairros mais distantes. Perante essa fala, acredita-se ser necessário pensar em estratégias para possibilitar a ampliação do acesso ao Serviço aos sujeitos sociais que são vulneráveis e que residem em bairros afastados.

Nota-se que o próprio Serviço não oferece condições para o acesso à participação das pessoas idosas, – o que reafirma a condição do isolamento social em seu aspecto material – pois é estruturado em um único espaço e que, muitas vezes, é distante da área em que pode ser atendido maior número de sujeitos sociais que vivenciam situações de vulnerabilidade social. É fato, ainda, que a locomoção e o transporte público ainda aparecem como dificultador do acesso. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004), o CRAS tem a função de promover a gestão no território, na qual deve revelar as vulnerabilidades, violações e desproteções manifestadas. Tal ação implica à Vigilância Socioassistencial, que tem dentre suas atribuições, analisar territorialmente as ocorrências de vulnerabilidades.

De acordo com Berenice Rojas Couto (2007), os serviços deveriam ser ofertados próximo às moradias das famílias:

[...] oferta de serviços [...] próximos à sua moradia, operados por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, em espaços com infraestrutura adequada e acessibilidade que garantam atendimento privado, inclusive, para os usuários com deficiência e idosos. De forma clara, esse direito assegura um atendimento sistemático de natureza pública com qualidade [...]. Impõe para tanto, a necessidade de profissionalização na prestação dos serviços, e indica a necessária estruturação física dos serviços, garantindo assim o acesso a todos. (COUTO, 2007, p. 24-25).

Nesta perspectiva, as famílias deveriam ser alcançadas não apenas pelo trabalho territorial do CRAS, mas pelas demais políticas públicas, a exemplo dos agentes comunitários de saúde, que estão alocados em que as desproteções sociais ocorrem. Destarte, a atenção da proteção social básica, dentre ela o SCFV para Pessoas Idosas, indica que as ações responsáveis por prevenir vulnerabilidades e proteger têm sido insuficientes, quer seja pela dificuldade acesso, quer pela incapacidade de identificação da população desprotegida.

Observa-se nas falas de Dolores e Rosana que a alta demanda de trabalho é agravante para desempenharem a função de técnicas de referência como almejam, pois além do SCFV para Pessoas Idosas também são responsáveis por atendimento e acompanhamento do PAIF, de grupos e visitas domiciliares, surge neste contexto o que Iamamoto (2005, p. 32) denomina de trabalhador polivalente. Logo, constata-se que as condições objetivas do tempo

de trabalho, saturado de demandas complexas e de diversas funções, acabam por comprometer o acompanhamento aproximado do técnico com o Serviço. Para tanto, Fávero (2011, p. 23) chama a atenção de que neste ambiente de trabalho fadado por tensões, exaustões e pela rotina, é necessário ter calma e ponderação para resistir, a fim de ver brechas e criar estratégias para se garantir a ampliação de direitos.

No que se refere ao desligamento da pessoa idosa, ao término do quinto percurso, atentou-se que as técnicas de referência Dolores e Rosana, em conjunto com os educadores sociais, estão iniciando o processo agora e possuem estratégias diferentes; ao passo que a técnica Teresa citou a realidade de que o desligamento, na grande maioria, ocorre por falta de interesse, problemas de saúde ou superação da vulnerabilidade. Todavia, o que fica evidente é que o desligamento é um processo custoso tanto para os profissionais envolvidos como para a pessoa idosa, pois se cria uma relação de codependência, com bem citou Dolores quando uma das usuárias expressou que “iria morrer”.

Por ser o desligamento um processo novo e que requer muita cautela, observa-se que os técnicos construíram estratégias para avaliar, com os participantes, alguns pontos que consideram ser passíveis de resolutividade de vulnerabilidade, incidindo sobre o ingresso das pessoas idosas no CCI. Neste caso, pensando no público prioritário – que foi vinculado pela vulnerabilidade da situação de isolamento social – reafirma a crítica sobre a inviabilidade desta superação, em seu aspecto material, com os cinco percursos descritos pela normatização, pois se considera que as marcas de desproteção social estão enraizadas no(a) velho(a) trabalhador(a). No entanto, entende-se que o trabalho desenvolvido e estimulado no Serviço pode propiciar a aquisição de reflexões e informações para resistir por seus direitos.

Logo, entende-se que as atividades do SCFV constituem oportunidade para que as desproteções sejam reveladas, refletidas e, no caso de serem comuns, compartilhadas entre as pessoas idosas, exprimindo as aflições e as estratégias de enfrentamento. Com essa compreensão, entendeu-se ser oportuno aproximar, da visão dos técnicos de referência, a respeito das características das pessoas idosas que participam do Serviço.

A maioria é idosa, a cima de 60 anos, mas nós temos um público adulto que, recentemente, coisa de 6 meses para cá, nós temos incluído, inclusive com deficiência. Cinco desses com deficiência, ali tem deficiência tanto intelectual quanto física - cadeirante, baixa acuidade visual, pessoa com problema de surdez – vieram da residência inclusiva. Então está sendo uma experiência gratificante, tanto para o grupo dos idosos, que acolheram esse público, como para esses que também estão participando. Geralmente, o adulto não permanece porque às vezes ele arruma um trabalho ou não se adapta porque, como a maioria é idosa, as atividades são voltadas a esse público e o próprio público traz a demanda, mas os que permanecem

têm uma certa fragilidade e estão até em isolamento social, até por conta da deficiência. Então tem sido muito rica essa convivência.

Então, eu tentei pensar em um perfil em que a maioria é público prioritário ou, que não é, é público da assistência. E dentro deste público prioritário nós temos 7 casos que são de violência – física, psicológica, patrimonial – alguns casos de isolamento em decorrência de violência, mas mais de 50% é caso de isolamento social, no nosso modo de entender, né?! E os outros é um público da assistência, que passa dificuldade e que não está no público prioritário, mas a gente inseriu como forma preventiva mesmo. Muitos são idosos sozinhos, que não tem ninguém, inclusive nem família, sem vínculo ou com contato esporádico. Uma minoria tem seu companheiro, é casado. A grande maioria mora com filho ou com neto, ou melhor, os filhos e netos moram com ele e muitos são os provedores por conta do BPC, da aposentadoria ou da pensão. E não é a regra geral, lógico, mas nós percebemos que tem famílias sugando os idosos até por conta da situação socioeconômica [...]. Então, ele assume a responsabilidade do neto e uma minoria, mas tem, de idosos cuidando de idosos, do pai, da mãe ou de irmãos, e eles estão muito sobrecarregados. Outra situação que a gente vê é idoso com problema de alcoolismo, não é a maioria, mas temos vários, alguns falam para nós outros ficamos sabendo depois, eles não se abrem. Têm idosos que teve tentativa de suicídio ou que tem falado nisso [...]. Nós chamamos psicólogos para falar porque nós achamos isso uma situação gritante. (TERESA).

[...] nós temos a Tipificação que criou, que já coloca o público alvo para este Serviço. Dentro deste público é o que: prioridades para os usuários do BPC, idosos que estão recebendo programa de transferência de renda e traz a questão também do isolamento, então seria este público. Alí quando a questão, porque é mencionado 3 itens, mas quando é trazida a questão do isolamento social, eu vejo que é uma das situações por não ter acesso a outros Serviços e de outros setores até que acaba criando uma situação de vulnerabilidade. Então, geralmente, nós falamos que é para aquele idoso que está em situação de vulnerabilidade social e, então você identifica alguma dificuldade, às vezes pela renda ou até mesmo o BPC que para ter acesso tem que ser baixa renda. [...] o Serviço de Convivência é muito novo, se nós considerarmos de dois anos para cá, então ele é novo [...]. (DOLORES).

Hoje a grande maioria é de idosos que vivem sozinhos ou com famílias bem restritas, ou com conflitos familiares, como: convive com o neto que está com envolvimento com drogas, com filhos que dependem da renda dele, mas na sua maioria com o convívio familiar restrito e com conflitos. (ROSANA).

É possível notar pelas falas das técnicas que os grupos do SCFV para Pessoas Idosas, nos territórios de Franca, são heterogêneos em que segue o direcionamento dado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009) no que se refere ao público prioritário. Interessante destacar a fala de Teresa quando sinaliza a abertura do Serviço supracitado para a população adulta, integrantes da residência inclusiva, e dos usuários da assistência social – sujeitos sociais que não são classificados como público prioritário -fato que propicia convivência e o compartilhar de experiências. Assim, a narrativa de Teresa demonstra a ampliação do olhar técnico para outras características de público prioritário, como prevê o Reordenamento dos SCFV (Resolução CNAS nº 01/2013) – pessoas idosas em situação de isolamento social, vivência de violência

ou negligência, em situação de acolhimento, situação de abuso e/ou exploração sexual, vulnerabilidade que diz respeito a pessoas com deficiência.

Com as narrativas das três profissionais, pode-se notar que grande parte das pessoas idosas participantes do SCFV possui vínculos familiares restritos ou em conflitos e residem sozinhas, fato que reafirma os dados quantitativos apresentados. Outra característica evidenciada é a pessoa idosa como arrimo de família, mesmo com mísera aposentadoria ou benefício assistencial, no qual se tornou a principal provedora da sobrevivência dos demais membros familiares, haja vista a conjuntura econômica e política do País, nos últimos anos, que atravancou a perspectiva de trabalho e de renda de muitas famílias brasileiras. Logo, durante os atendimentos que realizam com as pessoas idosas, esporadicamente, os profissionais se aproximam das desproteções materiais que incidem diretamente na proteção à família.

A partir da aproximação dos participantes, os depoimentos das técnicas Teresa e Dolores repercutiram em observações marcantes, pois veem a sobrecarga de funções, – pessoas idosas cuidando de outras pessoas idosas ou netos – a desorientação pelas circunstâncias da vida, – perdas de familiares e do trabalho – e a chegada da velhice como fatores que têm levado algumas pessoas idosas a expressarem sobre suicídio. Tal constatação tem provocado atenção e mobilização das técnicas de referências com as equipes dos CRAS e a articulação com a rede de saúde.

Com atitude cuidadosa e crítica, os profissionais envolvidos no SCFV devem considerar as expressões silenciosas e não verbais enquanto importantes recursos para a identificação, avaliação e planejamento das ações voltadas às demandas apresentadas pelas pessoas idosas participantes.

Acentua-se que na aproximação e atendimento com a família ou com a pessoa idosa, há casos que é capilar a articulação com outras políticas públicas, de modo a possibilitar melhorias de acesso à atenção da saúde, à previdência social, dentre outros direitos sociais. Conjuntura essa que exige do técnico de referência olhar atento e articulações de rede e encaminhamentos precisos. De acordo com Fávero (2011, p. 38), é necessário que o profissional esteja atento às demandas trazidas pela população para que se busque uma atuação e participação conjunta com outras políticas públicas, na busca coletiva de ações que alavanquem transformações e melhorias da realidade.

No que se refere à vivência do isolamento social, temática deste estudo, optou-se por apreender a compreensão dos técnicos de referência sobre o assunto e entender se seguem

algum protocolo para avaliar e vincular a pessoa idosa ao SCFV. Desta forma, os profissionais explanaram:

[...] o isolamento é quando ele está perdendo a vontade de participar, não encontra motivos mais, e aí ele vai se isolando socialmente. No idoso, acho que em qualquer faixa etária, mas no idoso as perdas são mais significativas porque aí começam problemas físicos, mentais, então o idoso começa a se isolar. Então ele para de ir a uma igreja, ele para de visitar um familiar, ele para de receber visitas, e acho que a primeira perda começa por aí, por conta até da sua fragilidade física, a dificuldade de locomoção, problemas de saúde, ele começa a ficar muito sozinho. Bom, nós temos essa visão de isolamento social, em que ele para de participar, ele já não vai a uma consulta da forma que precisava ir, já não procura participar até das suas atividades civis, ele vai se isolando mesmo. Tem situações que eu até confesso que faço a análise até de maneira subjetiva porque alguns eu inserido a hora que eu vejo que ele está começando a entrar no isolamento, mas ainda não é. (TERESA).

Antigamente, tinha só a tipificação que era muito limitada, restrita, que não explicava direito, que falava que era a ausência de acesso ao serviço e à convivência familiar. Então fica muito restrito a isso. Alguns aspectos que contribuem é a questão da saúde, no próprio envelhecimento e é nas entrevistas que vamos avaliar. A questão o isolamento geográfico é o que menos tem hoje, mas cada caso é um caso. Às vezes no primeiro momento nós não identificamos, só após algumas conversas que vamos percebendo o isolamento. Hoje, nós temos quatro idosos, são poucos em situação de isolamento. (DOLORES).

Esta questão de isolamento social já deu ‘pano para as mangas’ porque, no primeiro momento, quando veio a Tipificação e depois quando veio o Reordenamento que colocou as questões prioritárias, e muitas pessoas tinham a compreensão de que isolamento eram idosos que moravam sozinhos. Aí fomos trabalhando esta concepção e entendendo. Então, hoje, situação de isolamento é aquela pessoa que não consegue acessar a rede de serviços, a rede de atendimento, que não tem convívio com grupo, que não tem convívio social, que tem convívio restrito com alguns familiares. Então ele não acessa sozinho os serviços essenciais para uma boa qualidade de vida e ele não tem convívio com grupos, e, respeitando também as características deste idoso porque eu já atendi idosos par conversar sobre o Serviço de Convivência onde ele, deliberadamente, não quer “eu tenho a possibilidade de conviver, mas eu não quero. É uma opção minha”. E aí temos que entender esta característica e compreender. (ROSANA).

Constatou-se que é unânime a dificuldade da compreensão sobre o isolamento social, pois foi uma terminologia que “caiu de paraquedas” na normatização de um Serviço novo e que, portanto, cada técnico adapta sua concepção a partir da realidade que lhe é apresentada. Segundo Rosana, “Esta questão de isolamento social já deu pano para as mangas”. Logo, ficou evidente que não há, no Município de Franca, um protocolo a ser seguido na vinculação e referenciamento da pessoa idosa no SCFV.

Desta forma, nota-se que a vulnerabilidade do isolamento social é compreendida, unicamente, pelas técnicas como a oportunidade de convívio familiar e comunitário, isto é pelo viés relacional. Tal entendimento, provavelmente deve-se dar pelo fato de, talvez, ser mais visível aos olhos do profissional e da própria pessoa idosa. Fato esse que a técnica

Teresa afirma que ser uma análise subjetiva. Para Yazbek (2009, p. 16), o real, no cotidiano do assistente social, não é mera derivação da teoria, uma vez que é muito mais complexo e surpreendente.

Percebe-se, com algumas das falas, a associação da velhice com o isolamento social como algo “contagioso”, que se aproxima, apenas, nesta fase da vida, circunstância que faz propagar a visão da culpabilização da pessoa idosa por vivenciar tal situação. Esse entendimento, segundo Campelo e Paiva (2014, p. 47), que versa sobre a velhice, na sociedade moderna, atesta-a como um “problema social em si”, no qual deve ser refutado.

Faz-se oportuno destacar que a debilidade da saúde, a perda dos papéis sociais, dentre outros fatores, contribuem no agravamento da vulnerabilidade do isolamento social, no que se refere à sua vertente relacional e material. No entanto, o que se defende, neste trabalho, é que a vulnerabilidade do isolamento social acompanhou a vida do envelhecer do(a) trabalhador(a), sendo uma condição concreta de desproteção. Destarte, afirma-se que o isolamento social não é uma situação, mas uma condição inerente à classe trabalhadora.

O olhar sobre a vulnerabilidade do isolamento social de modo mais ampliado se deu pela técnica Rosana, pois a compreende para além da visão do convívio familiar e comunitário, considera o acesso à rede de serviços e de atendimento e nega o fato de a pessoa idosa residir sozinha como determinante da vivência do isolamento social. A referida técnica apresenta o posicionamento marcante da consideração da história de vida da pessoa idosa e do respeito por sua característica e ânsia, sendo esse o traçado, conjunto, da avaliação profissional que realiza.

Em face do entendimento, de cada técnico de referência, sobre a vulnerabilidade do isolamento social, indagou-se se aprovam a definição trazida pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, como sendo “Idosos com vivência de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço.” (BRASIL, 2009, p. 16). Assim, ante a realidade e experiência cotidiana profissional, manifestaram que:

Eu até concordo, mas eu entendo, às vezes, mesmo tendo acesso igual, tem idoso que tem acesso ao transporte gratuito após 65 anos, aqui no Município, ele tem direito de fazer uma carteirinha que ele anda de forma gratuita no transporte coletivo, mas junta problema de saúde que ele não consegue andar até o ponto de ônibus, então isso já é uma barreira de certa forma. Aqui em Franca também tem jeito do idoso entrar em jogos, em teatros, shows, estes tipos de coisas, mas às vezes ele nem vai porque ou ele está muito fraco por conta da idade ou doença, ou porque ele tem que cuidar de um familiar. Então não seria tanto a questão da ausência porque às vezes até tem, mas as dificuldades associadas que impedem. Eu vejo neste sentido. (TERESA).

Eu concordo sim. A legislação criou o Serviço, antes ele não existia, então, quando começa a funcionar que vamos vendo outras questões que precisam ser revistas e ampliadas, então ele é muito dinâmico. (DOLORES).

Eu concordo. Refletimos muito sobre esta definição e eu acho que é isso mesmo, é a ausência de acesso, ou por desconhecimento, ou porque não tem mesmo o serviço e participar do serviço vai ajudar a perceber o que deveria ter. Então, não tem, mas o que está previsto nesta política pública? O que a política de educação prevê para os idosos? A política de saúde? De assistência? Eu acho que buscar conhecer e buscar o acesso. Quando não tiver saberemos reivindicar. (ROSANA).

Todas as técnicas manifestaram que concordam com a definição imposta pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais em relação à vulnerabilidade do isolamento social. Entretanto, é curioso notar que as falas perpassaram, apenas, pela questão da ausência e/ou acesso a serviços e não pela oportunidade de convívio familiar e comunitário, fato que contradiz com a predominância da avaliação que executam para a inserção da pessoa idosa no SCFV.

Outro aspecto reafirmado foi a visão do isolamento social atrelado à condição de velho(a) como fator dificultador do acesso às políticas, o que, sob o olhar da profissional Teresa, há políticas e direitos assegurados à pessoa idosa, todavia, essa tem dificuldades, pelas condições da fase da vida, de acessar.

Para Rosana, o desconhecimento da pessoa idosa ou a ausência de serviços contribuem com o isolamento social, sendo essa a realidade que o SCFV vai contribuir, na informação dos direitos afiançados pelas políticas públicas e no impulsionar da busca pela sua efetivação. Dolores pondera a dinâmica do cotidiano profissional e o principiante Serviço como uma relação em construção e que pode ser aprimorada, como é o caso da definição do isolamento social que acompanha a normatização.

Atentou-se, assim, que as técnicas não consideram, em suas falas, as condições vivenciadas pelo(a) trabalhador(a) no seu processo de envelhecimento, a heterogeneidade desse envelhecer e a real oferta de políticas públicas durante todo o percurso da vida. Logo, defende-se que a alusão à vulnerabilidade do isolamento social expressa na Tipificação e nas demais regulamentações do SCFV para Pessoas Idosas é rasa e não apresenta uma definição clara, desta forma, propõe-se a seguinte descrição: Pessoas idosas que vivenciam a vulnerabilidade do isolamento social por presenciar condições de desproteção social motivada pela ausência e/ou acesso restrito insatisfatório aos direitos sociais e de serviços públicos durante o seu processo de envelhecimento e velhice; e/ou que dispõe de ausência ou restrita oportunidade de convívio familiar e comunitária; e, cujas necessidades, interesses e

disponibilidade indiquem a inclusão no Serviço. Para tanto, indica-se a reflexão conjunta, técnico de referência e pessoa idosa, sobre as condições concretas que essa presenciou/presencia no envelhecer e velhice, de modo que manifeste interesse na participação do Serviço e tenha clareza dos objetivos e aquisições que esse pode ofertar.

No tocante às ações que são ofertadas pelo SCFV para Pessoas Idosas, indagou-se aos técnicos de referência se é possível vislumbrar a garantia de proteção social e de direitos à pessoa idosa em situação de isolamento social.

[...] o Serviço de Convivência, é a instituição que acompanha, eles são trabalhados em grupos, oficinas e atividades de convívio. A própria dinâmica do trabalho tem conseguido dar conta desta demanda que o usuário traz. [...] sabemos que só isso não é suficiente, que são necessárias muito mais coisas, mas temos em visto que muitas se ajudam entre si. [...] O núcleo que atende o Serviço é excelente, eles fazem almoço, promove chá, arraial e muita atividade intergeracional, que contribui com a interação com a família [...]. (TERESA).

Olha eu acredito que sim. [...] Então eu não me atendo à questão do tempo, porque eu tenho que ver a necessidade do idoso e não atender a legislação. Enquanto os percursos, eu entendo que primeiro é formar o grupo, se reconhecer, se sentir pertencente a este grupo, e dentro de cada percurso possibilitar ao idoso que ele tenha informação, acesso, que ele saiba onde ele pode recorrer e ter consciência da sua situação, porque tem muitos idosos que passam por dificuldade e acham que é normal, não, não é normal, se está passando não deveria passar, até ele ir tomando conhecimento de sua situação e ir buscar os meios e recursos que têm disponíveis. Eu, enquanto grupo, eu crio forças. Mostrar para ele os espaços que existem e onde recorre, porque eu penso que isso é um espaço de prevenção ao isolamento social, diferente se ele não tivesse a informação. (DOLORES).

Eu acho que isso é uma das coisas que deve possibilitar. [...] Temos que tomar muito cuidado para o Serviço não virar um oásis para o idoso, um local aonde ele vai e ele não quer sair nunca mais. Então vemos que os idosos que participaram antes do reordenamento tiveram uma dificuldade muito grande de perceber porque antes era tudo CCI e aí virou Serviço de Convivência e foi uma confusão muito grande e foi uma dificuldade eles perceberem que era uma participação transitória. Porque ali era um lugar aonde eu vou e eu tenho diversão, amizade, onde eu tenho tudo e ficava só aí e o objetivo do Serviço não é esse, o objetivo é que se fortaleçam para irem para a participação social. [...] conhecer, compreender e também ter posicionamento para chegar a outros lugares, de se sentir à vontade nos lugares e saber o que quer. Então, o papel do Serviço para quebrar o isolamento é este, a pessoa vai ter mais condições de expressar o que ela pensa, o que ela sente, reivindicar aquilo que ela quer, tomar decisão, e ampliar a capacidade de relacionamento e de vivência fora do ambiente familiar. Eu acho que é essa a principal missão do Serviço. (ROSANA).

Na visão de Dolores e Teresa, o SCFV possibilita a garantia de proteção social e de direitos à pessoa idosa em situação de isolamento social, contudo, apresentam divergências na oferta de ações. Para Teresa, a instituição executora, que compete, na sua visão, o acompanhamento da pessoa idosa, propicia a proteção social a partir do apoio mútuo entre os participantes do Serviço e das confraternizações. Na opinião de Dolores, a oportunização dos direitos e da proteção social à pessoa idosa, no Serviço, só é viável a partir do momento em



que as necessidades do sujeito social forem consideradas independentes do tempo e dos percursos que a regulamentação prega, tendo em vista que o essencial do Serviço é atender a pessoa idosa – com acesso à informação e reflexões sobre a não naturalização das condições de vida – e não servir a legislação.

A fala de Rosana é prudente quando cita que a proteção social à pessoa idosa é uma das ações que o Serviço deve oportunizar. A narrativa da técnica de referência é pontual ao tratar sobre a dificuldade de compreensão do que é o Serviço, tanto para as pessoas idosas, que na sua grande parte era e é participante do CCI, quanto para os profissionais envolvidos, e a preocupação de não igualar os propósitos deste Serviço da assistência social – “[...] o objetivo é que ele se fortaleça para ir para a participação social. [...] conhecer, compreender e também ter posicionamento para chegar a outros lugares, de se sentir à vontade nos lugares e saber o que quer [...]” – com outras atividades para pessoas idosas, que são consideradas, pela técnica, de oásis.

Desta forma, a técnica referencia que a missão do SCFV para o rompimento do isolamento social é proporcionar condições à pessoa idosa de expressar o que sente e o pensa, de modo a tomar decisões e reivindicar por aquilo que almeja, bem como intensificar suas relações sociais. Destarte, com este olhar, a profissional se aproxima dos argumentos da defesa desta tese.

Em suma, com respaldo nos apontamento de Yazbek (2009, p. 65), entende-se que, por ser o SCFV para Pessoas Idosas um Serviço previsto na proteção social básica e carregar o papel na ampliação das bases de legitimidade do Estado, também lhe cabe constituir-se, para o segmento vulnerável da população idosa da sociedade, como modalidade de acesso real a recursos e incorporação de cidadania. Isto é, “[...] pressupõe reconhecer que as ações assistenciais podem se constituir em estratégias para a realização de direitos sociais dessa população.” (YAZBEK, 2009, p. 66).

Logo, pelo que está exposto na normatização e as ações executadas em cada Serviço, perguntou-se aos técnicos de referência, se o SCFV contribui na prevenção e resolução da vulnerabilidade do isolamento social que é vivenciado pelo(a) velho(a) trabalhador(a) e, caso negativo, solicitou-se que explicitem onde está a incompletude. Para tanto, os profissionais manifestaram que:

Eu não diria que é suficiente, mesmo porque não damos conta de atender todos os idosos. No nosso Serviço, mais de 50% é essa situação de isolamento e acredito que deve ter muito mais idoso nessa situação, mas que não chegam a procurar o CRAS ou que não ficamos sabendo para ir atrás. [...] Apenas o Serviço de Convivência não

é suficiente. Eu acho que ele dá conta sim daqueles que conseguem entrar, mas ele por si só não é suficiente porque está acontecendo o envelhecimento da população e temos que começar a pensar em ações em médio e longo prazo, porque tem que ter mais atividades para idosos, até preventivamente, para não termos a institucionalização. Então, eu acho que temos que efetivar uma série de questões, propiciar dentro das políticas públicas o acesso ao idoso, como ampliar vagas para o público do Serviço de Convivência ou outro similar, o próprio CCI eu acho excelente, para dar conta dessa demanda. Temos que pensar em uma forma de chegar naquele que não vem, que seria a busca ativa, mas de uma forma diferenciada. [...] Acho que é um grande desafio [...] o CRAS por si só não vai dar conta. (TERESA).

Pelo fato de haver a heterogeneidade no grupo, para umas pessoas as ações irão ser suficientes. Eu acredito que é um espaço importante. Eu sempre falo: não pense que você vai resolver tudo, mas também não pense que você não pode fazer nada, alguma coisa você pode contribuir, mesmo se for só para ouvir esta pessoa. A assistência é importantíssima, mas sozinha ela não dá conta. Hoje eu digo que não falo mais em superação de vulnerabilidade porque a assistência está, muitas vezes, sozinha e não tem condições nenhuma de superar a vulnerabilidade, como exemplo a questão do desemprego, se não tiver articulado com uma política nacional de trabalho, não supera a vulnerabilidade. Eu falo que é importante reconhecer isso para entender nossos limites. Nós vamos junto com aquele idoso buscar formas de enfrentamento porque é muita pretensão dizer que sozinha a política de assistência vai superar a situação de vulnerabilidade que nos procura. É uma Política extremamente importante para orientar a família em recorrer e ter acesso [...]. (DOLORES).

Eu acho que não porque ele vai trazer essa condição, mas nem sempre ela vai encontrar dificuldade de acesso. Eu já atendi uma senhora outro dia que disse que hoje ela quer aprender a ler e escrever, 'eu quero voltar para a escola, só que só tem à noite', e ela falou que à noite ela não vai porque é perigoso, eu tenho medo de sair na rua e tem um monte de restrição que faz parte das limitações do envelhecimento. Então, pela falta de não ter uma sala de EJA diurna é que está dificultando buscar este atendimento e que isso traz o isolamento. Saber ler e escrever isola de uma série de coisas que ela poderia acessar e o serviço serviu para ela atingir esta condição de busca, só que ela não tem disponível. Então, o Serviço sozinho não vai tirar o idoso da condição de isolamento. Depende de toda uma rede de serviços que é muito frágil. [...] mas em relação à questão do isolamento do idoso acho que já trabalhamos com a questão já estalada. (ROSANA).

É possível notar que Dolores é a única técnica que se posiciona no sentido de que o SCFV atua na prevenção e resolutividade da vulnerabilidade do isolamento social que é vivenciado pelo(a) velho(a) trabalhador(a), contudo, no desenrolar de seu pensamento, observou-se que não é viável manter essa afirmação, visto que o Serviço, incutido na política de assistência social, não é o único responsável por banir as vulnerabilidades existentes, mas de todas as políticas públicas que exercem a função de proteção social. A referida técnica expressa com propriedade as limitações da assistência social no enfrentamento das expressões da questão social, entre elas o isolamento social, já que entende que a superação é inviável quando uma política atua sozinha.

Em face ao apontamento da técnica de referência, sob o ponto de vista conceitual, Yazbek (2009, p. 65) pontua que não se pode deslocar da questão o âmbito estrutural da

sociedade capitalista, tendo presente apenas a política de assistência social, pois sozinha não altera questões estruturais, pelo contrário, muitas vezes as oculta. Para tanto, de acordo com Sposati, Falcão e Fleury (1995, p. 123) “É preciso que a política de assistência social esteja articulada ao conjunto da política social rompendo a sua condição marginal.”

Teresa faz um apontamento necessário ao reconhecer a incompletude do SCFV pela impossibilidade de atingir mais pessoas idosas, seja porque essas não acessam o CRAS ou o próprio equipamento socioassistencial não as veem, sendo um público invisível do Serviço. No que se refere à contribuição do Serviço na prevenção e resolução da vulnerabilidade do isolamento social das pessoas idosas participantes, a fala da técnica oscila em ser e não ser suficiente, pois expressa a limitação do equipamento no atendimento das demandas e na identificação do público prioritário. Para tanto, Teresa enfatiza a necessidade de se pensar em estratégias para que o SCFV chegue às pessoas idosas com vulnerabilidades, além de pleitear a ampliação de vagas para o Serviço supracitado.

Na visão de Rosana, o SCFV para pessoas idosas proporciona a condição para a prevenção e resolução do isolamento social, contudo, para a profissional, o Serviço, em si, não consegue extrapolar a conjuntura dada no que se refere à oferta de políticas e serviços públicos, uma vez que se tem uma rede falha e frágil. Concorde-se com o olhar da profissional quando afirma que o Serviço possibilita ampliar a compreensão da pessoa idosa sobre os seus direitos e cobrar para que eles se efetivem.

Em suma, compreende-se que a prática do SCFV para pessoas idosas não se reduz à provisão imediata da ajuda, mas como instância de mediação fundamental ao avanço da consciência e apropriação de bens e serviços pelas pessoas idosas que lá participam (YAZBEK, 2009, p. 70).

Por fim, pelo fato dos profissionais serem técnicos de referência de um Serviço voltado à pessoa idosa, indagou-se o entendimento que têm sobre a velhice do(a) trabalhador(a). Destarte, exprimiram que:

O trabalhador, de maneira geral, principalmente aquele trabalhador mais braçal, ele começa muito cedo, ele se desgasta mais e, às vezes, chega ao envelhecimento e não tem acesso a aposentadoria e quando tem, às vezes, ele tem que pagar aluguel porque não conseguiu a casa própria. Há muitos idosos que pagam aluguel e a renda, quase inteira, fica para pagar o aluguel e gastos com medicação. Então, não é um envelhecimento saudável, fica um envelhecimento sofrido com gastos muito grandes. Às vezes, responsáveis por manter aquele filho que está desempregado e aí ele se vê na obrigação de auxiliar, muitas vezes ele passa até fazer empréstimo para esses familiares e aí fica com seu rendimento todo comprometido e falta até para o básico. Então eu vejo que tem aumentado muito a procura no CRAS para estas pessoas que estão desprotegidas. A mudança da lei trabalhista, a dificuldade na aposentadoria e a perda dos benefícios destes idosos, então, há uma série de questões e começamos

começa a perceber que a tendência é aumentar e isso está rebatendo aqui na proteção básica. Eu tenho vinte anos de profissão, antes eram famílias que nos procuravam que estavam em situação de pobreza e até miséria, mas eram aquelas mesmas famílias, agora estamos assustadas de ver casos novos procurando o CRAS e nem sempre temos condições de atender a todos, não tem recurso para atender a todos e a população idosa vai tendo esse rebatimento que começamos a observar. (TERESA).

Quanto ao envelhecimento do trabalhador, lá no Serviço, nós temos um público bem heterogêneo, pessoas que trabalharam e que contribuíram com o INSS. Então a gente vê que o trabalho informal gera vários fatores que vão acarretar risco e vulnerabilidade. E aí a gente vê este público, os idosos principalmente, a questão do BPC como direito importantíssimo que vem garantir, porque muitas pessoas que não contribuíram e que moram sozinhas e que não tem condições de arcar, então o BPC é muito importante. E até nos preocupa esta revisão que está tendo de corte, atrela ao Cadastro Único, de juntar a renda de um filho que nem lá fica ou que não contribui para a manutenção da casa, então vemos com muita preocupação isso. A questão do trabalho nos preocupa neste sentido, porque, hoje, o trabalho com garantias que, lá na velhice vai dar condições para ele se manter, estamos vendo que nas gerações futuras vai ser muito pior. (DOLORES).

Eu acho complicado pensar nisso porque nós temos trabalhadores que viveram no trabalho, envelheceram no trabalho e que permaneceram no trabalho e eu estava conversando com uma pessoa da equipe sobre isso: como a gente tem um olhar para fora, para os usuários que chegam, e não temos o olhar para dentro, para a equipe de trabalho. É diferente o nosso comportamento, às vezes, com as pessoas com as quais trabalhamos é diferente de quem consideramos considera usuário da assistência. Eu já notei que às vezes mesmo aposentada a pessoa permanece no ambiente de trabalho seja pelo motivo financeiro ou pelo convívio que ela tem e ela não consegue ver outras possibilidades de rotina. Eu acho que a assistência social vai estar bacana quando nós profissionais pudermos fazer uso dela. Por mais que falemos que a assistência social não é só para população de baixa renda, ainda é ainda é muito raro o atendimento fora desta situação socioeconômica. (ROSANA).

Pode-se notar que há, entre as técnicas, falho entendimento sobre o que é processo de envelhecimento e a fase da velhice. Embora a heterogeneidade da velhice seja destaca apenas por Dolores, é perceptível o olhar das demais profissionais o entendimento sobre as múltiplas condições de vida e de trabalho que os sujeitos sociais estão expostos no percurso do envelhecer. Logo, as desproteções sociais, vulnerabilidades e risco sociais, foram citados como circunstâncias determinantes da velhice desprotegida e desumanizada, para tanto, se utilizou de exemplos como a ausência de moradia própria, a insuficiência de renda para manter sua sobrevivência e dos membros familiares, o não acesso a aposentaria, os cortes abruptos e fiscalizações do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de benefícios de transferência de renda, dentre outros.

Pela razão de ocupar os espaços públicos e presenciar cotidianamente as artimanhas das expressões da questão social, notou-se que os técnicos de referência, por serem assistentes sociais, atuam atrelados a uma análise crítica da realidade na busca por discernir as ciladas postas pelo projeto liberal. Nessa perspectiva, o Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993), coloca-se, claramente, como suporte da atuação

profissional, posicionando-se contrário à exploração, opressão e dominações de classes sociais e a favor do respeito aos princípios de liberdade, de igualdade e ao pluralismo. Para Yamamoto (2005, p. 20), o trabalho do assistente social, na inquirição da realidade, na busca pelo seu deciframento, deve estar “[...] pautado no zelo pela qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização dos compromissos ético-políticos com os interesses coletivos da população usuária.”

Atentou-se à unanimidade do entendimento entre os técnicos de referências sobre a precariedade e exploração do mundo trabalho e o rebatimento desses fatores no processo de envelhecimento do(a) trabalhador(a), principalmente quando o labor é realizado na informalidade. A permanência na vida laboral é citada por Rosana sob duas influências, a financeira e a convivência social, observação essa que remete ao que tem notado na categoria profissional. A mesma técnica atribui a análise do envelhecimento do(a) trabalhador(a) ao ambiente do CRAS, pois se notou que os profissionais que ali trabalham atentam-se às condições de vida e às necessidades dos usuários e não para o seu real estado. Nesta ponderação a profissional faz uma consideração prudente ao passo que expõe a necessidade de desmistificar a política de assistência social como política, exclusivamente, para a população de baixa renda, para a população a quem dela necessitar<sup>140</sup>.

Por fim, a partir da experiência profissional alicerçada sobre o olhar crítico da conjuntura brasileira, os técnicos aludem sobre a insegurança de renda que assola cada vez mais as famílias na contemporaneidade, fato que projeta, em um futuro próximo, o agravamento das condições de vida da população e o rebatimento deste cenário na política de assistência social.

Em resumo, diante o olhar dos técnicos de referências sobre a realidade vivenciada pelas pessoas idosa usuárias do SCFV, tanto o referido Serviço quanto a atuação profissional apresentam limites muito claros. A precariedade das condições de vida daqueles que constituem o alvo das ações assistenciais e que, muitas vezes, se mostram invisíveis em virtude de como o Serviço está organizado, acaba por exigir profundas reflexões e modificações. Neste sentido, a política de assistência social, responsável pelo SCFV para pessoas idosas, coloca-se como política preocupada e atuante sob as questões que envolvem o

---

<sup>140</sup> O apontamento da profissional é pertinente, uma vez que a vulnerabilidade do isolamento social da pessoa idosa, discussão deste estudo, não deve ser analisada sob o ponto de vista, exclusivo, do fator econômico, mas a partir das condições de desproteção social motivada pela ausência e/ou acesso restrito, insatisfatório, aos direitos sociais e de serviços públicos. Para Sposati, Falcão e Fleury (1995, p. 18), não é apenas a restrita ou até ausente recurso financeiro o causador do agravamento das precariedades de vida e de viver, mas também o acesso restrito a bens e serviços sociais.

envelhecimento humano, contudo, apresenta a tarefa de ser a única capaz de desvencilhar as desproteções que é consequência da estruturação da sociedade do capital.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, analisar as vivências de isolamento social do envelhecer e velhice da classe trabalhadora em relação à desproteção social da sociedade capitalista sob o olhar dos técnicos e usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para Pessoas Idosas, destaca-se a difícil tarefa de apreender e delinear conclusões que não sejam inquietações. No entanto, a partir do processo investigativo exposto nos capítulos anteriores, algumas considerações finais fazem-se necessárias.

Faz-se oportuno destacar que a proposta deste estudo focou no debate sobre o isolamento social enquanto uma das expressões das refrações da questão social que acompanha o envelhecer e a velhice do(a) trabalhador(a); na elucidação da trajetória histórica da proteção social pública da Política de Assistência Social direcionada à pessoa idosa no Brasil, em especial ao SCFV para pessoas idosas; e na compreensão do olhar dos usuários e técnicos de referência do referido Serviço sobre as vivências de isolamento social dos(as) velhos(as) trabalhadores(as).

Com isso, percorreu-se um constructo teórico capaz de orientar e compreender o processo de envelhecer humano atrelado às condições materiais de produção e reprodução social sob a lógica do capital em face à vivência da vulnerabilidade do isolamento social e da proteção social despendida pela Política de Assistência Social, através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas.

Assim sendo, pontuou-se a longevidade da população como fenômeno que vem se manifestando de forma distinta entre os diversos países do mundo e que traz importantes repercussões nos campos sociais e econômicos, uma vez que este novo cenário demográfico funda-se como uma conquista para a humanidade e brinda grandes desafios. Afirmou-se que paralelamente à evolução cronológica, ao declínio físico e às perdas de papéis sociais advindos do processo de envelhecimento, coexistem fenômenos de natureza biopsíquicosociais e econômicos importantes que configuram as diferentes formas de envelhecer.

Desta forma, por entender que o processo de envelhecimento do(a) trabalhador(a) constitui-se em uma realidade complexa e contraditória, acredita-se ser prescindível atentar-se aos imperativos que a sociedade capitalista impõe aos sujeitos sociais que envelhecem e à pessoa idosa, de modo a deslocar do individual e considerar os aspectos do contexto social.

Destarte, para atingir uma visão de totalidade e a concretude da realidade de velhos(as) trabalhadores(as), é preciso alargar o olhar para os determinantes que rebatem no envelhecimento humano e na velhice, principalmente os rebatimentos do mundo do trabalho,



e, levá-los em consideração no momento em que se planeja e avalia as Políticas Públicas direcionadas às pessoas idosas, uma vez que se entende que promulgar amplas políticas baseadas unicamente na idade cronológica ou biológica é injudicioso para o bem-estar dos sujeitos sociais.

Neste contexto, pôde-se observar a integração entre a discussão teórica e a realidade presenciada pelas pessoas idosas participantes da pesquisa quando reiteram que o(a) trabalhador(a), em seu processo de envelhecimento, é compelido a aceitar a forma precária de sobrevivência. Logo, afirma-se, categoricamente, que enquanto houver a apropriação indevida da riqueza socialmente produzida por um número restrito de sujeitos sociais, e que provocam a precarização das necessidades de significativa parcela de outros sujeitos, sendo eles os(as) trabalhadores(as), haverá condições trivializantes de existência e de desproteção social, sinaladas pelas expressões da questão social.

A problemática das expressões da questão social denuncia a ausência da efetiva garantia constitucional que ameaça a proteção social e os direitos dos(as) trabalhadores(as), instituindo um cenário de vulnerabilidades e desproteções. Tal realidade implica no acirramento de interesses divergentes, no qual refletem nas condições objetivas de vida dos(as) trabalhadores(as).

No que tange ao reconhecimento da vulnerabilidade social, acredita-se que esse envolve uma gama de fatores de natureza multifacetada e multidimensional, o que torna um olhar imperativo diante do tema, que ainda é pouco discutido no âmbito acadêmico. Por esse motivo, apresentou-se e discutiu algumas conceituações de âmbito teórico e político, com destaque ao conceito preconizado pela política de assistência social. Constatou-se, então, que não há definição única sobre a vulnerabilidade social, principalmente se a articular ao processo de envelhecimento e velhice das frações de classe trabalhadora.

No entanto, considerou-se, neste estudo, com base nas indicações da Política Nacional de Assistência Social, que a vulnerabilidade social é expressão da questão social contemporânea que envolve além da precariedade de renda, as necessidades insatisfeitas em múltiplos âmbitos (escolaridade, alimentação, saúde, moradia, transporte, dentre outros) e as relações sociais fragilizadas, nas quais é designada em duas dimensões: a material da vulnerabilidade social e a relacional da vulnerabilidade social.

Logo, debateu-se sobre a temática do isolamento social, trazida pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais para descrever o público prioritário do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas. Entendendo-a enquanto vulnerabilidade social sob a dimensão material que está grafada no reconhecimento da

multidimensionalidade da desproteção social, que acompanha o processo de envelhecer e a velhice da classe trabalhadora, e não apenas como aspecto relacional como apresenta a normatização supracitada. Destacou ainda a dificuldade em discutir o tema pelo fato de haver pouco debate acadêmico sobre o assunto.

Nesta discussão, defende-se a tese de que as vivências de isolamento social devem ser analisadas conforme os determinantes da vulnerabilidade material decorrente da lógica capitalista, isto é, como questão de desproteção social que acompanha o árduo processo de envelhecimento da classe trabalhadora, no qual acaba por tender a uma velhice desprotegida e desumanizada.

A desproteção social é tratada no estudo como a ausência da garantia de direitos reconhecidos judicialmente pela Constituição Federal de 1988 e que são essenciais à vida e ao desenvolvimento humano. Assim, demonstrou-se que violar a garantia dos direitos fundamentais e/ou não possibilitar o seu acesso, são os indicadores da desproteção social. Esta desproteção danifica o envelhecer e a velhice da classe trabalhadora, pois ameaça a cidadania, interrompe sonhos, conduz a desesperança, precisamente pelo fato de gerar sofrimento material e objetivo, bem como sofrimentos relacionais que deixam marcas de vivência do isolamento social.

No que se refere ao olhar das pessoas idosas participantes da pesquisa e do SCFV, pôde-se notar que narram as manifestações da questão social e situações de vulnerabilidades sociais que vivenciaram durante o seu processo de envelhecimento e vivenciam na velhice no que concerne ao acesso a serviços e políticas públicas de trabalho, de saúde, de educação, de assistência social, de segurança e de moradia, no entanto, não as veem como vivência do isolamento social, pois o isolamento social é visto, unicamente, como solidão e sob o aspecto relacional. Assim, o conjunto das informações revelou que os sujeitos sociais participantes, via de regra, não receberam proteção no seu envelhecer, pois não foi possibilitado o acesso aos serviços e políticas sociais públicas fundamentais.

O não reconhecimento da vivência da vulnerabilidade do isolamento social, perante a dimensão material, pelas pessoas idosas entrevistadas foi compreensível, pois reflete a expressão direta das relações sociais e do censo comum propagados pela sociedade do capital, no qual atribuiu o isolamento social como característica individual.

Em suma, ficaram latentes, no conteúdo originado da pesquisa empírica, as desproteções, as vulnerabilidades, violações de direitos e, conseqüente, isolamento social que fizeram parte do envelhecer e velhice dos sujeitos sociais entrevistados. Assim, perante a fundamentação da análise deste estudo, entendeu-se que a vulnerabilidade do isolamento

social não é um aspecto transitório do capitalismo, mas estrutural do próprio desenvolvimento dessa sociabilidade. Desta forma, o isolamento social não é marca da contemporaneidade, ele é o resultado da desproteção social.

Observou-se ainda que grande parte dos sujeitos da pesquisa acessaram a Política de Assistência Social, por meio do CRAS, pela primeira vez, para o referenciamento no SCFV para Pessoa Idosa, contudo não sabem relatar, com clareza, os motivos avaliados como público prioritário para a inserção no Serviço supracitado. Chamou-se a atenção que tal fato valida o desconhecimento do que é o SCFV, pelos próprios participantes, demonstrando-o como um apêndice do CCI, além de corroborar na não identificação com o Serviço. Outro aspecto notado que contribuiu para esse obscurantismo foi a transmutação de grande parte das pessoas idosas que participaram no CCI para o SCFV para Pessoas Idosas, visto que muitos declararam estar naquele espaço há anos.

No que se refere ao olhar dos técnicos de referências do SCFV para pessoas idosas, esses assistentes sociais, notou-se que aquele é entendido como um Serviço preventivo e que deve ser ampliado e ofertado de modo descentralizado em territórios distantes e que apresentam vulnerabilidades sociais.

As profissionais destacaram ainda a dificuldade de estabelecer, junto à pessoa idosa, a aquisição que almeja, a complexidade de explanar sobre o que é o Serviço, de modo a demonstrar a diferenciação deste com as demais atividades voltadas ao idoso, e o porquê e a importância da participação. Assim, ficou evidente o cuidado de alguns profissionais em apresentar o Serviço à pessoa idosa e, juntos, analisarem as vulnerabilidades que esse apresenta no seu envelhecer para que sejam trabalhadas no Serviço de forma que o aceite à participação possa surtir ganhos. Constatou-se também que as condições objetivas do tempo de trabalho, saturado de demandas complexas e de diversas funções, acabam por comprometer o acompanhamento aproximado do técnico com o Serviço.

Constatou-se, pelas falas dos técnicos de referências, a dificuldade da compreensão sobre a vulnerabilidade do isolamento social, pois remeteram que se trata de uma terminologia que “caiu de paraquedas” na normatização de um Serviço novo. Mediante essa dificuldade, propôs-se a seguinte descrição da vulnerabilidade do isolamento social: Pessoas idosas que vivenciam a vulnerabilidade do isolamento social por presenciar condições de desproteção social, motivadas pela ausência e/ou acesso restrito insatisfatório aos direitos sociais e aos serviços públicos durante o seu processo de envelhecimento e velhice; e/ou que dispõe de ausência ou restrita oportunidade de convívio familiar e comunitária; e, cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no Serviço. Para tanto,

indicou-se o protocolo da reflexão conjunta – técnico de referência e pessoa idosa – sobre as condições concretas que a pessoa idosa presenciou/presencia no envelhecer e velhice, de modo que manifeste interesse na participação do Serviço e tenha clareza dos objetivos e aquisições que esse pode ofertar, além de identificar o público prioritário do SCFV e o compartilhar dessa identificação com a unidade executora.

Logo, os técnicos de referências entenderam que as atividades do SCFV constituem oportunidade para que as desproteções sejam reveladas, refletidas e, no caso de serem comuns, compartilhadas entre as pessoas idosas, exprimindo as aflições e as estratégias de enfrentamento. No entanto, pontuam que a Política de Assistência Social apresenta limitações e não é a única responsável por abolir as expressões da questão social.

Enfatiza-se que, para além da análise do isolamento social enquanto vulnerabilidade material, o SCFV para Pessoa Idosa oportuniza espaço de trocas, de fortalecimentos de vínculos e ganhos expressivos na historicidade de cada sujeito social participante, sendo uma ferramenta expressiva, da Política de Assistência Social, na discussão sobre o envelhecimento humano e na propagação dos direitos da pessoa idosa.

Em suma, a pesquisa atingiu seu objetivo e aspira que possa colaborar com os profissionais que atuam, cotidianamente, na organização do SCFV para Pessoas Idosas, além de coadjuvar na discussão sobre a proteção social do envelhecimento humano no Município de Franca. Todavia, ao encetar este estudo, tem-se o entendimento de que novas análises e reflexões devem ser elaboradas, pois o campo para desnudar a vivência do isolamento social atrelada à desproteção social e à responsabilidade estatal é um universo denso e complexo.

## **REFERÊNCIAS**

ABRANCHES, Sergio Henrique; WANDERLEY, Guilherme dos Santos; COIMBRA, Marcos Antônio. **Política Social e combate a pobreza**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Ed. da Unicamp/Boitempo, p. 15-20, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicato brasileiro. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 1997. (Mundo do trabalho).

\_\_\_\_\_. A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas. In: RAMALHO, José Ricardo; Santana, Marco Aurélio (Org.). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003. (Mundo do trabalho).

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, p. 31-40, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEHRING, Eliane Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BERTANI, Iris Fenner; SOARES, Nanci. Engajamento da sociedade civil: apoio voluntário a idosos e organizações não governamentais. In: BERTANI, Iris Fenner. (Org.). **Cidade Amiga do Idoso**: um caminho a percorrer. Franca: UNESP, p.99-118, 2011.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

BORGES, Maria Cláudia Moura. A pessoa idosa no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). In: BERZINS, Marília Viana; BORGES, Maria Claudia Borges. (Org.). **Políticas Públicas para um país que envelhece**. São Paulo: Martinari, p. 99-124, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. O SUAS e a seguridade social. In: **Cadernos de Estudos Desenvolvimento em Debate**. n. 2. Suplemento. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, p. 10-16, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BRAGA, Pérola Melissa Vianna. **Direitos do idoso**: de acordo com o Estatuto do Idoso. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1. Anexo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 6 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Assembléia Nacional Constituinte, 1934.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 jan. 1994. p.77. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/\\_03/leis/18842.htm](http://www.planalto.gov.br/_03/leis/18842.htm)>. Acesso em: 23 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 1.948, de 3 de julho de 1996. Regulamenta a Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder legislativo, Brasília, DF, 1996. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1948.htm)>. Acesso em: 23 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Legislativo. **Diário Oficial da União**. Poder legislativo, Brasília, DF, 3 out. 2003, p.1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm)>. Acesso em: 31 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm)>. Acesso em: 12 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS)**. Brasília: MDS, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas**. Brasília: MDS, SNAS, 2012. Disponível em <<https://craspsicologia.files.wordpress.com/2013/09/orientacoes-tecnicas-do-scfv-para-pessoas-idosas.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações sobre o Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência em Residências Inclusivas – Perguntas e Respostas**. Brasília, 2014. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/caderno\\_residencias\\_inclusivas\\_perguntas\\_respostas\\_maio2016.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_residencias_inclusivas_perguntas_respostas_maio2016.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, SNAS, 2005. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução CNAS nº 109 de 11/11/2009. Brasília: CNAS/MDS, 2009.

BRASIL. Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013. Reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, DF, 2013. Disponível em: < <https://cmas.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/Resolu%C3%A7%C3%A3o-01.2013.pdf> >. Acesso em: 09 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/concepcao\\_fortalecimento\\_vinculos.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**, Brasília, 2017. Disponível em: < [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/perguntas\\_e\\_respostas/PerguntasFrequentesSCFV\\_032017.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_032017.pdf) >. Acesso em: 17 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.114, de 30 de setembro de 2013. **Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo**. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Portaria Ministerial 1.395/99. **Dispõe sobre a Política Nacional da Saúde do Idoso**. Brasília, 1999. Disponível em: < [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528\\_19\\_10\\_2006.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html) >. Acesso em: 20 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006. **Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS**. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.662, de 8 de junho de 1993. **Código de ética profissional do assistente social**. Brasília, DF: CFESS, 1993.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm) >. Acesso em: 9 fev. 2019.

CAMARANO, Ana Amélia. **Mecanismos de proteção social para população idosa brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

\_\_\_\_\_. O envelhecimento populacional nas agendas das políticas públicas. In: CAMARANO, Ana Amélia. (org.). **Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 253 – 292, 2004.

\_\_\_\_\_; PASINATO, Maria Tereza. **Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina**. Rio de Janeiro, IPEA, 2007.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira. **Envelhecimento saúde e trabalho no tempo do capital**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.



CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Programas e serviços de proteção e inclusão social dos idosos**. São Paulo: IEE/PUC-SP; Brasília: Secretaria de Assistência Social/MPAS, 1998.

CARVALHO, José Alberto Magno; WONG, Laura Rodrigues. A transição da estrutura etária da população brasileira da primeira metade do século XXI. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, n. 3, v. 24, mar. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2008000300013&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2008000300013&script=sci_arttext)>. Acesso em: 1 fev. 2014.

CAVALLI, Stefano; DUS, Daniela. Terzaetà e vulnerabilità. In: GIUDICI, Francesco; CAVALLI, Stefano (Org.). **Fragilità e Risorsedellapopolazioneanziana in Ticino**. Repubblica e CantoneTicino. Departimentodellefinanze e dell' economia. Divisionedellerisorse. Ticino, 2015.

CEPAL. **Dinámica demográfica y desarrollo en América Latina y el Caribe**. Santiago do Chile: Cepal, 2005 (Série Población y Desarrollo, 58).

COSTA, Ruthe Corrêa da. **A terceira idade hoje sob a ótica do serviço social**. Canoas: Ed. ULBRA, 2007.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Assistência Social: direito social ou benesse? In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 124, out./dez. p. 665-177, 2015.

\_\_\_\_\_. Os direitos socioassistenciais: balizas fundamentais à garantia da assistência social como política pública. In: Conferência Nacional de Assistência Social, 6. Brasília, **Anais**, 2007.

\_\_\_\_\_; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel Degenszajn. A política nacional de assistência social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2012.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. **A velhice invisível: o cotidiano de idosos que trabalham nas ruas de Belo Horizonte**. São Paulo: Annablume, 2010.

CRONEMBERGER, Izabel Henrica Gomes; TEIXEIRA, Solange Maria. Famílias Vulneráveis com expressão da questão social, à luz da política de assistência social. In: **Revista Eletrônica Informe Econômico**. ano 1, n. 1, ago. 2013.

DANTAS, Marília Antunes. **Isolamento social e voluntário e processos criativos**. 1993. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1993.

FALEIROS, Vicente de Paula. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: **Abordagem da Política Social e da Cidadania, no módulo 3: programa da capacitação continuada para assistências sociais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/Cead-UnB, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. Cidadania: os idosos e a garantia de seus direitos. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Edições SESC/SP, p. 153-168, 2007

\_\_\_\_\_. A pessoa idosa e seus direitos: sociedade, política e constituição. In: BERZINS, Marília Viana; BORGES, Maria Claudia (Org.). **Políticas públicas para um país que envelhece**. São Paulo: Martinari, p. 47 – 66, 2012.

FÁVERO, Eunice Teresinha. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social**. 10ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FLEURY, Sônia. A Seguridade Inconclusa. In: INESC, A Era FHC e o Governo Lula: Transição? Brasília: INESC, 2004.

FRANCA. Secretaria de Ação Social de Franca. **Plano Municipal de Assistência Social – 2018 a 2021**. Franca. Disponível em: < [https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&id=1674&Itemid=1552](https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=1674&Itemid=1552) >. Acesso em: 22 dez 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Ação Social de Franca. **Plano Municipal de Assistência Social – 2014 a 2017**. Franca, jun. 2015.

GANDINI, João Agnaldo Donizeti; BARIONE, Samantha Ferreira; SOUZA, André Evangelista. Políticas habitacionais para idosos: avanços e desafios. In: In: BERZONS, Marília; BORGES, Maria Claudia (Org.). **Políticas Públicas para um país que envelhece**. São Paulo: Martinari, p. 181-208, 2012.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012. (Série Pesquisa; 10).

GIACOMIN, Karla Cristina. Envelhecimento populacional e os desafios para as políticas públicas. In: BERZINS, M.; BORGES, M.C. (Org.). **Políticas Públicas para um país que envelhece**. São Paulo: Martinari, p. 17-44, 2012.

GRESPLAN, Jorge. Crítica da economia política, por Karl Marx. In: PAULO NETTO (Org.) **Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

HABIB, Christiane. **O envelhecimento: limites e possibilidades**. 2001. 122f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2016.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem: do feudalismo ao século XXI**. 22.ed. Rio de Janeiro: LCT, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS, Graflin, ano 2., n. 3, jan./jun. 2001.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. São Paulo: Cortez, 1995.

IANNI, Octavio. A questão social. **Revista USP**. n. 3, set., out. e nov. 1989. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25490/27236>>. Acesso em: 01 fev. p. 145-154, 2018.

IBGE. **Agência IBGE notícias**. Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015.html>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2016.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica**. Disponível em: <[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao\\_da\\_populacao/2013/default.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm)> Acesso em 02 de jan. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Envelhecimento populacional 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **As Entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativas no Brasil**: unidades de prestação de serviços socioassistenciais. Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2014-2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94686.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

KIND, Luciana. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.10, n.15, p. 124-136, jun. 2004.

KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.16, n.1, p. 30-42, jul./dez., 2013.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade do Brasil urbano. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 63, p. 9-30, jul. 2002.

LAJÚS, Maria Luiza de Souza. A Política Pública de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 22, n. 30, p. 165-178, 2009.

LARA, Ricardo. O trabalho invisível em Franca –SP. In: CANÔAS, José Walter. (Org.). **Nas pegadas do sapateiro: 65 anos do sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados**. Franca: UNESP, 2007.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3. Ed. - revista e corrigida. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, Ângela Maria Machado de; SANGALETI, Carine Tele. **Cuidar do idoso em casa: limites e possibilidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

LIPORONI, Andréia Aparecida Reis de Carvalho; SILVEIRA, Tânia Aguila. O ambiente físico alcançável para o idoso na cidade de Franca: possibilidades e limites. In: BERTANI, Iris Fenner. (Org.). **Cidade Amiga do Idoso: um caminho a percorrer**. Franca: UNESP, p.59-76, 2011.

LOPES, Ruth Gelebrter da Costa. Imagem e auto-imagem: da homogeneidade da velhice para a heterogeneidade das vivências. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Edições SESC/SP, p.141-152, 2007.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Trabalho e envelhecimento dos sapateiros em Franca: implicações sócio-políticas e de saúde. In: BERTANI, Iris Fenner. (Org.). **Cidade Amiga do Idoso: um caminho a percorrer**. Franca: UNESP, p.171-200, 2011.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **Invenção social da velhice**. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

MARANDOLA, Eduardo Junior; HOGAN, Daniel Joseph. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2006.

MARANHÃO, Cezar Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Org.). **O mito da assistência social: ensaio sobre Estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. In: \_\_\_\_\_(Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 11. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

\_\_\_\_\_. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosófico e outros textos escolhidos**; Seleção de textos de José Athur Giannotti; tradução de José Carlos Bruni, et al. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Ed. da Unicamp/Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **O desafio e fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Ana Coutrim e Vera Coutrim Trad. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 31. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**. Pelotas, p. 29-40, jul.-dez. 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi. Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer a realidade. **Revista Emancipação**. Editora UEPG, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/70-254-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Col. Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 1.)

\_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da questão social. **Revista Temporalis**, ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS, 2001.

\_\_\_\_\_. Razão, ontologia e práxis. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 44. São Paulo: Cortez, 1994.

NOVO, Benigno Núñez. IBGE: cresce a miséria e a fome no Brasil. In.: **Empório do Direito.com**. Disponível em: <<http://emporiiodireito.com.br/leitura/ibge-cresce-a-miseria-e-a-fome-no-brasil>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

OGAWA BUTOH CENTER. **São Simão-SP-Brasil**. São Simão, 2014. Disponível em: <<http://www.butoh.com.br/saosimao/fotos/mapasp.gif>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

OLIVEIRA, Heloisa Chaves Nascimento; FANAN, Raquel Mazzola de Andrade. Desafios da educação para uma população que está envelhecendo. In: BERTANI, Iris Fenner. (Org.). **Cidade Amiga do Idoso**: um caminho a percorrer. Franca: UNESP, p.89-98, 2011.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **Terceira idade**: do repensar dos limites aos sonhos possíveis. Coleção Terceira Idade. São Paulo: Paulinas, 1999. (Terceira idade).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de ação internacional sobre o envelhecimento**, 2002. Tradução de Arlene Santos. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE: **Envelhecimento ativo**: um marco político. Madrid, 2002.

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e. **Envelhecimento saúde e trabalho no tempo do capital**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PEREIRA, Marcelo Sitcovsky Santos. **Bolsa Família e reprodução da força de trabalho no Brasil**: implicações socioeconômicas e políticas. 2010. 222 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **A Assistência Social na perspectiva dos direitos**: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesurus, 1996.

\_\_\_\_\_. **Política Social**: temas & questões, 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PINHEIRO, Neide Maria. (org.) **O Estatuto do Idoso comentado**. Campinas-SP: LNZ, 2006.

PIRES, R. O idoso na Constituinte. **Revista Tempo e Presença**. Rio de Janeiro, v.14, n.264, p.13-17, 1994.

POLTRONIERI, Cristiane de Fátima; COSTA, Denise Gisele Silva; COSTA, Joice Sousa; SOARES, Nanci. Os desafios da construção da intergeracionalidade no tempo do capital. In: **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo (SP), FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP, p. 289-309, out./dez, 2015.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Medicação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

PRADO, Tania Maria Bigossi. Proteção social à pessoa idosa no Brasil. In: BERZINS, M.; BORGES, M.C. (Org.). **Políticas Públicas para um país que envelhece**. São Paulo: Martinari, p.67-98, 2012.

RAVAGNANI, Carmem Lúcia; SILVA, Edileusa; SARRETA, Fernanda de Oliveira. Direitos e preconceitos no cotidiano da pessoa idosa. In: BERTANI, Iris Fenner. (Org.). **Cidade Amiga do Idoso**: um caminho a percorrer. Franca: UNESP, p.155-170, 2011.

SALGADO, Carmen Delia Sánchez. **Mulher idosa**: a feminização da velhice. Estud. interdisciplinar. envelhecimento, Porto Alegre, v. 4, p. 7-19, 2002.

SANTOS, Geraldine Alves; LOPES, Andréa; NERI, Anita Liberalesso. Escolaridade, raça e etnia: elementos de exclusão social de idosos. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Edições SESC/SP, p.65-80, 2007.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. **Serviço Social & Sociedade**. nº 111. São Paulo. Jul./Set. 2012. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000300003>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

SEADE. **Retratos de São Paulo**: apresentação: razão de sexo da população de 60 anos e mais, por grupo de idade. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/retratosdesp/view/index.php?temaId=1&indII=4&locId=3516200&busca=>>>. Disponível em 17 jan. 2019.

SILVA, Anna Cruz de Araujo Pereira da. **Vulnerabilidade humana e envelhecimento**: o que temos a ver com isso. São Paulo: Portal Edições: Envelhecimento, 2015.

SILVA, Edileusa; SARRETA, Fernanda Oliveira; BERTANI, Iris Fenner. As políticas públicas de saúde no Brasil: o Sistema Único de Saúde (SUS) e a rede de saúde em Franca. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 16, p. 87-110, 2007.

SILVA, Henrique Salmazo; SILVA, Thais Bento Lima; BARROS, Thabata Cruz; OLIVEIRA, Eduardo Moreira; ORDONEZ, Tiago Nascimento; CARVALHO, Gabriela; ALMEIDA, Evany Bettine. Vulnerabilidade na velhice: definição e intervenções no campo da Gerontologia. **Revista Temática Kairós Gerontologia**. São Paulo: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP, 2012.

SILVA, Márcia Cristina Freitas; FERREIRA, Valéria, Beghelli. Acessibilidades aos serviços. In: BERTANI, Iris Fenner. (Org.). **Cidade Amiga do Idoso**: um caminho a percorrer. Franca: UNESP, p. 119-140, 2011.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica de serviço social; v.3).

SIMÕES, Júlio Assis. A maior categoria do país: o aposentado como ator político. In: BARROS, M.M.L. **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SOARES, Nanci; POLTRONIERI, Cristiane de Fátima; COSTA, Joice Sousa. Repercussões do envelhecimento populacional para as políticas sociais. In: **Argumentum**, Vitória (ES), v. 6, n. 1, p. 133-152, jan./jun., 2014.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, p. 13-56, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 652 – 674, out./dez., 2013.

\_\_\_\_\_; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sônia Maria Teixeira. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

TEIXEIRA, Aloísio. **Do Seguro à seguridade**: a metamorfose inconclusa do sistema previdenciário brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1990.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador na sociedade capitalista. In: TEIXEIRA, Solange Maria (Org.) **Envelhecimento na sociabilidade do capital**. Campinas: Papel social, 2017.

\_\_\_\_\_. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. In: **Argumentum**, Vitória, v. 1, n.1, p. 63-77, jul./dez. 2009.

TELLES, Vera da Silva. **Questão social**: afinal, do que se trata? São Paulo em perspectiva, 1996.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1.ed. São Paulo: Atlas 2011.

VIEIRA, Evaldo. **Estado e miséria social no Brasil**: de Getúlio a Geisel. São Paulo: Cortez, 1983.

VIGNOLI, Jorge Rodriguez. **Vulnerabilidade sociodemográfica**: antigos e novos riscos para a América Latina e o Caribe, 2002.

WENGER, G. Clare; DAVIES, Richard; SHAHTAHMASEBI, Said; SCOTT, Anne (1996). Social Isolation and Loneliness in Old Age: Review and Model Re and Society. **Ageing and Society**, p. 333-358, 1996.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Tradução de Suzana Gontijo. Brasília, DF, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: **Revista Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Brasília, ano 2, n. 3., jan./jun, p. 33-40, 2001.



## **APÊNDICE(S)**

**APÊNDICE A - Convite**

É com grande satisfação que convidamos o(a) senhor(a) a participar de um grupo de conversa para falarmos sobre os assuntos: a pessoa idosa, o isolamento social e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos.

Os assuntos debatidos neste encontro serão aplicados na pesquisa - “Envelhecimento e vivências de isolamento social: a realidade de velhos(as) trabalhadores(as) e o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos” - que tem como responsáveis a doutoranda em Serviço Social, pela UNESP/Franca, Cristiane de Fátima Poltronieri e a Professora Doutora Nanci Soares.

Assim, contamos com sua participação:

**Dia:** \_\_\_\_

**Horário:** \_\_\_\_

**Local:** Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos – Região \_\_\_\_ (Pode usar a nomenclatura habitual e de fácil compreensão para os idosos)

A sua presença é muito importante!

## **APÊNDICE B - Roteiro de entrevista: usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas**

1. Identificação
2. O que motivou e como se deu a vinculação e participação de vocês no CRAS/SCFV?
3. Na opinião de vocês, qual a contribuição do SCFV para idosos?
4. Como foi, ao longo da trajetória/experiência de vida de vocês, a oferta e acesso à educação, saúde, trabalho formal, moradia, assistência social dentre outros direitos fundamentais?
5. Como avaliam a oportunidade de convivência familiar e comunitária ao longo do percurso de vida de vocês?
6. O que entendem por isolamento social?
7. Em algum momento vivenciaram/vivenciam o isolamento social?

**APÊNDICE C - Roteiro de entrevista: técnicos de referência responsáveis pelo SCFV para idosos**

- 1- Qual a sua visão do SCFV para idosos?
- 2- Como é realizada a análise, pela equipe, para a inserção da pessoa idosa no SCFV? Há um protocolo?
- 3- Quais as características dos usuários que participam do SCFV para idosos?
- 4- O que a equipe compreende por vivência isolamento social, há algum protocolo para a inserção da pessoa idosa no SCFV?
- 5- Você concorda com a definição de vivência de isolamento social, trazida pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, como sendo “[...] ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário [...].”?
- 6- É possível identificar como e quais as ações são ofertadas, pelo SCFV para pessoas idosas, na garantia de proteção social e direitos à pessoa idosa que vivencia o isolamento social?
- 7- Na sua visão, o SCFV para pessoas idosas contribui na prevenção e resolução da vulnerabilidade do isolamento social que é vivenciada pelas pessoas idosas? Onde reside sua incompletude?
- 8- Como você vê o envelhecimento do(a) trabalhador(a)?

## **ANEXO**

## ANEXO A – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: \_\_\_\_\_  
 DATA DE NASCIMENTO: / / IDADE: \_\_\_\_\_ SEXO: M ( ) F ( )  
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_  
 ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
 BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_,  
 declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: Envelhecimento e vivência de isolamento social: a realidade de velhos(as) trabalhadores(as) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O projeto de pesquisa será conduzido por Cristiane de Fátima Poltronieri, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientado pelo Prof. (a). Dr(a) Nanci Soares, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Tese, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. O trabalho tem como objetivo analisar as vivências de isolamento social do envelhecer e velhice da classe trabalhadora em relação a desproteção social da sociedade capitalista, com destaque ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos (SCFV). Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de

Assinatura do participante

*Cristiane F. Poltronieri* (assinatura)

Pesquisador Responsável  
 Nome: Cristiane de Fátima Poltronieri  
 Endereço: Rua Sete de Setembro, 1000, Bairro Centro, Potirendaba/SP, CEP: 15105-000  
 Tel: (17) 991394162  
 E-mail: cris.poltronieri@hotmail.com

*Nanci Soares* (assinatura)

Orientador  
 Prof. (a) Dr. (a): Nanci Soares  
 Endereço: Avenida Lázaro de Souza Campos, 635, apto. 83 – Bairro São José, Franca/SP,  
 CEP:14.401.295  
 Tel: (16) 999672597  
 E-mail: nancisoares15@gmail.com